



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

JEFFERSON FERNANDO VOSS DOS SANTOS

**FOUCAULT NA FORMAÇÃO DISCURSIVA
DA ANÁLISE DE DISCURSO:**

UM AUTOR, UM CONCEITO, UMA POSITIVIDADE

CAMPINAS
2015

JEFFERSON FERNANDO VOSS DOS SANTOS

**FOUCAULT NA FORMAÇÃO DISCURSIVA
DA ANÁLISE DE DISCURSO:
UM AUTOR, UM CONCEITO, UMA POSITIVIDADE**

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Doutor em Linguística.

Orientador: Prof. Dr. Sírio Possenti

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA TESE DEFENDIDA
PELO ALUNO JEFFERSON FERNANDO
VOSS DOS SANTOS E ORIENTADA PELO
DR. SÍRIO POSSENTI.

CAMPINAS
2015

Agência de fomento: CNPq
Nº processo: 151107/2011-4

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

V932f Voss, Jefferson, 1987-
Foucault na formação discursiva da análise de discurso : um autor, um conceito, uma positividade / Jefferson Fernando Voss dos Santos. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Sírio Possenti.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Foucault, Michel, 1926-1984. 2. Pêcheux, Michel, 1938-1983. 3. Análise do discurso. 4. Teoria (Filosofia) - França - História - Séc. XX. I. Possenti, Sírio, 1947-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Foucault across the discursive formation of discourse analysis : an author, a concept, a positivity

Palavras-chave em inglês:

Foucault, Michel, 1926-1984

Pêcheux, Michel, 1938-1983

Discourse analysis

Theory (Philosophy) - France - History - 20th century

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Sírio Possenti [Orientador]

Carlos Felix Piovezani Filho

Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa

Cleudemar Alves Fernandes

José Luiz Fiorin

Data de defesa: 28-08-2015

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Sirio Possenti

Sirio Possenti

José Luiz Fiorin

José Luiz Fiorin

Carlos Felix Piovezani Filho

Carlos Felix Piovezani Filho

Claudiana Nair Pothin Narzetti Costa

Claudiana N. P. Narzetti Costa

CLEUDEMAR ALVES FERNANDES

Cleudemar Alves Fernandes

Ana Raquel Motta de Souza

Lauro José Siqueira Baldini

Maria Irma Hadler Coudry

Agradecimentos

Agradeço enormemente ao Sírio, pela preocupação e pelo zelo na orientação desta pesquisa, e aos professores que compuseram a Banca Examinadora da tese – Carlos Piovezani, Claudiana Narzetti, Cleudemar Fernandes e José Luiz Fiorin –, pela crítica imparcial e pela leitura criteriosa do texto. Agradeço também aos professores Carlos Piovezani e Lauro Baldini pela prudente e sensata avaliação da versão de qualificação da tese.

Agradeço ao CNPq, pela bolsa de doutorado (Processo 151107/2011-4), e à CAPES, pela bolsa de estágio sanduíche no exterior (Processo 8753-12-1). Também agradeço ao professor Dominique Maingueneau, pela supervisão das atividades em Paris.

É também importante que eu agradeça aos amigos, pela acolhida em Barão Geraldo, e pelo grande amadurecimento pessoal e profissional; dentre eles, destaco Ana Amélia, Isadora, Jéssica, Mariana, Nil e Rodolfo.

Finalmente, agradeço aos meus familiares, tanto por sempre estarem presentes quanto por inquestionavelmente compreender minha ausência. Especialmente agradeço ao Fábio: pela proteção, paciência e apoio na fase final da escrita.

“Provavelmente, a AD quis ser científica. Provavelmente, não é, nunca foi. E nisso não há uma avaliação de demérito, antes pelo contrário. Talvez se possa dizer da Análise do Discurso o que Foucault disse do marxismo e da psicanálise: que são muito importantes para serem ciências (Sírío Possenti. **Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas**. 2004)

“É provável que pertençamos a uma época de crítica em que a ausência de uma filosofia primeira a cada instante nos lembra o reino e a fatalidade: época de inteligência que nos mantém irremediavelmente à distância de uma linguagem originária. Para Kant, a possibilidade e a necessidade de uma crítica estavam ligadas, através de certos conteúdos científicos, ao fato de que existe conhecimento. Em nossos dias, elas estão vinculadas – Nietzsche, o filólogo, é testemunha – ao fato de que existe linguagem e de que, nas inúmeras palavras pronunciadas pelos homens – sejam elas racionais ou insensatas, demonstrativas ou poéticas – um sentido que nos domina tomou corpo, conduz nossa cegueira, mas espera, na obscuridade, nossa tomada de consciência, para vir à luz. Estamos historicamente consagrados à história, à paciente construção de discursos sobre os discursos, à tarefa de ouvir o que já foi dito (Michel Foucault. **O Nascimento da Clínica**. 1963)

Foucault na formação discursiva da análise de discurso:

um autor, um conceito, uma positividade

VOSS, Jefferson. **Foucault na Formação Discursiva da Análise de Discurso: um autor, um conceito, uma positividade.** Tese (Doutorado em Linguística). Campinas-SP: IEL/Unicamp, 2015. 172 p.

Resumo: O objetivo principal desta tese é o de fornecer um percurso histórico a partir do conceito de formação discursiva (FD) de Michel Foucault nos estudos do discurso que vão de 1970 a 1980 na França. Este percurso visa a contribuir para a história das articulações entre a arqueologia dos saberes de Michel Foucault, com destaque para o conceito de FD, e os projetos teóricos de Michel Pêcheux – reconhecido como um dos grandes filósofos e epistemólogos que contribuíram para a fundação da análise de discurso francesa (ADF). A tese está dividida em dois capítulos principais, aos quais são acrescentados um capítulo introdutório e outro final com as últimas considerações. Quanto aos dois capítulos centrais, o primeiro deles realiza um percurso pelas rearticulações teóricas que, tanto da parte do grupo em torno de Michel Pêcheux quanto de outras vias de desenvolvimento da ADF, aproximaram conceitos arqueológicos de Foucault às teorias do discurso desenvolvidas à época, entre o início da década de 1970 e o início da década de 1980. Já a segunda parte da tese, seu terceiro capítulo, destina-se a um segundo percurso, dessa vez focalizando as diversas reelaborações teóricas de Michel Foucault em torno de sua própria arqueologia dos saberes. A principal contribuição da argumentação que desenvolvo é a de endossar a afirmação (cf. MALDIDIER, 2003) de que estiveram em ação práticas múltiplas e descontínuas de análise de discurso que, de modos bastante distintos e diversos, multiplicaram relações entre autores e a positividade do domínio da ADF. De modo talvez bastante indireto, faço uma opção metodológica pelo conceito de percurso desenvolvido por Dominique Maingueneau (2008, 2015).

Palavras-chave: Formação discursiva; Teoria do discurso; Michel Foucault; Michel Pêcheux; Percurso.

Foucault across the discursive formation of discourse analysis:

an author, a concept, a positivity

VOSS, Jefferson. **Foucault across the Discursive Formation of Discourse Analysis: an author, a concept, a positivity.** Thesis (Doctor Degree in Linguistics). Campinas-SP: IEL/Unicamp, 2015. 172 p.

Abstract: The main purpose of this thesis is to offer a historical path of the concept of discursive formation (DF) by Michel Foucault in discourse studies from 1970 to 1980 in France. This path aims to contribute to the history of the articulations between the archeology of knowledge by Michel Foucault, highlighting the concept of DF, and the theoretical projects by Michel Pêcheux – recognized as one of the great philosophers and epistemologists that contributed to the foundation of French Discourse Analysis (FDA). The thesis is divided into two main sections, to which are added an introductory chapter and a final one with closing remarks. As for the two central chapters, the first of them followed a path athwart some theoretical rearticulations that approached archaeological concepts by Foucault to the discourse theories developed at that time, between the early 1970s and the early 1980s. Both the part of the group around Pêcheux as the one of others FDA developing groups made these articulations. The second part of the thesis, its third chapter, is intended to a second path, this time focusing on the various theoretical reworkings of Michel Foucault around his own archeology of knowledge. The main contribution of the argument I develop is supporting the statement (MALDIDIÉ, 2003) according to which multiple and discontinuous practices of discourse analysis were in action; and they multiplied relationships between authors and the FDA area of positivity in quite different and several ways. Perhaps rather indirectly, I make a methodological choice for the concept of path developed by Dominique Maingueneau (2008, 2015).

Keywords: Discursive formation; Discourse theory; Michel Foucault; Michel Pêcheux; Path.

Foucault à travers la formation discursive de l'analyse du discours :

un auteur, un concept, une positivité

VOSS, Jefferson. **Foucault à travers la formation discursive de l'analyse du discours : un auteur, un concept, une positivité.** Thèse (Doctorat en Linguistique). Campinas-SP: IEL/Unicamp, 2015. 172 p.

Résumé : L'objectif principal de cette thèse est d'offrir un parcours historique de la notion de formation discursive (FD) de Michel Foucault dans les études de discours allant de 1970 à 1980 en France. Ce parcours vise à contribuer à l'histoire des articulations entre l'archéologie du savoir de Michel Foucault, mettant en évidence le concept de FD, et les projets théoriques de Michel Pêcheux – reconnu comme l'un des grands philosophes et épistémologues qui ont contribué à la fondation de l'analyse de discours française (ADF). La thèse est divisée en deux sections principales, à laquelle on ajoute un chapitre introductif et une autre finale avec des remarques de clôture. Comme pour les deux chapitres centraux, le premier chapitre a suivi un parcours par des reformulations théoriques qui, tant de la part du groupe autour de Michel Pêcheux que pour d'autres voies de développement de l'ADF, approchaient concepts archéologiques de Foucault et les théories de discours développés à l'époque, entre le début des années 1970 et le début des années 1980. La deuxième partie de la thèse, son troisième chapitre, est destiné à un second parcours, cette fois en se concentrant sur les différents remaniements théoriques de Michel Foucault autour de sa propre archéologie du savoir. La principale contribution de l'argument que je développe est d'appuyer l'affirmation (MALDIDIER, 2003) dont qu'ils étaient en action de pratiques multiples et discontinues de l'analyse du discours qui, de façons bien différentes et plusieurs, ont multiplié les relations entre les auteurs et la positivité du domaine d'ADF. Peut-être d'une manière très indirecte, je fais un choix méthodologique pour le concept de parcours développé par Dominique Maingueneau (2008, 2015).

Mots-clés : Formation discursive ; Théorie du discours ; Michel Foucault ; Michel Pêcheux ; Parcours.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO: NOS LIMIARES DAS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS	11
2 MICHEL PÊCHEUX E A ARTICULAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT E A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA	14
2.1 MICHEL PÊCHEUX E O CONCEITO MATERIALISTA DE FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	19
2.1.1 <i>A entrada do conceito de FD na ADF (1970-1971)</i>	<i>24</i>
2.1.2 <i>Outras práticas discursivas de ADF a partir de 1969.....</i>	<i>40</i>
2.1.3 <i>A elaboração do conceito de FD por Foucault (1968-1969)</i>	<i>61</i>
2.1.4 <i>O conceito de FD de Pêcheux na ADF pós-1971: a insistência em Foucault.....</i>	<i>72</i>
2.1.4.1 <i>O grupo de Pêcheux investe na crítica a Foucault.....</i>	<i>73</i>
2.1.4.2 <i>Foucault predomina</i>	<i>81</i>
2.2 CRÍTICAS E DESDOBRAMENTOS EM TORNO DO CONCEITO DE FD: FOUCAULT E PÊCHEUX NA ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA A PARTIR DA DÉCADA DE 1980.....	97
2.2.1 <i>Courtine: da introdução à crítica ao conceito de FD na política da ADF.....</i>	<i>99</i>
2.2.2 <i>Guilhaumou e sua narrativa da transvaliação imanente.....</i>	<i>110</i>
2.2.3 <i>Maingueneau, unidades tópicas e não tópicas: FD, percursos e posicionamentos.....</i>	<i>114</i>
3 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E AS PRÁTICAS (NÃO!) DISCURSIVAS: PROBLEMATIZAÇÕES, DE FOUCAULT PARA A ANÁLISE DE DISCURSO.....	121
3.1 OS LIMITES DO DISCURSO EM FOUCAULT: PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS?	125
3.1.1 <i>Os saberes, as positivities e as formações discursivas</i>	<i>126</i>
3.1.2 <i>A rarefação dos discursos: função autor, disciplina, obra e comentário.....</i>	<i>141</i>
3.2 SOBRE A POSITIVIDADE DO CONCEITO DE DISCURSO: A LINGUAGEM E SEUS DUPLOS	148
4 DE NOSSAS HERANÇAS ÀS NOSSAS RELAÇÕES: UM AUTOR, UM CONCEITO, UMA POSITIVIDADE.....	158
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	166

1 INTRODUÇÃO: NOS LIMIARES DAS PRÁTICAS NÃO DISCURSIVAS

E, assim, o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu – o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espraiamento de todo um campo de questões – algumas já familiares – pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria: como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação)? Através de que critérios isolar as unidades com que nos relacionamos: O que é *uma* ciência? O que é *uma* obra? O que é *uma* teoria? O que é *um* conceito? O que é *um* texto? Como diversificar os níveis em que podemos colocar-nos, cada um deles compreendendo suas escansões e sua forma de análise? Qual é o nível legítimo da formalização? Qual é o da interpretação? Qual é o da análise estrutural? Qual é o das determinações de causalidade?

(Michel Foucault. **A arqueologia do saber**. 1969)

Em 2008, participei, ainda como ouvinte, da I Jornada Internacional de Estudos do Discurso, na Universidade Estadual de Maringá, onde mais tarde viria a defender o mestrado em Letras sob a orientação do Professor Pedro Navarro. Nessa jornada, ganhei em um sorteio, o livro organizado por Roberto Leiser Baronas (2007): *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*. Ali começava, mais pontualmente, este meu percurso em torno do conceito de formação discursiva e daquilo que, a partir daquele livro organizado por Baronas, descobri se tratar de sua dupla paternidade ou de sua paternidade partilhada, esta que coloca em polêmica Michel Pêcheux e Michel Foucault (cf. GREGOLIN, 2004).

Em 2009, ingressei no mestrado em Letras da UEM e o problema dos diferentes conceitos de formação discursiva foi de imediato o que mais me chamou a atenção. Além de ser definitivamente uma noção que eu muito estranhava desde a graduação e de minhas tentativas de análises de discursos, e estranhava pela facilidade como eu a aplicava, também era uma noção que eu já tinha entendido como bastante perigosa: um terreno bastante sinuoso sobre o qual não se poderia proceder por uma direção qualquer. Por isso mesmo, tomei a direção

de enfrentar a dificuldade que eu encontrava para definir a noção – e falo a respeito da dificuldade para definir modos mais ou menos homogêneos ou regrados de decidir sobre aquilo que se pode chamar de uma FD ou de ser recortar num *corpus* como uma FD. Na época, meu maior enfrentamento foi *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a) e sua diferença entre práticas discursivas e não discursivas.

Em minha dissertação de mestrado, *O conceito de formação discursiva de Foucault e o tratamento de objetos da mídia: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira* (VOSS, 2011a), eu unia esforços para poder articular o conceito de formação discursiva de Foucault à análise de práticas que ele mesmo havia admitido como não discursivas, as da publicidade impressa.

Este problema da diferença entre práticas discursivas e não discursivas reaparece nesta tese. Desta vez, contudo, ele já vem especificado a partir da própria estratégia teórica do grupo de Michel Pêcheux no início da década de 1970, sustentada na crítica de Dominique Lecourt (1970) à arqueologia dos saberes de Foucault. O objetivo geral desta tese é, nesse sentido, o de fazer um percurso pela história da entrada e das primeiras articulações entre o conceito de FD de Michel Foucault e as teorias do discurso que positivaram o domínio da ADF. Logo, um primeiro percurso pelas articulações teóricas realizadas pelo grupo em torno de Michel Pêcheux e pela sua discordância com essa diferença entre práticas discursivas e não discursivas será crucial para a explicitação dessa polêmica entre Pêcheux, Foucault e o conceito de FD. Este pontapé inicial é dado pelo Capítulo 02.

Em *Michel Pêcheux e a articulação entre a arqueologia de Michel Foucault e a análise de discurso francesa*, minha argumentação parte desta articulação teórica que o grupo de Michel Pêcheux realizou no início da década de 1970 a fim de concluir que, sem dúvida, um dos principais motivos para que Michel Foucault seja atualmente elencado como referência teórica na ADF é este gesto inicial do grupo de Pêcheux ao problematizar este conceito de formação discursiva e rearticulá-lo às teorias da ADF. Este projeto de crítica a Foucault acaba incidindo numa aproximação cada vez mais tênue com seus conceitos. Além disso, o Capítulo 02 deixa entrever como conclusão o fato de que o declínio no uso do conceito de FD no início da década de 1980 haveria coincido com uma fase de novas articulações teóricas com a arqueologia dos saberes de Foucault e também com sua famosa conferência, *A ordem do discurso* (1970). Conceitos como os de arquivo, memória discursiva e acontecimento discursivo se devem, em certa medida, a contribuições sérias de Michel Foucault aos estudos de discurso na França.

Já no terceiro Capítulo, *As formações discursivas e as práticas (NÃO!) discursivas: problematizações, de Foucault para a Análise de Discurso*, o conceito de práticas não discursivas aparece ainda mais insistente. Dessa vez, não se trata somente de mostrar o ponto de vista do grupo em torno de Michel Pêcheux, a partir do qual, na esteira de Lecourt (1970), a distinção era inoportuna e consistia num ponto cego da teoria de Foucault: seu discurso paralelo, seu reformismo teórico. Nesta segunda parte da tese, faço um novo percurso, dessa vez centrado nas rearticulações teóricas que acontecem de modo intradiscursivo (FOUCAULT, 1968a), entre os próprios textos de Foucault. Portanto, o Capítulo 03 é destinado a uma reflexão sobre algumas distinções importantes para a teoria dos saberes de Foucault, como as que ele faz entre alguns conceitos: discurso, formação discursiva, regras de formação, práticas discursivas, práticas não discursivas, positivities, saberes etc. Além disso, eu faço este percurso pelos textos de Foucault de modo a enfatizar também um percurso autocrítico do próprio autor em relação a estas noções entre 1968 e 1971.

As Considerações Finais desta tese aparecem na forma de um último capítulo: *De nossas heranças às nossas estranhas relações: um autor, um conceito, uma positividade*. Concluo a minha argumentação refletindo sobre alguns paradoxos que se impuseram a mim no final deste meu percurso pelos textos, principalmente, de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Estes paradoxos, problematizados justamente com base em alguns conceitos explorados a partir da teoria de Foucault no Capítulo 03, incidem de modo bastante peculiar em algumas categorias que tomei como evidentes para este meu início de percurso: os autores, os conceitos, as disciplinas. Nesse sentido, a conclusão da tese torna central e problemático este paradoxo principal relativo a nossas heranças, o da disciplinarização dos autores e dos conceitos, e indaga sobre este meu próprio ponto de partida, este que simula *o início* do percurso.

2 MICHEL PÊCHEUX E A ARTICULAÇÃO ENTRE A ARQUEOLOGIA DE MICHEL FOUCAULT E A ANÁLISE DE DISCURSO FRANCESA

Uma questão decisiva está implícita em todas essas páginas, que poderiam parecer longas e redundantes: a necessidade, reconhecida por Foucault, de definir o “regime de materialidade” do que denomina o discurso, a necessidade correlativa de elaborar uma nova categoria – materialista – de “discurso”, e enfim de pensar a história desse “discurso” em sua materialidade. É essa a tríplice tarefa que se propõe a *Archéologie*; e é nessa tentativa que reside, como veremos, o seu insucesso relativo. (Dominique Lecourt. **Sobre a arqueologia do saber** (a propósito de Michel Foucault). 1970)

Eu gostaria que, marxistas ou não, sejamos capazes de frustrar, em nosso domínio de investigação e de reflexão, a irresistível tendência ao narcisismo teórico que pode tomar diversas formas integrativas, entre a a-historicidade antropológica e a historicidade homogênea de um simbolismo coletivo que parece ter dificuldades em suportar a categoria de contradição (Michel Pêcheux. **Metáfora e interdiscurso**. 1984)

Neste primeiro capítulo, desenvolvo uma argumentação em torno da entrada do conceito de formação discursiva de Michel Foucault (1968a, 1968b, 1969a, 1971) nas problemáticas dos estudos do discurso na França entre o final da década de 1960 até o início da década de 1980, que é um período em que se multiplicam as práticas de análise de discurso na França e no qual Foucault é assumido em vários trabalhos, e sob vários estatutos, como referência teórica, por conta de suas reflexões sobre as condições de produção dos discursos na manutenção e transformação dos saberes (cf. FOUCAULT, 1961, 1963, 1966, 1968a, 1968b, 1969a, 1969b, 1970). Esta incursão nas problemáticas desenvolvidas por Michel Foucault tem o objetivo tanto de resenhar o desenvolvimento que ele garante para o conceito de formação discursiva (inclusive ao lado daquele de formação pré-discursiva, já que ele também reflete sobre o conceito de práticas não discursivas) quanto de descrever algumas articulações teóricas entre a arqueologia de Michel Foucault e a Análise de Discurso francesa (ADF). Faço um recorte entre as diferentes práticas de ADF e priorizo, então, a articulação teórica que o grupo em torno de Michel Pêcheux realiza entre alguns conceitos de Michel Foucault e as teorias do discurso que desenvolvem em vários trabalhos.

Dessa forma, apesar de o ponto de partida ser este certo privilégio garantido às estratégias teóricas do grupo de Michel Pêcheux nos desenvolvimentos da ADF, não deixo de

destacar, durante a argumentação, a diversidade de práticas de ADF que disputaram o conceito de discurso na época e também as aproximações que elas mantiveram com a teoria arqueológica de Michel Foucault (1968a, 1969a, 1970) e com o conceito de formação discursiva. Em face à descontinuidade, dispersão e diversidade dessas práticas discursivas, opto por enfatizar justamente as aproximações da ADF com a noção de formação discursiva, já que se trata de uma das noções que melhor permite fazer um percurso sobre a circulação dos textos de Michel Foucault entre as referências teóricas da ADF durante as décadas de 1970 e 1980 na França.

Esta opção por uma via de descrição que multiplica os modos de aproximação entre os textos de Foucault e as problemáticas da ADF visa inclusive, ao longo deste primeiro capítulo, a problematizar o foco em Michel Pêcheux como principal articulador dos conceitos de Michel Foucault para a ADF. Como demonstro até o final deste capítulo, as práticas de análise de discurso na época, com destaque para aquelas que se dedicam à tipologia do discurso político, não são absolutamente divididas em grupos, como o faz simular Claudiana Narzetti (2012b) no recorte para sua tese de doutorado. Ainda que eu assumo inicialmente tanto este recorte de Narzetti¹ sobre um grupo dedicado à linguística social e à sociolinguística (o de Jean Dubois e Jean-Baptiste Marcellesi) e outro dedicado à teoria do discurso (o de Michel Pêcheux, Françoise Gadet, Catherine Fuchs e Paul Henry, principalmente) quanto o próprio destaque oferecido a Michel Pêcheux no projeto de uma teoria do discurso articulada ao materialismo histórico tal como proposto por Louis Althusser, trato de procurar desconstruir estas muletas iniciais que auxiliam nas estratégias da minha argumentação: *o grupo, o autor, ou, quem sabe, um fundador*.

Não posso deixar de destacar a importância que as pesquisas de Narzetti (2012a, 2012b) tem sobremaneira para a consolidação desses recortes neste primeiro capítulo, ainda que eu opte por também problematizá-los. Em primeiro lugar, o estudo de Narzetti (2012a) publicado em livro, permite que eu destaque a relevância de Michel Pêcheux entre os pesquisadores franceses envolvidos com a elaboração de uma teoria do discurso a partir de meados da década de 1960; além disso, Narzetti (2012a) também oferece uma importante reflexão sobre a passagem, nos esforços de Pêcheux, do projeto de uma teoria geral das ideologias, destacada sob as publicações de Pêcheux sob o pseudônimo de Thomas Herbert

¹ Apesar de eu tomar o trabalho de Claudiana Narzetti como referência, por se tratar de uma importante contribuição à história da ADF praticada no Brasil, é importante ressaltar, entretanto, que outros autores (cf. COURTINE, 1982, 1992; MALDIDIER, 1990) também já haviam discutido sobre estes dois principais grupos que se articularam para o desenvolvimento teórico e metodológico da ADF.

(1968) e articulada a um método de escuta social, até a primeira estratégia de elaboração de uma teoria do discurso: *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 1969).

Já a tese de doutorado de Claudiana Narzetti (2012b), a respeito da entrada das teorias do Círculo de Bakhtin entre as referências teóricas da ADF, também é meu ponto de partida para destacar a diversidade de práticas de ADF no período que recorro para a minha discussão. Sobre este aspecto, Narzetti trata de especificar dois grupos diferentes que desenvolveram a ADF a partir de esforços e especificações teóricas distintos: o de Pêcheux e o de Marcellesi. A partir dessas contribuições de Narzetti (2012a, 2012b), posso tanto me aproximar do projeto de Michel Pêcheux já destacando sua importância na especificação de uma teoria do discurso para a ADF quanto relacionar este projeto com outras práticas de ADF entre as décadas de 1970 e 1980.

Já que argumento a favor da diversidade e descontinuidade na elaboração das teorias do discurso na França neste período que recorro, esta minha narrativa sobre a aproximação entre as noções arqueológicas de Michel Foucault e os projetos teóricos da ADF não deixa de, como já afirmei, tornar um pouco menos central o papel de Michel Pêcheux nesta articulação teórica. Como mostro até o final do capítulo, vários outros pesquisadores participaram desta empreitada e inclusive de formas bastantes distintas, dando maior ou menor destaque para o projeto teórico de Michel Pêcheux. Além disso, do lado do grupo da ADF mais ligado à sociolinguística, também não há a homogeneidade de um quadro teórico que, na linguística social, releve a importância de desenvolver uma teoria do discurso para a ADF. Por isso mesmo, meu percurso sobre a entrada das noções da arqueologia de Foucault no domínio da ADF visa tanto a desconstruir certa centralidade de Pêcheux na articulação entre as noções de Foucault e a ADF quanto evidenciar uma diversidade de práticas de ADF que se aproximaram diferentemente também das práticas teóricas de Pêcheux e de Foucault.

A conclusão deste primeiro capítulo é a de que os textos ditos arqueológicos de Foucault, principalmente aqueles em que ele oferece discussões e teorizações sobre o conceito de discurso (FOUCAULT, 1968a, 1969a, 1969b, 1970a), estão intrinsecamente relacionados com o desenvolvimento do projeto teórico de Pêcheux e de seu grupo entre 1970 e 1980 de modo que, no início da década de 1980, Foucault já é bem menos criticado e muito mais articulado à teoria do discurso deste grupo (cf. MARANDIN, 1979, COURTINE, 1981). Portanto, o que faço é um *percurso* pela entrada do conceito de formação discursiva (FD) na ADF com a finalidade de enfatizar as aproximações e articulações teóricas entre esta última e a teoria arqueológica de Foucault, conforme também já o demonstrou Gregolin (2004).

A primeira parte do capítulo (2.1), *Michel Pêcheux e o conceito materialista de formação discursiva*, é dedicada a este trajeto da entrada de Foucault no rol de referências da ADF. Esta primeira parte está articulada em quatro textos principais. No primeiro deles (2.1.1), *A entrada do conceito de FD na ADF (1970-1971)*, aproveito a deixa de Courtine (2010) de que as primeiras rearticulações da teoria de Foucault para a ADF haviam operado *contra* Foucault e *contra* restrições de sua própria teoria; dessa forma, destaco que, ainda que Foucault tenha sido bastante criticado pelo grupo de Pêcheux nas primeiras recepções de *A arqueologia do saber*, principalmente via Dominique Lecourt (1970), esta articulação teórica *contra* Michel Foucault não abre mão, contudo, de seu conceito de formação discursiva.

No segundo texto (2.1.2), *Outras práticas discursivas de ADF a partir de 1969*, enfatizo a especificidade de outras práticas de ADF nos primórdios de sua disciplinarização e explico alguns confrontos entre a teoria do discurso do grupo de Pêcheux e a via sociolinguística da ADF; além disso, ainda trato de situar a recepção e o interesse desses outros pesquisadores, aqueles não empenhados no projeto de Pêcheux, relativamente aos textos de Foucault. Já no terceiro texto (2.1.3), *A elaboração do conceito de FD por Foucault (1968-1969)*, descrevo algumas nuances dos confrontos entre Michel Foucault e os historiadores marxistas e, partir daí, focalizo também as polêmicas abertas pelo grupo de Pêcheux em torno desses textos confrontadores de Foucault e, especificamente, em torno do conceito de formação discursiva. Este terceiro texto termina ressaltando a recepção negativa da teoria arqueológica por parte do grupo de Pêcheux e para a tentativa de rearticulação teórica que já é promovida pelo grupo a partir de noções discutidas por Foucault, com destaque para esta de formação discursiva.

O último texto da primeira parte deste capítulo (2.1.4), *O conceito de FD de Pêcheux na ADF pós-1971: a insistência em Foucault*, está dividido em duas discussões. Na primeira delas (2.1.4.1), *O grupo de Pêcheux investe na crítica a Foucault*, discuto as críticas empreendidas pelo grupo de Pêcheux, especialmente por parte de Michel Pêcheux e Régine Robin, contra os quadros teóricos desenvolvidos por Michel Foucault (1969a). Apesar disso, o item tem a finalidade de já destacar algumas aproximações e rearticulações que flagram, em meados da década de 1970, um entusiasmo maior em assumir as reflexões teóricas de Foucault. O último texto (2.1.4.2), *Foucault predomina*, aborda algumas recepções diversificadas e dispersas dos textos de Foucault entre as ciências da linguagem e também discute dados sobre a importância que as teorias de Foucault sobre o discurso têm para a problematização deste objeto de saber a partir da década de 1970. O texto termina demonstrando, no final da década

de 1970 e início da década de 1980, uma outra recepção do conceito de FD pelo grupo de Pêcheux. Esta outra recepção pode ser apreendida nos artigos de Marandin (1979) e Courtine (1981) e marca uma rearticulação ainda maior dos conceitos de Foucault para a ADF, já que, dessa vez, ainda que as teorias de Foucault e Pêcheux sobre o discurso sejam absolutamente distintas, os pesquisadores tratam de aproximar o quadro teórico de Pêcheux às reflexões de Foucault.

A primeira parte deste capítulo, como um todo, se empenha, portanto, em narrar este percurso de várias relações entre as publicações de Foucault e as teorias e análises de discurso entre as décadas de 1970 e 1980, com destaque para as recepções de Pêcheux e de seu grupo. Já na segunda parte do primeiro capítulo (2.1), destaco os nomes de três pesquisadores franceses (e alguns textos destes pesquisadores) que discutem, mais recentemente, o conceito de formação discursiva para a ADF: Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou e Dominique Maingueneau.

Nos três textos que compõem este final do primeiro capítulo, faço aproximações e confrontos entre estas três posições teóricas e incorporo, então, as discussões que realizei na primeira parte do capítulo para mostrar as dificuldades que, já no início da década de 1980, vão incidir no declínio no uso da noção de formação discursiva pela ADF. Da parte de Courtine, ele ressaltará as inadequações na articulação dos conceitos arqueológicos de Foucault; Guilhaumou, por sua vez, falará de uma transvaliação imanente da noção de formação discursiva que levou à priorização de processos discursivos pela via da materialidade linguística e ao abandono da noção de FD; finalmente, Maingueneau será o único a apostar ainda na importância das distintas noções de FD de Foucault e de Pêcheux para a ADF. Nesse sentido, o primeiro capítulo chega ao final destacando que o conceito de FD, mesmo tendo aberto essa dupla via de utilização por conta de empregos distintos de Foucault e de Pêcheux, não deixou de ser um conceito muito importante para ADF, já que, como demonstra Maingueneau (2008, 2015), permite diferenciar tipos de unidades discursivas na relação que elas têm com aparelhos institucionais organizados ou não, o que leva à diferença, assumida pelo autor, entre unidades tópicas e não tópicas dos discursos.

2.1 Michel Pêcheux e o conceito materialista de formação discursiva

Michel Pêcheux é igualmente citado, ao lado de Michel Foucault – e ainda que Foucault tenha entrado tangencialmente na ADF *stricto sensu* na conjuntura entre as décadas de 1960 e 1980 na França –, como um dos precursores no investimento teórico no conceito de formação discursiva quando dos primeiros desenvolvimentos da ADF. Com base neste dado, gostaria de, nesta primeira parte do capítulo, sobre a entrada do conceito de formação discursiva na ADF a partir de Foucault e Pêcheux, tanto focalizar quanto desmistificar o papel de Michel Pêcheux no empréstimo e transposição do conceito de formação discursiva de Michel Foucault para a ADF. Se, de um lado, Pêcheux será um dos precursores na rearticulação de conceitos de Foucault para a ADF, ele não o fará sozinho e, ao mesmo tempo, irá inaugurar o *paradoxo*, bastante fértil e promissor inclusive, de incluir Foucault no rol de autores que oferecem conceitos e problemáticas para os temas e teorias da ADF. O empréstimo do conceito de formação discursiva é um dos primeiros e principais pontos de articulação entre a teoria de Pêcheux e a de Foucault, ainda que sejam projetos teóricos distintos. Por isso mesmo, é a partir da história deste empréstimo que procuro evidenciar um tipo de regularidade no percurso das articulações entre as teorias arqueológicas de Foucault e as teorias do discurso de Michel Pêcheux.

Inclusive, se sou bastante categórico nesta afirmação sobre o empréstimo e transposição do conceito de Foucault, isto se deve ao fato notório, e nada desconhecido entre os leitores da ADF no Brasil (cf. GREGOLIN, 2004, BARONAS, 2004, 2005a, 2007, 2011b, GRANJEIRO, 2006, 2007, GIACOMONI & VARGAS, 2010), de que o conceito tanto é inspirado na problemática abordada por Michel Foucault em *A arqueologia do saber* (1969), quanto também é uma tentativa do grupo de analistas em torno de Michel Pêcheux de ler Foucault e de aplicar seus conceitos, principalmente estes ditos arqueológicos, a partir da necessidade de uma apropriação daquilo que o trabalho de Foucault continha de materialista (PÊCHEUX, 1977; COURTINE, 1981, p. 70). Inclusive alguns destes trabalhos brasileiros, como os de Gregolin (2004) e de Granjeiro (2007), lembram que, em vários textos, Michel Pêcheux (1977, 1978, 1981, 1983a, 1983b) explicita este empréstimo. Courtine (1987, p. 69), muito antes destes comentários brasileiros, também já havia alertado tanto sobre os empréstimos e transposições dos conceitos de discurso e formação discursiva de Foucault, quanto sobre os riscos que tal empreitada suscitou durante a década de 1970.

Por outro lado, se também afirmo que pretendo ao mesmo tempo desmistificar este papel de Pêcheux, além de focalizá-lo, isso acontece porque, segundo a argumentação que desenvolvo neste item, Pêcheux será muito mais *tornado central* nesta história de transposição dos conceitos arqueológicos do que de fato ele o é. Para corroborar esta hipótese, procurarei descrever e avaliar também o papel de outras figuras participantes de tal empreitada de transposição teórica: Antoine Culioli, Claudine Haroche, Catherine Fuchs, Jean-Jacques Courtine e Dominique Maingueneau, sem contar muitos outros trabalhos que, fora do domínio específico da ADF, também rearticularam conceitos que Foucault definiu entre 1968 e 1970. Por isto mesmo, até o final deste primeiro texto, pretendo demonstrar que muito mais há a tentativa de tornar central o papel de Pêcheux como articulador deste empréstimo da noção de FD, do que de fato acontece na relação entre os textos e seus dados de publicação, como cronologia e efeitos de autoria. Esta centralização, segundo meu ponto de vista, se deve à especificidade da estratégia teórica deste grupo de pesquisa com aspirações particulares, este em torno de Pêcheux e na esteira do materialismo histórico e dialético althusseriano, e à tentativa de diferenciá-lo, já a partir do marco de sua primeira teorização, *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 1969), de outras vias de ADF que competiam pelo mesmo espaço acadêmico, como aquela em torno de Dubois e Marcellesi, e que era identificada como sociologista pelo grupo de Pêcheux (cf. NARZETTI, 2012b). Dessa forma, é importante ressaltar que acompanho estas articulações entre conceitos e estratégias teóricas² procurando destacar a formação de temas e teorias que atualmente estão disponíveis para a Análise de Discurso brasileira.

De fato, como desenvolvo melhor em 2.1.4.2, o grupo de Pêcheux, no final da década de 1970 e no início da década de 1980 já era especificado e diferenciado em relação a outras práticas de análise ou teoria do discurso: Maingueneau (1979, p. 25) distingue estas publicações do grupo de Pêcheux como pertencentes à específica análise *automática* do discurso; Courtine, por sua vez, diferencia o “quadro de uma teorização de ‘articulação’ entre língua, discurso e ideologia (‘a via althusseriana’)” da “perspectiva sociologizante de uma diferenciação linguística dos grupos sociais (‘a via sociolinguística’)” (COURTINE, 1982, p. 12); Laks (1984, p. 109), finalmente, localiza o grupo de Pêcheux no polo da teoria do discurso, um polo teórico do campo da sociolinguística e dentre as várias correntes agregadas por este campo.

² A descrição da formação das estratégias do discurso é apontada por Foucault (1969a) como uma possibilidade de descrição do desempenho da função enunciativa na análise das formações discursivas.

Não só isso: o grupo de Pêcheux ainda denunciava desde cedo, desde as publicações de Thomas Herbert (cf. NARZETTI, 2012a), o sociologismo nas ciências sociais como um todo, em que prevaleciam os métodos da análise de conteúdo, já criticada inicialmente, da parte do grupo de Pêcheux, por Paul Henry e Serge Moscovici (1968), em *Problèmes de l'analyse de contenu*, publicado no número 09 da Revista *Langages* de 1968. Por isso o investimento na linguística e, particularmente, na semântica; daí também a articulação entre o materialismo histórico e a linguística: Henry e Moscovici (1968) confrontam a análise de conteúdo com o conceito de condições de produção do discurso, enquanto Antoine Culioli (1968) critica os métodos de formalização em linguística quando estendidos ao domínio da semântica. Também Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert (1968) e no mesmo número 09 da Revista *Cahiers pour l'analyse* em que consta este texto de Culioli, assume cedo uma articulação teórica entre o materialismo histórico, a psicanálise e a linguística e já projeta uma teoria do discurso que não seja determinada pela linguística ou pela psicanálise, mas pelo materialismo histórico: “Nessa articulação, percebe-se que o lugar de fala de Herbert é o MH [materialismo histórico] e que a Psicanálise e a Linguística são mobilizadas para responder a uma problemática inerente ao MH: a da ideologia” (NARZETTI, 2012a, p. 253).

Dessa forma, são pressupostos básicos para esta minha incursão nos textos de Michel Pêcheux e na problemática do empréstimo do conceito de FD os fatos de que o conceito é tomado emprestado de Foucault e de que o empréstimo suscita uma tentativa de reelaboração do conceito articulando-o ao viés materialista histórico firmado por Louis Althusser em torno da releitura de Marx, este que faltava ao trabalho de Foucault, lido como reformista, um tipo de marxismo paralelo. Está em jogo aí, como discuto particularmente em 2.1.3, o conceito de ideologia a partir da diferença que Foucault (1969a) havia aberto entre práticas discursivas e práticas não discursivas e entre saber e ideologia. Desde uma crítica de Dominique Lecourt (1970) sobre *A arqueologia do saber* e da elaboração teórica de Louis Althusser (1970) sobre a diferença entre ideologias práticas e teóricas, Pêcheux e alguns pesquisadores a ele ligados procuraram rebater conceitos que Foucault havia tanto admitido quanto já reelaborado no final da década de 1960, como os de episteme e formação discursiva na relação com esta diferença entre práticas discursivas e não discursivas (cf. FOUCAULT 1969a).

É importante ressaltar que não é por acaso que Michel Pêcheux é tornado central na elaboração dessa articulação entre o materialismo histórico e a teoria arqueológica de Foucault. Se, por um lado – o que pode ou não ter a ver com *essa história*, pelo menos da parte dos brasileiros –, não se pode esquecer que Michel Pêcheux, por conta do trabalho de tradutora e

comentadora conduzido por Eni Orlandi no IEL/Unicamp entre as décadas de 1980 e 1990, é, do ponto de vista do desenvolvimento da Análise de Discurso brasileira (ADB), um autor privilegiado para os principais eixos temáticos e conceituais brasileiros, também não se pode esquecer, por outro lado, que ele mesmo coordena um grupo específico da ADF que, entre as décadas de 1970 e 1980, manterá relações bastante tensas tanto com o marxismo do Círculo de Bakhtin (NARZETTI, 2012b) quanto com o marxismo paralelo das pesquisas de Michel Foucault (LECOURT, 1970; PÊCHEUX, 1977; MALDIDIER et al., 1977). De qualquer forma, o interesse que a teoria do discurso de Foucault suscitou para o grupo de Pêcheux permitirá articulações que hoje são muito fecundas no Brasil, em que Pêcheux e Foucault são elencados e articulados em uma grande parte das pesquisas em AD (a exemplo, cf. GREGOLIN, 2004).

Dessa forma, meu recorte também oferece uma atenção especial, até o final da tese, aos textos de Michel Pêcheux e a suas estratégias teóricas, já que as articulações promovidas por Pêcheux e suas aproximações com conceitos de Althusser e de Foucault foram muito marcantes para o quadro conceitual admitido por uma parte específica da ADF entre as décadas de 1970 e 1980, mas que atualmente estão muito imbricadas no desenvolvimento da ADB. Esta é inclusive uma justificativa para esta tese, já que esta narrativa sobre a articulação do projeto teórico de Pêcheux com os de Foucault também garante preencher lacunas sobre a história da relação entre os dois projetos teóricos, e também sobre a história destas relações no Brasil, oferecendo contribuições para as pesquisas sobre a história da ADF e de seus articuladores teóricos³.

Contudo, ao mesmo tempo que procurarei, neste percurso por textos, datas e publicações, dar relevo ao papel de Michel Pêcheux talvez como articulador principal das estratégias e teorias que aproximam algumas noções de Michel Foucault ao quadro materialista da ADF, também não posso deixar de mostrar que as especificidades de outros trabalhos, como os de Marandin (1979), Courtine (1981) e Maingueneau (1984) implicaram rumos muito importantes para a articulação entre *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a) e a ADF. Estas articulações e sua importância são destacadas na discussão que promovo a partir de 2.1.4.2 e, principalmente, na segunda parte deste capítulo, em que discuto desde a tese de Courtine de 1981, em que Foucault e Pêcheux são aproximados para uma análise do discurso político, até o livro de Dominique Maingueneau (1984), em que a teoria do discurso de Foucault figura entre as mais comentadas e mais articuladas à análise do discurso e à descrição e

³ Uma das pesquisas mais importantes na área, no que diz respeito às articulações entre Michel Foucault e Michel Pêcheux, é o livro de Maria do Rosário Gregolin (2004), *Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos*.

diferenciação de formações discursivas, ainda que tanto Courtine (2010) quanto Maingueneau (1984 [2008⁴]) venham a ratificar a opção por Foucault e particularmente o emprego que fizeram do conceito de formação discursiva nestes textos.

Faço, a partir de agora, uma incursão na história de tal conceito nas pesquisas de Michel Pêcheux a fim de argumentar a favor destas minhas hipóteses: 1) de que o termo e o principal conceito é mesmo de Michel Foucault e foi primeiramente emprestado pelo grupo em torno de Michel Pêcheux; 2) de que o conceito não foi somente desenvolvido pela ADF com referência ao conceito reelaborado por Haroche, Henry e Pêcheux (1971), mas que também Foucault foi referência teórica na relação com o conceito de formação discursiva em trabalhos da ADF a partir do início da década de 1970 (cf. VIGNAUX, 1973); 3) de que Foucault foi mais insistentemente comentado entre os estudiosos do discurso e incitou um tipo de retratação, bem direta de Michel Pêcheux (1981, 1983a, 1983b, 1984), que, mais tarde, assumiu diversas vezes a referência a Foucault para a reelaboração do conceito de FD; e 4) de que, finalmente, mesmo os analistas de discurso que participaram ativamente desta rearticulação teórica dos conceitos arqueológicos de Foucault, como Jean-Jacques Courtine e Dominique Maingueneau, deixaram de apostar nesta rearticulação da noção de FD à ADF a partir já da década de 1980. No que diz respeito à primeira hipótese, argumento sobre ela entre 2.1.1 e 2.1.3; as últimas três hipóteses são desenvolvidas nos dois textos que compõem 2.1.4.

Sobre o conceito de formação discursiva, sobre o fato portanto de ele ser desenvolvido tanto por Foucault quanto por Pêcheux, os trabalhos brasileiros que se dedicaram à questão (GREGOLIN, 2004, BARONAS, 2004, 2005a, 2007, 2011b, GRANJEIRO, 2007, SARGENTINI, 2007) trataram de ressaltar o que chamam a paternidade compartilhada da noção de formação discursiva e de afirmar que se trata de conceitos diferentes já que foram desenvolvidos no interior de projetos teóricos diferentes. Michel Pêcheux estava explicitamente confrontando Michel Foucault ao transpor e reelaborar o conceito de formação discursiva quando de sua segunda tentativa de elaboração de uma teoria do discurso (PÊCHEUX, 1975). Dessa forma, quero tornar relevante que está em jogo, na rearticulação do conceito de formação discursiva de Foucault para a ADF e via o grupo de Michel Pêcheux, a “teoria materialista do discurso” de Foucault, esta que ele não teria assumido e que, portanto, praticava às cegas: seu *marxismo paralelo*, nas palavras de Dominique Lecourt (1970).

⁴ A problematização que Maingueneau faz do emprego do conceito de formação discursiva em *Gênese dos discursos* consta na apresentação à versão brasileira do livro, traduzida por Sírio Possenti. Esta informação é importante porque se trata de um estudo, *Gênese dos discursos*, que Dominique Maingueneau publicou em 1984.

2.1.1 A entrada do conceito de FD na ADF (1970-1971)

A introdução do conceito de formação discursiva na história da ADF acontece, particularmente, no ano de 1971, com a publicação de *A semântica e o corte saussureano*, texto assinado por Claudine Haroche, Paul Henry e Michel Pêcheux. Em vários textos que remetem às mesmas informações, Roberto Baronas (2004, 2005a, 2005b, 2007, 2011a, 2011b) levanta o problema de que a noção de *formações discursivas* teria aparecido antes da publicação deste texto de 1971 e também antes mesmo da publicação de *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a), no texto *Lexis et metalexis: les problèmes des déterminants*, que teria aparecido em 1968, que seria assinado por Michel Pêcheux e Catherine Fuchs e que, por fim, ainda estaria citado em nota de fim no texto *La formalisation en linguistique* de Antoine Culioli. Inclusive, recentemente, o trecho a que Baronas (2004, 2007) recorre para este argumento, este em que constaria o conceito de FD antes das publicações de Foucault, foi citado por Morais (2015) a fim de também corroborar, em suas referências bibliográficas, o dado de que este texto seria de Pêcheux e Fuchs e de que seria publicado no *Cahiers pour l'analyse* e organizado por Culioli em 1968. Trata-se de informações imprecisas.

Na verdade, este texto, de Fuchs e de Pêcheux (nesta ordem de assinaturas), *Lexis et metalexis*, é parte do estudo *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*, assinado por Antoine Culioli, Catherine Fuchs e Michel Pêcheux (também nesta ordem) e que foi publicado em 1970 no número 07 de *Documents de linguistique quantitative*. Este texto é, dois anos mais tarde, citado por Claudine Normand (1972) em *De quelques notions fondamentales (sur un enseignement d'initiation à la linguistique)*. Também na mais confiável fonte de organização das publicações de Michel Pêcheux, *Bibliographie des travaux de Michel Pêcheux*, organizada por Angélique Pêcheux e publicada em 1986 no número 13 da Revista *Mots*, consta a informação de que *Lexis et metalexis*, de Catherine Fuchs e Michel Pêcheux, é de 1970. Portanto, não se trata de um texto de Pêcheux e de Fuchs e que aparece na nota de um texto de Culioli antes de 1970. Além de a nota realmente não existir neste texto que Culioli publica no volume 09 do *Cahiers pour l'analyse* em 1968⁵, mesmo ano e volume em que

⁵ Veja-se que neste ano de 1968 o projeto de análise do discurso de Michel Pêcheux provavelmente esteja em fase de publicação, já que *Análise automática do discurso* será publicado apenas em 1969. Jacqueline Léon (2010), por exemplo, cita um documento mimeografado de 1967 cujo título é *Análise automática do discurso*. Coincidentemente, 1969 é o mesmo ano de publicação de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault. Como eu argumento mais a frente, se fosse o caso de já utilizar o termo *formações discursivas* antes de Foucault, Pêcheux já o teria feito em *Análise automática do discurso*, também em 1969, em que aparece o conceito de *formações imaginárias*, com referência aos conceitos de imagem e imaginário advindos da psicanálise de Lacan. Sendo uma teoria do discurso, AAD-69 não teria por que negligenciar este outro conceito que responderia ao “paradigma

Foucault introduz o conceito de formação discursiva no cenário acadêmico francês, também é interessante ressaltar que este conceito de *formações discursivas* que Baronas encontra em 1970 na organização de Culioli, Fuchs e Pêcheux é assinado por seis mãos, e por quatro mãos na subdivisão da organização, e não obra solitária de Michel Pêcheux.

O fato de Baronas (2004, 2007) afirmar que o gérmen do conceito já estaria em Pêcheux, ou que pelo menos a paternidade do conceito seria partilhada (BARONAS, 2004, 2007), e que teria sido indicado no mesmo volume em que Michel Foucault (1968a), em 1968, lança oficialmente pela primeira vez o conceito de FD na Revista *Cahiers pour l'analyse*, trata-se de fato apenas de uma pequena coincidência. Inclusive, esta imprecisão deve surgir do fato de que o texto de Culioli (1968) constitui a primeira parte de *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage* que é publicado como livro na série *Documents de linguistique quantitative* em 1970. Já que o texto de Culioli entra como parte desse novo estudo organizado por Culioli, Fuchs e Pêcheux (1970), Baronas possivelmente confundiu as publicações.

Denise Maldidier (1990) não deixa dúvidas sobre a ideia de *formações discursivas* só ter sido indicada pelo grupo de Pêcheux em 1970; ela inclusive resalta que a nota de rodapé em que consta esta ideia havia sido um acréscimo de Michel Pêcheux ao texto de Antoine Culioli, este de 1968; trata-se da segunda nota de rodapé que, ao que tudo indica, teria sido redigida pelo próprio Michel Pêcheux:

É preciso antes dizer algo sobre o texto aparecido, em 1970, sob a tripla assinatura de Antoine Culioli, Catherine Fuchs e Michel Pêcheux. *Considérations théoriques a propósito do tratamento formal da linguagem* foi editado pela Dunod na série “Documentos de Linguística Quantitativa”. A primeira parte da obra reproduzia o artigo de Culioli, aparecido no *Cahiers pour l'analyse* número 9 (1968), “A formalização em linguística”, e propunha, neste texto, notas dirigidas por Culioli, Fuchs, Pêcheux; a segunda parte, de Fuchs e Pêcheux, era uma tentativa de aplicação: “Lexis e Metalexis: o problema dos determinantes”. O segundo texto trabalha, em um quadro culioliano, as operações que destinam seu valor aos determinantes (extração, flechagem, percurso). Ele aborda a questão dos “dois tipos de relativas”, uma questão central para a reflexão sobre o discurso. Michel Pêcheux aí se revela um bom “culioliano”, mas, em certas notas da primeira parte, podemos ler elementos que anunciam suas futuras elaborações. Assim, a ideia de *formações discursivas* submetidas a determinações não linguísticas (nota 2, p. 14); um comentário da oposição culioliana entre modulação retórica e modulação estilística (nota 7, p. 18), em que se inscreve já a distinção entre o efeito de sentido produzido, ao nível do “isso fala”, pela existência do *inter-discurso*, e o que deriva da estratégia consciente de um enunciador: uma pre-figuração daquilo que, no número 37 da revista *Langages*, se chamará “a teoria dos dois esquecimentos”! Enfim, o começo de uma reflexão sobre o apagamento do sujeito da enunciação, que, de imediato, toma a direção

marxista” (BARONAS, 2011b, p. 03), o de formações discursivas. Logo, Michel Pêcheux não teria “pensado” sozinho o conceito antes de 1971, em que, inclusive ao lado de Claudine Haroche e Paul Henry, define pela primeira vez um conceito próprio de FD para a ADF de seu grupo de pesquisadores.

diametralmente oposta de todas as tipologias a vir, sugerindo a aptidão dos discursos ideológicos a simular o discurso científico, tema retomado mais tarde em *Semântica e Discurso* (MALDIDIER, 1990, p. 27).

Este outro texto de Antoine Culioli, de 1968, *La formalisation en linguistique* – no qual Baronas afirma a presença da nota de rodapé de Michel Pêcheux –, havia sido coincidentemente publicado neste mesmo número do *Cahiers pour l'analyse*, o número 09 de 1968, em que Michel Foucault inaugurava seu conceito de formação discursiva. Em 1968, são dois os textos em que Foucault introduz a reflexão sobre as formações discursivas, as positivities e os saberes: *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico*, publicado no *Cahiers pour l'analyse* e que inclusive já apresenta boa parte das discussões e teorizações que ele reúne no ano seguinte em *A arqueologia do saber*, e também *Réponse à une question*, em uma discussão promovida pela Revista *Esprit*, número 371, de maio de 1968.

Inclusive, Foucault não inaugurava o conceito de qualquer forma: ele respondia questões particulares elaboradas pelo Círculo Epistemológico da Escola Normal Superior de Paris, onde Althusser empreendia suas pesquisas e reunia seu grupo de pesquisadores. A revista pertencia a essa instituição. A abertura do número da revista propõe a Foucault uma série de questionamentos sobre seu último trabalho, *As palavras e as coisas*, de 1966. Um dado mais interessante ainda vem se juntar a este sobre a presença de Foucault e Culioli neste mesmo número de *Cahiers pour l'analyse*: também Pêcheux publicou um texto no mesmo número da revista, e sob o pseudônimo de Thomas Herbert.

Trata-se do texto *Remarques pour une théorie générale des idéologies* (HERBERT, 1968), em que, do paradigma marxista, já constam e são discutidos os conceitos de formação social e formação ideológica. Em sua pesquisa, Narzetti (2012a) discute a importância deste texto na articulação teórica que antecede a elaboração de *Análise automática do discurso* (PÊCHEUX, 1969). Veja-se, portanto, que desde 1968 o próprio Pêcheux tem contato direto, suponho, com o conceito de formação discursiva de Foucault, mas está muito mais empenhado na relação entre as formações sociais, as condições de produção do discurso e as formações imaginárias, como demonstra sua tese defendida em 1968 e publicada em 1969 – a AAD-69. Inclusive, os esforços por atacar os métodos da análise de conteúdo por meio da introdução do conceito de condições de produção (HENRY & MOSCOVICI, 1968) resultava ainda nessa elaboração do conceito de formações imaginárias, já que desde cedo o projeto teórico de Pêcheux mantém laços férteis com a psicanálise (NARZETTI, 2012a) e, sendo assim, sua elaboração inicial já incide na problemática da subjetividade na linguagem e no obscurecimento

deste tema pelos métodos psicossociais e psicoindividualizantes empregados nas ciências sociais via a análise de conteúdo.

O texto em que a noção de formações discursivas é tratada ao lado da de formações sociais só aparece, por parte do grupo de Pêcheux, em 1970, neste estudo *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage*, de Antoine Culioli, Catherine Fuchs e Michel Pêcheux. E não é uma nota de rodapé para *Lexis e Metalexis*, a segunda parte da publicação; é uma nota de Pêcheux que comenta a primeira parte do livro, que coincide com o texto de Culioli de 1968, *La formalisation en linguistique*. Este livro de Culioli, Fuchs e Pêcheux é comentado em *De quelques notions fondamentales (sur un enseignement d'initiation à la linguistique)*, de Claudine Normand, publicado no número 14 da Revista *Langue Française* em 1972. Normand cita, em nota de rodapé, o trecho em que consta esta ideia de formações discursivas de Pêcheux (1970). Ao que parece, Normand reforçava esta noção, a de formações discursivas, que havia sido aventada por Fuchs e Pêcheux em 1970. Ainda assim, não há destaque para um *conceito de formação discursiva* no texto de Normand (1972); ela não cita, por exemplo, o texto de Haroche, Henry e Pêcheux de 1971.

Claudine Normand (1972) não especifica uma conceituação para formação discursiva e nem problematiza o conceito em seu texto, assim como não o havia feito Pêcheux (1970) ao sugerir tal *ideia* em 1970 (CULIOLI et al., 1970, p. 14). Portanto, até esse ponto da rearticulação teórica sobre o conceito de FD de Foucault, entre 1970 e 1971, tratava-se, é bastante provável, só de um uso terminológico, sem conceituação específica: era um termo, não um conceito; possivelmente, contudo, já suscitava de qualquer forma este conceito conhecido: o de Foucault (1968a). Normand apenas cita, em nota e para corroborar seus argumentos sobre a precariedade da dicotomia língua e fala de Saussure, o trecho em que Pêcheux, em nota, relaciona o conceito de formações discursivas ao de formações sociais. Eis o trecho, divulgado por Baronas (2004, 2005a, 2005b, 2007, 2011a, 2011b) e por Morais (2015) como se houvesse sido publicado em 1968 por Pêcheux e Fuchs em *Lexis e metalexis*, como parte de uma organização de Culioli – como já afirmei, o texto *Lexis e metalexis* é de Fuchs e Pêcheux, mas a nota em que aparece o termo *formações discursivas* se encontra no texto de Culioli, *La formalisation en linguistique*, que também é a primeira parte de *Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage* (cf. CULIOLI et al., 1970):

O funcionamento da linguagem em seus múltiplos níveis interdita a dicotomia simplificadora entre a língua (projetada como um sistema necessário) e a fala (noção que inaugura, sem o explicar, a distância entre esta necessidade do sistema e a famosa ‘liberdade do locutor’). De fato importa reconhecer que estes níveis de funcionamento

da linguagem são eles mesmos submissos a algumas regras, ainda que a apreensão destas regras escape (parcialmente) ao linguista, na medida em que as determinações não linguísticas (por exemplo os efeitos institucionais ligados às propriedades de uma formação social) entram em jogo. Não se trata de forma alguma de colocar em causa a ideia segundo a qual ‘a língua não é uma superestrutura’ (no sentido marxista desta palavra), mas de avançar que as formações discursivas estão, elas, fundamentalmente ligadas às superestruturas, ao mesmo tempo como efeitos e como causas. Uma teoria do ‘efeito de discurso’ não pode ignorar este ponto, independentemente da maneira como ela formula seu objeto (sob a forma de uma ‘pragmática’, de uma ‘retórica’ ou de uma ‘estratégia de argumentação’) (PÊCHEUX, 1970 apud NORMAND, 1972, p. 43, BARONAS, 2004, p. 53, tradução minha)⁶.

Essa citação é realmente muito importante porque demonstra que a noção de formação discursiva já vinha sendo de alguma forma articulada àquela de formação social e, por isso mesmo, já aparecia como uma noção pela qual se interessava particularmente Michel Pêcheux desde 1970, ainda que ele e seu grupo só venham a definir um conceito em 1971 (HAROCHE et al., 1970). Além disso, tal citação também permite, de certa forma, flagrar uma diferença relevante entre as teorias sobre o discurso de Michel Foucault e as de Michel Pêcheux: a própria natureza do conceito de discurso⁷. O conceito de Foucault (1968a, 1968b, 1969a) está relacionado às histórias, descontínuas, da manutenção e transformação dos saberes: uma arqueologia dos saberes para a filosofia e para a história; o de Pêcheux incide na problemática da subjetividade na linguagem e na questão da existência material das ideologias: uma teoria sobre o discurso para a linguística e para as ciências sociais que visa a substituir o formalismo e logicismo na semântica e o sociologismo e psicologismo na análise de conteúdo. Trata-se, como se vê, de conceitos situados em projetos bem distintos.

Dado que a problemática do grupo em torno de Pêcheux recaía sobre a ruptura epistemológica de Saussure e suas exclusões e limitações, na ocasião deste texto de Normand (1972), em que a noção de formações discursivas é novamente citada, a discussão da autora

⁶ Trecho no original: “Le fonctionnement du langage à ces multiples niveaux interdit la dichotomie simplificatrice entre la langue (conçue comme un système nécessaire) et la parole (notion baptisant, sans l'expliquer, la distance entre cette nécessité du système et la fameuse 'liberté du locuteur') : en fait il importe de reconnaître que ces niveaux de fonctionnement du langage sont eux-mêmes soumis à des règles, mais que l'appréhension de ces règles échappe (partiellement) au linguiste, dans la mesure où des déterminations non linguistiques (par exemple des effets institutionnels liés aux propriétés d'une formation sociale) entrent nécessairement en jeu. Il ne s'agit nullement de remettre en cause l'idée selon laquelle 'la langue n'est pas une superstructure' (au sens marxiste de ce mot) mais d'avancer que les formations discursives sont, elles, fondamentalement liées aux superstructures, à la fois comme effets et comme causes. Une théorie de 'l'effet de discours' ne peut ignorer ce point, quelle que soit par ailleurs la manière dont elle formule son objet (sous la forme d'une 'pragmatique' d'une 'rhétorique ou d'une 'stratégie de la argumentation'”).

⁷ E essa diferença acontece muito embora Jean-Jacques Courtine (1987, p. 69) assumia que até mesmo o conceito de discurso que Pêcheux desenvolve em 1975 em *Les vérités de la Palice*, e não somente o conceito de FD, está firmemente baseado em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a). Courtine argumenta (1982, 1987) que houve uma tentativa de aplicar Foucault para além de Foucault, o que implicou imprecisões teóricas e analíticas, como a do próprio Courtine (1981), que foram, em suas próprias palavras (1982), *contra* Foucault.

incide em uma crítica sobre as exclusões que a linguística de Saussure procedeu a fim de se constituir como ciência. Na esteira de Pêcheux (1969), Normand acredita que tais exclusões, a da fala e a das instituições que a promovem, se devem às tentativas de neutralizações (ideológicas, inclusive) que recobrem o próprio corte epistemológico que permitiu a linguística de Saussure. Pêcheux (1969), para Normand, abriu uma via de explicação sobre as consequências das exclusões de Saussure: seu conceito de discurso respondia às exclusões feitas por Saussure porque incorporava o materialismo histórico e a psicanálise em sua concepção de sujeito, negando o sujeito livre e em ato que seria o inverso da noção de sistema:

Nós afirmamos então que o problema essencial concerne sobretudo ao modo de acesso ao objeto. Uma atividade científica no domínio da fala, ou do ‘discurso’ (terminologia de Pêcheux), supõe que seja construída a estrutura do processo, e esta construção supõe a introdução de conceitos até então extralinguísticos que somente podem ser emprestados do materialismo histórico e da psicanálise (NORMAND, 1972, p. 43, tradução minha)⁸.

Por isso mesmo, a teoria de Michel Pêcheux é mais tarde definida por ele mesmo como uma teoria não subjetiva da subjetividade (PÊCHEUX, 1975), já que, no limite, responde a um certo projeto de descrição das formações ideológicas e também das formações do inconsciente: uma teoria geral das ideologias, desde meados da década de 1950 (NARZETTI, 2012a). Michel Pêcheux, psicólogo de formação, estava interessado pelo modo como as estruturas (econômicas, sociais, ideológicas e, em sua teoria, discursivas) incidiam na formação da subjetividade. Claudiana Narzetti (2012b) inclusive constata que o grupo em torno de Pêcheux, mais preocupado em problematizar os limites da linguística aberta por Saussure (particularmente a noção de fala), irá rejeitar boa parte das teses promovidas por uma outra via da ADF de versão mais sociolinguística e conduzida principalmente por Jean-Baptiste Marcellesi e Bernard Gardin, na esteira de Jean Dubois. Este outro grupo de analistas de discurso, que desde meados da década de 1970 introduzem a leitura de Voloshinov entre suas referências bibliográficas a partir de uma perspectiva integracionista que defendia a interdisciplinaridade (NARZETTI, 2012b), é criticado pelo grupo de Michel Pêcheux por conta de sua posição considerada tanto logicista quanto sociologista.

Nas palavras de Narzetti (2012b), se trata de uma perspectiva cisionista, a de Pêcheux, em contraposição a esta outra integracionista, a de Marcellesi e seu grupo. Pêcheux,

⁸ Trecho no original: “Nous poserons donc que le problème essentiel concerne avant tout le mode d'accès à l'objet. Une activité scientifique dans le domaine de la parole, ou du « discours » (terminologie de Pêcheux), suppose que soit construite la structure du processus, et cette construction suppose l'introduction de concepts jusqu'ici extralinguistiques qui ne pourront être empruntés qu'au matérialisme historique et à la psychanalyse”.

cisionista, defende que o materialismo histórico e a psicanálise devam integrar a elaboração de uma teoria do discurso que, problematizando a linguística, possa explicar a determinação ideológica dos efeitos de sentido produzidos pelos textos, ou seja, o efeito da luta de classes e da dialética da reprodução e transformação das relações de produção na produção dos efeitos de sentido e, portanto, na própria sobredeterminação do sujeito do discurso por uma forma-sujeito – tese esta que Michel Pêcheux desenvolverá em 1975 em *Les vérités de la Palice*.

O materialismo histórico é consagrado em uma teoria sobre a semântica a fim de se inscrever teoricamente contra os métodos psicoindividualizantes das ciências sociais em geral, desde a psicologia social à sociolinguística e, principalmente, à análise de conteúdo, e isto acontece já desde 1967. De acordo com Narzetti (2012a), a propósito do projeto de uma teoria geral das ideologias que antecede a AAD de 1969:

Pode-se sustentar que as críticas feitas por Pêcheux à AC [Análise de Conteúdo] não se resumem a essas que ele explicita, mas abrangem outras, implícitas. As primeiras são formuladas [...] a partir do referencial teórico da linguística, enquanto as últimas, do referencial teórico do Materialismo Histórico, lugar de onde, efetivamente, o autor fala. Elas podem ser identificadas por meio do ponto de vista da própria análise do discurso, cuja teoria é sustentada nos conceitos marxistas. As técnicas de análise de conteúdo, do ponto de vista de Pêcheux, atêm-se ao que é dito nos textos pelos sujeitos, ora levando em consideração as determinações da situação sobre o que é dito, ora não. E aí terminaria sua tarefa. Ela não levaria em conta algo que, para o MH [materialismo histórico], é determinante do que se diz: as posições ideológicas e a situação de classe desses sujeitos (p. 224-225).

O materialismo histórico é, portanto, o norte principal a partir do qual Pêcheux articula sua teoria geral das ideologias e, mais tarde, sua teoria do discurso em 1969; esta última ainda está estrategicamente posicionada contra a Análise de Conteúdo e as categorias sociológicas e psicoindividualizantes nas quais estas investiam. Por isso mesmo, é na linguística, para o campo da linguística, e como problemática para a linguística em geral e para a semântica em particular que Michel Pêcheux irá conduzir sua estratégia teórica de elaboração de uma teoria geral das ideologias que respondesse à descrição deste aspecto que regionaliza e dá condição material para as formações ideológicas: a linguagem. Se Pêcheux articula a teoria da AAD-69 como um tipo de Cavalo de Troia para as metodologias das ciências sociais, a articulação com a linguística é praticamente uma inscrição em um campo, que será realizada como consequência da leitura sistemática que Pêcheux faz de Saussure desde a década de 1960 e do seu intuito inicial de produzir uma teoria que mostrasse o caráter regional e material das ideologias nos interstícios da linguagem e como condição para a subjetividade. Ele formula, no seio deste seu projeto no qual colaboravam vários pesquisadores, seu conceito de discurso, que

visa a sanar algumas deficiências do corte saussuriano e da dicotomia língua/ fala. Para Pêcheux,

Um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas: por exemplo, o deputado pertence a um partido político que participa do governo ou a um partido da oposição; é porta-voz de tal ou tal grupo que representa tal ou tal interesse, ou então está “isolado” etc. Ele está, pois, bem ou mal, situado no interior da relação de forças existentes entre os elementos antagonistas de um campo político dado: o que diz, o que anuncia, promete ou denuncia não tem o mesmo estatuto conforme o lugar que ele ocupa; a mesma declaração pode ser uma arma temível ou uma comédia ridícula segundo a posição do orador e do que ele representa, em relação ao que diz: um discurso pode ser um ato político direto ou um gesto vazio, para “dar o troco”, o que é uma outra forma de ação política. Podemos evocar aqui o conceito de “enunciado performativo” introduzido por J. L. Austin, para sublinhar a relação necessária entre um discurso e seu lugar em um mecanismo institucional extralinguístico (1969, p. 75-76, grifos do original).

Inclusive, não se trata só de uma leitura de Pêcheux, mas de uma leitura realizada por *vários olhos*: também Claudine Normand, Françoise Gadet, Claudine Haroche, Jacqueline Léon, Paul Henry, Denise Maldidier e Michel Plon, entre outros, estavam envolvidos neste projeto, que se aplicava principalmente ao campo da linguística. Alguns eram da própria área da linguística, ligados ao grupo de Jean Dubois em Nanterre (NARZETTI, 2012b), outros, como Régine Robin e Denise Maldidier, traziam as aproximações e problemáticas do campo da história. A relevância inicial de trabalhos como os de Saussure, Jakobson, Chomsky, Harris e Culioli afetou de muitas formas o projeto de Michel Pêcheux (GADET et al., p. 39-47) e, além disso, também ocorreu esta sua aproximação com linguistas, desde a participação nos seminários de Antoine Culioli, em que conheceu Régine Robin (NARZETTI, 2012b) até a seu contato e amizade com os linguistas de Nanterre.

O conceito de discurso que Pêcheux formula em 1969 é, por exemplo, um empenho teórico para avançar na discussão de Roman Jakobson sobre o esquema informacional. O acréscimo de Pêcheux é o conceito de formações imaginárias, partir do qual a mensagem não é transmitida, não há conteúdo informacional; ao contrário, o discurso é efeito de sentidos entre os pontos A e B, entre o “destinador” e o “destinatário”. Para Pêcheux,

Fica bem claro, já de início, que os elementos A e B designam algo diferente da presença física de organismos humanos individuais. Se o que dissemos antes faz sentido, resulta pois dele que A e B designam lugares determinados na estrutura de uma formação social, lugares dos quais a sociologia pode descrever o feixe de traços objetivos característicos: assim, por exemplo, no interior da esfera da produção econômica, os lugares do “patrão” (diretor, chefe da empresa etc.), do funcionário de repartição, do contra-mestre, do operário, são marcados por propriedades diferenciais determináveis.

Nossa hipótese é a de que esses lugares estão representados nos processos discursivos em que são colocados em jogo. Entretanto, seria ingênuo supor que *o lugar como feixe de traços objetivos* funciona como tal no interior do processo discursivo; ele se encontra aí representado, isto é, *presente, mas transformado*; em outros termos, o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro (1969, p. 81).

Em *Análise Automática do Discurso*, Pêcheux (1969) já expõe suas discordâncias e acréscimos em direção às teorias de Saussure e Jakobson no terreno da linguística. Vale ressaltar, sobre a linguística, que sua importância na conjuntura da época não é pequena. Como discute François Dosse (1993, 1994) em sua história do estruturalismo francês, a linguística inaugurada por Ferdinand de Saussure, destacada como carro chefe do método estruturalista desenvolvido por Lévi-Strauss, será discutida e comentada para a elaboração de várias teorias do signo de inspiração estruturalista: da classificação do sistema de moda de Barthes à psicanálise clínica de Jacques Lacan. A este respeito, é muito importante já indicar que Michel Pêcheux teve também formação na Escola Normal Superior na qual trabalhava Louis Althusser; este fato implica tanto esta investida teórica no campo da linguística estrutural e das problemáticas de seu método (já que Althusser lia Lacan, que lia Saussure) quanto a articulação entre o materialismo histórico e a psicanálise.

Se, por um lado, Pêcheux articula as teses do materialismo histórico sobre a diferença entre ciência e ideologia a um aparato de descrição da subjetividade que se inspirou na psicanálise, por outro lado, a psicanálise não estava apartada da linguística. Lévi-Strauss já havia se inspirado em Saussure para suas análises das relações de parentesco; Lacan, por sua vez, não só se apoiava no conceito de significante de Saussure quanto também desenvolvia as constatações de Lévi-Strauss sobre os sistemas simbólicos culturais; finalmente, Althusser previa articular o materialismo histórico, uma ciência da história de matriz revolucionária inspirada em Marx, à psicanálise de Lacan – a possibilidade de uma teoria sobre o sujeito e sobre o conhecimento. O clima, dessa forma, não era pouco propício para que Pêcheux, além de articular o materialismo histórico à psicanálise, ainda se propusesse a fazê-lo no domínio da linguística. Como argumenta Narzetti,

O refinamento teórico da Psicanálise efetuado por Lacan teve como base de sustentação não somente o retorno ao fundador, Freud, mas também a aplicação de conceitos, por um lado, da Linguística de Saussure e Jakobson e, por outro, da antropologia estrutural de Lévi-Strauss – por isso, muitos estudiosos costumam inserir, na lista de autores estruturalistas, o nome de Lacan. As proposições de Lacan, apesar de consideradas heterodoxas pelas instituições oficiais de Psicanálise, foram recebidas com entusiasmo por Althusser, que contribuiu muito para a expansão de seu pensamento – cedendo o espaço da Escola Normal Superior de Ulm para que Lacan

ministrasse seus seminários e, em seguida, escrevendo seu famoso artigo “Freud e Lacan” (em 1964), Althusser levou toda uma geração de jovens filósofos a tentarem uma articulação entre o Materialismo Histórico e a Psicanálise freudo-lacanianiana [...]. Não apenas os discípulos diretos de Althusser engajaram-se nesse projeto, como Pêcheux, mas também outros pesquisadores um pouco menos próximos a ele, como Kristeva. Aliás, as tentativas de articulação de marxismo e Psicanálise não eram uma exclusividade dos althussero-lacanianos – mesmo estudiosos que não se filiavam necessariamente ao pensamento de Althusser lançaram-se nesse desafio. Jean-Louis Calvet, por exemplo, ao traçar as balizas para uma sociolinguística, evoca como referências principais esses dois campos de saber (2012b, p. 26-27).

Do ponto de vista do grupo de Pêcheux, como demonstra a preocupação de Haroche et al. (1971), há a necessidade de reelaborar a semântica a partir do domínio do discurso, este que desde 1969 (PÊCHEUX, 1969) recobre a relação entre as materialidades linguísticas e o campo das formações sociais. É muito importante notar que, em *Análise automática do discurso*, Pêcheux entende que as posições assumidas pelos locutores na enunciação, as que se explicam pelo funcionamento das formações imaginárias, estão imbricadas no funcionamento das formações sociais e respondem a condições de produção específicas. São estes os conceitos assumidos por Pêcheux: condições de produção, formações sociais e formações imaginárias. Althusser publicará seu famoso artigo *Ideologie et appareils ideologiques d'etat (notes pour une recherche)* somente em 1970 no número 151 da Revista *La Pensée*. Nele, consta o conceito de formações ideológicas, erigido ao lado do de formações sociais e que, mais tarde (HAROCHE et al., 1970), será articulado ao de formação discursiva.

Por isso mesmo, inclusive pelo tom de Althusser em especificar o texto como notas de pesquisa, entendo que Pêcheux estivesse, já em 1970, na esteira de Althusser, procurando desenvolver sua teoria do discurso talvez já como um confronto direto com Michel Foucault. Isso acontece na medida em que Fuchs e Pêcheux (1970) relacionam o funcionamento das superestruturas ao das formações discursivas. Vale ressaltar que o conceito de condições de produção havia sido utilizado para rebater a análise de conteúdo em 1968 por Henry e Moscovici e que o conceito de formações sociais era corrente entre os historiadores marxistas. Em 1969, a novidade era o conceito de formações imaginárias de Pêcheux, erigido junto à psicanálise de Lacan. Da parte da ADF que se desenvolveu a partir de 1969 paralela à AAD-69 de Pêcheux, Guespin (1971), por exemplo, critica à época o conceito de formações imaginárias de Pêcheux.

Além disso, da mesma forma que entendo que o conceito de formações ideológicas, introduzido por Althusser em 1970, esteja confrontando as relações que Foucault estabelece entre formações discursivas e domínios de saber, já imagino que Fuchs e Pêcheux, em 1970, estivessem inaugurando uma empreitada para garantir materialismo histórico a um conceito

novo de formação discursiva, diferente do de Foucault e ainda que somente aventado como um termo, uma *ideia*. Quando o conceito é oficialmente introduzido pelo grupo em 1971 (HAROCHE et al.), o conceito de formação ideológica já é também conceituado e relacionado ao de formação social. Veja-se aí, portanto, uma estratégia teórica que pouco é comentada: o grupo de Pêcheux, neste texto de 1971, não somente define o conceito de formação discursiva como o de formação ideológica, parafrazeando Althusser (1970). Na seguinte passagem do artigo do número 24 da *Langages*, aparece a primeira definição do conceito de formação discursiva para o grupo de Pêcheux, representado por Claudine Haroche, Paul Henry e o próprio Michel Pêcheux:

[...] as formações ideológicas assim definidas comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias *formações discursivas* interligadas, que determinam *o que pode e deve ser dito* (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa, etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura dada: o ponto essencial aqui é que *não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também (e sobretudo) de construções nas quais essas palavras se combinam*, na medida que elas determinam a significação que tomam essas palavras [...] (HAROCHE, HENRY & PÊCHEUX, 1971, p. 26, grifos do original).

Formação discursiva, nessa primeira conceituação de Haroche et al., figura, principalmente, como uma posição no interior da luta de classes, de modo que, dadas determinadas formações ideológicas, haja, para estas, diferentes formações discursivas materializadas na/pela língua. O conceito de FD não havia aparecido em *Análise Automática do Discurso (AAD-69)* (PÊCHEUX, 2010a [1969]). O que podemos encontrar no texto que funda a AD é uma tese sobre a relação estabelecida entre posição (lugar) e o conceito de condições de produção do discurso.

Em AAD-69, Pêcheux (1969) parece deixar clara a determinação das posições (“lugares”) pelas condições de produção: “[...] o deputado na Câmara pode ser interrompido por um adversário que, situado em outro ‘lugar’ (*isto é, cujo discurso responde a outras condições de produção*), tentará atrair o orador para seu terreno, obrigá-lo a responder sobre um assunto escabroso para ele etc.” (PÊCHEUX, 1969, p. 77, grifo meu). Ora, se ocupar outro lugar no discurso (de uma posição relativamente antagônica) é responder a outras condições de produção, isso quer dizer que, de certa forma, as condições de produção, em AAD-69, equivaleriam mais ou menos ao que Pêcheux e seu grupo chamará em 1971 de formações discursivas. De fato, apesar de não ser o caso de abordarmos a questão nesse momento, o conceito de condições de produção também apresenta problemas teórico-metodológicos, alguns

dos quais são explorados por Pêcheux e Fuchs (1975) e por Courtine (1981). Courtine (1981) inclusive é precursor na discussão sobre as relações entre a descrição de uma formação discursiva e o recorte de um corpus, como discuto em 2.2.1.

A mesma conceituação que Pêcheux oferece para FD no texto de 1971 com Haroche e Henry é citada e parafraseada em outras publicações da década de 70. Tanto no importante artigo do número 37 da *Langages*, de março de 1975⁹, quanto em *Les vérités de la Palice*, livro de maio de 1975, o conceito aparece sem alterações profundas em relação ao texto de 1971. No primeiro caso, há uma citação direta do texto de 1971 e, no segundo, Pêcheux (2009) parafraseia o artigo escrito com Haroche e Henry (HAROCHE et al., 1971).

Cabe notar que, em 1983, a posição de Pêcheux é outra em relação ao conceito de FD. Em *O Discurso: estrutura ou acontecimento* (PÊCHEUX, 1983a), que é, inicialmente, uma conferência proferida nos Estados Unidos, Pêcheux (1983a) critica veementemente as aplicações do marxismo realizadas na França sob a égide do estruturalismo. A questão posta por Pêcheux é sobre o papel da ADF frente à diferença entre enunciados logicamente-estabilizados e enunciados não-logicamente-estabilizados. A propósito do conceito de FD, há um único comentário nas últimas páginas do texto, mas ele é decisivo:

A partir do que precede, diremos que o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. A noção de “formação discursiva” emprestada a Foucault pela análise de discurso derivou muitas vezes para a idéia de uma máquina discursiva de assujeitamento dotada de uma estrutura semiótica interna e por isso mesmo voltada à repetição: no limite, esta concepção estrutural da discursividade desembocaria em um apagamento do acontecimento, através de sua absorção em uma sobre-interpretação antecipadora (PÊCHEUX, 1983a, p. 56).

Como se vê, Pêcheux critica o conceito de FD, uma vez que ele teria sido compatível com um projeto estruturalista de aplicação das teses de Marx. O interesse de Pêcheux se concentra justamente sobre a diferença entre enunciados logicamente-estabilizados e não-logicamente-estabilizados, ou seja, sobre o que foge ao domínio da estrutura e dá existência a acontecimentos discursivos. O conceito de FD, segundo o Pêcheux em 1983, é um dos que contribuíram para apagar os acontecimentos e visar somente ao logicamente-estabilizado dos discursos.

⁹ Publicado no Brasil em: GADET, F; HAK, T. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução** à obra de Michel Pêcheux. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 159-250.

Uma conceituação parecida para FD aparece, também em 1983, em *Análise de Discurso: três épocas*. A FD é comparada, por Pêcheux, à “máquina estrutural fechada” da segunda época da AD (AD-2). O interessante é que há, segundo Pêcheux, máquinas estruturais fechadas também nos procedimentos da AD-1, o que reforça minha posição de que, em AAD-69, o conceito de condições de produção pudesse incluir implicitamente as características ao que, mais tarde, Pêcheux conceitua como formação discursiva. O fato é que, em ambos os textos de 1983, Pêcheux critica o conceito de FD e sua aplicação.

Se, de um lado, Haroche et al. (1971) definiram o conceito de formação discursiva na esteira do conceito de formações ideológicas tal como empreendido por Althusser (1970), Foucault, por seu turno, já desde *A arqueologia do saber* (1969), negava que o discurso pudesse ser concebido ou relacionado a uma categoria como a de ideologia, tão pouco o podia o conceito de formações discursivas. A própria conceituação de Foucault para FD, a primeira que aparece em *A arqueologia do saber* (1969a), já garante restrições para sua relação com conceitos como os de ciência, ideologia, teoria ou domínio de objetividade:

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma *formação discursiva* - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". Chamaremos de *regras de formação* as condições a que estão submetidos os elementos dessa repartição (objetos, modalidade de enunciação, conceitos, escolhas temáticas). As regras de formação são condições de existência (mas também de coexistência, de manutenção, de modificação e de desaparecimento) em uma dada repartição discursiva (FOUCAULT, 1969a, p. 43).

Minha hipótese é a de que Michel Pêcheux e seu grupo produziam, na esteira ou talvez mesmo ao lado de Althusser, uma teoria que pudesse rebater a relação que Foucault tinha estabelecido entre práticas discursivas e não discursivas na formação e transformação dos saberes a partir de determinadas formações discursivas. Por isso mesmo, estava *em disputa* a noção de FD, uma conceituação sobre o termo. E não se pense que essas relações eram assim tão implícitas. Foucault era abertamente confrontado pelo grupo de Althusser. O próprio texto de 1968, *Sobre a arqueologia das ciências*, é uma resposta ao Círculo Epistemológico da Escola Normal Superior de Paris, da qual Althusser era professor. Dominique Lecourt, que problematizou (embora também elogiasse e admitisse seus esforços) a estratégia teórica de Foucault em *A arqueologia do saber* em 1970, integrava, tal qual Pêcheux, o grupo de pesquisadores em torno dos projetos de Louis Althusser. Inclusive, como comentário adiante, este

texto de Lecourt e esta sua crítica são a única remissão a Foucault em *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975). Portanto, tudo indica uma tentativa de abrir uma incursão nos conceitos de formação ideológica e de formação discursiva numa via paralela a de Foucault e a fim de confrontá-lo, já a partir destas publicações de 1970 (CULIOLI et al., 1970) e de 1971 (HAROCHE et al., 1971). Uma via paralela, e marxista, para o desenvolvimento de outros conceitos de discurso e de FD que pudessem intervir no recalque teórico e político (PÊCHEUX, 1977, p. 188) do discurso paralelo (LE COURT, 1970, p. 56; PÊCHEUX, 1977, p. 188) de Foucault. Os conceitos deste último, particularmente em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a), teriam sido elaborados numa via paralela ao materialismo histórico. Este seria seu reformismo teórico (PÊCHEUX, 1977, p. 188).

Em 1971, enquanto, por parte do grupo de Pêcheux, as formações discursivas eram teorizadas ao lado do conceito de formações ideológicas e retomando o conceito de formações sociais, Foucault não admitia as mesmas relações com o paradigma marxista, de modo que não tratou de especificar relações com o conceito althusseriano de formações ideológicas:

[...] a ligação entre as formações econômicas e sociais pré-discursivas e esta que aparece no interior das formações discursivas é muito mais complexa que esta da expressão pura e simples, em geral a única aceita pela maior parte dos historiadores marxistas. [...] Mas se a ligação existente entre as formações não discursivas e o conteúdo das formações discursivas não é do tipo expressivo, de que ligação se trata? O que se passa entre estes dois níveis, entre este a partir do qual falamos – a base, se você quiser – e este estado terminal que constitui o discurso científico? Parece-me que esta ligação deva ser pesquisada no nível da constituição, por parte de uma ciência que nasce, de seus objetos possíveis (1971, p. 1029, tradução minha)¹⁰.

As formações econômicas e sociais são, na posição teórica de Foucault, pré-discursivas. E é importante sublinhar, portanto, que seu conceito de formações discursivas está imbricado com o conceito de saberes; mais precisamente, tratar do discurso ou de práticas discursivas é, para Foucault, recortar o regime de formação e transformação dos saberes. Não se trata de quaisquer práticas, as práticas discursivas. O enunciado, ou o desempenho da função enunciativa para a teoria de Foucault (1969a) não pode ser apreendido no limite de uma frase, de uma proposição e nem mesmo de um ato de fala. É uma função que se exerce na manutenção

¹⁰ Trecho no original: “[...] le lien entre les formations économiques et sociales prédiscursives et ce qui apparaît à l’intérieur des formations discursives est beaucoup plus complexe que celui de l’expression pure et simple, en général le seul qui soit accepté par la plupart des historiens marxistes. [...] Mais si le lien existant entre les formations non discursives et le contenu des formations discursives n’est pas du type ‘expressif’, de quel lien s’agit-il ? Que se passe-t-il entre ces deux niveaux, entre ce dont on parle – la base, si vous voulez – et cet état terminal que constitue le discours scientifique ? Il m’a semblé que ce lien devait être cherché au niveau de la constitution, pour une science que naît, des ses objets possibles”.

destas unidades, mas não é caracterizada por seus aspectos e, principalmente, por seus aspectos linguísticos – os da frase, da proposição e do ato de fala.

Michel Pêcheux e seu grupo, ao investir na “reelaboração” deste conceito de Foucault, o de FD, estão preocupados com uma articulação entre o marxismo e a psicanálise para a explicação da clivagem do sujeito do discurso pela ideologia e o fazem no campo da linguística, como já afirmei. Procuravam, portanto, restringir as marcas de subjetividade a traços linguísticos específicos que denotariam tanto os reflexos da luta de classes na linguagem quanto o modo como a linguagem dissimula esta luta, já que seu funcionamento é constitutivamente contraditório, principalmente no que diz respeito aos limites do discurso. Este ponto, referente à natureza do objeto discurso, é o que faz diferir em muitos aspectos as teorias do discurso de Michel Pêcheux e de Michel Foucault. Discurso, para Michel Pêcheux, é um conceito que confronta e procura ultrapassar o psicologismo individualizante na linguística e na semântica. Foucault, de sua parte, situava sua teoria no limite da história dos sistemas de pensamento.

Na realidade, o conceito de discurso de Foucault somente recobre parte do funcionamento e sistematização dos saberes, nos estágios que definem o discurso por práticas discursivas. As práticas não discursivas, apesar de estarem totalmente imbricadas e relacionadas com os regimes discursivos – e isso é analiticamente demonstrado por Foucault (1961, 1963, 1966) –, não são tematizadas e teorizadas pela *Arqueologia* (1969a). Por isso mesmo, o conceito de desempenho da função enunciativa se restringe ao domínio da sistematização de saberes, o domínio em que as práticas discursivas podem tornar regulares certos enunciados, produzir discursos específicos e, então, constituir saberes, que, mais tarde, podem ou não vir a alcançar o estatuto de formalização que lhes garante por vezes também um estatuto de cientificidade. Nestes estágios intermediários – dos limiares da positividade aos da epistemologização (cf. FOUCAULT, 1969a, p. 209) –, e a partir do recorte do domínio dos saberes, Foucault privilegia, então, a descrição das formações discursivas, relacionadas principalmente a práticas discursivas.

Esta diferença, entre práticas discursivas e não discursivas, foi um ponto bastante problematizado por Lecourt e será também discutida por Pêcheux (1977). Do ponto de vista do grupo de Pêcheux, na via desta crítica de Lecourt a Foucault, tal conceito tinha perdido sua tônica materialista histórica por conta do reformismo da posição de Foucault (PÊCHEUX, 1977), este que incidia justamente na discussão, muito lateral em *A arqueologia do saber*, sobre

uma diferença entre práticas discursivas e não discursivas. Dominique Lecourt chamará atenção para este fato em 1970:

Mas já vimos que esse sistema geral [o arquivo] não é autônomo; a lei de seu funcionamento é sujeita a outro tipo de “regularidade”, a das práticas não discursivas. Diremos que a formação dos objetos das ideologias teóricas sofre a influência das ideologias práticas. Mais precisamente: as ideologias práticas conferem suas *formas* e seus *limites* às ideologias teóricas. Trabalhando no nível do arquivo, Foucault nos convida a pensar o mecanismo que regulamenta seus efeitos; coloca-nos o problema: segundo que processo específico as ideologias práticas intervêm na constituição e no funcionamento das ideologias teóricas? Ou ainda: como as ideologias práticas “se representam” nas ideologias teóricas? Mais uma vez, Foucault suscita um problema real – e urgente. A resposta de Foucault na *Archéologie* é um esboço ainda a re-trabalhar sobre o terreno sólido do materialismo histórico (LECOURT, 1970, p. 64).

O mais interessante é que a crítica de Lecourt incide justamente sobre a diferença entre práticas discursivas e não discursivas – diferença esta inclusive muito pouco enfatizada nos trabalhos em estudos do discurso que justificam uma incursão teórica nos textos de Michel Foucault. Esta diferença, além daquela também muito bem delineada por Foucault (1969a) entre ciência e saber, continha mais um ponto da crítica que Foucault fazia incidir sobre Althusser e sua posição sobre a ciência da história a partir de Marx (cf. NARZETTI, 2012a). Além disso, em sua crítica a *A arqueologia do saber*, já desde 1970, Dominique Lecourt não deixou de comentar justamente a relação destas diferenças teóricas que Foucault administra com o próprio conceito de formação discursiva:

Essa tarefa é efetuada por Foucault sob a forma da descrição; “não chegou ainda o tempo da teoria” como ele próprio diz, no capítulo intitulado “Descrição dos Enunciados”. Ora, em nossa opinião, esse tempo já chegou, mas a teoria não virá de Foucault, a menos que ele reconheça os princípios necessários para a formulação de tal teoria. Esses princípios são os da ciência da história. Pois o que existe de mais positivo na *Archéologie* é a tentativa de instaurar, sob o nome de “formação discursiva”, uma teoria materialista e histórica das relações ideológicas e da formação dos objetos ideológicos. Mas em última análise, em que se baseia esse esboço de teoria? Em uma distinção tacitamente aceita, sempre presente mas nunca teorizada, entre “práticas discursivas” e “práticas não-discursivas”. Todas as suas análises conduzem a essa distinção; mas é uma distinção feita às cegas, enquanto que o que se impõe é pensá-la explicitamente sob a forma de uma teoria. Construída essa teoria, Foucault se encontraria num terreno distinto, como aliás ele próprio prevê (LECOURT, 1970, p. 52-53).

Michel Pêcheux, particularmente, vai criticar Foucault, na esteira de Lecourt (1970), focalizando o apagamento da categoria da contradição (PÊCHEUX, 1977) e esta distinção inoportuna entre práticas discursivas e não discursivas. Do ponto de vista de Pêcheux,

Foucault de certa forma recalcava a luta de classes ao não explorar a categoria da contradição¹¹. Inclusive, embora esta última crítica não apareça explicitamente no Pêcheux de 1975¹², ela vem reforçada de qualquer forma no único texto que, durante *Les vérités de la Palice*, faz referência à arqueologia do saber – e veja-se que o faz criticando, já que cita justamente o texto de Dominique Lecourt de 1970, *Sur l'archéologie du savoir (à propos de Michel Foucault)*. Em 1975, em *Les vérités de la Palice*, Michel Pêcheux deslocará o funcionamento do conceito de formação discursiva rebatendo *A arqueologia do saber* de Michel Foucault.

2.1.2 Outras práticas discursivas de ADF a partir de 1969

Já indiquei que o grupo em torno de Michel Pêcheux (e o próprio Michel Pêcheux, mais especificamente) é muito mais tornado central na história da ADF contada no Brasil do que de fato é – inclusive já particularizando o fato de que são muitas as práticas em estudos do discurso e nem todas se voltam às teorias de Pêcheux. Isto acaba causando um certo estranhamento para o discurso da ADB contemporâneo, já que a insistência que houve na tradução dos textos principalmente em torno de Michel Pêcheux por parte de Eni Orlandi entre as décadas de 1980 e 1990 no Brasil dá a parecer que a ADF se desenvolveu mais ou menos homogeneamente a partir da década de 1960 na França; mais que isso: esta determinação que incide no *a priori histórico*, as *práticas não discursivas* da tradução, afeta o próprio domínio de especificação teórica da ADB – daí meu interesse nesse acontecimento discursivo. Sobre este ponto, há trabalhos que historicam a ADF que tendem a contar esta história a partir justamente da centralização do grupo em torno de Michel Pêcheux; outros, no entanto, não abrem mão de investir nas polêmicas, jogos e estratégias teóricas da época. Na argumentação que desenvolvo neste item, opto pela segunda via, a que inclusive me parece mais válida para tratar a história do discurso da ADF como descontínua e repleta de rupturas e contradições.

¹¹ Na ocasião da defesa da tese, Cleudemar Fernandes chamou a atenção para o fato de que, em *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a), há uma grande discussão sobre a contradição como constitutiva do discurso, como demonstra a seguinte passagem: “Analisar o discurso é fazer com que desapareçam e reapareçam as contradições; é mostrar o jogo que nele elas desempenham; é manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, ou emprestar-lhes uma fugidia aparência” (p. 171). Foucault faz inclusive uma diferenciação entre contradições intrínsecas e extrínsecas (1969a, p. 173); para conferir uma análise sobre a importância desta discussão já no domínio da ADB, remeto o leitor à tese de Silvana Serrani (1991, p. 151-153) que toma essa diferenciação de Foucault (1969a) como hipótese para seu trabalho.

¹² Não nos esqueçamos, contudo, que dois anos mais tarde, em 1977, no texto *Remontons de Foucault à Spinoza*, Michel Pêcheux fará justamente esta crítica às pesquisas de Michel Foucault: elas elidem a categoria da contradição, que, para Pêcheux, inclusive remonta Spinoza antes mesmo do próprio marxismo!

Não vou investir em todas as especificidades do embate teórico que se firma a partir de meados da década de 1960 em torno da positividade da ADF e que formam a regularidade de seu discurso disperso. Vou apenas aproveitar o gancho aberto por Narzetti (2012b) em sua tese de doutorado a fim de recortar algumas polêmicas já instituídas a partir de 1969. Narzetti, detalhando a entrada dos conceitos do Círculo de Bakhtin para o domínio da ADF, enfatiza essa disputa (estratégica: teórica, temática) que se deu já nos primórdios da ADF entre o grupo de analistas de discurso liderado por Michel Pêcheux e um outro representado por Jean-Baptiste Marcellesi, mas também ligado à perspectiva aberta para a ADF por Jean Dubois (1969). Muito embora estes pesquisadores, os do grupo de Marcellesi, produzam sua via da ADF em torno de um mesmo objeto – o discurso –, não se trata da mesma estratégia teórica e das mesmas *relações extradiscursivas* (FOUCAULT, 1968b). Inclusive, já me atendo ao vocabulário de Foucault (1968a, 1968b, 1969a) para minha discussão, entendo que o grupo de Pêcheux investia em práticas discursivas que pudessem exercer efeitos quase diretos, ou relacionamentos extensivos, com práticas não discursivas. Tratava-se, a aventura teórica de Pêcheux, de travar a luta política na teoria e flagrar os reformismos e as posições reacionárias também na prática científica – e justamente para mostrar que não eram científicas, mas ideológicas. Daí que o grupo em torno de Marcellesi, já que não praticava o marxismo à Althusser (Foucault também não o praticava), foi prontamente identificado neste simulacro de reformista (assim como Foucault também foi lido como reformista).

Dessa forma, o que este item pretende reforçar é que, mesmo que o grupo em torno de Pêcheux estivesse já desde 1969 apostando em seu método de análise automática do discurso, havia estas outras práticas de análise de discurso sob as quais estes outros pesquisadores não comungavam do mesmo desejo pela incursão no materialismo histórico à Althusser. O discurso já pode ser flagrado aí como um objeto paradoxal disputado teoricamente no interior de uma positividade, a da própria ADF. Neste item, trato de mostrar que o grupo em torno de Pêcheux não só se inspirava nos conceitos de Foucault (vindos da história) e ao mesmo tempo disputava teoricamente a natureza destes conceitos, principalmente de discurso e de formação discursiva, como também se debatia com as posições sobre o discurso que vinham mais estritamente da linguística, como estas vias sociolinguísticas abertas pelo grupo de Dubois/Marcellesi na mesma época em que Pêcheux investe na AAD-69. O discurso, objeto recortado entre os limites da língua e da história, era disputado pelas *relações interdiscursivas* (FOUCAULT, 1968b) que investiam nos contornos da positividade da ADF.

O mais relevante para mim nesta argumentação é demonstrar que a AAD-69 representou apenas *uma* das metodologias de ADF, inclusive não a mais importante delas, e que, por isso, a ADF pode muito mais ser inscrita a partir da dispersão das práticas discursivas que travam a inscrição do objeto do discurso na linguística do que pela especificidade do braço da ADF materialista aberto pela via de Michel Pêcheux e de seu grupo. A respeito desses grupos de ADF que se distinguiram já desde o final da década de 1960, Narzetti (2012b), com base em Malidier, diferencia a via materialista e o projeto de uma teoria geral das ideologias do grupo de Pêcheux dessa outra via sociolinguística aberta por Jean Dubois e seus alunos em Nanterre na Universidade de Paris X:

De um lado, Dubois (com colegas e alunos, dentre os quais Sumpf, Guilbert, Malidier, Marcellesi, Gardin, Chauveau, Courdesses, Guespin) projetava uma análise do discurso enquanto campo de pesquisas, ao mesmo tempo, possibilitado pelos avanços da Linguística científica e atuando na ampliação dessa mesma Linguística em direção a objetos inicialmente tidos como externos ao escopo dessa ciência. No período em que elabora suas formulações, Dubois é professor na Universidade de Paris X – Nanterre. Nessa instituição, ele constitui um grupo de professores-pesquisadores e orienta teses como as de Malidier e de Marcellesi, as primeiras a serem recebidas como trabalhos de análise do discurso. Resultados desses trabalhos são publicados em 1968, na revista *Cahiers de lexicologie*, e em 1971, em *Langages* e *Langue Française*. Em 1971 temos: “Le discours politique de la guerre d’Algérie: approche synchronique et diachronique”, de Malidier, e “Éléments pour une analyse contrastive du discours politique”, de Marcellesi. Muitas outras pesquisas seguindo as propostas de análise do discurso de Dubois são publicadas no período de 1969 a 1971 nas revistas *Langages* e *Langue Française* – as de Geneviève Chauveau, Dennis Slakta, Lucile Courdesses, Régine Robin, dentre outros.

De outro, Pêcheux desenvolvia uma análise do discurso estritamente ligada a uma teoria geral das ideologias, na linha aberta por Althusser, a qual abarcava uma reflexão filosófica muito particular sobre as ciências sociais. Os primeiros trabalhos do autor sobre análise do discurso são dois artigos – “Analyse de contenu et théorie du discours” (1967), publicado em *Psychologie Française* e “Vers une technique d’analyse du discours” (1968), publicado em *Bulletin du CERP* – e o livro *Análise Automática do Discurso*, de 1969, resultado de sua tese defendida em 1968. Os dois artigos trazem elaborações que são reproduzidas na parte inicial do livro, as quais dizem respeito à definição do conceito de discurso em relação aos conceitos de língua e fala de Saussure e em relação à ideologia, como definida por Althusser [...], bem como a um método automático de análise do discurso, construído sobre a base da *Discourse analysis* de Harris, e objetivando ser uma alternativa a outros métodos então existentes, como o *General Inquirer* e o *Syntol* (NARZETTI, 2012b, p. 31-32).

Inicialmente, sobre estas outras práticas de análise de discurso, para além desta inaugurada por *Análise automática do discurso*, é interessante notar que se, por um lado, o ano de 1969 pode ser considerado o ano de nascimento da ADF por conta das publicações de Pêcheux (1969) e Foucault (1969) – o que incide no paradoxo de incluir Foucault entre os principais analistas de discurso franceses –, não é menos relevante ressaltar que é também em 1969 que Jean Dubois organiza o número da Revista *Langages* especialmente dedicado à

inauguração da ADF: *Langages*, número 13, com o tema *L'analyse du discours*. Neste número, não só consta um artigo de Joseph Sumpf e Jean Dubois sob o título de *Problèmes de l'analyse du discours*, como também a tradução para o francês do famoso artigo do linguista americano Zellig Harris: *Discourse analysis*, publicado no volume 28 da Revista *Language*, em 1952. A ADF, a partir de 1969, passa a ser delimitada por estas várias investidas teóricas. De todas as diferenças que se pode procurar descrever entre elas, suas especificidades e raridades, há de se concordar que um objeto bastante paradoxal está sob disputa, inclusive do ponto de vista político e para uma política dos discursos: o próprio *discurso*.

Portanto, não é de estranhar que a ADF não tenha se desenvolvido centralmente em torno de Michel Pêcheux e seu grupo. Do ponto de vista do argumento que defendo nesta tese, o grupo em torno de Pêcheux é particularmente importante por justamente ter realizado reelaborações teóricas de conceitos de Michel Foucault (1968a, 1968b, 1969a) a fim de levar a cabo uma estratégia teórica para transformar os instrumentos da prática metodológica da linguística em instrumentos compatíveis com a ciência da história e com o materialismo histórico que a pressupunha.

De qualquer forma, estas outras vias para a ADF, inclusive não menos importantes na conjuntura francesa da época, não foram construídas para além do materialismo histórico e sem o escopo de uma teoria sobre as ideologias. Ainda que Courtine (1987) reconheça uma diferença entre a via althusseriana e a via sociolinguística da ADF a partir do início da década de 1970, também as pesquisas empreendidas em Nanterre tinham interesse em destacar a relação do discurso com domínios extradiscursivos que incidiam no funcionamento ideológico. Discuto esta questão um pouco mais adiante.

A partir da década de 1970, é importante ressaltar, o grupo em torno de Pêcheux, por conta da publicação de 1969, é reconhecido apenas como *um* braço específico de desenvolvimento da ADF: a análise automática do discurso. Em um artigo de 1979 publicado na Revista *Repères*, sob o título de *L'analyse du discours*, Dominique Maingueneau, ao organizar suas referências bibliográficas de modo a oferecer a seu leitor um quadro básico das leituras em que investiu em seu texto para a caracterização do campo aberto, dez anos antes, pela ADF, faz questão de separar o que seriam as obras sobre a análise de discurso (dentre as quais ele inclui desde seu *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, de 1976, e a organização *Histoire et Linguistique* de Régine Robin de 1973 até os números 13 (1969), 23 (1971) e 41 (1976) da Revista *Langages* e os números 9 (1971) e 15 (1972) da Revista *Langue Française*) daquilo que seria a *análise automática do discurso*. Os textos de Pêcheux e

colaboradores, que incluem tanto AAD-69 e *Les vérités de la Palice* quanto o número 37 de *Langages*, de 1975, são organizados à parte neste rol de textos, e justamente sob a especificidade do título de *análise automática do discurso* (AAD69). Este dado oferece uma das dimensões a partir das quais as teorias do discurso eram percebidas e organizadas à época.

De qualquer forma, veja-se, portanto, que, dada a primeira década de existência da ADF, o grupo em torno de Michel Pêcheux era demarcado pela tônica do predicativo *automática* que havia acrescentado à sua análise do discurso a partir da publicação da tese de doutorado de Pêcheux em 1969. A chamada AAD-69 foi apenas uma das práticas de análise de discurso que foram regularizadas na França a partir da década de 1960 – e que inclusive foi destacada e diferenciada pela sua predicação, *automática*. Isto até mesmo justifica o fato de que o grupo em torno de Pêcheux tenha se preocupado, até o final e apesar de todas as mudanças sofridas no quadro conceitual, em sempre retornar à AAD-69 para retificá-la.

Isso acontece particularmente nos seguintes textos: em *Manuel pour l'utilisation de la méthode d'analyse automatique du discours*, de Claudine Haroche e Michel Pêcheux em 1972; em *Une procédure d'analyse automatique du discours: fondements théoriques, méthode et résultats*, de Michel Pêcheux em 1974; *Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours*, de Michel Pêcheux e Catherine Fuchs em 1975; em *Présentation de l'analyse automatique du discours (AAD 69). Théories, procédures, résultats, perspectives*, de Pêcheux, Léon, Bonnafous e Marandin em 1982; fora inúmeros outros textos, inclusive *Les vérités de la Palice*, em que Pêcheux se empenha em reelaborar e rearticular conceitos para uma teoria do discurso que explique o funcionamento do assujeitamento ideológico na região da linguagem. Em todos estes textos, é notável a tentativa de responder a esta etiqueta que o grupo garantiu a si próprio quando da predicação de sua análise do discurso: *automática*.

Se, por um lado, Pêcheux e seu grupo, empenhados em uma teoria geral das ideologias, procuraram elaborar uma teoria semântica que pudesse descrever o funcionamento não subjetivo da subjetividade e funcionamento material das ideologias, a ADF elaborada pelo grupo de Marcellesi era, como comentei, considerada sociologista pelo grupo de Pêcheux na medida em que investia em categorias sociolinguísticas e psicoindividualizantes e permitia uma posição teórica integracionista e interdisciplinar que não dava atenção especial a esta teoria geral das ideologias que Pêcheux intentava produzir a partir do materialismo histórico relido por Althusser. Logo, é importante notar, o grupo em torno de Pêcheux, em suas publicações, não respondia somente à teoria do discurso pressuposta na arqueologia de Foucault, pois

também era necessário enfrentar e combater as vias consideradas sociologistas que já eram reconhecidas como práticas de análise de discurso.

Em setembro de 1971, é notória a publicação do número 23 da Revista *Langages*, novamente dedicada somente à ADF, dessa vez particularmente ao *discurso político*. E também é importante notar, neste ponto, que não é apenas o grupo de Pêcheux que mobiliza este interesse sobre o discurso político; este tema já é central para a ADF desde meados da década de 1960 e é enfatizado principalmente pelo grupo de Nanterre, como se pode observar por este número de *Langages*. Se o título do número da revista não particulariza o método adotado, a ADF, ao menos deixa muito bem entrever seu objeto privilegiado: *o discurso*. Dessa forma, a própria especificação do objeto já pressupunha a particularidade das teorias adotadas e discutidas: teorias *do discurso*. Esta publicação de *Langages* já reflete o efeito da disciplinarização da ADF nos interstícios da linguística, o que inclusive também era levado a cabo pelo grupo em torno de Michel Pêcheux a partir de 1969, muito embora a AAD-69 tenha muitas especificidades e delimitações metodológicas.

Contudo, a partir daquilo que seria o ponto de vista materialista histórico defendido por Pêcheux e seu grupo para sua articulação teórica proposta já pelo método da AAD-69, este número da Revista *Langages* incidia particularmente no sociologismo que eles passam a denunciar para este domínio de positividade que se constituía a partir da década de 1960: a ADF. Veja-se aí uma crítica de Pêcheux e seu grupo à disciplinarização da ADF. Além de haver pouquíssima referência a Pêcheux e seu grupo nos quatro artigos que compõem este número sobre discurso político (como já destaquei, Pêcheux passa a ser especificado como desenvolvedor de uma vertente automática da ADF), há de se ressaltar o fato de que os textos não dedicam suas análises à imbricação entre luta de classes e o funcionamento dos processos discursivos. Ao contrário, Guespin, Marcellesi, Maldidier e Slakta, os quatro pesquisadores que assinam individualmente os artigos deste número 23 de *Langages*, tanto recorrem a Harris para justificar a incursão nas problemáticas da ADF (tal qual Pêcheux em 1969) quanto à dicotomia saussuriana – a de sincronia e diacronia – para especificar diferenças entre modelos linguísticos e ideológicos (MALDIDIÉ, 1971).

O artigo de Marcellesi é sintomático sobre a crítica que esta vertente da ADF, a sociolinguística, receberá por parte do grupo de Michel Pêcheux. Em *Éléments pour une analyse contrastive du discours politique*, Marcellesi (1971) emprega categorias culturais e sociais para enfatizar a determinação do discurso pelas posições sociais ocupadas pelos enunciadores. Veja-se, sobre esta questão, que o problema desse tipo de abordagem do discurso,

para o grupo de Pêcheux, é a relação que ela estabelece entre os processos discursivos e determinações sociais psicoindividualizantes. Neste texto de Marcellesi, as determinações das posições ocupadas pelos enunciadores é caracterizada no plano de distribuição de funções sociais.

Se neste número de 1971 da *Langages* não consta nem o conceito nem o termo formação discursiva, é notória também a falta do conceito de formações ideológicas, tão caro à teoria do grupo de Pêcheux já a partir de 1971 (HAROCHE et al). O predicado “ideológico” aparece somente para caracterizar e criticar o funcionamento das formações imaginárias-ideológicas (GUESPIN, 1971¹³) e ainda para descrever o funcionamento de um modelo de competência ideológica (MALDIDIER, 1971), já que o número se destaca pela releitura de Chomsky. Além disso, a posição política que o grupo de Pêcheux defendia para a própria elaboração teórica (a luta de classes na teoria) é inclusive transformada também em uma determinação histórica com ar cultural e psicossocial, já que não diz respeito ao funcionamento da luta de classes e à divisão do sujeito pela ideologia: não é uma teoria geral das ideologias, ou uma teoria não subjetiva da subjetividade. Ao contrário, Marcellesi, por exemplo, fala em formação política e em formação socioprofissional – esta última inclusive presa a um plano sociocultural. É o máximo que o grupo da vertente sociolinguística da ADF consegue se aproximar do paradigma marxista das formações econômicas e sociais.

Dos quatro artigos, o único que faz referência a Pêcheux, o faz a partir de uma crítica e reavaliação, ainda que reconheça o problema levantado por Pêcheux para a área da semântica. Trata-se do texto de Louis Guespin (1971), *Problématique des travaux sur le discours politique*. Neste texto, Guespin problematiza especificamente *Análise automática do discurso*. Para Guespin (1971), a atitude de Pêcheux, ao fazer do método de contagem frequencial um método infra-linguístico, corria o risco de empobrecer a língua, já que limitava o estudo do vocabulário a palavras-chave. A respeito da conceituação oferecida por Pêcheux (1969) sobre formações imaginárias, Guespin a entende como outra formulação insatisfatória, na medida em que é vaga a natureza das formações imaginárias na relação com o conceito de condições de produção e, por isso, a teoria de Pêcheux exigiria a articulação com uma teoria da enunciação.

¹³ É muito interessante notar como, ao criticar a via teórica materialista de Pêcheux (1969), Guespin o faça articulando o conceito de formações imaginárias ao de formações ideológicas e os tratando como formações imaginárias-ideológicas. Isto demonstra que, no limite, Guespin já estava a par da nova articulação do grupo de Pêcheux (HAROCHE et al. 1971), relativamente à adoção e conceituação da noção de formações ideológicas.

De regular, este número 23 de *Langages* apresenta uma grande incursão e reflexão sobre os conceitos de competência e performance, da gramática gerativo-transformacional de Noam Chomsky. Se, por um lado, Marcellesi (1971) apenas toca no conceito de modelo de competência linguística ainda que sem citar Chomsky ou o gerativismo, a proposta de Slakta (1971), por outro lado, é a de explicitamente ampliar os rumos deste conceito – Slakta falará, baseando-se inclusive em Althusser (1970), em competência ideológica. Após mostrar uma regularidade epistemológica entre Saussure e Chomsky, entre a dicotomia língua e fala e a dupla competência e performance, Slakta problematiza justamente a falta de uma teoria da produção do discurso na proposta de Chomsky. A competência linguística seria um sistema abstrato das regras que não levaria em conta nem as variações situacionais, nem as variações relativas a diferenças entre locutores: “Como a linguística descritiva, a teoria gerativa e transformacional não está ‘armada’ nem para dar conta da situação social, sempre definida como extra-linguística, nem para integrar ‘as situações interpessoais condicionadas socialmente’” (1971, p. 109, tradução minha¹⁴).

Ainda que houvesse essas grandes diferenças entre as propostas, não se trata de compreender aí um grande fosso teórico e um conflito aberto no meio acadêmico – como aparenta ser mais tarde a posição de Pêcheux (1977) em relação a Foucault. O conflito não era aberto e os próprios pesquisadores realizaram intercâmbios entre essas posições teóricas no domínio da ADF. Sabemos, por exemplo, que Denise Maldidier, orientada por Dubois em Nanterre, será mais tarde uma pesquisadora bastante empenhada no grupo de Pêcheux. Narzetti (2012b) comenta que a aproximação entre Pêcheux e o grupo de Nanterre “se dá por intermédio de [Régine] Robin, que encontrou Pêcheux no seminário de Antoine Culioli, do qual os dois participavam” (p. 32-33). A partir daí, ainda que houvesse posições e projetos distintos assumidos pelo modo como os pesquisadores se reagruparam, também havia intercâmbios entre suas atividades. Como consta na tese de Narzetti, já na primeira década da década de 1970 acontecem essas relações:

Dos analistas do discurso ligados ao grupo de Nanterre, Robin, Maldidier e Gadet, principalmente, assumem a perspectiva de Pêcheux, engajando-se no projeto de uma teoria do discurso, centrada numa “problemática da significação” (MARANDIN, 1979, p. 34) ou do *sentido*, em relação com uma teoria das ideologias conforme pensada por Althusser. [...] trata-se de uma teoria regional no interior de uma teoria geral da ideologia, na qual o discurso é um objeto sócio-histórico e não exatamente linguístico (2012b, p. 37).

¹⁴ Trecho no original: “Comme la linguistique descriptive, la théorie generative et transformationnelle (malgré le progrès qu'elle annonce) n'est « armée » ni pour tenir compte de la situation sociale, toujours définie comme extra-linguistique, ni pour intégrer « les situations inter personnelles conditionnées socialement »”.

Além disso, Narzetti (2012b) também destaca algumas regularidades na própria execução dos projetos teóricos de ambos os grupos. Há um debate comum sobre os processos que determinam as relações semânticas; há também uma revisão das teses de Saussure, principalmente da dicotomia língua e fala, a fim de que se faça intervir este novo objeto e o método específico que o analisa: o discurso e a análise do discurso. O grupo de Pêcheux procurava caracterizar este objeto pela via da história, daí o viés materialista histórico que adotou a partir de Althusser e do conceito de ruptura epistemológica de Bachelard, e daí também o interesse pelo materialismo histórico que o conceito de formação discursiva de Foucault suscitava; por outro lado, o objeto que a linha sociolinguística procurava caracterizar, o discurso, era estritamente linguístico e incorporava e discutia as conceituações de Chomsky sobre modelos de competência linguística. O interesse era por um modelo de competência ideológica ou discursiva, que permitisse a análise das determinações sociais que caracterizam as relações de sentido e as mudanças linguísticas.

Se o objeto de interesse do grupo de Pêcheux eram as condições históricas de produção e reprodução das relações de produção e suas implicações para uma teoria do sujeito e do sentido, o grupo sociolinguístico estava mais interessado em compor e propor o discurso como um objeto transfrástico que implica o reconhecimento das relações entre competências linguísticas e extralinguísticas. O discurso para Pêcheux e seu grupo é um objeto histórico e uma via aberta para expor as contradições das lutas de classe na divisão do sujeito pela sua linguagem; o discurso para Marcellesi e seu grupo é um objeto linguístico que pode ser apreendido para além da frase e que incide em modelos de competências distintos daquele elaborado por Chomsky. O esforço do número 23 de *Langages*, este de 1971, vai nesta última direção: rearticular a teoria gerativa e transformacional, esta que abriu as portas para a *discourse analysis* de Harris em 1952, a fim de compor uma análise do discurso que expusesse os modelos de competência ideológica pressupostos para a geração e transformação dos sentidos.

Não demora muito para que este tipo de posição seja considerada como sociologista ou logicista, já que apoiada em Chomsky e ao mesmo tempo em categorias psicossociais e culturais. Narzetti (2012b), enfatiza que, muito embora Pêcheux e Marcellesi procurem, a partir do conceito de discurso, definir as estruturas que diferenciam linguisticamente os grupos sociais, a via sociolinguística assumia uma base teórica estritamente linguística, o que pode ser depreendido dessa aproximação a Chomsky em 1971. Nas palavras de Narzetti:

A linha sociolinguística apresentava um pressuposto muito semelhante, a nosso ver, com a diferença de que sua base é estritamente linguística (notadamente, a teoria gerativa de Chomsky). O discurso é concebido em termos de uma estrutura derivando de um *modelo de competência* que se apresenta nos textos sob a forma de um *modelo de desempenho* relacionado à existência, na sociedade, de diferenças linguísticas entre os grupos sociais. Há um modelo de competência dos grupos – o discurso que os indivíduos desse grupo sustentam. Há um modelo de desempenho – as diferenças de realização desse único discurso (2012b, p. 35).

O grupo de Marcellesi se esforçava por definir suas problemáticas na relação com a teoria gerativa e transformacional e com o método distribucional de Harris enquanto o grupo de Pêcheux, desde 1968, realiza uma crítica em direção ao formalismo em linguística. Aspectos dessas críticas podem ser confirmados em *La formalisation en linguistique*, de Antoine Culioli (1968), e em *Problèmes de l'analyse de contenu*, de Paul Henry e Serge Moscovici (1968). Se o texto de Culioli, numa discussão sobre epistemologia publicada em *Cahiers pour l'analyse*, já flagrava um excesso de formalização em linguística, o de Henry e Moscovici atacava particularmente, no campo da linguística (no número 11 da Revista *Langages* em 1968), os métodos pouco sérios e bastante ideológicos da análise de conteúdo. Inclusive, Henry e Moscovici já introduzem a leitura de Harris e a possibilidade de um método distribucional de análise de discurso que pudesse combater a análise de conteúdo:

Este tipo de problema não está inscrito num domínio de pesquisa particular. Ele se coloca nos mesmos termos, com algumas nuances, para todos os métodos que tentam chegar a uma caracterização teórica das condições de produção a partir de uma análise independente dos textos e somente destes. Este é particularmente o caso para análise do discurso de Harris (1952), que, com base exclusivamente na análise linguística dos textos em termos de distribuição e de transformação, não pode fornecer outra coisa além de que índices linguísticos devam ser interpretados em termos de condição de produção, o que Harris mesmo observou opondo análise do discurso e análise de conteúdo (HENRY & MOSCOVICI, 1968, p. 53, tradução minha¹⁵).

Pode-se muito bem notar na citação, Henry e Moscovici também já introduzem, na crítica à análise de conteúdo, o conceito de condições de produção do discurso junto da possibilidade de uma análise de discurso – via aberta por Harris em 1952... *discourse analysis*. A especificidade do grupo de Pêcheux, desde 1968 portanto, era a de investir na ADF como um esforço teórico e metodológico a favor do materialismo histórico e estrategicamente locado na

¹⁵ Trecho no original: “Ce type de problème n'est pas circonscrit à un domaine de recherche particulier. Il se pose dans les mêmes termes, à quelques nuances près, pour toutes les méthodes qui tentent d'atteindre une caractérisation théorique des conditions de production à partir d'une analyse autonome des textes et de cela seulement. C'est en particulier le cas pour la Discourse analysis de Harris (1952) qui, fondée sur la seule analyse linguistique des textes en termes distributionnels et transformationnels, ne peut fournir autre chose que des indices linguistiques devant être interprétés en termes de condition de production, ce que Harris lui-même a fait remarquer en opposant analyse du discours et analyse de contenu”.

área da linguagem, ou da Linguística se eu quiser ser mais específico, e recobrando um objeto materialmente linguístico, o discurso. Por outro lado, o grupo de Marcellesi se empenhava a favor de uma posição sociolinguística integracionista (NARZETTI, 2012b), o que quer dizer que viam no método da ADF uma possibilidade de contribuir com a área da linguística e, principalmente, com os esforços da semântica e da lexicologia. Para Pêcheux, ao contrário, a semântica era uma arma política, o campo da linguística era um campo de batalha e sua teoria do discurso, uma estratégia.

A perspectiva do grupo de Marcellesi foi, dessa forma, bastante mal vista pelo grupo de Pêcheux, de modo que, no mesmo ano e na mesma revista (não no mesmo número) em que se desempenha um quadro de análise de discurso político (*Langages* número 23, de 1971), há esta intervenção particular de Haroche, Henry e Pêcheux (1971) que inaugura o conceito de formação discursiva de viés materialista histórico no interior específico da ADF. Isso acontece no número 24 de *Langages*, dedicado à epistemologia da linguística. O argumento do grupo, atendendo a proposta de tratar da epistemologia da linguística, é o de que o corte epistemológico de Saussure, este que havia aberto a possibilidade da linguística, não pudera evitar o retorno do empirismo e do formalismo na área da semântica. Isso acontecia, para o grupo, porque havia diversas explorações ideológicas das teorias linguísticas, isto é, dos conceitos produzidos pelos linguistas e pela via da linguística aberta por Saussure. Julia Kristeva, também relacionada ao grupo de Althusser e à psicanálise, publica dois textos neste mesmo número de *Langages* e, no primeiro deles, *Les épistémologies de la linguistique*, elogia o texto de Haroche et al. (1971):

Verifica-se que, pelo menos para a linguística, o campo científico se abre sem cessar por um lado à sua história, por outro ao seu ambiente (ver abaixo), de modo que a sua sutura nunca pareça completa mesmo se a produção de seus conceitos seja apenas, como em outros lugares, um efeito intrateórico.

(3) Face a essa contradição marcada (não-saturação da teoria/produção intrateórica dos conceitos), a epistemologia da linguística é obrigada a abordar uma questão que outras epistemologias evitam com menos dificuldades aparentes: como se produz o sistema mesmo no qual se produzem os conceitos intrateóricos? A produção conceitual intrateórica modifica, e em que medida, este objeto – este dispositivo? O texto de Derrida dá a posição do filósofo face a estas séries de problemas relativos à sistematicidade e às categorias mesmas a partir das quais se produzem e se transformam os conceitos da linguística [...]. Isso leva, ao que parece, à necessidade de uma teoria do sujeito na linguagem, suscetível de lançar mais luz sobre este dispositivo [...], e sugere a possibilidade de outros tipos de “discurso” traçando o advento e do impacto sócio-histórico do dispositivo “linguagem-objeto/metalíngua) e de seus sistemas variáveis: questão que eliminaria a “ética” (sempre ausente para além da epistemologia positivista), mas que não é ainda seriamente abordada. O trabalho de Cl. Haroche, P. Henry e M. Pêcheux neste número [da Revista *Langages*, número 24] é uma das primeiras tentativas de aproximação à semântica a partir das condições

sócio-históricas nas quais se produzem os textos (KRISTEVA, 1971, p. 06, tradução minha¹⁶).

De acordo com Narzetti (2012b), à diferença do grupo em torno de Marcellesi, esta posição do grupo de Pêcheux pode ser lida como um certo continuísmo em relação àquilo que consideravam como a ruptura ou o corte epistemológico de Saussure: a diferença teórica entre língua e linguagem e a teoria do valor do signo linguístico eram esforços e contribuições de Saussure que não poderiam ser desconsiderados. Isso acontecia inclusive porque o grupo de Pêcheux também articulava aspectos teóricos da psicanálise de Lacan e, para esta última, era muito importante a teoria do signo linguístico proposta por Saussure, assim como sua diferença entre língua e linguagem. O grupo de Marcellesi, por outro lado, começará, a partir de meados da década de 1970, a flertar com os escritos do Círculo de Bakhtin e, portanto, com as críticas que *Marxismo e filosofia da linguagem* lançam em relação ao objetivismo abstrato da linguística saussuriana; além disso, já vinham recebendo mal as limitações das dicotomias saussurianas, principalmente esta de língua e fala que foi muito criticada quando da inauguração do objeto discurso e da positividade que o delimitou: a ADF.

O discurso, como objeto para as ciências da linguagem, é um objeto marcado pela possibilidade de superar a dicotomia de Saussure, esta de língua e fala, na medida em que permite evidenciar a dialética das transformações linguísticas; o discurso não é somente estrutura e, portanto, não remete somente à língua e seu aspecto social, mas também não é somente acontecimento e, portanto, não é dado à fala e seu caráter individual. A dupla competência e performance de Chomsky, que inclusive não coincide biunivocamente com a dicotomia língua e fala de Saussure, foi a primeira teorização que permitiu para a ADF

¹⁶ Trecho no original: “Il apparaît que, pour la linguistique au moins, le champ scientifique s'ouvre sans cesse à son histoire d'une part, à son environnement (nous y reviendrons) d'autre part, de sorte que sa suture ne semble jamais complète, même si la production de ses concepts n'est que, comme ailleurs, un effet intra-théorique.

(3) Face à cette contradiction marquée (non-saturation de la théorie/production intra-théorique des concepts), l'épistémologie de la linguistique est obligée d'aborder une question que d'autres épistémologies évitent avec moins de difficultés apparentes : comment se produit le système même dans lequel se produisent les concepts intra-théoriques? . Comment se délimite le dispositif où l'on (qui?) parle de son langage (lequel?); autrement dit : comment se dégage à un sujet parlant un langage en tant qu'objet? Quel est cet objet? La production conceptuelle intra-théorique modifie-t-elle et dans quelle mesure cet objet – ce dispositif? Le texte de J. Derrida donne la position du philosophe face à cette série de problèmes concernant la systématité et les catégories mêmes dans lesquelles se produisent et se transforment les concepts de la linguistique (cf. dans cette optique le texte fondamental de Derrida, 1967, 42-108). Il débouche, semble-t-il, sur la nécessité d'une théorie du sujet dans le langage, susceptible d'éclairer davantage ce dispositif (c'est le propos de J. Kristeva ci-dessous), et suggère la possibilité d'autres types de « discours » traçant le fonctionnement signifiant (pas de « métalangue »?). La question se pose alors de l'avènement et de l'impact socio-historique du dispositif « langage-objet/métalangue » et de ses systèmes variables : question qui éliminerait l'« éthique » (toujours absente d'ailleurs de l'épistémologie positiviste), mais qui n'est pas encore sérieusement abordée. Le travail de Cl. Haroche, P. Henry et M. Pêcheux dans ce numéro est une des premières tentatives d'approche de la sémantique à partir des conditions socio-historiques dans lesquelles se produisent les textes”.

(principalmente a) sociolinguística a chance de problematizar a dicotomia saussuriana. A performance do sujeito falante supunha uma competência linguística desenvolvida na dialética dos usos linguísticos; portanto, a performance é tanto suposta pela competência quanto incide nas transformações das próprias competências. O grupo de Marcellesi não particulariza o discurso como objeto sociolinguístico sem destacar que a competência não era somente linguística: para a descrição do nível de distribuição e transformação dos discursos era também necessária uma atenção para modelos de competências ideológicas.

Na *Langages* 23 de 1971, Marcellesi arrisca um conceito de modelo de utilização que lhe parece ser melhor para caracterizar a relação dos modelos de competência linguística com os regimes da fala e do funcionamento do discurso político. Apesar de o discurso ser caracterizado timidamente por suas condições de produção, Marcellesi (1971) faz questão de identificar um modelo de competência que administra as diferenças lexicais dos discursos políticos. Guespin (1971), por sua vez, cita dois dos outros artigos que compõem o volume, o de Malidier (1971) e o de Slakta (1971), para corroborar uma diferença entre uma competência específica, esta linguística, e uma competência geral, inclusive ideológica. Malidier (1971), como já comentei, havia distinguido, ultrapassando teoricamente Chomsky, um modelo linguístico de um modelo ideológico de competência. Essa discussão tanto é citada como também aceita por Guespin (1971). Slakta (1971), bastante elogiado por Guespin (1971), pudera destacar que a dicotomia saussuriana língua/fala ainda constituía um bloqueio epistemológico para a linguística. Veja-se de passagem, inclusive, que Slakta critica o bloqueio epistemológico de Saussure e mesmo as condições epistemológicas de possibilidade dessa teoria já citando Foucault, o mesmo texto em que Foucault (1968a) enuncia o conceito de formações discursivas: *Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico*.

Se, por um lado, o grupo de Pêcheux, como venho argumentando, se interessou pelo conceito de formação discursiva e logo mais, também na Revista *Langages* em 1971, irá rearticulá-lo na direção do materialismo histórico e de uma via teórica para a ADF, o grupo de Marcellesi, da parte de Slakta, se comprometerá apenas em reter a discussão que Foucault faz sobre a epistemologia do conhecimento moderno. Se há indícios de um conceito de Foucault assumido por Slakta nesse texto, é o de prática discursiva, mas que vem relacionado com o de ideologia: “Nesta perspectiva, a ideologia aparece como um processo de comunicação implícito – ‘sugestão social’ diz Sapir – que determina as práticas (discursivas e outras) dos indivíduos constituídos em sujeitos. Assim uma prática discursiva só pode se explicar em função de uma

dupla competência” (SLATKA, 1971, p. 110, tradução minha¹⁷): a competência linguística e a competência ideológica. Há de se destacar que o conceito de práticas primeiramente aparece apartado de seus predicados: as práticas podem ser discursivas ou de outro tipo. Foucault não é, contudo, aliado ao conceito; as referências explícitas são Althusser e Sapir e, por isso mesmo, Slakta teoriza que as práticas discursivas se explicam em função de uma competência específica linguística, e ligada à performance, e uma competência ideológica geral. Althusser é citado para a aproximação com o conceito de ideologia e para explicar o processo de interpelação ideológica: a ideologia é definida como relação imaginária às relações reais. “A questão então é: como determinar a relação entre o objeto da linguística com outros objetos? Sob este novo horizonte, afirmaremos que o indivíduo concreto é de uma vez só constituído como eu pela língua e ‘interpelado como sujeito pela ideologia’. A ideologia é definida como ‘relação imaginária com as relações reais’” (SLATKA, 1971, p. 110, tradução minha¹⁸).

Slakta (1971) ressalta o fato de que o estruturalismo em linguística, via aberta pelas dicotomias de Saussure e sua teoria do valor, havia reduplicado sua fase descritiva e bloqueado o desenvolvimento da teoria; este que seria o bloqueio epistemológico de Saussure. Foucault é citado de modo a corroborar a posição de que o estruturalismo nas ciências humanas, a partir da amálgama entre um empirismo crítico e uma filosofia do conceito, havia constituído seus objetos, inclusive na linguística, de modo a bloquear o desenvolvimento teórico, já que a descrição dos objetos científicos se mantinha em oposição à própria teoria:

Resumamos agora os “resultados” obtidos: (a) a teoria se torna um pressuposto perigoso, isto é, que importa para se manter ou descartar. O estruturalismo, nesta fase, não faz mais que repetir, reduplicar a fase inicial descritiva, ou seja, ele bloqueia o desenvolvimento necessário da teoria; (b) descritivo não se opõe mais somente a prescritivo, mas também e sobretudo a teórico; (c) o linguista é, por definição, um realista. Com efeito, retomando uma fórmula de Bourbaki, podemos escrever que “os objetos (linguísticos) (l_h) são dados com sua estrutura” (1969, 347); dessa forma, a estrutura, bem como o fato, “existe realmente”; (d) a partir daí, passamos facilmente a “a estrutura está no objeto”. Em suma, em Saussure, o objeto científico é objeto de questão, objeto a ser constituído; aqui, o objeto científico “se põe a existir em si mesmo na sua própria identidade” (M. Foucault, 1968, p. 39) (SLATKA, 1971, p. 90)¹⁹.

¹⁷ Versão no original: “Dans cette perspective, l'idéologie apparaît comme un processus de communication implicite — « suggestion sociale » dit Sapir — qui détermine les pratiques (discursives et autres) des individus constitués en sujets. Ainsi une pratique discursive ne peut s'expliquer qu'en fonction d'une double compétence”.

¹⁸ Versão no original: “La question est alors celle-ci : comment déterminer le rapport de l'objet linguistique à d'autres objets? Sous ce nouvel horizon, nous poserons que l'individu concret est tout à la fois constitué comme je par la langue et « interpellé comme sujet par l'idéologie ». L'idéologie étant définie comme « rapport imaginaire à des rapports réels »”.

¹⁹ Versão no original: “Résumons à présent « les résultats » obtenus : (a) la théorie devient un présupposé dangereux, i.e. dont il importe de se garder ou de se défaire. Le structuralisme, à ce stade, ne fait que répéter, redoubler la phase initiale descriptive, c'est-à-dire qu'il bloque le développement nécessaire de la théorie; (b) descriptif ne s'oppose plus seulement à prescriptif, mais aussi et surtout à théorique; (c) le linguiste est, par

Aqui convém distinguir, portanto, dois modos de recepção de Foucault pela ADF em sua conjuntura inicial de desenvolvimento disciplinar: do lado do grupo de Marcellesi, eles estavam lendo um historiador do discurso e epistemólogo do saber, de modo que Foucault importava porque trazia críticas ao estruturalismo em ciências humanas; do lado do grupo de Pêcheux, Foucault irá importar porque sua teoria sobre as formações discursivas implicava um debate importante sobre a diferença entre ciência e ideologia: um debate no campo da história. Esta diferença importou muito pouco para o grupo de Marcellesi, e isso acontece, do meu ponto de vista, por causa das distintas modalidades enunciativas que diferenciam este grupo do de Pêcheux.

Como argumenta Narzetti (2012b) com base em Malidier (1990), a teoria do grupo de Pêcheux se diferenciava justamente por ser uma teoria do discurso e de propor, a partir dessa teorização, um corte epistemológico, que se localizaria na semântica e seria aberto pelo conceito de discurso e pela possibilidade de metodologicamente analisá-lo. Por isso mesmo, há a diferença entre a análise automática do discurso, uma perspectiva voltada a uma metodologia, e a teoria do discurso, ainda que para Pêcheux teoria e método devam estar imbricados. Por outro lado, a ADF, para o grupo de Marcellesi era uma via aberta na linguística para oferecer um novo método de distribuição e transformação principalmente lexical e semântica. Apesar de haver em comum o fato de que ambos os grupos rebatiam as metodologias da análise de conteúdo, somente o grupo em torno de Pêcheux é que leva a sério o engajamento em uma teoria do discurso de base materialista histórica, um Cavalo de Troia nas ciências sociais:

A análise do discurso de Pêcheux foi concebida para ser esse dispositivo instrumental. Como dissemos, esse instrumento deveria favorecer o aparecimento de objetos novos, que exigiriam uma nova rede conceitual, o que seriam as condições para a produção de um corte epistemológico. Assim se explica a tese de Henry (1997, p. 36) segundo a qual Pêcheux “concebeu seu sistema como uma espécie de ‘Cavalo de Troia’ destinado a ser introduzido nas ciências sociais para provocar aí uma reviravolta”. E, além disso, esse instrumento traria consigo uma problemática marxista, o que poderia surtir o efeito, conforme Althusser e seu grupo, de fazer a teoria marxista vir a ocupar um lugar determinante no campo dos conhecimentos sociais. Nesse sentido, a análise do discurso de Pêcheux, enquanto dispositivo instrumental, deveria suplantiar o emprego da Análise de Conteúdo, muito forte nas pesquisas em ciências humanas e sociais. É esse lugar que a AD de Pêcheux viria a ocupar (NARZETTI, 2012b, p. 42-43)

définition, un réaliste. En effet, reprenant une formule de Bourbaki, on peut écrire que « les objets (linguistiques) (lui) sont donnés avec leur structure » (1969, p. 34 7); ainsi, la structure, tout autant que le fait, « existe réellement »; (d) de là, on passe aisément à « la structure est dans l'objet ». Bref, chez F. de Saussure, l'objet scientifique est objet de question, objet à constituer; ici, l'objet scientifique « se met à exister de lui-même dans sa propre identité » (M. Foucault, 1968, p. 39)”.

A ADF de Marcellesi e seu grupo, por outro lado, não se esforçava em levar a cabo esta teoria geral das ideologias que depois desembocou, por parte de Pêcheux, em uma teoria do discurso. Ainda assim, não se pode afirmar que esta linha da ADF estivesse aquém dos trabalhos de Althusser e de Foucault. Como mostrei acima a partir da discussão promovida por Denis Slakta em 1971, também este grupo de Marcellesi se preocupava com a relação entre uma metodologia de análise de discurso e de diferenciação de tipologias discursivas e uma teoria da relação entre linguagem e história. Slakta promove já em 1971 um conceito de prática discursiva totalmente ligado à releitura que Althusser faz de Marx. Outro ponto importante já convém ser destacado sobre estes grupos de analistas de discurso: eles não estavam totalmente divididos. Todos eles se citam e se recebem diferentemente uns aos outros entre as décadas de 1970 e 1980, e particularmente nestes embates nas publicações das revistas científicas no domínio da linguagem, tal qual destaquei. Narzetti (2012b) está muito correta ao mostrar que uma tendência mais sociolinguística da ADF vai se diferenciar na década de 1970 e passar a incorporar leituras do Círculo de Bakhtin no final desta década. Contudo, estas relações entre os pesquisadores em geral são bastante diversas.

Denise Maldidier, só para dar um exemplo mais óbvio, começou sua carreira totalmente ligada ao grupo de Nanterre. Sua tese de doutorado foi orientada por Jean Dubois e, por isso, sua discussão ainda retoma e discute as propostas de Chomsky e se esforça por depreender daí um modelo de competência ideológica que ofereça indicações sobre a relação entre sincronia linguística e a diacronia histórica da linguagem. Michel Pêcheux, a partir de 1966, trabalhou no Laboratório de Psicologia Social do CNRS (Centro Nacional de Pesquisa Científica), onde conheceu Michel Plon, Paul Henry, Catherine Fuchs e Claudine Haroche. Pêcheux frequenta os seminários de Antoine Culioli. Como já afirmei, conhece também Régine Robin e, a partir daí, tudo indica que há um contato maior entre Pêcheux e os pesquisadores de Nanterre. Por isso mesmo, em 1972, já flagramos Denise Maldidier assumindo a teoria do discurso de viés materialista histórico ao lado de Claudine Normand e Régine Robin (MALDIDIÉ et al., 1972). Além disso, sabemos que Maldidier (1990) será depois reconhecida como historiadora dos trabalhos de Pêcheux, tamanha sua dedicação à organização e discussão do projeto teórico deste último. Como discuto particularmente em 2.1.4.2, sobre o predomínio da teoria do discurso de Foucault para a ADF a partir do final da década de 1970, Denise Maldidier também será uma historiadora do discurso que se comprometerá em continuar o projeto e legado de Michel Pêcheux: este de incorporar a teoria do discurso de Foucault à ADF

materialista. Neste ponto de minha discussão, é somente importante reter que estes grupos de ADF, o da teoria do discurso e da sociolinguística, não eram totalmente divididos, apenas havia divergências teóricas em relação aos campos de aplicação da ADF: para Pêcheux e aliados, uma estratégia teórica a favor do materialismo histórico; para Marcellesi e aliados, uma teoria que auxiliasse a sociolinguística na análise deste nível distinto da língua e da fala e que ainda lhes impunha determinações importantes (inclusive extralinguísticas): o do discurso.

Guespin, também em 1971, não vai deixar de articular a relação entre discurso e ideologia e nem vai se redimir de levar a cabo uma teoria geral do discurso. É essa inclusive a proposta com a qual ele fecha seu artigo na *Langages* 23:

Lembraremos enfim brevemente os principais terrenos de pesquisa. *Para a enunciação*, espera-se, no plano teórico, refinamento dos conceitos operatórios; no plano prático, duas vias se abrem: a exploração do catálogo das marcas da enunciação tal qual elas são agora identificadas, mas também o desenvolvimento de um método que permita dar conta do caráter não discreto da enunciação. *Para a gramática*, é preciso testar a aptidão dessas teorias gramaticais para fornecer as hipóteses construindo de forma satisfatória as estruturas subjacentes às palavras. Enfim, no que diz respeito ao *mecanismo discursivo*, é preciso admitir que ainda há muito a ser feito. Anos foram perdidos, em busca de uma teoria das condições de produção susceptíveis de distinguir o essencial do acessório na descrição de uma situação, e métodos capazes de construir a partir daí o modelo dos processos de produção. Certamente não é questão de se propor um objetivo muito presunçoso, para constatar ainda mais uma vez que ele não comportaria todo o saber do mundo; isto que o analista do discurso tem em última análise vocação para construir, é a teoria do reflexo *em discurso* das relações de enunciação e de ideologia (GUESPIN, 1971, p. 24, tradução minha²⁰).

Apesar de este texto de Guespin trazer uma crítica a Pêcheux, como já comentei, veja-se que o projeto é bastante similar, em certa medida, com a empreitada de Pêcheux, tal qual Narzetti já comentou sobre as relações entre a ADF sociolinguística e a teoria do discurso de Pêcheux (NARZETTI, 2012b). Guespin até mesmo retoma na conclusão de seu texto o conceito de processo de produção do discurso e ainda relaciona a reflexão sobre o discurso às relações entre enunciação e ideologia. De qualquer forma, a teoria do discurso materialista de

²⁰ Trecho no original: “Rappelons enfin brièvement les principaux terrains de recherche. *Pour l'enonciation*, il faut souhaiter, au plan théorique, raffinement des concepts opératoires; au plan pratique, deux voies s'ouvrent : l'exploitation du catalogue des marques de l'enonciation telles qu'elles sont désormais repérées, mais aussi la mise au point d'une méthode qui permette de rendre compte du caractère non discret de l'enonciation. *Pour la grammaire*, il nous faut tester l'aptitude des théories grammaticales à fournir des hypothèses construisant de façon satisfaisante les structures sous-jacentes aux mots. Enfin, en ce qui concerne le *mécanisme discursif*, il faut bien avouer que l'essentiel reste à faire. Des années ont été perdues, à la recherche d'une théorie des conditions de production susceptible de distinguer l'essentiel de l'accessoire dans la description d'une situation, et de méthodes capables de bâtir à partir de là le modèle des processus de production. Il n'est certes pas question de se proposer un objectif si démesuré, pour constater une fois de plus qu'il y faudrait tout le savoir du monde; ce que l'analyste du discours a en définitive vocation à bâtir, c'est la théorie du *reflet en discours* des rapports d'enonciation et d'idéologie”.

Pêcheux não comungava desta mesma forma de considerar a linguística e principalmente a sociolinguística e, por isso, estas discussões não foram lidas positivamente por ele.

Duas recepções de Saussure pela ADF podem ser destacadas neste ano de 1971 e elas também permitem distinguir e especificar estas duas estratégias de inserção da ADF no domínio da linguística: a de Pêcheux enfatiza o corte epistemológico de Saussure e ainda visa, ela mesmo, a um corte em direção à semântica e a favor do marxismo no interior desta; a de Dubois/Marcellesi, por outro lado, vai em direção aos desenvolvimentos de Chomsky para a linguística e critica o bloqueio da dicotomia saussuriana. Além disso, o grupo de Pêcheux também mantinha um distanciamento em relação à posição de Chomsky, vista como positivista e logicista (GADET et al. 1990, 1995a). Marcellesi e seu grupo estariam sendo influenciados por esta via logicista da linguística.

No que concerne a Foucault, também me sinto confortável para admitir, por parte destas duas vias da ADF, a teórica e a sociolinguística, igualmente uma dupla recepção. Já que o grupo de Marcellesi não se interessava na produção de uma teoria do discurso, mas de uma via metodológica para uma análise do discurso, também não lhe interessava disputar com Foucault uma teoria sobre o discurso. O mesmo não aconteceu por parte do grupo de Pêcheux. Já que estes últimos estavam interessados em inscrever o discurso como um objeto de disputa ideológica suposto pela materialidade linguística e que interferiria no campo da semântica, então prevalecia fortemente a tentativa de elaboração de uma teoria do discurso, ainda que esta fosse sempre acompanhada de uma via metodológica inscrita justamente pelos linguistas do grupo: Claudine Haroche, Paul Henry, Catherine Fuchs, Claudine Normand... Foucault, por parte do grupo de Pêcheux, representava não somente uma discussão a parte que poderia ser integrada, ele constituía propriamente uma posição teórica que precisava ser combatida, conforme demonstra, por exemplo, o estudo de Gregolin (2004).

Daí que o conceito de formação discursiva, tão caro para o grupo de Pêcheux já desde a discussão em que Dominique Lecourt (1970) constata, em tal conceito, o cerne do discurso paralelo de Foucault, tratou de ser a inovação teórica de 1971. Já ressaltai, foi uma inovação que procurou fazer prevalecer uma teoria do discurso que, confrontando inclusive a de Foucault, mas também as tipologias discursivas empregadas pela via sociolinguística, introduzisse o materialismo histórico na semântica e, mais propriamente, nas metodologias das ciências sociais, já que estas últimas ainda se apoiavam no estruturalismo linguístico. O conceito de formação discursiva foi primordialmente o conceito em que o grupo investiu a partir de 1971 para estabelecer sua teoria do discurso e seu corte epistemológico em semântica.

Um aspecto interessante, e que abre uma via de discussão para o próximo item, é que o grupo de Pêcheux tomou emprestado o conceito de Foucault para fazer acontecer uma ruptura epistemológica, quando, de fato, Foucault, propriamente por intermédio deste conceito de formação discursiva, criticava o conceito de ruptura epistemológica e fazia prevalecer o de *descontinuidades* (no plural, Foucault (1968b) destacava) ao lado do de múltiplas temporalidades. O conceito de formações discursivas era apenas um modo de descrever regularidades no meio de inúmeras descontinuidades.

Para o grupo de Pêcheux, uma vez o conceito fosse inscrito no quadro de uma teoria materialista do discurso, restituindo-lhe uma abordagem propriamente materialista (já sendo, portanto, outro conceito), ele poderia ser muito fértil para explicar as distribuições de posições ideológicas no discurso. O conceito de discurso, da mesma forma, era também outro, já que o grupo de Pêcheux até mesmo confrontava a teoria do discurso de Foucault. Portanto, essa outra recepção de Foucault na ADF, a do grupo de Pêcheux, deu conta de corroborar a presença de Foucault nas referências teóricas da ADF a partir de um confronto teórico em torno da conceituação para formação discursiva. Ainda que Foucault não seja citado inicialmente, essa *ausência* de Foucault sempre significou presença a partir do conceito de formações discursivas: um termo ou uma *ideia* no texto de 1970 (FUCHS & PÊCHEUX), um conceito da teoria materialista do discurso já em 1971 (HAROCHE et al.). Trata-se, contudo, de *outro* conceito em relação ao de Foucault (1969a), já que delimitado por projetos teóricos distintos.

É interessante que eu ressalte o efeito da positividade sobre o saber, dado que é esta esquina – a ADF como positividade e domínio estratégico para a especificidade e raridade de práticas discursivas – que garante nuances peculiares para as práticas discursivas e regularizam a particularidade desse discurso que se forma a partir do conceito de FD. No caso do discurso da ADF, há de se ressaltar que o gesto realizado pelo grupo de Pêcheux, ao mesmo tempo que é autorizado pela posição de epistemólogo que Pêcheux vinha assumindo desde cedo junto ao grupo de Althusser, a partir da leitura de textos fundadores como os de Bachelard e Canguilhem, mas também problematizadores e instigantes como os de Lacan e Foucault, também está absolutamente inscrito nas ciências da linguagem – inclusive destacando deste campo o que seriam as práticas científicas e as ideológicas. A própria intervenção da teoria do discurso de Foucault era considerada reformista e ideológica, ainda que abrisse vias para o materialismo que ela recalava por seu discurso paralelo.

Além disso, se o gesto de Saussure é, até certo ponto, comemorado e enfatizado como ruptura epistemológica (HAROCHE et al., 1971) – posição bastante diferente da que

defende Foucault sobre o lugar de Saussure entre os saberes sobre a linguagem²¹ – a teoria do discurso de Pêcheux faz prevalecer um outro corte em direção às práticas não ideológicas no domínio das ciências da linguagem; sua teoria do discurso tem este fim político e sua incursão na linguística também tem uma finalidade política – *relações* muito específicas com as *práticas não discursivas*. Dessa forma, ainda que as armas (temas e teorias) e os objetos disputados (os conceitos) estejam dados como problemas para a epistemologia francesa da época no geral – e, é importante notar, Pêcheux participava ativamente dessas discussões e suas primeiras publicações travam polêmicas na história do conhecimento –, não posso deixar de destacar que o campo de batalha em que Pêcheux figurou é o da linguística, já instituída desde o início da década de 1950 como carro chefe das ciências humanas e metodologia principal para a formalização e estruturação de dados históricos, inclusive via a análise de conteúdo. Seu problema, o de Pêcheux, era *a linguagem e a luta por seus sentidos*.

Neste ponto, convém ainda retomar alguns argumentos defendidos por Narzetti (2012a). Em seu livro *O projeto teórico de Michel Pêcheux*, ela descreve minuciosamente a estratégia teórica de Michel Pêcheux em seus quatro primeiros artigos publicados antes de AAD-69. É um período que pode ser considerado pré-AD e que tem, como marco principal para a inauguração da disciplina, ou pelo menos para o investimento mais sério de Pêcheux em sua teoria, o livro *Análise Automática do Discurso* (PÊCHEUX, 1969). A história oficial (ou oficializada) da ADF (escrita pela própria ADF) coloca Jean Dubois como um dos principais articuladores da ADF no final da década de 1960. Além disso, o próprio nome da positividade em si (este que condensa o paradoxo de sua unidade), *discourse analysis*, já havia sido aberta pelo linguista americano Zellig Harris em 1952, em seu artigo na Revista *Language*.

É importante destacar, dessa forma, que, ainda que os trabalhos de Michel Pêcheux sempre tenham dialogado incisivamente com a filosofia e com a epistemologia francesa da época, em que se destacavam Bachelard, Canguilhem, Cavailles, Althusser e Foucault, o projeto da análise automática do discurso, que servia como um Cavalo de Troia para as Ciências Sociais, foi desenvolvido plenamente no campo da linguística: basta uma pequena incursão na história da formação da positividade da ADF, principalmente tomando-a do ponto de vista mais amplo da dispersão de suas práticas e não simplesmente centralizando-a no trabalho de Michel Pêcheux, que podemos encontrar aí uma regularidade pululante sobre o conceito de discurso e

²¹ “E foi preciso justamente que Saussure contornasse esse momento da fala, que foi capital para toda a filologia do século XIX, para restaurar, para além das formas históricas, a dimensão da língua em geral e reabrir, acima de tanto esquecimento, o velho problema do signo que animara, sem interrupção, todo o pensamento desde Port-Royal até os últimos ideólogos” (FOUCAULT, 1966, p. 395).

que vai inclusive para além dos próprios domínios de positividade em que seu saber é especificado: o problema da materialidade linguística do discurso e o problema de especificar sua história – a materialidade histórica da ideologia. A descrição da materialidade do discurso sempre foi o maior problema a ser enfrentado. Não é por acaso, portanto, que o filósofo e epistemólogo Michel Pêcheux se viu rodeado de linguistas e historiadores.

AAD-69 une os esforços tecnológicos da época, por isso o predicado de *automática*, com a estratégia teórica de atacar as ciências sociais por sua própria linguagem. Já que os métodos da análise de conteúdo prevaleciam entre estas últimas e, por isso, a linguagem era tomada como referencial, então cabia muito bem a tentativa de introduzir uma nova metodologia, na área da linguagem, que substituísse estes métodos ditos ideológicos. Não é menos importante destacar, portanto, que a ADF, independentemente de sua via ser teórica ou sociolinguística, tem a especificidade de ser marcada por um campo de problemáticas em torno da linguagem e no domínio da semântica.

Pêcheux e seu grupo objetivavam intervir politicamente nesta luta teórica e introduzir uma teoria do discurso que pudesse dar conta de mostrar o funcionamento ideológico da política e da ciência; o projeto do grupo de Marcellesi era mais modesto e procurava articular uma metodologia de análise do discurso (político) à via aberta pela ciência linguística de Saussure e reelaborada pela teoria gerativo-transformacional de Chomsky; como muito bem demonstra Narzetti (2012b) em sua tese de doutorado, este último grupo de pesquisadores ainda viria a incorporar, entre suas leituras, as discussões do Círculo de Bakhtin.

Foucault, para este último grupo, era uma posição que figurava fora do domínio da análise do discurso, ainda que ele discutisse uma teoria para o discurso; o grupo de Pêcheux, ao contrário, se viu confrontado por esta teoria do discurso e logo tratou tanto de rearticular seus conceitos (principalmente e inicialmente o de formação discursiva) para o quadro de uma teoria materialista do discurso e do assujeitamento ideológico. Dessa forma, há uma insistência e presença maior de Foucault nas elaborações teóricas que acontecem entre 1971 (HAROCHE et al.) e 1975 (PÊCHEUX, 1975), ainda que elas quase venham administradas pela ausência de Foucault ao lado da rearticulação de seu conceito de formação discursiva. A linguística foi um campo de batalha distinto daquele em que eclodiram os conceitos arqueológicos de discurso e de formação discursiva. Foi, contudo, o campo em que Michel Pêcheux desempenhou sua estratégia teórica aproveitando um termo forjado por Michel Foucault.

Se, portanto, Foucault é atualmente colocado na *ordem do discurso* da ADF, principalmente do ponto de vista da análise de discurso brasileira, isto acontece porque desde

cedo o trabalho de Foucault implicou polêmicas sérias para as estratégias teóricas da ADF. Ainda assim, as polêmicas que instituíram a ADF estavam dadas no domínio da linguagem e Foucault tangencia esse domínio tanto porque não restringe suas descrições e análises ao domínio da linguagem (e principalmente do sentido) quanto porque seu conceito de discurso nunca admitiu uma via linguística, já que nem o conceito de enunciado de *A arqueologia do saber* a poderia supor.

2.1.3 A elaboração do conceito de FD por Foucault (1968-1969)

Em *As palavras e as coisas*, Foucault realiza o que ele mesmo chama de uma arqueologia das ciências humanas. Segundo Roberto Machado (2009), Foucault, na esteira de Bachelard e Canguilhem, se interessou desde cedo, em 1961 a partir de *A história da loucura na Idade Clássica*, pela constituição dos sistemas de verificação ocidentais: suas descontinuidades epistemológicas. Em 1969, a partir daquilo que propriamente seria uma discussão teórica e metodológica que introduziria *As palavras e as coisas* (1966), Foucault publica *A arqueologia do saber* (1969a), em que pretende definir algumas problematizações teóricas e alguns limites metodológicos para as pesquisas que havia empreendido até ali (FOUCAULT, 1961, 1963, 1966). A publicação de *As palavras e as coisas* havia precipitado uma leitura de Marx que confrontou seriamente os historiadores marxistas ligados a Althusser:

Aí temos uma fratura importante entre a posição do modelo marxista quanto do modelo fenomenológico, e a posição da corrente althusseriana que, pelo contrário, tenta proporcionar a Marx um segundo alento, fazer dele o iniciador da principal ruptura na história das ciências. Foucault deverá responder pela sua posição, considerada provocadora pelo grupo althusseriano do círculo epistemológico da ENS, e corrigirá mais tarde o tiro com a redação de *L'archéologie du savoir*: “Quando escreveu *Les mots et les choses*, desconhecia a leitura de Althusser de Marx, ao passo que em *L'archéologie du savoir* nos fala de um Marx revisitado por Althusser” [Étienne Balibar]. A perspectiva de Foucault de 1966 participa plenamente do teorismo ambiente do estruturalismo, ao qual dá uma resposta filosófica partindo do primado da razão pura, da representação das estruturas da experiência enquanto articuladas com base na constituição de objetos epistemológicos (DOSSE, 1993, p. 378).

Em 1968, às vésperas da publicação de *A arqueologia do saber*, como já comentei em 2.1.1, Foucault se envolve em duas discussões em que adianta suas reflexões sobre a especificidade que ele pôde recortar na descrição das formações discursivas a partir de sistemas de positividade particulares. A primeira delas diz respeito à resposta ao Círculo Epistemológico, publicada em *Cahiers pour l'analyse* em 1968 (FOUCAULT, 1968a), no mesmo número em

que constam um texto de Antoine Culioli e outro de Thomas Herbert (pseudônimo de Michel Pêcheux). Já a segunda discussão, em que Foucault (1968b) também promove o conceito de formações discursivas, é publicada também em 1968 na Revista *Esprit* sob o título de *Réponse à une question*.

Em ambos os textos, além de Foucault já preconizar o conceito de formações discursivas que mais tarde vai aparecer em *A arqueologia do saber*, ele já o faz de modo a rebater as críticas sobre *As palavras e as coisas*. O conceito de formação discursiva já aparece na relação com o de regras de formação. As regras de formação são jogos particulares de relações entre enunciados que definem especificidades para objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias teóricas. No texto *Réponse à une question* (FOUCAULT, 1968b), as regras de formação e a própria noção de formação discursiva já são discutidos sob a égide da transformação dos discursos e na correlação fundamental com as práticas ou domínios não discursivos.

Inicialmente, Foucault coloca em suspenso as disciplinas (*a* psiquiatria, *a* medicina, *a* gramática, *a* biologia, *a* economia) e sua evidência fundamental como unidades para caracterizar os saberes e suas unidades. Haveria tanto um uso histórico-transcendental das disciplinas, obstinado em encontrar a origem de suas problemáticas, quanto um uso empírico ou psicológico, pesquisando o fundador, o primeiro pensador e as significações ocultas que seu discurso recobriria. Foucault prefere uma via em que a desestabilização dessas unidades possa dar conta de fixar também os limites para as simultaneidades e sucessões entre enunciados que disputam regiões disciplinares ao mesmo tempo em que também podem se excluir ou mesmo se desconhecer.

Contra estes dois usos, o transcendental-histórico e o empírico-psicológico, Foucault admite três grupos de critérios que lhe permitem a descrição das simultaneidades e sucessões entre formações discursivas. Sobre os critérios de formação de um discurso, Foucault destaca a existência das regras de *formação* dos enunciados passíveis de serem descritas a partir de seus objetos, suas operações, seus conceitos e suas opções teóricas. Uma formação discursiva pode ser individualizada cada vez que for possível este jogo de regras de *formação*. Ainda há o segundo grupo de critérios de *transformação* dos enunciados, a partir do qual devem ser definidas as modificações internas a que estas unidades discursivas estão suscetíveis; supõe-se a necessidade de definir o solo de transformação das novas regras de formação que são colocadas em jogo. O terceiro grupo de critérios investe na *correlação*, de modo que uma formação discursiva constitui sua autonomia também a partir do conjunto de relações que nos

permitted situá-la entre outros tipos de discurso e também com o contexto não discursivo a partir do qual ela funciona – as instituições, as relações sociais e a conjuntura econômica e política²². Formação, transformação e correlação entre formações discursivas já são supostas inicialmente por Foucault (1968b) em *Réponse à une question*.

Como pode se perceber, a relação entre as práticas discursivas (o regime em que a descrição de conjunto de enunciados permite definir uma formação discursiva para um conjunto de saberes e para o domínio de uma positividade) e as práticas não discursivas, as que funcionam para além dos rituais do discurso (FOUCAULT, 1970), já está absolutamente inscrita neste primeiro texto de 1968. Foucault não permitiu a interpretação de que uma formação discursiva, mesmo que individualizada e autônoma, pudesse ser analisada fora da relação com um domínio de outras formações discursivas e fora da relação com práticas não discursivas. Ainda que seu conceito de discurso seja muito específico, recobrando o campo da produção e transformação dos conhecimentos, ele trata de relacionar estas práticas discursivas a práticas não discursivas.

Neste texto de 1968, *Réponse à une question*, Foucault (1968b), como comentei, ainda rebate críticas ao conceito de episteme, empregado em *As palavras e as coisas* (1966). A crítica, inclusive a partir das perguntas que lhe foram postas pelo Círculo Epistemológico também em 1968, ressaltava um caráter de homogeneidade e de continuidade que Foucault teria destacado a partir do conceito de episteme. Foucault rebate afirmando que a “a episteme não é uma fatia da história comum a todas as ciências; é um jogo simultâneo de persistências específicas²³” (FOUCAULT, 1968b, p. 704). Estes três grupos de critérios, quando aplicados à análise das formações discursivas, permitem destacar “l’écart, les distances, les oppositions, les

²² Também cito Foucault (1968b): “1) Les critères de *formation*. Ce qui permet d’individualiser un discours comme l’économie politique ou la grammaire générale, ce n’est pas l’unité d’un objet, ce n’est pas une structure formelle ; ce n’est pas non plus une architecture conceptuelle cohérente ; ce n’est pas un choix philosophique fondamental ; c’est plutôt l’existence de règles de formation pour tous ses objets (si dispersés qu’ils soient), pour toutes ses opérations (qui souvent ne peuvent ni se superposer ni s’enchaîner), pour tous ses concepts (qui peuvent très bien être incompatibles), pour toutes ses options théoriques (qui souvent s’excluent les unes les autres). Il y a formation discursive individualisée chaque fois qu’on peut définir un pareil jeu de règles.

2) Les critères de *transformation* ou de *seuil*. Je dirai que l’histoire naturelle ou la psychopathologie sont des unités de discours, si je peux définir les conditions qui ont dû être réunies en un moment très précis du temps, pour que leurs objets, leurs opérations, leurs concepts et leurs options théoriques aient pu être formés ; si je peux définir de quelles modifications internes elles ont été susceptibles ; si je peux définir enfin à partir de quel seuil de transformation des règles nouvelles ont été mises en jeu.

3) Les critères de *corrélacion*. Je dirai que la médecine clinique est une formation discursive autonome si je peux définir l’ensemble des relations qui la définissent et la situent parmi les autres types de discours (comme la biologie, la chimie, la théorie politique ou l’analyse de la société) et dans le contexte non discursif où elle fonctionne (institutions, rapports sociaux, conjoncture économique et politique) (FOUCAULT, 1968b, p. 703-704).”

²³ Trecho no original: “l’*épistémè* n’est pas une tranche d’histoire commune à toutes les sciences ; c’est un *jeu simultané de rémanences spécifiques*” (FOUCAULT, *Réponse à une question*, 1968b).

différences, les relations de ses multiples discours scientifiques : *l'épistémè* n'est pas *une sorte de grande théorie sous-jacente*, c'est un espace de *dispersion*, c'est un *champ ouvert et sans doute indéfiniment descriptible de relations*" (FOUCAULT, 1968b, p. 704).

Na sequência do texto, Foucault insiste no tratamento dos tipos diferentes de transformações para a descrição arqueológica. Essa opção teórica visa a se distinguir de modos de historiar que remetem à continuidade entre os discursos (tradição, influência, grandes formas mentais, etc.) e também às explicações psicológicas sobre as mudanças discursivas (os grandes inventores, as crises de consciência, a aparição de novas formas de espírito). Para se desviar desses temas, Foucault ainda sublinha a necessidade de substituir o tema do futuro (mistura confusa da identidade e da novidade) pela análise das transformações de sua especificidade. Se há um devir, para Foucault, ele deve ser analisado conforme a especificidade da instauração dos acontecimentos discursivos. Trata-se, portanto, de transformações ligadas à especificidade do enunciado na série.

Tais transformações podem tanto ser depreendidas do interior de uma formação discursiva determinada, a partir da detecção das mudanças que afetam os objetos, as operações, os conceitos e as opções teóricas, quanto também detectadas na análise das mudanças que afetam a formação discursiva por ela mesma: deslocamentos nas linhas de definição dos objetos possíveis, nova posição ou papel do sujeito que fala no discurso, novos funcionamentos da linguagem na relação com os objetos, novas formas de localização e de circulação dos discursos na sociedade²⁴. Um terceiro tipo de mudanças afeta ainda simultaneamente várias formações discursivas: estas transformações, em conjunto, caracterizam mutações e derivações dadas na própria episteme; Foucault (1968b) as trata como *redistribuições*. Apesar de elencar vários tipos de transformações e relações entre estas transformações discursivas, Foucault argumenta, contudo, que não deseja constituir uma tipologia exaustiva dessas transformações.

²⁴ Ofereço partes do grande trecho em que aparece esta discussão: "Remplacer, en somme, le thème du *devenir* (forme générale, élément abstrait, cause première et effet universel, mélange confus de l'identique et du nouveau) par l'analyse des *transformations* dans leur spécificité.

1) À *l'intérieur* d'une formation discursive déterminée, détecter les changements qui affectent les objets, les opérations, les concepts, les options théoriques. [...] Ces différents types de changement constituent à eux tous l'ensemble des *dérivations* caractéristiques d'une formation discursive.

2) Détecter les changements qui affectent les formations discursives *elles-mêmes* : déplacement des lignes qui définissent le champ des objets possibles [...] ; nouvelle position et nouveau rôle du sujet parlant dans le discours [...] ; nouveau fonctionnement du langage par rapport aux objets [...] ; nouvelle forme de localisation et de circulation du discours dans la société [...]. Tous ces changements d'un type supérieur aux précédents définissent les transformations qui affectent les espaces discursifs eux-mêmes : des *mutations*.

3) Enfin, troisième type de changements, ceux qui affectent simultanément plusieurs formations discursives : interversion dans le diagramme hiérarchique [...] ; altération dans la nature de la réaction [...] ; déplacements fonctionnels [...]. Toutes ces transformations d'un type supérieur aux deux autres caractérisent les changements propres à *l'épistémè* elle-même. Des *redistributions* (FOUCAULT, 1968b, p. 705-707)".

Entre os pontos importantes que para ele convém destacar para além dessa tipologia, ele toca na necessidade de definir um jogo de dependências entre essas transformações discursivas. E resgato este trecho do texto de Foucault porque chama a atenção como, já em 1968, não só aparece o conceito de formação discursiva; Foucault também tematiza três tipos de dependências na relação das formações discursivas consigo mesmas e com outras formações discursivas: dependências *intradiscursivas* (entre os objetos, operações e conceitos de uma mesma formação), *interdiscursivas* (entre formações discursivas diferentes, como em *As palavras e as coisas*) e *extradiscursivas* (entre as formações discursivas e todo um jogo de mudanças econômicas, políticas e sociais)²⁵. E não é por acaso que esse trecho chama atenção e diz respeito à prática ainda atual da ADF e da ADB: estas mesmas dependências, pelos menos as intradiscursivas e interdiscursivas, serão também rearticuladas por Michel Pêcheux em 1975 do ponto de vista do materialismo histórico de Althusser (1970) e Lecourt (1970). E estas relações e dependências entre formações discursivas, que mais tarde se tornam conceitos para a ADF, os conceitos de interdiscurso e de intradiscorso, não só parecem ser inspirados nesta discussão inicial de Foucault em 1968 como também podem ser bastante aproximadas desta formulação original.

Em um artigo, Maria do Rosário Gregolin já havia alertado sobre estes relacionamentos entre a noção de interdiscurso de Pêcheux e a teoria arqueológica de Foucault:

[...] um lugar especial é dado por Pêcheux (1983a) ao trabalho de Foucault. Para ele, a **Arqueologia do Saber** (1969), que trata explicitamente o documento como um *monumento* (“vestígio discursivo em uma história, um nó singular em uma rede”), propõe a análise das discursividades e permitiu a construção teórica da intertextualidade e, de maneira mais geral, do *interdiscurso*. Com essa contribuição de Foucault, a análise de discurso foi levada a afastar-se, ainda mais, de uma concepção classificatória que dava privilégio aos discursos oficiais “legitimados”. No entanto, segundo Pêcheux, falta aprimorar a metodologia proposta por Foucault, o que faz com que as análises sejam, ainda, demasiadamente pontuais e triviais (GREGOLIN, 2005, p. 107, grifos do original).

Por parte do grupo de Pêcheux, e especificamente Pêcheux (1975), ele definirá o interdiscurso como “o todo complexo com dominante das formações ideológicas” (p. 162) e,

²⁵ Também cito Foucault (1968b, p. 708): “Ce qui m’importe surtout, c’est de définir entre toutes ces transformations le jeu des dépendances : – dépendances *intradiscursives* (entre les objets, les opérations, les concepts d’une même formation) ; – dépendances *interdiscursives* (entre les formations discursives différentes : telles les corrélations que j’ai étudiées dans *Les Mots et les Choses* entre l’histoire naturelle, l’économie, la grammaire et la théorie de la représentation) ; – dépendances *extradiscursives* (entre des transformations discursives et autres qui se sont produites ailleurs que dans le discours : telles les corrélations étudiées, dans *Histoire de la folie et Naissance de la clinique*, entre le discours médical et tout un jeu de changements économiques, politiques, sociaux)”.

portanto, a relação interdiscursiva é a que diz respeito às relações ideológicas que distribuem as diferenças, relações de dominância, antagonismo e aliança, entre diferentes formações discursivas; para Foucault (1968b), as relações interdiscursivas indicam justamente dependências entre formações discursivas. Já o intradiscorso pode ser depreendido, para Pêcheux (1975), das relações sintagmáticas: as que estabelecem e fixam a linearidade dos enunciados no funcionamento de uma formação discursiva; para Foucault, as relações intradiscursivas definem dependências entre objetos, operações e conceitos de uma mesma formação discursiva (1968b).

Se Pêcheux e seu grupo, já desde 1970 e na esteira do grupo de Althusser, vão procurar restituir o materialismo histórico aos conceitos abertos por Foucault no seu chamado método arqueológico, veem-se aí indícios, portanto, de que também os conceitos de interdiscorso e de intradiscorso, estes que Pêcheux desenvolve em 1975, possam ter sido rearticulados a partir destas indicações que Foucault oferece em 1968 sobre as dependências que se pode estabelecer entre formações discursivas e no interior delas mesmas: relações intradiscursivas, interdiscursivas e extradiscursivas.

Convém destacar, além de tudo, que estas últimas, as dependências extradiscursivas, que admitem transformações, mutações e derivações entre as formações discursivas e as práticas não discursivas (ou formações pré-discursivas, como Foucault (1971) especifica em entrevista sobre *A arqueologia do saber*), não serão nem levadas a sério e muito menos destacadas e desenvolvidas pelo grupo em torno de Pêcheux e pelo próprio Michel Pêcheux em 1975. Como eu já comentei, a primeira diferença comentada, porém criticada, pelos historiadores ligados ao projeto de desenvolvimento do materialismo histórico como ciência da história, como Lecourt (1970) e Robin (1977), é esta que Foucault evidencia, em *A arqueologia do saber*, entre as práticas discursivas e não discursivas. Esta diferença confrontava diretamente as teses desenvolvidas por Althusser em torno do marxismo. Pêcheux, como já partiu destas críticas para a reelaboração de sua teoria do discurso, também não desenvolveu as particularidades das dependências extradiscursivas.

Do meu ponto de vista, isto acontece porque desde cedo, desde 1970, o grupo althusseriano, do qual faziam parte Lecourt e Pêcheux, procurava confrontar este ponto particular em que Foucault teoriza outras relações entre ciência e ideologia – para além de uma divisão estanque que alçava o materialismo histórico como ciência da história por excelência e arma a favor da revolução –, inclusive aproveitando-se, a partir da teoria de Foucault, dos conceitos de discurso e de formações discursivas para intervir na historiografia do

conhecimento de viés marxista e materialista histórico. O próprio Foucault, em entrevista sobre *A arqueologia do saber*, em 1971, respondia às críticas marxistas assumindo que seu gesto teórico pretendia abrir uma via de análise, e principalmente de recorte de um regime de funcionamento (*o discursivo*), que permitisse suplantar as fraquezas expostas pelos esforços de historiadores marxistas em mostrar a relação entre as práticas sociais e econômicas e as mudanças e transformações epistemológicas.

Foucault entendia que os conceitos científicos, ou em via de se tornarem ou não científicos, eram instaurados a partir de várias camadas de positivities, que podem ou não se tocar e se relacionar (e que possuem relacionamentos múltiplos entre si), e que estavam totalmente determinadas pelas relações entre as práticas discursivas isoladas por estas positivities e as práticas não discursivas ligadas inclusive ao regime de apropriação social destes discursos – já que a relação é dialética: as práticas discursivas determinam ao mesmo tempo em que são determinadas pelas práticas não discursivas, há relacionamentos múltiplos entre elas. Mesmo já no texto de 1968, ao rebater os leitores da Revista *Esprit*, Foucault (1968b) destaca que suas pesquisas não flagram *uma descontinuidade* no discurso: flagram *descontinuidades*. Ele mesmo se autointitula um *pluralista* (p. 702).

Os marxistas, entre eles Michel Pêcheux, não concordavam com este gesto a partir do qual Foucault destacava um regime de veridicção – o do discurso – que poderia ser descrito e explicado, historicamente, para fora do materialismo histórico, ou seja, que não era explicado pelas relações entre classes e pela luta de classe, particularmente, como motor da história. Na época, *As palavras e as coisas*, um estudo absolutamente histórico sobre a formação dos discursos das ciências humanas, chegou a ser acusado de a-histórico, já que, inclusive do ponto de vista do Círculo de Epistemologia (1968), Foucault tinha suprimido relações históricas, rupturas e descontinuidades, a partir do conceito de episteme que empregou em 1966. Seu conceito de episteme flertaria com a descrição de uma grande continuidade. Dominique Lecourt é enfático a este respeito:

[...] a *Archeologie* tem outro alcance, e a problemática que suscita é de uma novidade genuína e radical. Como indício dessa novidade, basta lembrar uma ausência importante: a da noção de *episteme*, pedra angular do trabalho anterior, e eixo de todas as interpretações “estruturalistas” de Foucault. É óbvio que tal ausência não pode ser acidental. Pretendemos, portanto, levar a sério o *paradoxo* de um livro que se apresenta como uma reflexão metódica sobre livros anteriores, ao mesmo tempo que omite a espinha dorsal desses livros. É nesse paradoxo que reside todo o interesse do trabalho; dêle derivam duas perguntas: que significa essa *insistência* em acentuar uma continuidade que, manifestamente, não é perfeita? e que *novidade* se introduz, que força ao abandono da noção central de *episteme*? (LECOURT, 1970, p. 44).

Na entrevista de 1971, Foucault destaca e rebate as críticas dos historiadores marxistas, como estas de Lecourt, sobre o abandono da noção de episteme em *A arqueologia do saber* (1969a). O primeiro problema que ele comenta é o das simultaneidades epistemológicas: há regularidades discursivas, como as que ele mostrou entre formações discursivas bastante distintas em *As palavras e as coisas*, que demonstram o funcionamento de regras de formação específicas, e que podem ser isoladas em um mesmo nível: o do discurso, aquele que intervém na transformação dos saberes. Por isso mesmo que, do ponto de vista de Foucault, historiar os discursos, descrever suas formações discursivas, é isolar o domínio de transformação dos saberes. Quando recorta o limite do discurso e o saber como objeto, Foucault está interessado, portanto, por camadas intermediárias de saberes que, independentemente de estar ou não em vias de se tornar ciências (o que menos importava para Foucault é o estatuto de ciência que eles poderiam alcançar, mas as condições, inclusive institucionais, que regulavam este estatuto), mantinham relações bastante particulares com estas últimas, principalmente a partir do modo como almejavam o estatuto de unidades formais, unidades de discurso, tais quais a ciência e talvez tão formalizadas quanto.

Esta era inclusive a grande implicância de Foucault em relação a Althusser e aos althusserianos. O materialismo histórico como ciência revolucionária da história não era um *discurso* que Foucault comprava tão facilmente. Além das simultaneidades e descontinuidades epistemológicas, que aguçavam a curiosidade de Foucault sobre as determinações históricas e sociais dos discursos tal qual ele pesquisou em *As palavras e as coisas* (1966) (e para além dos cortes epistemológicos dos quais tratava Althusser), Foucault também comenta o problema da coincidência que os historiadores marxistas ressaltavam entre as condições econômicas/sociais e o contexto de aparecimento de uma ciência. Foucault não concorda com esta coincidência:

O segundo problema foi o seguinte: pareceu-me que as condições econômicas e sociais que servem de contexto ao aparecimento de uma ciência, ao seu desenvolvimento e ao seu funcionamento, não se traduzem na própria ciência sob a forma de discurso científico, como um desejo, uma necessidade ou um impulso podem se traduzir no discurso de um indivíduo ou em seu comportamento. Os conceitos científicos não exprimem as condições econômicas nos quais surgiram. É evidente, por exemplo, que a noção de tecido ou a noção de lesão orgânica nada têm a ver — se o problema se coloca em termos de expressão — com a situação do desemprego na França em fins do século XVIII. E no entanto é igualmente evidente que foram essas condições econômicas, como o desemprego, que suscitaram o aparecimento de um certo tipo de hospitalização, a qual permitiu um certo número de observações, que a seu turno provocaram um certo número de hipóteses, e finalmente surgiu a ideia da lesão do tecido, fundamental na história da clínica. Por conseguinte, o vínculo entre as formações econômicas e sociais pré-discursivas e o que aparece no interior das formações discursivas é muito mais complexo que o da expressão pura e simples, em geral o único aceito pela maioria dos historiadores marxistas. Em que, por exemplo, a teoria evolucionista exprime este ou aquele interesse da burguesia, ou esta ou aquela

esperança da Europa? Mas se o vínculo existente entre as formações não-discursivas e o conteúdo das formações discursivas não é do tipo “expressivo”, que vínculo é esse? O que se passa entre os dois níveis — entre aquilo do que se fala, sua base, se quiserem — e esse estado terminal que constitui o discurso científico? Pareceu-me que esse vínculo deveria ser procurado ao nível da constituição, para uma ciência que nasce, os seus objetos possíveis. O que torna possível uma ciência, nas formações pré-discursivas, é a emergência de um certo número de objetos que poderão tomar-se objetos de ciência; é a maneira pela qual o sujeito do discurso científico se situa; é a modalidade de formação dos conceitos. Em suma, são todas essas regras, definindo os objetos possíveis, as posições do sujeito em relação aos objetos, e a maneira de formar os conceitos, que nascem das formações pré-discursivas e são determinadas por elas. É somente a partir dessas regras que se poderá chegar ao estado terminal do discurso, que não exprime, portanto, essas condições, ainda que estas o determinem (FOUCAULT, 1971, p. 23-24).

Essa retificação de Foucault, de acordo com Machado (2009), opera a favor da inscrição deste novo objeto recortado por Foucault, os saberes, e o modo de acesso a suas unidades: a descrição arqueológica das formações discursivas – um regime em que as relações discursivas poderiam ser apartadas, sob certas condições descritivas, dos regimes pré-discursivos ou não discursivos que as determinam e que a elas se avizinham. Veja-se, inclusive, que todas as reflexões teóricas que Foucault realiza sobre os métodos e conceitos aplicados em seus trabalhos anteriores visam justamente a responder a estas críticas que seus trabalhos vinham recebendo. Os conceitos de formações discursivas, de positivities e de acontecimento discursivo não haviam sido explorados em suas pesquisas descritivas.

O marco de *A arqueologia do saber* é este recorte do domínio dos saberes e da possibilidade de este domínio ser analisado a partir das regras de suas formações discursivas e ainda diferenciado das práticas não discursivas que, de qualquer forma, o determinam. A crítica de Lecourt salienta e elogia o caráter materialista histórico assumido pelas pesquisas de Foucault, mas não concorda com este abandono da noção tão cara de episteme, elaborada em *As palavras e as coisas* (1966). Para Lecourt, o ponto de fuga da teoria de Foucault era justamente a elaboração dos conceitos de formação discursiva e de prática discursiva para dar conta das descontinuidades e rupturas epistemológicas. Esse gesto teórico, do ponto de vista de Lecourt, era realizado às cegas e incidia justamente na diferenciação bastante incômoda entre práticas discursivas e práticas não discursivas:

Pois o que existe de mais positivo na *Archeologie* é a tentativa de instaurar, sob o nome de “formação discursiva”, uma teoria materialista e histórica das relações ideológicas e da formação dos objetos ideológicos. Mas em última análise, em que se baseia esse esboço de teoria? Em uma distinção tacitamente aceita, sempre presente mas nunca teorizada, entre “práticas discursivas” e “práticas não-discursivas”. Todas as suas análises conduzem a essa distinção; mas é uma distinção feita às cegas, enquanto que o que se impõe é pensá-la explicitamente sob a forma de uma teoria.

Construída essa teoria, Foucault se encontraria num terreno distinto, como aliás êle próprio prevê.

Essa distinção está sempre presente: produzida a categoria de “prática discursiva”, Foucault tem que reconhecer que essa prática não é autônoma; que a transformação e a renovação das relações que a constituem não resulta do jôgo de uma simples combinatória, e que sua compreensão exige a referência a práticas de outra natureza. Desde o início, como vimos, Foucault se propõe determinar as relações entre enunciados; mas pretende, igualmente, estudar as relações “entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de outra ordem (técnica, econômica, social, política.” (p. 41). Além disso, para seguir a ordem do livro, uma *estranha distinção* aparece na definição do discurso como prática. As relações “discursivas” são ditas *secundárias*, por oposição a outras relações ditas *primárias*, que, “independentemente de qualquer discurso ou objeto de discurso, podem ser descritas entre as instituições, técnicas, formas sociais, etc.” (p. 68). E mais adiante: “A determinação das escolhas teóricas efetivamente efetuadas depende também de outra instância. Essa instância se caracteriza antes de mais nada pela *função* que deve exercer o discurso estudado num *campo de práticas não discursivas*.” (p. 90) (LECOURT, 1970, p. 53).

A diferenciação, portanto, que Foucault mais deixa aberta e que funciona como ponto cego de sua teoria é, do ponto de vista de Lecourt, esta entre práticas discursivas e não discursivas. Pela crítica de Lecourt, não só a distinção entre estas práticas é estranha, mas também a própria definição de discurso como um conjunto de práticas discursivas. Dessa forma, o que está em jogo e em debate para o valioso conceito de formação discursiva – valioso porque materialista – é, desde o início, a própria natureza do conceito e do objeto que ele recorta como dado *discursivo*. Para o grupo em torno de Althusser, do qual venho destacando Pêcheux e Lecourt (mas que recebe a adesão de Robin, por exemplo), um conceito materialista de discurso, que leve em conta a luta de classes como motor da história, precisa incidir ele mesmo em um corte epistemológico que flagre, na instância da materialidade discursiva, o recobrimento da subjetividade pela Ideologia.

Isso significa que uma análise de discurso, inclusive *automática* de início, deveria mostrar na linguagem a contradição da divisão ideológica do sujeito e sua inscrição na luta de classes. Isso, para Pêcheux e seu grupo, era inclusive uma tomada de posição materialista histórica e, portanto, política, já que previa um corte epistemológico a fim de superar o formalismo ideológico que repousava também no formalismo linguístico, como Antoine Culioli já discutia em 1968, em *La formalisation en linguistique*. O corte que Pêcheux previa para sua própria teoria, iniciada como um Cavalo de Troia para as ciências sociais sob uma teoria geral das ideologias, tanto aproveitava a via linguística como um campo de possibilidade aberta metodologicamente para as ciências humanas por Saussure – por isso a insistência em enfatizar o corte saussuriano – quanto procurava introduzir um segundo corte epistemológico que se livraria justamente do ponto cego da teoria de Saussure: a semântica.

Foram recebidos negativamente pelo grupo de Pêcheux, já desde e por causa da leitura de Lecourt, tanto o conceito de prática discursiva (principalmente por conta da diferença com as práticas não discursivas) quanto o conceito de formação discursiva. Este último, contudo, suscitou um interesse específico por parte de Michel Pêcheux: o de promover a tese do assujeitamento no domínio da linguagem, a do assujeitamento e divisão do sujeito já na sua inscrição sob o efeito do “eu”. O conceito de formação discursiva, quando Lecourt abriu a possibilidade de lê-lo sob um viés materialista histórico, logo suscitou a passagem das condições de produção do discurso – tema tão amplo que especificava o funcionamento das formações imaginárias (PÊCHEUX, 1969) – para o da divisão e contradição da distribuição das posições enunciativas.

Não é pouco importante lembrar que, entre as discussões que já recaíam sobre *As palavras e as coisas* desde 1966 até estas que vão incidir sobre o domínio de teorização de *A arqueologia do saber*, Foucault não só tem de responder a estes trabalhos todos, e a um efeito de unidade que lhe é exigido – muito embora ele critique esse tipo de unidade do discurso – como também precisa definir novos projetos, já que em 1970 ele passa a ocupar uma cadeira no *Collège de France*. A aula inaugural no *Collège de France*, *A ordem do discurso*, publicada em 1971, se torna inclusive um dos textos de Foucault mais citados entre os analistas de discurso, disputando lugar com *A arqueologia do saber*. O motivo? Novamente, trata-se da coincidência que Foucault vivia em relação ao campo da ADF aberto a partir principalmente do ano de 1969 por Jean Dubois e Michel Pêcheux: a coincidência de lidar com uma análise de discurso e de definir, como objeto desta análise, o discurso, muito embora o problema do discurso para Foucault não envolva o problema do sentido.

As novas retificações teóricas do grupo de Pêcheux não só rearticularam o conceito a Foucault, à sua autoria, quanto criticaram seu emprego. Ao mesmo tempo em que o conceito de formação discursiva entra em rápido desuso no início da década de 1980, o questionamento de seu emprego pelos analistas de discurso também incide na aproximação com outros conceitos de Foucault, como os de acontecimento discursivo e arquivo. Dessa forma, passo a argumentar a favor da hipótese de que, mesmo na década de 1970, há a insistência e o predomínio de Foucault entre os estudiosos do discurso, o que marca então sua presença na formação do discurso da análise de discurso e as estratégias que delimitaram o discurso em sua positividade. O paradoxo dessa insistência, como já critica Courtine a partir da década de 1980, é procurar caracterizar uma via linguística para os conceitos de discurso, enunciado e formação discursiva de Foucault, ainda que o conceito de discurso do grupo de Pêcheux não seja

puramente linguístico. Foucault já havia advertido sobre a inconsistência desse tipo de aproximação (linguística) entre sua teoria do discurso e uma semântica discursiva.

2.1.4 O conceito de FD de Pêcheux na ADF pós-1971: a insistência em Foucault

Das quatro hipóteses das quais parti para o desenvolvimento desta primeira parte do primeiro capítulo, sobre a entrada do conceito de formação discursiva na teoria do discurso de Michel Pêcheux e seu grupo, já discorri principalmente a favor da primeira delas: comentei que o conceito foi mesmo produzido por Michel Foucault e foi primeiramente emprestado pelo grupo em torno de Michel Pêcheux. A partir deste ponto, gostaria de dar relevo para dois fatos importantes: de que o conceito não vai vir somente a ser desenvolvido pela ADF do grupo de Pêcheux com referência ao conceito reelaborado por Haroche, Henry e Pêcheux (1971), mas sempre tendo como norte principal a teorização de Foucault (1969a), e de que, por fim, Foucault é mais insistentemente comentado, incidindo no investimento em novas articulações teóricas a partir das quais se pode assegurar o predomínio e a insistência de seus conceitos a partir do início da década de 1980 na ADF desenvolvida pelo grupo de Pêcheux.

Como tenho defendido até este ponto, a entrada do conceito de FD na história da ADF teve como objetivo aproveitar *o ar* (ou *a ideia*) materialista histórico garantido pelo conceito de Foucault e, ao mesmo, restituir o materialismo histórico que lhe faltava (LECOURT, 1970, PÊCHEUX, 1977, COURTINE, 1981). Com efeito, o conceito não fora desenvolvido sem referência ao trabalho de Foucault, como aventa a hipótese de Baronas (2004, 2005a, 2007, 2011b). Na verdade, o conceito foi elaborado para a história arqueológica dos saberes sobre a qual teorizou Foucault em 1969 em um debate com os marxistas e, logo em seguida, foi articulado à teoria do discurso do grupo em torno de Michel Pêcheux e para o domínio das ciências da linguagem. Procuro confirmar a hipótese, a partir de agora, de que mesmo uma certa *ausência* de Foucault quando do empréstimo de seu conceito de formação discursiva não deixou de fazer pulsar sua *presença*, de modo que, já no final da década de 1970, é a persistência de Foucault que colocará em xeque o uso do conceito de FD para a ADF tanto quanto aproximará a ADF de inúmeros outros conceitos e textos de Foucault: foi, dessa forma, o próprio Michel Pêcheux que deu conta de tornar Michel Foucault uma referência incontornável para a ADF (cf. GREGOLIN, 2004), assim como também o são Louis Althusser e Jacques Lacan. Michel Pêcheux e seu grupo não vão deixar de forma alguma de indicar isso já no início da década de 1980.

2.1.4.1 O grupo de Pêcheux investe na crítica a Foucault

Michel Pêcheux só começará a discutir explicitamente Foucault, criticando-o, inclusive, a partir de 1977. Neste ano, em *Remontons de Foucault a Spinoza*, Pêcheux assume as teses de Althusser (1970) e Lecourt (1970) na tentativa de restituir materialismo histórico ao conceito de FD de Foucault articulado a esta nova teoria do discurso. Dessa vez, o nome de Foucault já é especificado e o texto centralizado pelo debate de Pêcheux é justamente *A arqueologia do saber*:

Entre Spinoza e Michel Foucault, há, certamente, três séculos de história política, marcados pelo desenvolvimento do capitalismo e os incílios teóricos e práticos do socialismo. Mas há também uma diferença, na maneira do fazer a política, quando se é aquilo que se convencionou chamar um “intelectual”. Eu pretendo mostrar, confrontando alguns pontos do *Tratado das autoridades teológicas e políticas* com a *Arqueologia do Saber*, que a relação entre Spinoza e Foucault toca diretamente no destino teórico daquilo que se denomina hoje como “o discurso”, pela relação ambígua, que se entrelaça nesse objeto, entre o político e o universitário (PÊCHEUX, 1977, p. 182).

Texto de 1977, dado no entremeio das publicações de *Les Vérités de La Palice* (1975) e *L'étrange miroir de l'Analyse du Discours* (1981), *Remontons de Foucault a Spinoza* sintetiza os ideais políticos que atravessaram os trabalhos de Michel Pêcheux desde sua incursão na filosofia e no campo da linguagem e da sua aventura na análise de discurso. Pêcheux expõe, nesse texto, suas crenças no que diz respeito ao fazer científico e sua relação com a prática política. A fim de firmar sua posição, Pêcheux toma para análise o *Tratado Teológico Político* de Spinoza e, como afirmei, a *Arqueologia do Saber* de Michel Foucault. O texto apresenta tom de crítica a Foucault, uma vez que, segundo Pêcheux, este se coloca numa frente *historicista* que não se posiciona de forma militante na luta de classes e que rejeita a categoria de *contradição*.

Ao mesmo tempo, o texto começa a tecer uma retificação que já havia deixado marcas em *Les vérités de La Palice*: Pêcheux passa a considerar de modo central a categoria de heterogeneidade discursiva e a des-instrumentalizar a análise do discurso de seu aparato científico/tecnológico provindo da linguística. Pêcheux (1977) inicia sua fala argumentando sobre o estatuto dos cientistas da linguagem na prática política, enfatizando, em especial, o caso dos analistas do discurso. Segundo ele, a análise do discurso político deve estar estreitamente

comprometida a uma posição na luta de classes: “Não podemos pretender falar de discursos políticos sem tomar simultaneamente posição na luta de classes, já que essa tomada de posição determina, na verdade, a maneira de conceber as formas materiais concretas sob as quais as ‘ideias’ entram em luta na história” (PÊCHEUX, 1977, p. 178).

Passada essa fase introdutória do texto, em que Pêcheux apresenta o objetivo principal de sua intervenção – discutir sobre a importância do “tomar partido” para a prática do cientista, o autor elenca então brevemente aquilo que, segundo ele, seriam as várias correntes da linguística e seus posicionamentos na luta de classes. A primeira delas é batizada de *lógico-formalista*, ou seja, aquela que se debruça sobre as gramáticas e que possui uma prática a-histórica, neutralizando a participação da história na existência da língua e apagando, dessa forma, a luta de classes. Quanto à segunda corrente, se trata daquela da *mudança social na história*, segundo a qual as línguas são organismos vivos e históricos que nascem, se desenvolvem e, eventualmente, morrem; quanto à posição na luta de classes, Pêcheux a qualifica, dessa vez, como historicista, na medida em que contempla a essência social do homem e de sua evolução na história, mas também não trata do teor político que envolve a utilização da língua – o que faz com que essa corrente também não tome partido na luta de classes. A terceira corrente tratada por Pêcheux é a dos *riscos da fala*, fazendo remissão aos trabalhos da pragmática que investiam em conceitos como os de atos de fala e performance.

Pêcheux (1977) procura demonstrar que as três práticas das três correntes fazem com que o teórico se sobreponha ao político. No caso da primeira e terceira corrente, há uma posição burguesa, e, no caso da segunda, uma posição reformista. Temendo essa dominação do caráter político da análise de discurso pelo teor universitário, Pêcheux propõe um “novo percurso em torno do marxismo” em que se volte às origens e se explicitem os casos em que o fazer político esteja, ou não, aliado ao tom científico do trabalho acadêmico. Os nomes escolhidos para ilustrar ambos os casos são os de Baruch Spinoza e Michel Foucault.

Primeiramente, Pêcheux compara os dois filósofos em quatro pontos, a fim de mostrar que ambos se relacionam com o estudo do discurso; contudo, o tempo todo, o tom é irônico e as críticas recaem sobre Foucault. O primeiro ponto concerne à relação que estabelecem, Foucault e Spinoza, com a linguística. Pêcheux mostra que ambos caracterizam o sentido como algo histórico e a significação como propriedade da língua, ainda que Foucault elida a relação com a linguística e não tenha se preocupado particularmente com a determinação linguística do enunciado.

Veja-se que, em 1973, também Régine Robin corrobora a posição de Lecourt (1970) sobre o ponto cego do materialismo histórico no trabalho de Foucault e insiste nas diferenças entre os conceitos de práticas discursivas e práticas não discursivas e nos problemas que esta diferença suscita. Já Courtine, em 1981, quando de sua tese celebrada por Michel Pêcheux, procurará articular os conceitos de Foucault (1969a) com a categoria de contradição e ainda apelará especificamente para o conceito de enunciado de Foucault a fim de demonstrar a incidência das ideologias, e da divisão constitutiva que ela institui no domínio da subjetividade, no funcionamento das materialidades linguísticas. Veja-se, sobre este ponto, o modo como a particularidade do grupo de Pêcheux é marcada pelo investimento na linguística: eles procuravam definir uma via linguística para a descrição dos enunciados e para a análise dos discursos e das formações discursivas. A teoria de Michel Foucault (1969a) era restrita também neste sentido. Segundo Régine Robin,

Numa palavra, M. Foucault, no que diz respeito ao horizonte epistemológico da constituição no campo da História do objeto discursivo, nos traz uma grande contribuição quando declara guerra à Antropologia do sujeito, ao contínuísmo em História, à História das ideias, à hermenêutica do sentido; quando coloca no núcleo de sua reflexão a obsessão das relações das práticas discursivas e das práticas não discursivas. Deixa-nos impotente, entretanto, para refletirmos sobre esta relação, pela elisão que faz dos conceitos do materialismo histórico, por seu *discurso paralelo* ao marxismo, segundo feliz expressão de D. Lecourt. Deixa-nos impotentes para refletir sobre o objeto discursivo pela elisão que faz também da estrutura linguística do discurso. De onde o lugar que lhe é devido neste capítulo, central e marginal ao mesmo tempo, ponto de apoio e de impasse, ao mesmo tempo e no mesmo momento, aquilo a partir de que tentaremos construir o objeto discursivo “séries discursivas” e aquilo a partir de que será necessário formular de novo o problema da inserção da prática discursiva no conjunto das práticas sociais (ROBIN, 1973, p. 99).

Robin, ainda que ocupe a mesma posição condicionada pelo texto de Lecourt (1970) a propósito da distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas – tratar-se-ia de uma diferenciação bastante rasa, que também é criticada por Pêcheux (1977) –, não deixa de criticar a falta de uma via linguística para a descrição do enunciado nas séries discursivas. Como venho dizendo, também há este problema de que, para o grupo de Pêcheux, o conceito de discurso de Foucault não tinha uma especificação linguística. Tal qual o faz Pêcheux (1977), e já que Robin neste momento já participava desde grupo de pesquisadores liderados por Pêcheux, em 1977 ela também usa o argumento de que Foucault praticava um tipo de discurso paralelo ao marxismo e, além disso e também como Pêcheux, reclama da falta de uma via linguística de acesso ao objeto discurso: a divisão constitutiva do discurso pela língua. Mais tarde, Courtine (2010) virá a admitir e criticar essa tentativa de reelaboração teórica que se deu a partir de Foucault (1969a).

Voltando aos pontos que diferenciam Spinoza e Foucault, o segundo deles, para Pêcheux (1977), se refere à relação entre enunciados. Spinoza dá atenção para a determinação histórica (no sentido de se referir à luta de classes) dos enunciados; Foucault novamente tornaria obscura essa relação, e veja-se que Pêcheux, na esteira de Lecourt (1970), enfatiza que é o conceito de FD que permite esse ponto cego do discurso paralelo de Foucault. Pêcheux inclusive critica, em 1977, a conceituação dada em 1969 por Foucault para FD: “A análise dos acontecimentos discursivos por meio do pululamento literal dos enunciados implica, assim, para Foucault, a localização do que ele chama de “formas de repartição” e de “sistemas de dispersão” que governam as relações entre os enunciados” (PÊCHEUX, 1977, p. 184).

O terceiro ponto em que Spinoza e Foucault são comparados diz respeito à determinação do discurso pelas relações de lugar. Spinoza admite que os sentidos precisam ser interpretados com relação ao autor e às circunstâncias em que são produzidos. Foucault só teria tratado das modalidades enunciativas enquanto condições mesmas de existência dos discursos. Veja-se que há de qualquer forma uma crítica à negligência ou desinteresse de Foucault pelos efeitos de sentidos. E o quarto ponto se refere ao regime de materialidade do imaginário. Para Spinoza, a posição ocupada pelo indivíduo flagra mudanças na forma como ele concebe o fenômeno social e o discursiviza e, por outro lado, para Foucault, é o campo de utilização do enunciado e de sua relação com outras proposições que especificam as posições no enunciado.

Pêcheux logo adverte que mesmo havendo certas semelhanças entre os dois autores, há na verdade uma grande diferença: “pode-se dizer que com os meios teóricos de seu tempo, *Spinoza avança lá onde Foucault permanece, hoje em dia, um pouco bloqueado*” (PÊCHEUX, 1977, p. 186). Pêcheux ainda explica: “o trabalho de Spinoza constitui uma espécie de antecedente de uma teoria materialista das ideologias, sob uma forma rudimentar que contém, entretanto, o essencial, a saber, a tese segundo a qual quanto menos se conhecem as causas, mais se é submetido a elas” (PÊCHEUX, 1977, p. 187). Mais adiante, Pêcheux também pontua o fato de Spinoza preliminarmente trabalhar com a categoria de contradição. Spinoza mostrou que o “axioma de identidade” (“Se um predicado é verdadeiro para um objeto, ele é verdadeiro para tudo o que é idêntico a esse objeto, independentemente da expressão utilizada para referir a esse objeto”) não funciona para a categoria de ideologia. Isso sustenta a tese principal de Pêcheux quando da tecelagem do conceito de formação discursiva: os sentidos das palavras mudam segundo a posição ocupada pelos indivíduos no jogo da luta de classes (na relação dessa posição com uma formação ideológica e entre os próprios relacionamentos entre formações ideológicas).

Foucault é, para Pêcheux em 1977, quem fala muito e faz pouco: não trabalha com a categoria de contradição e faz um “marxismo paralelo”, intitulado, por Pêcheux, de *reformismo teórico*. Dá-se a entender que o modo como Foucault concebe a formação discursiva admite, segundo Pêcheux, certa homogeneidade dos discursos de uma dada época – inclusive rastreando as mesmas continuidades que os historiadores marxistas verificaram no conceito de episteme que Foucault empregou em *As palavras e as coisas*. Pêcheux entende, então, que deve-se conceber, ao invés dessa homogeneidade e continuidade, a heterogeneidade de posições que entrecortam uma ideologia quando esta é atacada internamente pelas posições dominantes – “uma dominação que se manifesta na própria organização interna da ideologia dominada” (PÊCHEUX, 1977, p. 189).

Pêcheux ainda critica a simples tomada do conceito de formação discursiva para se criar tipologias de discursos organizados segundo posições homogêneas. Para Pêcheux,

É necessário, ao contrário, definir a relação interna que ela [a formação discursiva] estabelece com seu exterior discursivo específico, portanto, determinar as invasões, os atravessamentos constitutivos pelas quais uma pluralidade contraditória, desigual e interiormente subordinada de formações discursivas se organiza em função dos interesses que colocam em causa a luta ideológica de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma dada formação social (PÊCHEUX, 1977, p. 191).

Pêcheux não abandona o conceito de FD em 1977, mas já relaciona o conceito a Foucault, e talvez justamente porque os critica (Foucault e o conceito). Ainda assim, é neste texto que Pêcheux admite um empréstimo:

Nessas condições, parece impossível colocar o “discurso da ideologia religiosa”, “o discurso da ideologia política”, etc. como tipos essenciais, ou mesmo de subdividir cada uma delas em uma tipologia, mesmo que seja uma tipologia das “formações discursivas”. Este termo, emprestado de Foucault, parece-me que pode ser de grande utilidade, mas com a condição expressa de reequacionar aquilo que, em Foucault, governa o seu uso, para tentar retificá-lo.

No estudo de Dominique Lecourt – que eu mencionei há pouco – é mostrado que Foucault permanece, de uma certa maneira, bloqueado, pela impossibilidade de pensar e de operacionalizar a categoria da contradição. Esse recalque teórico e político não produz, evidentemente, em Foucault, os mesmos efeitos que a sua ausência literal (que é uma presença subterrânea) desta categoria em Spinoza, pois ninguém pode ter impunemente um discurso *paralelo* ao materialismo histórico sem encontrá-lo no contrafluxo. O pensamento de Foucault, pretendendo mantê-lo à distância, não escapa a essa regra: a ausência da categoria da contradição em Foucault é responsável pelo retorno de noções como aquelas de estatuto, norma, instituição, estratégia, poder, etc. que contornam indefinidamente a questão do poder do Estado como lugar da luta de classes, como o faz toda a psicossociologia anglo-saxônica na qual todas essas noções são largamente usadas.

Está aí o liame político do pensamento de Foucault com o que eu chamei de **reformismo teórico** (PÊCHEUX, 1977, p. 187-188).

Pêcheux admite ter emprestado um termo, não um conceito. Como venho argumentado, o conceito é inscrito na ADF a partir de uma reelaboração teórica, esta que procurava restituir materialismo histórico à arqueologia de Foucault. O trabalho de Foucault, na posição de Pêcheux e Lecourt, esbarrava em seu reformismo teórico. Pêcheux, em 1977, além disso culpa a teoria arqueológica de não ter especificado um lugar para a língua na descrição das formações discursivas, o que já até teria feito Spinoza, mesmo que indiretamente.

Antes do final da década de 1970, este mesmo argumento, sobre o discurso paralelo de Foucault e suas deficiências, ainda será retomado por Pêcheux em um terceiro anexo que ele acrescentará à versão inglesa de *Les vérités de la Palice*, em 1978: *Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação*, inclusive já traduzido para o português quando da primeira edição brasileira de *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio* (1988). Partindo-se do título do artigo, poderia se perguntar se a retificação, que Pêcheux anuncia no título do anexo, tem a ver com uma retificação em direção a Foucault e a seu conceito de formação discursiva. Não o tem. A retificação, na verdade, é em relação à teoria do assujeitamento à forma-sujeito que Pêcheux desenvolvera em *Les vérités de la Palice* com base em Althusser e Lacan.

Pêcheux, neste anexo de 1978, retifica o ponto específico em que sua teoria tende a não dar conta de explicar as falhas nos rituais ideológicos, já que, do seu ponto de vista, “há [em 1975] um retorno idealista de um primado da teoria sobre a prática” (1997 [1975], p. 299). Isso significa, na relação com a argumentação proposta em 1975, que a teoria de Pêcheux não pudera dar conta da própria dialética que se instaura na contradição e que, por isso, também não dava conta de mostrar as falhas nos rituais ideológicos, reforçando sobremaneira os mecanismos pelos quais se dava o completo assujeitamento, ainda que sua teoria previsse, de antemão, tratar da reprodução e transformação das relações de produção quando da descrição histórica dos processos de subjetivação.

Quanto a Foucault, em 1978, novamente ele é citado por Pêcheux, que também novamente o critica quanto a seu reformismo teórico e seu discurso paralelo ao marxismo. Dessa vez, Pêcheux comenta inclusive um embaraço de Foucault em relação à psicanálise. Cito um longo trecho do anexo, do qual podem ser depreendidos pontos interessantes dessa crítica a Foucault:

Não estamos, com isso, querendo sugerir que o lapso ou o ato falho seriam, como tais, as bases históricas de constituição das ideologias dominadas; a condição real de sua disjunção em relação à ideologia dominante se encontra na luta de classes como

contradição histórica motriz (um se divide em dois) e não em um mundo unificado pelo poder de um mestre.

Com respeito a essa questão, certas análises de Michel Foucault fornecem a possibilidade de retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, colocando à mostra o processo de individualização-normatização no qual diferentes formas de violência do Estado assujeitam os corpos e asseguram materialmente a submissão dos dominados – *mas com a condição expressa de retificar o próprio Foucault sob um ponto essencial*, a saber, seu embaraço com respeito à psicanálise e ao marxismo: desmontando pacientemente as múltiplas engrenagens pelas quais se realizam o levantamento e a arregimentação dos indivíduos, os dispositivos materiais que asseguram seu funcionamento e as disciplinas de normatização que codificam seu exercício, Foucault traz uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de nosso tempo, mas, simultaneamente, ele a torna obscura, ficando inapreensíveis os pontos de resistência e as bases da revolta de classe. Farei a hipótese de que esse obscurecimento se dá pela impossibilidade, do ponto de vista estritamente foucaultiano, de operar uma distinção coerente e consequente entre os processos de assujeitamento material dos indivíduos humanos e os procedimentos de domesticação animal. Esse biologismo larvado, que ele partilha, em todo o desconhecimento de causa, com diversas correntes do funcionalismo tecnocrático, torna, conseqüentemente, a revolta totalmente impensável, pois, assim como não poderia haver “revolução dos bichos”, também não poderia haver extorsão de sobre-trabalho ou de linguagem no que se convencionou chamar reino animal.

Se, na história da humanidade, a revolta é contemporânea à extorsão do sobre-trabalho é porque a luta de classes é o motor dessa história.

E se, em outro plano, a revolta é contemporânea à linguagem, é porque sua própria possibilidade se sustenta na existência de uma divisão do sujeito, inscrita no simbólico.

A especificidade dessas duas “descobertas” impede de fundi-las sob qualquer teoria que seja, mesmo sob uma teoria da revolta. Mas a constatação do preço pago por esse impedimento obriga a admitir que elas têm, politicamente, algo a ver uma com a outra (PÊCHEUX, 1978, p. 301-302, grifo do original).

Há de se notar, inclusive, que estas críticas de Pêcheux a Foucault neste ano de 1978 não incidiam, ao que parece, somente sobre *A arqueologia do saber*, também já recaíam sobre o livro *Vigiar e Punir*, publicado em 1975 por Michel Foucault. Pêcheux novamente tem uma relação dúbia com os textos de Foucault: admite que Foucault permite retificar a distinção althusseriana entre interpelação ideológica e violência repressiva, porém não deixa de também propor retificar pontos da teoria de Foucault (até destacando em itálico esta proposta). Para Pêcheux, muito embora Foucault tenha uma contribuição importante para as lutas revolucionárias de seu tempo, ele torna estas lutas obscuras na medida em que ficam inapreensíveis os pontos de resistência e as bases para uma revolta de classe. Neste ponto, Pêcheux adiciona uma desqualificação a mais para as teorias de Foucault, além daquelas de reformista e recalçada (PÊCHEUX, 1977): dessa vez, na história do sistema de encarceramento ocidental, Foucault, de acordo com Pêcheux, estaria *larvando um biologismo* (1978); por isso mesmo, também um Foucault *biologista*, além de *paralelo, reformista e recalçado* (PÊCHEUX, 1977).

Veja-se inclusive que, se Foucault será novamente culpado de elidir a contradição, isso acontece porque ele não aceita centralmente a categoria marxista da contradição para tratar da luta de classes na aparelhagem ideológica do Estado e como motor da história – tal qual fazia o grupo em torno de Louis Althusser – e, por isso, não operaria, no limite, um trabalho de viés político. Um trabalho político, para Pêcheux, é um trabalho que pode ser revolucionário na própria prática teórica; a análise de discurso política de Pêcheux, na esteira de Althusser e ecoando mais tarde em Courtine (1981), procurará dar conta de operar no lugar desta falta: a da elisão da contradição e da política na teoria do discurso de Foucault.

Portanto, a partir de 1975, em *Les vérités de la Palice* (e em 1977 e 1978), Pêcheux passa a dar créditos a Foucault pelo termo formação discursiva. A estratégia de Pêcheux é, entretanto, a de criticar os pontos fracos de Foucault apoiado nos argumentos de Lecourt, elaborados já em 1970. Contudo, nesta década de 1970, outros pesquisadores, Jean-Jacques Courtine, Jean-Marie Marandin, Régine Robin e Dominique Maingueneau, também haviam se interessado pela leitura e reelaboração teórica de *A arqueologia do saber*.

Isso indica, como tentei comprovar, que, a partir do ponto em que o termo é emprestado e rearticulado teoricamente, de 1968 e 1970²⁶ até 1971 e 1975²⁷, ao mesmo tempo em que o grupo de Pêcheux evita inicialmente associar o conceito a Foucault, *A arqueologia do saber* não deixou de ser uma via para a teorização em ADF: alguns pesquisadores, como Robin, Maingueneau e Courtine, prontamente passaram a se interessar pelos textos de Foucault como via de elaboração conceitual de análises discursivas.

A teoria de Michel Pêcheux, de 1969, se desenvolveu, já flertando com a psicanálise de Lacan, a partir dos conceitos de condições de produção e formações imaginárias. Mais tarde em 1975, o conceito de formação discursiva entra em cena, e já tem seu uso retificado nos próprios anexos. A partir daí, as investidas teóricas de Michel Pêcheux são, em sua grande maioria, em torno deste conceito e das problemáticas de sua aplicação. Daí não ser tão estranho assim que ele tenha sido alçado na história da AD como o principal leitor, problematizador e articulador desta “noção-conceito” de FD, mesmo porque, entre os textos que foram traduzidos e circularam no Brasil sobre a ADF a partir da década de 1980, destacam-se principalmente todos estes textos de Michel Pêcheux em torno do conceito de formação discursiva – com ênfase para a tradução de *Les vérités de la Palice* para o português, em 1988. Ainda assim, mesmo que

²⁶ Em 1968, Culioli publica seu texto na mesma revista em que Foucault inaugura o conceito. Em 1970, Lecourt tece uma longa crítica ao texto de Foucault de 1968 e Culioli, Fuchs e Pêcheux lançam o termo formações discursivas.

²⁷ Em 1971, Haroche, Henry e Pêcheux conceituam formação discursiva para a ADF e, em 1975, Pêcheux oferece uma segunda tentativa de teoria do discurso de base materialista com base no conceito de FD de 1971.

a estratégia de Pêcheux de garantir materialismo histórico à noção de FD tenha instigado, talvez, a curiosidade sobre o conceito de Foucault para o domínio da ADF, também é importante lembrar que esta estratégia não é central. Embora ela se repita em trabalhos como o de Marandin (1979) e Courtine (1981), não é a mesma via de elaboração admitida por Maingueneau (1984), por exemplo.

2.1.4.2 Foucault predomina

Do modo como venho argumentando, Foucault, já a partir de 1968, irá inspirar vários conceitos da ADF do grupo de Michel Pêcheux. O interesse do grupo era em torno da via de uma teoria discursiva de base materialista que Foucault havia aberto. Ainda assim, não houve apenas esta recepção de Foucault. Meu argumento neste último texto da primeira parte do capítulo é o de que Foucault é ao mesmo tempo especificado como filósofo e epistemólogo pela ADF em geral e como analista de discurso (de um certo modo) pelo grupo em torno de Pêcheux.

Como enfatiza Narzetti (2012b), outras tendências da ADF, como a da sociolinguística, não estavam interessadas do mesmo modo por esta estratégia teórica elaborada pelo grupo de Michel Pêcheux. Dessa forma, do ponto de vista das teorias linguísticas em geral, a ADF não era entendida e apreendida por todos os pesquisadores como uma estratégia teórica para entrever nas ciências sociais um método que supusesse teoricamente o materialismo histórico; ao contrário, a ADF era muito mais entendida como uma metodologia específica aberta pela sociolinguística. Veja-se que, para a época, também a sociolinguística era um campo que se constituía e que delimitava a natureza de seus objetos, problemáticas, teorias e metodologias. A ADF, no contexto geral da sociolinguística que se desenvolveu entre as décadas de 1950 e 1980 na França era por muitos pesquisadores encarada como uma metodologia que particularizava um objeto muito importante para as ciências da linguagem: o discurso, isto é, um tipo de unidade transfrástica e também transtextual. O grupo de Marcellesi, que desenvolveu a ADF como uma especificidade da sociolinguística, também se preocupou em ler Foucault – já que este último acabou se tornando incontornável, como pretendo mostrar, para as teorias e as análises do discurso que são elaboradas a partir da década de 1970.

Entretanto, não se tratava da mesma recepção de Foucault. Do meu ponto de vista, se há um ponto que diferencia essa recepção da teoria de Foucault, ele se localiza na delimitação das modalidades enunciativas na formação do discurso da ADF: para o grupo de Pêcheux, se

tratava de seriamente enfrentar uma teoria materialista, a de Foucault, que praticava um marxismo paralelo, havia portanto um enfrentamento político; para o grupo de Marcellesi, Foucault era apenas um teórico do discurso e, dessa forma, foi apenas timidamente elencado por sua importância para a época, não houve esse enfrentamento da teoria de Foucault e a sua rearticulação. De qualquer forma, é bastante importante ressaltar que, já antes de *A arqueologia do saber* e seu empenho sobre uma teoria do discurso, Foucault já era elencado como um dos pesquisadores que haviam tornado problemática a pesquisa em semântica e discurso. Alain Rey, na Revista *Langue Française*, número 04 de 1969, já apresenta *As palavras e as coisas* como um dos textos que tornam impossível a prática de uma semântica inocente que opere pelas vias simplistas do positivismo: o comportamentalismo e o logicismo. Veja-se a argumentação de Rey, a exemplo:

Desde a decaagem por vezes brutal que operam Foucault ou Derrida, é impossível praticar semântica (psicologia, sociologia...) inocentemente. Ninguém pode facilmente distinguir uma semântica platônica, espiritualista, de uma semântica materialista, existencialista ou neomarxista, no exercício concreto de uma prática que só postula alguns resultados (REY, 1969, p. 06, tradução minha²⁸).

Foucault, portanto, já vinha impondo problemáticas para os estudos do sentido desde sua publicação de *As palavras e as coisas*. Dessa forma, este livro também será elencado como referência no final da década de 1960. A diferença suscitada pela publicação de *A arqueologia do saber* (1969a), mas também já articulada desde *Sobre a arqueologia das ciências* (1968a), e que um pouco mais tarde será novamente enfatizada em *A ordem do discurso* (1970), trata-se justamente de uma série de reflexões que aproxima conceitos e refuta proposições para um tipo de história, aquela arqueológica que Foucault praticou, que privilegia a *análise do discurso*. Esta é a diferença (e a especificidade teórica) que parece fazer aproximar Foucault à positividade da ADF a partir do início da década de 1970.

A ADF era desenvolvida sob vários rumos. O principal deles era, como já se viu, o de uma vertente específica da sociolinguística. Do ponto de vista mais geral que este rumo assume, Foucault é menos importante porque aborda suas questões no campo da filosofia e da epistemologia. Por isso, ele apenas tangencia estes estudos em sociolinguística; não é uma

²⁸ Trecho no original : “Depuis le décapage parfois brutal qu'opèrent M. Foucault ou J. Derrida, il est impossible de pratiquer la sémantique (la psychologie, la sociologie...) innocemment. Non qu'on puisse aisément distinguer une sémantique platonicienne, spiritualiste, d'une sémantique matérialiste, existentialiste ou néo-marxiste, dans l'exercice concret d'une pratique qui ne postule que des résultats. Non qu'il faille toujours récuser la simplification opératoire du positivisme, dans ses versions modernes : behaviorisme ou logicisme, ou encore le psychologisme social accablé du nom de mentalisme”.

referência central. Ainda assim, como estou argumentando, o fato de Foucault ter introduzido um tipo de teoria sobre o discurso em 1969 também o introduz aos poucos como leitura incontornável para os estudos sobre o discurso.

Para que se tenha uma ideia inicial do contexto tanto no qual a ADF era indicada entre os empenhos da sociolinguística na época quanto no qual, mesmo entre estes empenhos mais gerais, os trabalhos de Foucault já sobressaíam em número de citações no final da década de 1970, trago uma pequena amostra da pesquisa realizada por Bernard Laks, publicada no número 63 da Revista *Langue Française* em 1984. Trata-se do estudo *Le champ de la sociolinguistique française de 1968 à 1983, production et fonctionnement*. O autor traz um estudo completo, em termos de linhas, autores e concepções básicas defendidas, a respeito do campo da sociolinguística na França justamente entre o final da década de 1960 e o início da década de 1980, período que basicamente compreende este meu estudo sobre a entrada do conceito de FD na ADF, ao mesmo tempo que indica o período em que o conceito entra em declínio.

Laks (1984) organiza o campo da sociolinguística francesa em 14 polos. A empreitada oferece, para cada um destes polos, um artigo ou uma obra de referência e uma citação extraída de um texto programático; o autor ainda lista os trabalhos mais citados produzidos pelos membros deste polo. Não coincidentemente, o grupo de Marcellesi é indicado já no primeiro destes polos, o polo da linguística social:

O polo “linguística social”: Marcellesi (1980) – “Propomos isolar um subconjunto da sociolinguística e chamar linguística social esta disciplina que se ocupará das condutas linguísticas coletivas caracterizando os grupos sociais [...], na medida em que eles se diferenciam e entram em contraste em uma mesma comunidade linguística global”. (Marcellesi-Gardin, 1974, p. 15). Cf. igualmente Marcellesi (1971, 1977), Guespin (1976), Baggioni (1975), Slakta (1971) (LAKS, 1984, p. 108, tradução minha²⁹).

O trabalho de Pêcheux e seu grupo não deixa de ser elencado neste campo sociolinguístico que Laks subdivide. Trata-se do sexto polo, o da teoria do discurso:

O polo teoria do discurso: Gadet, Pêcheux (1981) – “As proposições de Pêcheux representam o primeiro ensaio em análise do discurso a constituir uma teoria autônoma do discurso em ligação com a linguística e com as proposições marxistas sobre a ideologia. [...] A análise do discurso é antes de tudo uma problemática da

²⁹ Trecho no original: “Le pôle « linguistique sociale » : Marcellesi (1980) — « Nous proposons d'isoler un sous-ensemble de la sociolinguistique et d'appeler (...) linguistique sociale cette discipline qui s'occupera des conduites linguistiques collectives caractérisant des groupes sociaux [...], dans la mesure où elles se différencient et entrent en contraste dans la même communauté linguistique globale » (Marcellesi-Gardin, 1974, p. 15). Cf. également Marcellesi (1971, 1977), Guespin (1976), Baggioni (1975), Slakta (1971)”.

significação. Esta proposição se opõe a todas aquelas proposições sociolinguísticas que dão por objeto os traços formais (fonológicos, sintáticos, estruturais) que diferenciam os discursos, os tipos de discursos” (Marandin, 1979, p. 34). “Trata-se finalmente da não-redutibilidade do discursivo ao linguístico ou à ideologia cuja importância é preciso aqui lembrar” (Pêcheux, 1975, p. 4). Cf. igualmente Gadet (1977), Pêcheux (1969), Haroche-Henry-Pêcheux (1971) (LAKS, 1984, p. 109³⁰).

Como não posso deixar de notar, Laks já constata aí a diferença marcante entre a empreitada da teoria do discurso de Pêcheux e seu grupo e as proposições do campo da sociolinguística em geral, este sobre o qual ele reflete em seu texto: o grupo de Pêcheux, conforme a citação do próprio Pêcheux, não reduz o discursivo ao linguístico ou ao ideológico. Aqui inclusive já gostaria de abrir o gancho particular que mostra a especificidade da teoria do discurso de Pêcheux e principalmente a relação de regularidade que ela mantém com a teoria do discurso de Foucault. Isso só prova que, no limite, é correta a argumentação de Courtine (2010) de que, na elaboração de sua teoria do discurso, Pêcheux assumia boa parte da conceituação de discurso e de formação discursiva que Foucault propunha: Pêcheux assumia inclusive o materialismo histórico que estava *obscurecido* pela teoria de Foucault.

No estudo de Laks (1984), Foucault não deixa de ser elencado entre os diferentes polos encontrados na diversidade dos estudos no campo da sociolinguística. Ele aparece entre os autores mais citados nada mais que no polo das *referências*, entre as obras que não podem ser apartadas do campo da sociolinguística francesa ainda que não tenham conteúdo propriamente sociolinguístico. A análise é quantitativa e Foucault não por acaso é o primeiro nome citado:

O polo das referências: como dissemos (cf. Notas 3 e 8), um certo número de obras deve ser considerado como tomado no campo da sociolinguística francesa, ainda que tais obras não possuam conteúdo propriamente sociolinguístico. No curso da análise quantitativa, estas obras e seus autores foram contados separadamente. (Referências mais citadas: Foucault (1962, 1971), de Certeau, Julia & Revel (1978), Goffman (1977), Bourdieu & Passeron (1970), Faye (1982).) (LAKS, 1984, p. 110)³¹.

³⁰ Trecho no original: “Le pôle « théorie du discours » : Gadet, Pêcheux (1981) — « Les propositions de Pêcheux représentent le premier essai en analyse du discours pour constituer une théorie autonome du discours en liaison avec la linguistique et les propositions marxistes sur l'idéologie. [...] L'analyse du discours est avant tout une problématique de la signification. Cette proposition s'oppose avant tout aux propositions sociolinguistiques se donnant pour objet des traits formels (phonologiques, syntaxiques, structurels) qui différencient les discours, les types de discours » (Marandin, 1979, p. 34). « C'est finalement la non-réductibilité du discursif au linguistique ou à l'idéologie dont il faut ici rappeler l'importance » (Pêcheux, 1975, p. 4). Cf. également Gadet (1977), Pêcheux (1969), Haroche-Henry-Pêcheux (1971)”.

³¹ Trecho no original: “Le pôle des références : Comme on l'a dit (cf. notes 3 et 8), un certain nombre d'ouvrages doivent être considérés comme appartenant au champ de la sociolinguistique française, bien qu'ils ne possèdent pas un contenu proprement sociolinguistique. Au cours de l'analyse quantitative, ces ouvrages et leurs auteurs sont décomptés séparément. (Références les plus citées : Foucault (1962, 1971), de Certeau Julia Revel (1978), Goffman (1977), Bourdieu Passeron (1970), Faye (1982).)”.

Não há indicações bibliográficas exatas, na publicação de Laks, sobre quais sejam estes dois textos que ele elenca como os mais citados de Foucault entre 1968 e 1983 no campo da sociolinguística. De qualquer forma, ainda que seja difícil compreender qual o texto de Foucault de 1962 que tenha sido comentado depois de 1968, não resta dúvidas de que o de 1971 é *A ordem do discurso*, a famosa conferência de Foucault de 1970. Até mesmo arriscaria afirmar que há imprecisões nas referências de Laks, já que a única publicação em livro de Foucault de 1962 é uma reedição modificada de *Maladie mentale et psychologie* e, além disso, não há nenhum artigo ou outra publicação de Foucault de 1962 que tenha sido bastante debatido nas ciências da linguagem a partir de 1968. Se houver mesmo imprecisões, seria mais correto afirmar que, junto à aula inaugural de Foucault, também *A arqueologia do saber*, de 1969 (ou *Sobre a arqueologia das ciências*, de 1968), tenha figurado como um dos mais comentados de Foucault entre os linguistas.

Se é preciso especificar um lugar a partir do qual Foucault era aproximado com a linguística, trata-se justamente de sua discussão sobre a história e das contribuições que seu conceito de discurso trazia para a reflexão sobre esta relação entre linguística e história. Não fortuitamente, no número 15 de *Langue Française*, em 1972, duas discussões teóricas importantes, no campo da linguagem, tomam corpo em torno de *A arqueologia do saber*. Por um lado, Pierre Kuentz (1972), em um texto chamado *Parole/discours*, problematiza as dicotomias de Saussure, introduz também uma reflexão sobre discurso e história para corroborar essa problematização e não deixa de garantir um lugar especial para Foucault neste debate; a noção de descontinuidade que Foucault havia aberto para a história daria conta de articular a linha de separação que estabeleceu Saussure (por conta de suas dicotomias) entre a história e a linguística. Para Kuentz, havia inviabilidade em se aplicar o modelo fonológico estrutural a outras extensões linguísticas, já que o modelo de formalização não daria conta da mudança linguística. Foucault e seu conceito de descontinuidade permitem a Kuentz aproximar história e linguística:

É assim que a “aplicação” do modelo fonológico, sem referência às regras de produção que regem a prática linguística, a extensão das “aquisições” da linguística desde outros domínios, explica o caráter fixo dos chamados “estruturalismos” e sua incapacidade para dar conta das mudanças. A “sincronia” não é um estado constante mas um campo determinado para e por uma abordagem científica específica. A “diacronia” é o termo que serve para designar o não-formalizado.

Também este termo não consegue visar a prática científica do historiador. Confundir isto que é assim designado com o objeto de conhecimento da história seria aceitar não ver nele além que o lugar de um saber pontual e informal do acontecimento. O trabalho

dos historiadores contemporâneos recusa esta confusão. Depois do começo deste século, todo o esforço dos pesquisadores aponta sobre as questões da “periodização”, sublinhando assim o caráter construído de sincronias com as quais trabalha a história. Longe de se opor ao gesto saussuriano, longe de se dar como domínio o resíduo diacrônico, a história moderna afirma, ao contrário, como uma de suas tarefas essenciais, a delimitação de seu lugar de operação, o corte de seu campo. Como o lembra M. Foucault no início da Arqueologia do saber: “a noção de descontinuidade toma um lugar de destaque no discurso da história” e esta descontinuidade produzida, longe de ser uma simples decifração das articulações do “real”, aparece cada vez mais claramente como “uma operação deliberada do historiador”, como “o resultado de sua descrição”. Longe de se opor, o vemos, de uma de outra parte da linha de divisão estabelecida por Saussure, história e linguística procedem segundo a mesma abordagem (KUENTZ, 1972, p. 21, tradução minha³²).

Por outro lado, o grupo de Pêcheux, representado por Denise Maldidier, Claudine Normand e Régine Robin, pesquisadoras de Nanterre também ligadas a Dubois e Marcellesi, investe numa crítica a Foucault, em um texto chamado *Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche* (1972). O objetivo do artigo já apresenta sua integração à proposta de Pêcheux, aquela de contribuir, a partir da articulação entre discurso e ideologia, com uma teoria geral das ideologias:

O ponto de partida de nosso projeto está situado em uma certa solicitação: a necessidade afirmada cada vez mais frequentemente de uma teorização dos problemas do discurso, de suas relações com as ideologias e, de um modo mais geral, com as representações, ou seja, de suas relações com a história de uma formação social e com o sujeito dito da enunciação. Nós nos propomos então a fazer uma síntese das aquisições e das dificuldades atuais da pesquisa, na esperança de identificar contornos de uma abordagem teórica geral. Dito de outro modo, partindo dos problemas do discurso, nós tentamos capturar, em seu relacionamento complexo, caminhos de investigação que devem ajudar na constituição de uma teoria das ideologias (MALDIDIER et al., 1972, p. 116³³).

³² Trecho no original: “C'est ainsi que l'« application » du modèle phonologique, sans référence aux règles de production qui régissent la pratique linguistique, l'extension des « acquis » de la linguistique à d'autres domaines, explique le caractère figé des prétendus « structuralismes » et leur incapacité à rendre compte du changement. La « synchronie » n'est pas un état constaté mais un champ déterminé par et pour une démarche scientifique spécifique. La « diachronie » n'est que le terme qui sert à désigner le non-formalisé.

Aussi ce terme ne saurait-il viser la pratique scientifique de l'historien. Confondre ce qui est ainsi désigné avec l'objet de connaissance de l'histoire, ce serait accepter de ne voir en celle-ci que le lieu d'un savoir ponctuel et informel de l'événement. Le travail des historiens contemporains refuse cette confusion. Depuis le début de ce siècle, tout l'effort des chercheurs a porté sur les questions de la « périodisation », soulignant ainsi le caractère construit des synchronies avec lesquelles travaille l'histoire. Loin de s'opposer au geste saussurien, loin de se donner comme domaine le résidu diachronique, l'histoire moderne affirme, au contraire, comme une de ses tâches essentielles, la délimitation de son lieu d'opération, le découpage de son champ. Comme le rappelle M. Foucault au début de l'Archéologie du savoir: « la notion de discontinuité prend une place majeure dans le discours de l'histoire » et cette discontinuité produite, loin d'être un simple déchiffrement des articulations du « réel », apparaît de plus en plus clairement comme « une opération délibérée de l'historien », comme « le résultat de sa description ». Loin de s'opposer, on le voit, de part et d'autre de la ligne de partage établie par Saussure, histoire et linguistique procèdent selon la même démarche”.

³³ Trecho no original: “Le point de départ de notre projet est à situer dans une certaine sollicitation : la nécessité affirmée de plus en plus souvent d'une théorisation des problèmes du discours, de ses rapports avec les idéologies et, d'une façon plus générale, avec les représentations, autrement dit de ses rapports à l'histoire d'une formation sociale et au sujet dit de l'enonciation. Nous nous sommes donc proposé de faire une synthèse des acquis et des

É importante notar que, neste início da década de 1970, os grupos de analistas de discurso e suas posições já começam a se rearticular. Denise Maldidier, Claudine Normand e Régine Robin estão todas em Nanterre e ainda mantêm laços fortes com o grupo de Marcellesi, portanto na esteira de discussões como as de Slakta, Guespin, Provost e Marcellesi. Contudo, a via de discussão principal enseja a elaboração de uma teoria do discurso, tal qual o projeto principal de Michel Pêcheux. Portanto, ainda que Michel Foucault já esteja, nessa época, sendo aproximado à ADF em geral como uma teoria do discurso *paralela*, ligada principalmente à história, o grupo de Michel Pêcheux, justamente porque está elaborando também uma teoria do discurso e porque além disso também compete com a teoria do discurso de Foucault e com sua concepção de história e de ideologia, está também competindo com a perspectiva de Michel Foucault e a confrontando. A crítica de Maldidier, Normand e Robin segue a mesma argumentação aberta por Lecourt e que mais tarde será retomada por Pêcheux (1977). As autoras apenas adicionam um acréscimo que diz respeito à estratégia teórica que adotam: Foucault, além de elidir sua relação com o materialismo histórico, praticando um marxismo paralelo, também elidira a relação do discurso e dos enunciados com as regras linguísticas, já que não assumia o materialismo e a psicanálise. Nas palavras de Maldidier et al. (1972, p. 126, tradução minha³⁴):

Aí ainda, Foucault se situa no nível mais geral que elide, na formação de um enunciado, o problema da relação das regras linguísticas com outras regras de formação. A Arqueologia se situa de uma vez abaixo e além da linguística (atual e/ou a vir: abaixo, no nível pré-discursivo da emergência dos enunciados; além, no nível das correlações de enunciados já formados.

Não posso deixar de destacar que as autoras, apesar de criticar estes pontos da teoria de Foucault, não deixam de situá-la e de citá-la já em 1972. Além disso, ao assumir a teoria do discurso elaborada via Culioli e Pêcheux, elas também fazem questão de ressaltar, em nota de rodapé, que o conceito de formação discursiva a que se referem, aquele de Haroche et al. (1971), não é o mesmo que se encontra na teoria de Foucault. Sobre este ponto, Maldidier et al. (1972) assumem completamente a perspectiva do grupo de Pêcheux e sua estratégia teórica. Um dado

difficultés actuelles de la recherche, dans l'espoir de dégager les linéaments d'une démarche théorique d'ensemble. Autrement dit, partant des problèmes du discours, nous essayons de saisir, dans leur rapport complexe, les voies de recherche qui doivent contribuer à la constitution d'une théorie des idéologies".

³⁴ Trecho no original: "Là encore, Foucault se situe à un niveau très général qui élide, dans la formation d'un énoncé, le problème du rapport des règles linguistiques aux autres règles de formation. L'Archéologie se situe à la fois en deçà et au-delà de la linguistique (actuelle et /ou à venir) : en deçà, au niveau prédiscursif d'émergence des énoncés; au-delà, au niveau des corrélations d'énoncés déjà formés".

curioso é que, já neste texto, as autoras se referem a esta teoria do discurso como sendo de Pêcheux, apesar de o artigo de 1971 ser assinado por Haroche, Henry e Pêcheux. Há tanto referências ao Pêcheux solo, como se a teoria fosse somente dele, quanto uma referência que muda aleatoriamente a ordem de autoria a fim de “destacar” Pêcheux:

M. Pêcheux, Cl. Haroche et P. Henry em um recente artigo (1971), colocam em relação as formações ideológicas e as formações discursivas, estas últimas sendo consideradas como componentes das formações ideológicas. Nesta perspectiva, a noção de enunciação se acha totalmente repensada e reformulada: se trata de processos pelos quais “... o “sujeito falante” toma posição em relação à representação para a qual ele é o suporte, estas representações se acham realizadas no “pré-construído” linguisticamente analisável.

Por aí se constitui uma teoria das práticas discursivas religadas ao conjunto de outras práticas de uma formação social. É somente a este preço que se fará entrar a teoria do discurso no materialismo histórico (MALDIDIER et al., 1972, p. 138, tradução minha e grifo meu³⁵).

Além de haver este privilégio de Pêcheux, que passa a liderar a autoria do artigo e da teoria em alguns trechos em que é citado, ainda preciso enfatizar a referência ao artigo de 1971 (HAROCHE et al.), aquele que articula o conceito de FD para a ADF. A referência se faz de modo que o conceito de práticas discursivas, que as autoras já haviam citado a partir de Slakta (1971), reaparece no quadro teórico que elas assumem com Haroche, Henry e Pêcheux (1971). Enquanto Slakta é criticado por justamente ligar o conceito de ideologia a uma competência geral, a teoria do discurso do grupo de Pêcheux é adotada de modo que a diferença que Foucault havia aberto, entre práticas discursivas e não discursivas, prevalece. As autoras, tal qual Slakta, falam de práticas discursivas que podem ser religadas a um conjunto de outras práticas; ou seja, há práticas discursivas, mas também existem outras práticas.

Já em 1972, no ano seguinte à rearticulação realizada por Haroche, Henry e Pêcheux (1971), os conceitos da arqueologia de Foucault, e o próprio livro em si, já pululavam entre as leituras e escritas dos analistas de discurso e entre suas problematizações. A este propósito, mesmo que Maldidier et al. (1972) explicitem dois conceitos diferentes de formação discursiva nas teorias de Foucault e de Pêcheux, elas ainda fazem questão de fazer referência tanto a Culioli (1968), argumentando sobre a impossibilidade de fundar uma semântica para o nível

³⁵ Trecho no original: “M. Pêcheux, Cl. Haroche et P. Henry dans un récent article (1971), mettent en rapport les formations idéologiques et les formations discursives, ces dernières étant considérées comme des composantes des formations idéologiques. Dans cette perspective la notion d'énonciation se trouve totalement repensée et reformulée : il s'agit des processus par lesquels « ... le "sujet parlant" prend position par rapport aux représentation dont il est le support, ces représentations se trouvant réalisées par du "préconstruit" linguistiquement analysable ». Par là se constitue une théorie des pratiques discursives reliées à l'ensemble des autres pratiques d'une formation sociale. Ce n'est qu'à ce prix qu'on fera entrer la théorie du discours dans le matérialisme historique”.

sintático, quanto a Culioli, Fuchs e Pêcheux (1970), também discutindo a dificuldade de formalização linguística para o nível semântico.

Este último texto, inclusive, é aquele em que Fuchs e Pêcheux (1970) lançam um primeiro termo de formações discursivas na relação com o de formações sociais. Malidier et al. (1972) corroboram a estratégia de particularizar o conceito de Pêcheux apartando-o da arqueologia de Foucault, ainda que Foucault já seja uma referência incontornável no que se refere à circulação do conceito. Neste texto de Malidier, Normand e Robin (1972), também *A ordem do discurso* será um texto rebatido, inclusive de modo bastante descontextualizado, já que as autoras aproveitam o trecho em que Foucault discute as doutrinas como parte dos rituais de discurso e das sociedades do discurso para dar a impressão de que Foucault somente admite que são as doutrinas que ligam os indivíduos a certos tipos de enunciação e os interdita de outros tipos. Para quem conhece a conferência de Foucault, sabemos que ele apenas está particularizando um processo de funcionamento da ordem dos discursos: a doutrina como parte dos rituais de discurso. Malidier et al. (1972) aproveitam a citação de Foucault para ironizar uma relação de assimilação entre ideologia e doutrina, suposta em *A ordem do discurso*: “Longe de nós a ideia de assimilar ideologia a doutrina, o problema não está aí” (1972, p. 122, tradução minha³⁶), argumentam Malidier, Normand e Robin.

Mas não somente os debates na ADF mantiveram essa aproximação com Foucault e suas problemáticas sobre o discurso. Em 1971, no número 01 do volume 11 da Revista *L'Homme*, François Rastier publica *Situation du récit dans une typologie des discours*, em que timidamente discute o conceito de episteme de Foucault (1966) para tratar de seus dados no campo da semiótica. Não é um trabalho de viés althusseriano e o pesquisador simplesmente emprega o conceito citando Foucault, sem maiores reflexões. No mesmo ano, no número 04 da Revista *Littérature*, Marie-Françoise Mortureux publica *Les Entretiens sur la pluralité des mondes de Fontenelle: discours scientifique, discours littéraire*, em que o conceito de discurso adotado pela autora está intimamente ligado a *A arqueologia do saber* (1969a), e inclusive o estudo de *As palavras e as coisas* (1966) é citado para subsidiar uma argumentação a favor da especificidade da linguagem na literatura e, portanto, de suas relações enunciativas. Se faço referência a estes dois trabalhos que citam Foucault, o faço porque eles já indicam as aproximações que a área das letras, em geral, manterá com as elaborações teóricas de Foucault em torno do discurso desde o início da década de 1970. Se o interesse do grupo de Pêcheux se deveu a um conceito com características do materialismo histórico mas que praticava um

³⁶ Versão no original: “Loin de nous l'idée d'assimiler idéologie à doctrine, le problème n'est pas là”.

marxismo paralelo, também outros pesquisadores reconhecerão, no domínio de estudo da linguagem, as possibilidades abertas pelos estudos de Foucault sobre os discursos.

Como indiquei ainda acima, também *A ordem do discurso* (1970), além de *As palavras e as coisas* (1966) e *A arqueologia do saber* (1969a), será um texto muito comentado e citado a partir do início da década de 1970 – vale lembrar que a conferência é de 1970 e foi publicada em 1971. Se, por um lado, Malidier et al. (1971) ironizam a conferência de Foucault situando muito mal sua discussão, Jean-François Deljurie, no número 07 da Revista *Littérature* de 1972, citará *A ordem do discurso* como epígrafe de seu texto “*René*” à *travers les manuels ou le discours d'escorte*. As três discussões arqueológicas de Foucault, as que mais incidiam na conceituação do discurso, eram bastante férteis já no início da década de 1970 para os estudos da linguagem e do discurso.

Um exemplo bastante interessante, publicação de 1973, é o artigo *Le discours argumenté écrit: “La femme a le coeur plus tendre que l'homme”* de Georges Vignaux na Revista *Communications*. O estudo faz uma grande discussão em torno das relações entre linguagem e ideologia e da prática teórica da ADF, isso porque a primeira problemática tematizada são as relações entre a linguística e o estudo dos fatos sociais. Em seguida, Vignaux (1973) tece uma crítica à análise de conteúdo corroborando a argumentação de Pêcheux (1969) e de Henry e Moscovici (1968) sobre as deficiências do corte saussuriano e a necessidade de discutir as condições de produção ideológicas da linguagem no limite em que a linguagem é, ela própria, ideologia. Vignaux não deixa de sublinhar as dificuldades da “metodologia sociolinguística” da ADF e discorre, então, sobre as limitações das análises de Marcellesi (1970) e Malidier (1970). Sobre estes trabalhos, é criticada a via assumida junto a Chomsky e à teoria transformacional de Harris, a partir dos quais são privilegiados conceitos como os de modelo de competência e performance.

Vignaux tanto assume as problemáticas de Michel Pêcheux para argumentar contra a análise de conteúdo e a favor de uma teoria do discurso quanto está bastante pautado em Foucault, especificamente em *A arqueologia do saber* (1969a), para a elaboração e emprego de uma teoria do discurso em seu estudo. Antes disso, além de tudo, Vignaux já discute as constatações de Foucault em *As palavras e as coisas*, sobre a mudança entre a similitude como forma de conhecimento até o final do século XVI para a comparação como quadro que universaliza o saber. Esta discussão inclusive visa a debater a relação entre linguística e fatos sociais, que Vignaux problematiza em Ducrot e Grize e na via logicista que estes últimos adotam. Um pouco mais tarde em seu texto, o quadro de descrição arqueológica de Foucault é

bastante comentado por Vignaux (1973) a fim de exemplificar uma pequena descrição da relação entre fato social e fato linguístico. Deste comentário, não escapam o conceito de formação discursiva, inclusive discutido ao lado daquele de regras de formação, tal qual prevê a teoria de Foucault. Veja-se a passagem a partir da qual *A arqueologia do saber* (FOUCAULT, 1969a) passa a ser comentada em detalhes:

[...] A relação entre fato social e fato linguístico não é jamais biunívoca, definitivamente por “reflexo” de um no outro. Dois adversários podem assim ter discursos próximos ou idênticos e dois oradores aliados, discursos diferentes, não correspondendo necessariamente às posições que eles assumem e aos lugares que eles ocupam. Um certo número de elementos característicos pode ser relevado em todo discurso, mas estes elementos não podem ser utilizados antes da interpretação, ou seja, da abstração e generalização semânticas. Outras características (destacando contradições; inconsistências ou paradoxos) só podem ser analisadas por referência às análises ideológicas fornecidas por outro lado pelos fenômenos sociais, históricos e culturais pessoais do orador ou gerais. Isto quer dizer que a chave não pode ser nem aquela do linguista, nem aquela do sociólogo, mas sim a de um encontro entre os dois sobre um certo número de pontos específicos. É difícil negar de qualquer forma as comodidades de uma tipologia do discurso (político, científico, etc.) na medida em que esta tipologia permite a referência a fenômenos específicos do domínio do qual se levantará o discurso considerado. Isto para fins de confronto com outros tipos de análises gerais ou específicas. Estas confrontações têm uma finalidade essencial, aquela de controlar, de autenticar eventualmente a análise que será feita das configurações semânticas do discurso. Nós só poderemos então indicar, a propósito do discurso científico escolhido, os inícios do desenvolvimento que nossas pesquisas nos têm sugerido, sobre os planos da ideologia e da história das ciências. Só se pode estar com efeito, ao que parece, nos primórdios daquela arqueologia do saber na qual M. Foucault define que as tarefas e o objetivo geral devem ser o de liberar, “mantidas a especificidade e a distância das diversas formações discursivas –, o jogo das analogias e das diferenças, tais como aparecem no nível das regras de formação” (VIGNAUX, 1973, p. 154, tradução minha³⁷).

³⁷ Trecho no original: “[...] Le rapport entre fait social et fait linguistique n'est jamais bi-univoque, certainement par « reflet » de l'un dans l'autre. Deux adversaires peuvent ainsi tenir des discours proches ou identiques et deux orateurs alliés des discours différents ne correspondant pas nécessairement aux positions qu'ils assument et aux places qu'ils occupent. Un certain nombre d'éléments caractéristiques peuvent être relevés dans tout discours mais ces éléments ne peuvent être utilisés qu'après interprétation, c'est-à-dire abstraction et généralisation sémantiques. D'autres caractéristiques (mise en évidence de contradictions; d'inconséquences ou de paradoxes) ne peuvent être analysées que par renvoi aux analyses idéologiques fournies par ailleurs des phénomènes sociaux, historiques et culturels personnels à l'orateur ou généraux. C'est-à-dire que la clé ne peut être ni celle du linguiste ni celle du sociologue mais plutôt celle d'une rencontre entre les deux sur un certain nombre de points précis. Il est difficile alors de refuser les commodités d'une typologie du discours (politique, scientifique, etc.) dans la mesure où cette typologie permet le renvoi aux phénomènes spécifiques du domaine dont relèvera le discours considéré. Ceci aux fins de confrontation avec d'autres types d'analyses générales ou particulières. Ces confrontations ont une finalité essentielle, celle de contrôler, d'authentifier éventuellement l'analyse qui sera faite des configurations sémantiques du discours. Nous ne ferons donc qu'indiquer, à propos de ce discours scientifique choisi, les débuts de développement que nos recherches nous ont suggérés, sur les plans de l'idéologie et de l'histoire des sciences. Nous ne sommes en effet, semble-t-il, qu'aux débuts de cette archéologie du savoir dont M. Foucault définit les tâches et dont le but général doit être de libérer « dans la spécificité et la distance maintenues des différentes formations discursives, le jeu des analogies et des différences telles qu'elles apparaissent au niveau des règles de formation”.

Não cabe aqui discutir as aproximações ou não com Foucault ou com Pêcheux e em até que limite Georges Vignaux se articula a um ou a outro grupo das vias que estavam sendo abertas pela AD na França. Não importa caracterizar e distinguir grupos de pesquisadores e suas regularidades. É muito mais importante e produtivo mostrar e detalhar as estratégias e articulações teóricas tão múltiplas e descontínuas como de fato elas são e se dispõem pela história das práticas discursivas que descrevo. Dessa forma, é bastante relevante já anotar nesse artigo de Vignaux esta aproximação com as problemáticas abertas por Pêcheux para o estudo da semântica em sua relação com a enunciação; contudo, não é menos relevante, e talvez seja o mais importante do ponto de vista de minha tese, pontuar aqui, já em 1973, este retorno estrito a Foucault para uma teorização a favor do conceito de formação discursiva na ADF. Vignaux, ao que tudo demonstra, lê ambos Foucault e Pêcheux, os articula de formas distintas em sua argumentação, mas opta pela arqueologia de Foucault para concluir sua discussão e para fazer sua pequena análise.

Este tipo de estratégia, apesar de estar situada de modo absolutamente diferente da conjuntura na qual se desenvolveu e se desenvolve a Análise de Discurso brasileira, é contudo bastante parecido com todos os tipos de articulações e desarticulações que as teorias do discurso no Brasil têm desenvolvido em torno das relações Foucault/Pêcheux (cf. GREGOLIN, 2004, a exemplo). Vignaux (1973), ressalto novamente que em 1973, já figura Foucault entre as referências para uma elaboração teórica sobre as relações entre linguagem e fatos sociais, passando particularmente pelos conceitos de discurso e ideologia e inclusive criticando a análise de conteúdo, tal qual o projeto geral da ADF na época previa. Isso prova que não são todos os pesquisadores que articulam os seus projetos teóricos ao projeto de Michel Pêcheux *stricto sensu*, assim como não são todos que fazem referência a Pêcheux no período. Alguns se aproximam mais, outros menos. Além disso, não dá para argumentar até o final sobre a formação do discurso da ADF apenas dividindo os pesquisadores em grupos que recebem diferentemente autores e que possuem autores que são mais líderes que outros, tal qual o faz simular de algum modo o recorte de Narzetti (2012b) em sua pesquisa.

Apesar de este gesto ajudar muito na organização da argumentação, e por isso recorri a ele, é importante mostrar que os pesquisadores da ADF, e também fora dela mas com o interesse pelo objeto *discurso*, possuíam em si experiências teóricas, e histórias teóricas, distintas. Já comentei o caso particular de Denise Maldidier. Neste ponto, posso citá-la novamente de modo a exemplificar esta *múltipla temporalidade* na circulação e recepção de conceitos e teorias: enquanto Vignaux, em 1973, mostra algumas deficiências no trabalho de

1970 de Maldidier, esta mesma pesquisadora já estava, três anos depois, muito mais próxima de Pêcheux e de sua aventura teórica. Logo, o exemplo do texto de Vignaux oferece uma esquina específica da descontinuidade e multiplicidade de estratégias teóricas em torno da problemática sobre a linguagem e a ideologia, esta que regulariza o emprego do conceito de discurso. Vignaux (1973) ao mesmo tempo concorda com a argumentação de Pêcheux (1969) e não abre mão das descrições e teorias arqueológicas de Foucault (1969a): um diálogo tímido entre Foucault e Pêcheux na análise de discurso francesa, inclusive *sem duelos*.

Três anos mais tarde, o texto *Du spectacle au meurtre de l'événement: reportages, commentaires et éditoriaux de presse à propos de Charléty (Mai 1968)*, de Régine Robin e Denise Maldidier, publicado no número 03 da Revista *Annales*, nem particularizará um debate próximo a Foucault e muito menos fará referência somente a Pêcheux. Ao mesmo tempo em que as autoras já investem no conceito de acontecimento discursivo, aproximando uma relação com o Foucault de *A ordem do discurso* (único texto de Foucault citado, de modo a introduzir o conceito de acontecimento), Pêcheux (1975) é também citado em nota de rodapé, a fim de apenas fazer referência ao conceito de interdiscurso na relação com os de formação discursiva e pré-construído. Não havia, portanto, uma grande divisão em grupos durante toda a década de 1970 na ADF. Havia, isso sim, um número grande de articulações teóricas que pululavam e borbulhavam em torno do conceito de discurso e de sua necessidade para as teorias sobre a linguagem. Só para garantir um exemplo final antes de adentrar a última parte desta minha argumentação, em que passo dessa discussão sobre a persistência de Foucault para os dados de retificação do grupo de Pêcheux em relação à teoria arqueológica, ofereço ainda o caso do estudo de Claude Desirat e Tristan Horde: *Formation des discours pédagogiques*, publicado na Revista *Langages*, no Nº 45 de 1977.

Este artigo, além de comprovar a recorrência a Foucault, a sua proposta arqueológica e a seu conceito de formação discursiva, ainda permite mostrar que, dois anos após a publicação de *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975) e seis anos após a introdução da rearticulação do conceito de formação discursiva pelo grupo de Michel Pêcheux (HAROCHE et al., 1971), as práticas de ADF ainda são diversas e descontínuas o bastante no sentido de que há tanto trabalhos que, já indo para o final da década de 1970, vão se apoiar nas reflexões de Foucault (sempre apresentando-o como filósofo ou historiador das ideias), quanto outros que, também imbuídos pelas estratégias teóricas abertas pelo grupo de Pêcheux, vão preferir os conceitos de Pêcheux ou ainda traçar uma amálgama entre as perspectivas.

Desirat e Horde (1977), por um lado, ainda que trabalhem na perspectiva da ADF neste final da década de 1970, apostam na proposta arqueológica de Foucault, em sua diferenciação entre práticas discursivas e não discursivas e também em seu conceito de formação discursiva. Althusser e sua discussão sobre os aparelhos ideológicos de Estado também subsidia a discussão dos autores; nenhum texto de Pêcheux é citado. Um exemplo como este é outro entre tantos que flagram o lugar a partir do qual Foucault é aproximado cada vez mais aos afetos e artefatos teóricos da ADF em desenvolvimento durante a década de 1970, com ou sem a mediação de Michel Pêcheux. Por outro lado, a insistência maior na referência a Foucault se dá justamente por parte dos analistas de discurso que nesta época específica passam a trabalhar com Pêcheux: Jean-Marie Marandin (1979) e Jean-Jacques Courtine (1981). Aqui, além de minha hipótese poder ficar mais bem endossada, ainda posso também começar a indicar indícios de umas primeiras articulações sobre a recepção de Foucault pelo grupo que desenvolvia a ADF em torno do projeto de Michel Pêcheux em que os trabalhos deste último já estão indicados na relação com os conceitos de Foucault.

Minha hipótese se torna mais bem argumentada uma vez que, além de Foucault já propriamente estar sendo muito discutido na época em relação a seus conceitos de episteme, formações discursivas e práticas discursivas, o próprio Pêcheux e seu grupo, depois de meados da década de 1970 e mais particularmente em 1977, começam a debater Foucault na teoria da ADF. Pêcheux o fará, como já adiantei em boa parte de minha discussão, em *Remontons de Foucault a Spinoza* (1977); argumentará contra o marxismo paralelo de Foucault, ainda que já assumo que o termo FD foi tomado emprestado de Foucault.

Já em 1979, Jean-Marie Marandin publica, no número 55 da Revista *Langages*, dedicado a *Análise de Discurso e Linguística Geral*, um artigo que será depois positivamente comentado por Pêcheux e seu grupo: *Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine*. E não é por acaso que o texto é bem recebido por Michel Pêcheux e seu grupo. Marandin trata de caracterizar todo um solo de problemáticas referentes à ADF até aquele momento de seu desenvolvimento: desde o ecletismo teórico à impossibilidade de uma teoria do discurso. Marandin traz uma longa discussão sobre os vários trabalhos de ADF até ali e principalmente aponta problemas em alguns desenvolvimentos realizados pela via sociolinguística, representada por Dubois, Marcellesi e Maldidier, em seus primeiros trabalhos do início da década de 1970. O método distribucional e transformacional tomado de Harris também é posto à prova por Marandin. Antes do fim do primeiro capítulo de Marandin (1979), todo este projeto é criticado por causa da linguística social que ele assume –

aquela mesma que Laks (1984) organiza sob um polo da sociolinguística na França entre as décadas de 1960 e 1980. Veja-se, portanto, que Marandin não somente critica os esforços teóricos da ADF da via sociolinguística que até ali fora praticada, ele também o faz de modo a já indicar, desde o início de sua argumentação, a necessidade de uma teoria do discurso, já que um dos problemas da ADF seria a impossibilidade de ter consolidado uma.

O ponto alto deste texto de Marandin (1979), do ponto de vista desta minha tese sobre a entrada dos textos de Foucault e do conceito de FD no repertório de práticas discursivas da ADF, se dá a partir do final deste primeiro capítulo em que são expostas as problemáticas da ADF: o Foucault de *A arqueologia do saber* já é aproximado por Marandin e o tom não é nada de rejeição à proposta de Foucault. Cito Jean-Marie Marandin, para não dar ar de mistério ao comentário:

Neste capítulo, considere os textos consagrados à análise do discurso como um discurso, tendo por objeto o discurso ou os discursos. Das categorias de FOUCAULT, considere que este discurso constitui uma formação discursiva individualizada “em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados” (FOUCAULT, 1969, p. 243) e que “alcançou o limiar de epistemologização e de cientificidade” (Ibid., p. 243). O limiar de epistemologização e de cientificidade é alcançado graças a um recurso aos conceitos e às práticas descritivas da linguística (das linguísticas). É preciso pesquisar, sob este funcionamento, o que o torna possível. O que regra a constituição de seu objeto é, precisamente, este recurso à linguística. Trata-se da noção de enunciação e da assimilação tendencial “língua, linguagem, discurso”, que são, aqui, cruciais (MARANDIN, 1979, p. 33, tradução minha³⁸).

O dado pode não aparentar maior importância, já que se poderia tratar de mais um artigo dentre tantos que, à época, exploram conceitos de Michel Foucault (1969a) para a formulação da base teórica dos estudos sobre o discurso. Contudo, o interessante na especificidade desta tese de Marandin é que Michel Foucault e esta aproximação tanto ao conceito de discurso quanto ao conceito de formação discursiva são, na sequência, seguidos pela recorrência à teoria do discurso de Michel Pêcheux. Se a primeira parte do artigo, *Problématique de l'analyse du discours française*, é consagrada a uma crítica a ADF que termina por garantir uma análise que flagra a tentativa de desenvolvimento do conceito de

³⁸ Trecho no original: “Dans ce chapitre, j'ai considéré les textes consacrés à l'analyse du discours comme un discours ayant pour objet le discours ou les discours. Dans les catégories de FOUCAULT j'ai considéré que ce discours constituait une formation discursive individualisée « où se trouve mis en oeuvre un seul et même système de formation des énoncés (FOUCAULT, 1969, p. 243) et qu'« elle avait franchi le seuil d'épistémologisation et de scientificité » (Ibid., p. 244). Le seuil d'épistémologisation et de scientificité a été franchi grâce à un recours aux concepts et aux pratiques descriptives de la linguistique (des linguistiques). Il faut rechercher, sous ce fonctionnement, ce qui le rend possible. Ce qui règle la constitution de son objet est, précisément, ce recours à la linguistique. Ce sont la notion d'énonciation et l'assimilation tendancielle « langue, langage, discours », qui sont, ici, cruciales”.

discurso de Foucault com a descrição de uma formação discursiva, a segunda parte do texto se chama justamente *Les propositions de M. Pêcheux*. Daí em diante, Marandin (1979) traça um percurso desde a AAD69 até as reelaborações que incorporam o conceito de formação discursiva (HAROCHE et al., 1971) e encontra, no final de seu percurso, aquela mais recente articulação teórica de Pêcheux (PÊCHEUX, 1975) e novamente o conceito de formação discursiva. Inclusive, dos quatro itens que compõem esta segunda parte do artigo de Marandin, o item final que precede as conclusões da reflexão sobre as proposições teóricas de Pêcheux, leva o título de *La notion de formation discursive (FD): paraphrase et métaphore*. Aqui está explícita, uma das primeiras vezes por parte de pesquisadores ligados a Pêcheux, a rearticulação que sofre a noção de formação discursiva desde Foucault até a teoria do discurso de Pêcheux.

Esta mesma estratégia será, um pouco mais tarde, retomada e refinada pela conhecida tese de Courtine, *Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens*, publicada em 1981 no número 62 da Revista *Langages*. Neste texto, Courtine estará bastante próximo da rearticulação teórica que Jean-Marie Marandin empreende entre as teorias do discurso de Pêcheux e de Foucault. Há muitos trechos e reflexões em que Courtine (1981) comenta e assume tanto as problematizações levantadas por Marandin quanto as soluções que este lhes oferece. O item que mais demonstra o ponto que venho argumentando é aquele que se intitula *Reler Foucault: discurso, FD, enunciado e sujeito na "Arqueologia"*. De fato, só chama a atenção por haver a proposta explícita de reler Foucault, ou seja, de rearticular e aproveitar seus conceitos para o quadro teórico da ADF, pois, antes mesmo deste item, uma longa discussão já vinha sendo realizada em torno de Foucault no texto de Courtine.

Se as referências para Marandin (1979) são *As palavras e as coisas* e *A arqueologia do saber*, Courtine (1981), na introdução do segundo capítulo, chamado *O conceito de formação discursiva* (e antes mesmo deste item que se propõe a reler Foucault), ressalta que a prática teórica no sentido forte tinha sido uma via aberta por dois trabalhos específicos de Foucault: *Arqueologia* e *Ordem do discurso*. Não é pouco importante sublinhar, inclusive, que é Foucault que abre, como epígrafe, o trabalho geral de Courtine com um trecho de *A arqueologia do saber* em que Foucault afirma ser *a contradição* que escapa à própria continuidade do discurso e que, portanto, funciona como princípio de sua historicidade. As contradições, finalmente, haviam sido encontradas na teoria de Foucault³⁹ (e veja-se que *A arqueologia* tem um item somente para discuti-las e especificá-las). Nota-se, portanto, que

³⁹ Não se trata, contudo, das contradições no sentido marxista e materialista do termo.

Foucault já é aproximado à ADF de Courtine a fim de que, no próprio Foucault, venha dado o básico do referencial teórico que guiará as constatações de Courtine sobre o discurso político. De 1979 em diante, por parte do grupo de Michel Pêcheux, representado por Marandin e Courtine, Foucault não só insiste e predomina quanto passa a ser elencado como o ponto de partida para uma teoria materialista do discurso. Ainda que a proposta seja a de rearticulação e releitura, os conceitos arqueológicos se multiplicam na tese de Courtine: *discurso, formação discursiva, enunciado...*

2.2 Críticas e desdobramentos em torno do conceito de FD: Foucault e Pêcheux na Análise de Discurso francesa a partir da década de 1980

Até este ponto do primeiro capítulo, tracei a história da entrada e reelaboração do conceito de formação discursiva na ADF por parte do grupo em torno de Michel Pêcheux entre 1970 e 1981, na medida em que tentaram restituir o materialismo histórico ao trabalho de Foucault em *A arqueologia do saber*. Também já especifiquei tanto o papel de Michel Pêcheux nesta empreitada, mostrando seu desejo em rebater a teoria de Foucault, quanto de alguns outros pesquisadores, como Marandin (1979) e Courtine (1981), que realizaram, cada um a seu modo, aproximações entre as teorias do discurso de Pêcheux (1969, 1975) e de Foucault (1969a). A respeito destes outros pesquisadores, fiz questão de mostrar como também seus trabalhos fizeram esforços, desta vez muito bem explicitados, de introduzir o conceito de FD de Foucault na ADF, ainda que o conceito de Pêcheux seja preferido. Esse gesto teve inclusive o objetivo de descentralizar o papel de Michel Pêcheux como principal articulador de Foucault para a ADF e mostrar que outros pesquisadores se interessaram, inclusive por outras vias diferentes da de Pêcheux pela releitura dos conceitos de Foucault do domínio da ADF. Sobre este último caso, até o final desta segunda parte do Capítulo 02, ainda comento o livro de 1984 de Dominique Maingueneau, *Gênese dos discursos*, que também articula, de um certo ponto de vista, o método arqueológico para a ADF, inclusive mantendo *relações* com as teorias de Foucault e de Pêcheux.

Contudo, ainda que nesta parte do capítulo eu volte a discutir as teses de Marandin e de Courtine e também outros textos que, a partir do início da década de 1980, também passam a articular o conceito de FD de Foucault para a ADF, este último texto, como um todo, tem o objetivo de mostrar também o declínio no uso da noção de FD na França já a partir da década

de 1980, fato que é apontado, por exemplo, por Guilhaumou (2007). Logo, esta parte do capítulo, ao contrário da primeira, que focou a entrada e as primeiras articulações do conceito de FD na ADF, está centrada tanto na articulação entre a ADF e alguns conceitos de Foucault, principalmente o de FD (mas também os de enunciado, acontecimento discursivo e arquivo), quanto no declínio na utilização do conceito de FD.

Este segundo trajeto, um pouco mais curto, ainda está totalmente articulado, em meu texto, com alguns artigos mais recentes em que alguns dos desenvolvedores da ADF, como Jean-Jacques Courtine, Jacques Guilhaumou e Dominique Maingueneau, comentam desde a recepção, articulação e declínio da noção de FD na ADF quanto novos rumos que a noção pode tomar caso venha a ser articulada a novas análises de discurso. Por conta disso, a segunda parte do capítulo está dividida em três textos. Cada um destes textos discute particularmente um artigo mais recente destes três pesquisadores ligados à história da ADF: Courtine, Guilhaumou e Maingueneau; além disso, integro a estas discussões mais atuais sobre a noção de FD também as articulações teóricas que, durante o início da década de 1980, vão se esforçar por integrar as reflexões de Foucault à ADF, como aquelas de Marandin (1979), Courtine (1981) e Maingueneau (1984).

São três, dessa forma, os textos mais recentes que eu discuto a fim de caracterizar certa atualidade sobre a discussão em torno do conceito de FD na ADF. O primeiro destes textos é uma entrevista concedida por Jean-Jacques Courtine (2010) a Cleudemar Fernandes e publicada em 2010: *Discurso, história e arqueologia*. Os outros dois textos foram igualmente traduzidos e publicados na organização *Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva*, de Roberto Baronas, em 2007. Trata-se dos textos *Os historiadores do discurso e a noção-conceito de formação discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente*, artigo de Jacques Guilhaumou, publicado em português primeiramente em 2005 na *Revista Ecos*, da UNEMAT e republicado mais tarde, em 2007, nesta organização de Baronas, e também do artigo *Unidades tópicas e não tópicas*, texto de Dominique Maingueneau que aparece, em português, neste livro de Baronas em 2007 sob o título de *Formações discursivas, unidades tópicas e não-tópicas* e também no *Cenas da Enunciação*, organizado por Sírio Possenti e Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva em 2008⁴⁰.

⁴⁰ Consta ainda, em nota de rodapé em Maingueneau (2008, p. 11), que este texto, traduzido tanto por Roberto Baronas quanto por Sírio Possenti, teve sua primeira versão publicada em 2003 na revista *Romanistisches Jahrbuch* sob o título “Que unidades para a análise do discurso?”. Portanto, estas versões traduzidas para o português, em 2007 e 2008, são em parte inéditas. Durante meu texto, farei referência à tradução de Sírio Possenti (MAINGUENEAU, 2008).

Faço uma incursão nos pontos e discussões levantados por estes três textos, relacionando-os a outros com os quais dialogam, a fim de especificar a atualidade da discussão sobre o conceito de formação discursiva e algumas especificidades que são traçadas por estes pesquisadores a respeito do conceito quando refletem sobre sua história (COURTINE, 2010, GUILHAUMOU, 2007) e enfatizam novas formas de abordá-lo (MAINGUENEAU, 2008).

2.2.1 Courtine: da introdução à crítica ao conceito de FD na política da ADF

Jean-Jacques Courtine (2010), *ex-analista de discurso*⁴¹, concedeu em 2010 uma entrevista a Cleudemar Fernandes em que são tematizadas, entre outras coisas, as preocupações atuais que movem as pesquisas do Courtine *historiador cultural* e as relações entre esse trabalho do presente e sua trajetória nos primórdios da ADF. Courtine não fala de seu projeto, contudo, sem reavaliar e comentar a relação deste presente de seu trabalho com os conceitos de Foucault e as implicações destes conceitos na sua principal tese do ponto de vista da história da ADF: *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos* (COURTINE, 1981). O título da entrevista, *Discurso, história e arqueologia*, muito bem indica este tema principal que é desenvolvido na entrevista: a atual posição teórica de Courtine em relação à abordagem arqueológica do enunciado, aquela que é derivada de *A arqueologia do saber*, de Michel Foucault (1969a), e que foi inicialmente rearticulada para o domínio da ADF principalmente pelo grupo de Michel Pêcheux e pelo próprio Courtine (1981), já que esta tese de Courtine de 1981, prefaciada por Michel Pêcheux, é, como indiquei na primeira parte deste capítulo, uma das mais importantes entre as que aproximam as teorias de Pêcheux e de Foucault sobre o discurso. Este é um dos temas abordados na entrevista.

E veja-se inclusive que já estão implícitos para o repertório da entrevista, em 2010, tanto o interesse de Cleudemar Fernandes pela leitura que Courtine faz contemporaneamente do trabalho de Foucault (principalmente relativo ao método arqueológico) quanto a importância que o trabalho de Courtine tem, principalmente esta tese de 1981 e que havia sido traduzida para o português em 2009 (um pouco antes da ocasião da entrevista, provavelmente), para o desenvolvimento da ADB.

⁴¹ Faço uso desta denominação provocativa porque o próprio Courtine, nesta entrevista que comento, trata de especificar sua posição acadêmica atual como a de *historiador cultural*. Dessa forma, seria impróprio que ele fosse citado como analista de discurso, já que ele próprio nega explicitamente esta denominação: “Nunca fiz, entretanto, mistério: a Análise do Discurso não se encontra mais no centro de minhas preocupações por razões que expus em várias ocasiões, o que não quer dizer que as transformações históricas do campo da fala pública tenham deixado de me interessar” (COURTINE, 2010, p. 20).

No Brasil, como na França, esta tese de Courtine tem uma dupla importância, que é enunciada por Cleudemar Fernandes ao entrevistar Courtine: tanto mostra uma mudança de rumo no modo como a teoria da ADF lê a partir de Michel Foucault o conceito de FD na relação com o de memória discursiva, e isto é inclusive indicado por Pêcheux no prefácio que ele escreve para a tese de Courtine, quanto também desempenha um papel fundamental para as opções teóricas, principalmente brasileiras, que procuram tornar evidente e justificar a relevância dos conceitos de *A Arqueologia do Saber* (FOUCAULT, 1969a) para as práticas de análise de discurso. Cleudemar Fernandes, leitor e comentador de Michel Foucault no Brasil e especificamente no domínio da ADB, não deixa de se mostrar curioso, em suas perguntas, por esta atualidade da leitura de Courtine sobre Foucault na relação com a própria história de desenvolvimento das problemáticas da ADF. E Courtine, conhecedor que é dos desenvolvimentos da ADB, não espera nem ser questionado para que já toque no tema que a entrevista recobriria: a leitura de Courtine sobre a arqueologia de Foucault, esta uma que incide em parte dos rumos que a ADF tomou.

Veja-se o trecho em que Courtine, ainda no início da entrevista, ao ser perguntado sobre seus trabalhos acadêmicos mais recentes, sobre seus projetos e linhas de pesquisa, já antevê o tema pelo qual seria questionado e já explica, sem ser perguntado⁴², sobre a relação entre a atualidade de seus projetos de pesquisa e o projeto da Análise do Discurso em que esteve envolvido até a década de 1980 e sob o qual desenvolveu e rearticulou os conceitos de formação discursiva, de domínio de memória, de arquivo e de função enunciativa para a ADF materialista conduzida pelo grupo de Michel Pêcheux:

Uma última palavra sobre este assunto: a resposta que acabo de lhe dar sobre esses aspectos do meu trabalho antecipa algumas perguntas que o senhor vai me fazer a respeito da Análise do Discurso. O senhor pode, com efeito, ver nesse exemplo em que medida as transformações históricas do campo do discurso permanecem, para mim, um objeto de preocupação. Essas questões se situam, entretanto, deste lado da Análise do Discurso, elas exploram suas condições de possibilidade, analisam o que eu havia anteriormente chamado, em *Langages 62*, nem tanto as condições de produção do discurso – que eu levava à enunciação de uma sequência discursiva determinada –, mas as “condições de formação” do discurso, isto é, o conjunto de condições historicamente pertinentes que determinam a produção, a circulação e a recepção dos enunciados numa formação discursiva concebida como processo

⁴² Não se pode esquecer, de fato, que é bem possível que Courtine já tivesse tido, antes da ocasião da entrevista, acesso tanto ao tema da entrevista quanto ao rol de perguntas sobre as quais seria questionado por Cleudemar Fernandes. Também é uma prática comum na esfera acadêmica que entrevistas deste tipo sejam feitas na modalidade escrita e por e-mail, o que não parece, contudo, ser o caso desta entrevista. Veja-se que nos dois casos, pode-se presumir que Courtine já saberia sobre o que seria perguntado em seguida ao responder a primeira pergunta, sobre seu trabalho atual. O interessante, contudo – e é o que quero sublinhar –, é que Courtine já trata de explicar como a atualidade de seu trabalho responde à problemáticas já trazidas da década de 1980, mas atualizadas – um pouco menos “*contra* Foucault”, já usando um termo empregado por Courtine (2010).

histórico de formação do enunciável. Dizer as coisas desse modo me distancia, certamente, do projeto inicial daquilo que foi a Análise do Discurso, mas provavelmente muito menos das noções que Foucault desenvolveu em *A arqueologia do saber*, naquilo que diz respeito à natureza histórica dos processos discursivos. Por outro lado, não estamos mais lá: agora são “mensagens mistas”, condensações complexas e fluidas de imagens e de discursos, cujo funcionamento e efeitos convém compreender (COURTINE, 2010, p. 19-20).

Courtine faz uma breve reflexão sobre sua insistência nos temas arqueológicos de Foucault e inclusive justifica seu interesse sobre as mudanças ocorridas nas materialidades discursivas e que incidem em novas necessidades teóricas, como aquela de 1981 que aproximou as teses de Foucault e o domínio da ADF; mas note-se que Courtine trata de situar uma distância em relação aos processos discursivos privilegiados por sua análise na época – que estavam no nível da enunciação de uma sequência discursiva determinada e de sua memória. Reiterando Courtine, sua preocupação com as transformações históricas no campo dos discursos incidiu num remanejamento destas noções de Foucault já empregadas em 1981, de modo que a análise de uma formação discursiva pudesse dar conta das “condições de possibilidade e de formação de um discurso”, estas que são, nas palavras de Courtine, “o conjunto de condições historicamente pertinentes que determinam a produção, a circulação e a recepção dos enunciados numa formação discursiva”.

Além de já topicalizar de modo catafórico o tema da entrevista (a relação entre seu trabalho atual e sua releitura e transposição de alguns conceitos da arqueologia do saber de Foucault para a ADF, lá em 1981), Courtine (2010) trata de especificar o modo como a atualidade de sua pesquisa, na condição de historiador cultural, ainda privilegia problemáticas que dão conta de rastrear e descrever as *formações discursivas* do enunciável. Sua preocupação constante com as transformações das materialidades discursivas, segundo ele, incidiu numa aproximação maior com as teses de Foucault, já que aquela empreitada iniciada com Michel Pêcheux na década de 1980 teria sido “originalmente operada *contra* o próprio Foucault” (COURTINE, 2010, p. 25).

Courtine admite, na atualidade de suas preocupações, que hoje pode dar conta de descrever formações discursivas ainda que o conceito de FD tenha entrado em declínio e não apareça no centro de suas pesquisas, já que tal conceito parece não ser mais compatível com as “mensagens mistas” das discursividades contemporâneas. O mais interessante ainda, nesta problemática sobre a entrada do conceito de FD no cenário da ADF, é que tal conceito também é o primeiro a ser tematizado e retificado nesta entrevista com Courtine, ainda que, logo adiante, Cleudemar Fernandes pontue o conceito de memória discursiva como um dos que, a partir de

Courtine (1981), tenha introduzido aspectos teóricos da *Arqueologia* nas teorias da ADF. A preocupação inicial de Courtine já se firma em torno de uma retificação sobre sua posição em relação à natureza da rearticulação que promoveu em 1981 sobre conceito de FD.

Na entrevista, Courtine prioriza sua relação com Michel Pêcheux para justificar esta investida no conceito de formação discursiva de Michel Foucault. Sobre este ponto, inclusive, convém alguns detalhamentos pouco explorados na história da ADF e do conceito de FD como centro de suas preocupações. Como já discuti há pouco, não somente Courtine, nesta época (a partir do final da década de 1970), procurou garantir um *modo arqueológico* ao seu trabalho, pautando-se principalmente no conceito de formação discursiva, teorizado em 1968 e 1969 por Foucault (1968a, 1969a). Se em 1981, no número 62 de *Langages*, Courtine (1981) publicava seu estudo sobre o discurso comunista endereçado aos cristãos, lendo o conceito de formação discursiva de Michel Foucault ao lado da conceituação oferecida por Michel Pêcheux e também desenvolvendo os conceitos arqueológicos de enunciado e de domínio de memória, veja-se que Jean-Marie Marandin (1979), como eu comentei, já havia publicado em 1979, na *Langages N° 55*, seu estudo sobre o discurso francês sobre a China.

Na ocasião deste texto, que é inclusive citado por Courtine em 1981 para uma mesma problematização das tipologias discursivas – estas que principalmente desempenham o efeito especular comentado por Pêcheux (1981) no prefácio à Courtine (1981) –, Marandin já havia igualmente se pautado no leque de conceitos que Michel Foucault elenca na elaboração teórica de *A arqueologia do saber* (1969a): ele tanto menciona e resenha o conceito de formação discursiva de Foucault, preferindo a elaboração de Michel Pêcheux (HAROCHE et. al., 1975), quanto também faz uso de outras noções de Foucault, como de sistemas de enunciados, arquivo e discurso. Alguns anos mais tarde, em 1984, organizando teoricamente as pesquisas que, realizadas desde a década de 1970, culminaram na tese *Sémantique de la polemique. Du discours à l'interdiscours* (1979), Dominique Maingueneau vem a publicar *Genésis du discours* (1984). Neste seu estudo, também o apelo ao projeto arqueológico de Michel Foucault é bastante significativo para as problemáticas teóricas comentadas, tratando de desenvolver noções como as de discurso, de formação discursiva e de prática discursiva sempre com apelo ao viés da arqueologia do saber – seja para confrontá-la, seja para corroborá-la.

Inclusive, este confronto também acontece, de certa forma, na própria tese de Courtine em 1981, uma vez que, ainda que ele procure operacionalizar grande parte dos conceitos empregados por Foucault em *A arqueologia do saber*, Courtine aplica tais conceitos a um *corpus* extremamente diverso daquele estudado por Foucault e se preocupa com

problemas também bem distantes daqueles que recobrem a preocupação da arqueologia dos saberes desenvolvida por Foucault, por exemplo, em *As palavras e as coisas* (1966). Courtine (1981) também se aplica a encontrar a divisão das formações discursivas, esta que marca a contradição e o deslizamento quando práticas ideológicas procuram recobrir o domínio da cientificidade e da objetividade. Esta divisão é a marca da contradição que Courtine – esta é sua descoberta na época para a ADF – encontra na relação entre formações discursivas. Para Pêcheux, naquela conjuntura, Courtine havia conseguido operacionalizar em uma análise – do discurso comunista dirigido aos cristãos – esta questão teórica que ele pôde indiciar, em *Les vérités de la Palice*, sobre as formações discursivas como regionalizações que marcam a divisão ideológica das formas-sujeitos e, portanto, a contradição que se manifesta a partir da luta de classes como motor da história. Para Pêcheux, o conceito de Foucault, tão centrado na regularidade, admitia somente uma homogeneidade discursiva para uma mesma época e não dava vias de encontrar e analisar as contradições.

Na entrevista, é importante inclusive destacar o lugar de importância que o ex-analista de discurso confere ao trabalho de Pêcheux para esta transposição dos conceitos de Foucault ao mesmo tempo em que culpa esta certa vulgata – “manuais e dicionários” – de terem repetido e simplificado as noções que ele procurou desenvolver ao lado de Michel Pêcheux, com ênfase na noção de formação discursiva:

Afinal foi Pêcheux quem primeiramente aclimatou a noção de formação discursiva em seu próprio trabalho, e fui eu que segui suas pegadas, procedendo à transferência, da forma mais sistemática que pude, de várias noções d'A arqueologia – enunciado, redes de formulações, domínio de memória – para a Análise do Discurso. Além disso, em seguida, na França, isso foi sendo repetido e simplificado ao sabor dos manuais e dos dicionários, e as coisas se sedimentaram numa vulgata difícil de destruir. Essa transferência, no entanto – e pode-se dizer isso com o distanciamento –, foi originalmente operada *contra* o próprio Foucault, sob dois aspectos: primeiramente porque o próprio Foucault tinha se distanciado daquilo que ele desenvolvera em *A arqueologia*; e, em segundo lugar, como acabei de dizer, porque ele tinha, de alguma maneira, tomado a precaução de nos advertir em seu próprio texto que essa transferência não lhe parecia verdadeiramente legítima (COURTINE, 2010, p. 25).

Aqui é possível, ainda que implicitamente e no limite do “silêncio”, encontrar vestígios de uma polêmica ocorrida em torno do papel de Dominique Maingueneau no desenvolvimento da ADF entre as décadas de 1970 e 1980. E o posso afirmar porque, como se deveria saber, Dominique Maingueneau tanto é autor dos títulos *Initiation aux méthodes de l'analyse du discours*, de 1976, *Nouvelles tendances em Analyse de Discours*, de 1984, e *Les termes clés de l'analyse du discours*, de 1996, quanto mais tarde participa como co-organizador, ao lado de Patrick Charaudeau, do *Dictionnaire d'analyse du discours* (2002).

Courtine ao mesmo tempo culpa alguns autores de uma vulgarização e se exime de ter ele mesmo também auxiliado para que as noções da ADF pecheuana, transpostas da arqueologia de Foucault, tenham se transformado numa vulgata que disciplinarizou as práticas de análises de discurso, tanto na França quanto no Brasil. E posso afirmar que Courtine de certa forma se exime porque, durante toda sua argumentação e apesar de ter admitido seu trabalho “contra” Foucault em 1981, ele trata o tempo todo, durante esta entrevista, de justificar sua aproximação posterior com o trabalho de Foucault *stricto sensu*, inclusive argumentando que esta mudança se deve ao abandono de “uma linguagem e estilo teórico, aquele próprio do marxismo, que não tem mais tanta continuidade hoje” (COURTINE, 2010, p. 20-21).

À diferença da via seguida por Pêcheux até a década de 1980, Courtine abandona o “estilo teórico” do marxismo – toda a argumentação em torno da luta de classes como motor para as contradições do discurso comunista endereçado aos cristãos (1981) – em prol de problemáticas históricas distintas que levassem em conta inclusive as transformações históricas das próprias materialidades discursivas: fluidas, instáveis e móveis. Daí a necessidade ainda atual em seu trabalho de, pelo menos por meio de um “modo arqueológico” de tratamento do enunciado, descrever as regularidades que incidem na formação dos discursos: suas condições de possibilidade e de formação.

O efeito que Courtine pretende dar, no teor da entrevista que oferece, é o de que as problemáticas enfrentadas na época eram pertinentes, ainda que sua elaboração teórica particular, a de 1981, tenha mal executado os conceitos arqueológicos de Foucault. Dessa forma, a pertinência continuou a vigorar por conta das mudanças nas materialidades discursivas do discurso político, este que era o cerne das preocupações da “AD política” na época (COURTINE, 1981, p. 62). Courtine usa este dado, o das mudanças nas materialidades discursivas, para justificar inclusive a posição que ele mesmo continua a desempenhar no diálogo principalmente com a ADB, o de ter contribuído para uma nova via de análise do discurso político, diferente das que dominavam a época, como aquelas que movimentaram o número 23 de *Langages* a partir das publicações de Marcellesi (1971), Malidier (1971) e Guespin (1971).

Inicialmente, tais preocupações incidiram no mau emprego dos conceitos de Foucault, ainda carregado pelo projeto marxista de teorizar o aspecto regional que as formações discursivas desempenham na distribuição de posições enunciativas de acordo com as contradições manifestadas pela luta de classes numa determinada formação ideológica. Para Courtine (2010), com o tempo, ele mesmo, mas veja-se que também Haroche, passou a se

aproximar mais do projeto arqueológico e a alinhar suas pesquisas às direções abertas por este projeto. Introduzo uma longa citação que incide nesta estratégia argumentativa de Courtine a fim de tornar central o papel de Pêcheux nesta empreitada sem, no limite, culpá-lo. No trecho que destaco, Courtine trata do conjunto textual e iconográfico que compôs o *corpus* analisado ao lado de Claudine Haroche em *Histoire du Visage* (COURTINE & HAROCHE, 1988) e que permitiu a análise de um “paradigma da expressão”:

Existe, ainda, no entanto, algo que dá a esse conjunto textual e iconográfico, disperso ao longo de três séculos numa miríade de gêneros, de instituições, de locutores e de práticas, uma unidade. Um fio tênue, mas tenaz, que atravessa e tece a tela das palavras e das imagens, um discurso “transverso” indefinidamente repetido, que permite as “enunciações mais dispersas” no interior desse amplo *corpus*: o fio “interdiscursivo”, que é aquele da própria formação discursiva, esse *paradigma da expressão* que atravessa as textualidades da época clássica, liga-os, ordena-os, assegura a passagem de um a outro, percebendo, ao mesmo tempo, a unidade e a dispersão de um leque inteiro dos saberes que, entre os séculos XVI e XVIII, vêm exprimir o elo entre o corpo e a alma, a aparência e a interioridade do sujeito. Uma tal formação discursiva não se encontra de maneira alguma em estado natural na superfície dos textos, ela não se confunde com um gênero de discurso que uma classificação de época teria pré-estabelecido, ela não é mais a expressão de um século ou de um período, menos ainda de um autor. Sua configuração de conjunto, a duração de seu desdobramento no tempo, as unidades que a compõem e que correspondem a tantos traços que ela deixa ao longo dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído. Agora, e somente agora, nos encontramos verdadeiramente no domínio do discurso, em sua “arqueologia” (2010, p. 26-27, grifos dos autores).

Chamo a atenção para dois pontos nesta longa citação retirada da entrevista: 1) Courtine reinterpreta arqueologicamente (“verdadeiramente o domínio do discurso”) duas noções da teoria do discurso de Michel Pêcheux (as noções de discurso transverso e de interdiscurso) de modo que, por fim, confere à descrição realizada em *Histoire du visage* (COURTINE & HAROCHE, 1988) o estatuto de uma *formação discursiva*; ele assume, portanto, ter descrito, junto a Claudine Haroche, uma formação discursiva que, segundo as especificidades do recorte e do problema histórico na leitura do arquivo, foi entendida como um “paradigma da expressão”; 2) além disso, Courtine trata essa prática arqueológica de descrição de formações discursivas como uma prática de conferir unidade a um conjunto disperso de enunciados, no sentido de que descrever uma formação discursiva é descrever um conjunto de práticas discursivas dispersas ainda que regulares. Além disso, filiado à abordagem arqueológica de Foucault (1969a), Courtine dá indicações de que uma “formação discursiva” é algo que “deve ser construído” pelo trabalho do historiador do discurso, o que, como mostro mais adiante, é uma posição teórica bastante parecida com a de Maingueneau (2008).

Courtine (2010) entende a “unidade do discurso”, naquele sentido de uma formação discursiva, como a regularidade que pode ser descrita ao se colocar enunciados em série de

forma a restituir-lhes seus modos de irrupção na condição de acontecimentos discursivos. Veja-se, dessa forma, e é importante ressaltar, que a noção de formação discursiva, apesar de ser metaforizada na relação com os próprios conceitos de Pêcheux para recuperar o sentido de Foucault (*regularidade na dispersão*, 1969a), é tratada, na entrevista, como um saber situado⁴³, no sentido de que rendeu especificidades descritivas na delimitação de conjuntos discursivos até o início da década de 1980, mas de que também entra em desuso a partir daí, como afirma Guilhaumou (2007). Tanto Courtine assim o procede que ele mesmo afirma que descreveu uma formação discursiva ao tratar de um “paradigma da expressão”, ou seja, o modo arqueológico de tratar o enunciado não necessariamente incidiu na recorrência ao conceito de formação discursiva.

O “método arqueológico” aparece, na entrevista, diluído em um “modo arqueológico” de tratamento do enunciado, que se mantém no trabalho de Courtine – mesmo que este já seja outro, já apresentando suas diferenças e especificidades em relação à famosa tese prefaciada por Michel Pêcheux em 1981 (COURTINE, 1981) e também em relação à própria arqueologia de Foucault, já que, como o próprio Courtine afirma, Foucault havia alertado sobre os perigos de apenas transpor esta sua teoria sobre a arqueologia dos saberes.

Uma especificidade relevante desta entrevista é o efeito que Courtine (2010) produz ao inscrever a atualidade de Foucault na história cultural se valendo da metáfora da descrição de uma certa formação discursiva, ou seja, de um certo “processo histórico de formação do enunciável” (p. 19). Ainda que ele especifique muito bem uma definição para a noção de formação discursiva, não é, contudo, o objetivo de Courtine o de recolocar em ordem esta noção sob a égide da atualidade de uma conceituação, o que ao mesmo tempo denotaria sua importância e seus perigos:

Dizer as coisas desse modo me distancia, certamente, do projeto inicial daquilo que foi a Análise do Discurso, mas provavelmente muito menos das noções que Foucault desenvolveu em *A Arqueologia do Saber*, naquilo que diz respeito à natureza histórica dos processos discursivos. Por outro lado, não estamos mais lá: agora são “mensagens mistas”, condensações complexas e fluidas de imagens e de discursos, cujo funcionamento e efeitos convém compreender (2010, p. 19-20).

Courtine admite a atualidade de sua produção teórica em relação àquilo que são suas condições de possibilidade – *grosso modo*, Foucault e o método arqueológico. Portanto, o

⁴³ “[...] As questões que a Análise do Discurso colocava – num outro momento, num outro contexto teórico e político –, e que eu conheci e pratiquei, guardam algo de sua pertinência. É o que torna nossas trocas possíveis e frutuosas hoje. Mas é por isso, também, que a Análise do Discurso deve se reinventar e encontrar as perspectivas e os métodos que lhe devolverão uma influência sobre a materialidade contemporânea, inédita, das discursividades líquidas, quer seja na França ou no Brasil” (COURTINE, 2010, p. 21).

historiador cultural indica que o projeto arqueológico de descrições de formações discursivas não está morto, apenas deslocado (rompido, transformado). Para Guilhaumou (2007), esta transformação está particularmente relacionada às irrupções descontínuas daquilo que, a partir de Bourg, ele entende como uma “transvaliação imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva. Gostaria de conflitar estas duas posições, a de Courtine e de Guilhaumou, principalmente porque elas são relativas a um ponto fundamental nas práticas da ADF: o recorte de um *corpus* específico e os problemas discursivos que conduzem a análise deste *corpus*. Courtine, no rumo final de sua entrevista, centraliza esta questão como um desafio para as análises de discurso:

[...] é preciso experimentar de maneira mais consistente e sistemática a realidade daquilo que se chama pré-construído, interdiscurso, memória e formação discursiva no corpus e nas problemáticas históricas verdadeiras; é preciso que se questione o valor heurístico desses conceitos não os colocando à prova de três ou quatro panfletos políticos, enunciados publicitários ou recortes de imprensa, mas colocando à prova materiais históricos amplos, densos e complexos. [...] Mas lhe seria preciso, então, reconhecer algo que não é institucionalmente fácil admitir para uma disciplina satélite da linguística: que o discurso, no sentido pleno da história, “não é um objeto linguístico”, ou que é um objeto apenas “parcialmente” linguístico. Sendo assim, os analistas de discurso, que tanto citam o Foucault d’*Arqueologia*, não poderão reclamar de não terem sido advertidos: o enunciado “não é nem sintagma, nem regra de construção, nem forma canônica de sucessão e de permutação”/“o enunciado não é uma unidade do mesmo gênero da frase, proposição ou ato de linguagem” (COURTINE, 2010, p. 24).

Retomando os pontos que abordei até aqui, é interessante notar que Courtine tanto praticamente antevê o tema central da entrevista, sobre as relações entre sua produção intelectual e a arqueologia dos saberes de Michel Foucault, quanto também deriva esse tema das problemáticas em torno do conceito de formação discursiva, tratando inclusive de se colocar ao lado de Michel Pêcheux como responsável pela transposição do conceito para o domínio da ADF. Além de coincidentemente *esquecer* o papel de outros pesquisadores nesta empreitada de transposição, ele ainda culpa pesquisadores que não sejam ou ele mesmo, ou Michel Pêcheux e Claudine Haroche, de terem dado conta de fazer os conceitos arqueológicos, já embutidos na teoria do discurso materialista, circularem na forma de *vulgata*.

A partir desta última citação que eu trouxe, além de tudo, nota-se ainda que a posição de Courtine sobre a ineficácia das problemáticas e abordagens da ADF do ponto de vista dos historiadores se deve principalmente à natureza dos *corpora* recortados pelas análises de discurso na relação com os processos discursivos que são descritos a partir desses recortes. Courtine (2010) considera que ele mesmo se aproxima mais do trabalho arqueológico de Foucault quando passa a tornar central as condições de possibilidade e de formação dos

discursos em detrimento das condições de produção, naquele sentido anteriormente definido no interior do seu projeto de análise de discurso político de 1981. Inclusive, veja-se que ele atrela este projeto de enfrentamento do caráter puramente linguístico do enunciado com a própria inserção da ADF no domínio da linguística.

Do ponto de vista de Guilhaumou (2007), as transformações que levam ao desuso da noção-conceito de formação discursiva é justamente uma transvaliação que faz por destacar a imanência dos processos discursivos na sua relação com o conceito de língua. Para Guilhaumou, esta é a explicação para o contínuo desaparecimento do conceito de formação discursiva na ADF a partir da década de 1980. Ao contrário, para Courtine, há um desapego em relação à imanência, e um apelo cada vez maior, pelo menos da parte dos historiadores, para recortes de longa duração que permitam melhor descrever uma formação discursiva.

No limite, os dois autores tratam do mesmo problema, mas tratam justamente de explicar condicionamentos diversos para a ascensão e queda do conceito de formação discursiva na França. Courtine explica pelo viés do argumento de uma incursão mal realizada sobre os conceitos arqueológicos de Michel Foucault: os analistas de discurso passaram a considerar melhor as formações discursivas dos enunciados, tal como Courtine o praticou, na medida em que ampliaram, do ponto de vista histórico, as problemáticas discursivas que abordavam – os exemplos a que Courtine recorre com mais insistência são os de Régine Robin e o dele próprio ao lado de Claudine Haroche. Para Courtine, portanto, os analistas de discurso, ao se bandearem mais para a história e para seus métodos, falam mais ao favor de Foucault que quando tentam articular as noções arqueológicas deste último a processos discursivos de curta duração.

Contudo, essas descontinuidades nas articulações da arqueologia de Foucault, no modo como afetaram o trabalho de Courtine, não incidiram da mesma forma na imanência dessa transvaliação da noção de formação discursiva, tal qual argumenta Guilhaumou (2007). Courtine argumenta em via oposta: a noção de formação discursiva incidiu na reavaliação da problemática do *corpus* na relação entre as práticas da ADF e as dos historiadores. Courtine, ele mesmo, passa da condição de analista de discurso a de historiador cultural. Para Courtine, o problema da ADF das décadas de 1970 e 1980, esta que ele mesmo praticou, foi justamente o de centralizar as questões discursivas no nível das materialidades linguísticas. Ao ser perguntado por Cleudemar Fernandes sobre a atualidade da relação entre os historiadores e o domínio da ADF, Courtine foca em particular o problema que representam os protocolos de leitura que a Análise do Discurso oferece para os historiadores do discurso. Inclusive, como tenho enfatizado, ele mesmo, na ocasião desta entrevista, se enuncia como historiador, ao lado

de Régine Robin, Roger Chartier e Arlette Farge. Veja-se o trecho em que ele comenta o modo como se afastou da “transvaliação imanente”:

[...] é evidente que para quem trabalha sobre um período longo de dois, três ou quatro séculos, as questões discursivas que se colocam não são aquelas que poderiam se resolver ao nível dessa posição aguda e rigorosa sobre a materialidade sintática da língua que a Análise do Discurso incluiu em seu programa. Isso seria simplesmente impossível, pois se encontra em relação com conjuntos discursivos muito mais vastos, bem mais moventes, bem mais heterogêneos do que aqueles que as noções de pré-construído, o funcionamento das relativas ou ainda a nominalização permitiriam compreender o que quer que seja. Trabalha-se, portanto, num nível de generalidade, de amplitude e de instabilidade dos processos discursivos que não permite isso. Sem contar que, ao longo de três ou quatro séculos, a própria língua pode mudar ao ponto de tornar problemática a própria possibilidade de uma análise linguística.

Eis uma primeira resposta, mas isso não quer dizer que para ciclos mais curtos, para o tempo que se denomina “médio” em história ou para o tempo “curto”, aquele do acontecimento, não seja possível inspirar-se, por vezes, em métodos de Análise do Discurso “à antiga”. Mas, ainda nesse caso, as coisas não são tão simples. A Análise do Discurso, se ela era utilizada como método pelo historiador, teria lhe fornecido apenas ferramentas parciais. Os textos são, certamente, uma parte importante dos documentos de história, mas somente uma parte da massa do arquivo: listas e tabelas, séries estatísticas, imagens e muitas outras formas documentais; é num tal conjunto de documentos, e ligados a eles por laços que não se poderia ignorar, que a realidade do discurso se apresenta para o historiador. E disso não resulta, evidentemente, nada que não se possa expurgar ou reduzir: perceber a complexidade material da história tem o objetivo de salvaguardar a própria complexidade, a heterogeneidade, massa de materiais que o passado nos dá e que a constituem (COURTINE, 2010, p. 25).

Esta outra problemática que Courtine introduz nesta sua entrevista, e que é absolutamente importante para entender o apego e depois o declínio do conceito de formação discursiva na relação entre o domínio da ADF e a história, é a problemática do recorte do *corpus* para a pesquisa em ADF, problemática esta que inclusive Courtine já desenvolve desde sua famosa tese de 1981. Em *Análise do discurso político* (1981), Courtine até mesmo classifica os trabalhos de ADF de acordo com as unidades discursivas que eles colocam em jogo, uma ou mais formações discursivas. Este é um dado muito importante. Nesta entrevista em 2010, Courtine retorna a este tema e volta a problematizar a questão das condições de formação de um discurso como um dos pontos de reflexão essencial para os recortes de *corpora* em ADF. Novamente, o conceito de formação discursiva é elencado como uma das vias para a própria construção do *percurso* de análise pelos materiais recortados para uma pesquisa. Este gesto não se diferencia muito, como discuto até o final do capítulo, daquele empreendido por Maingueneau (2008) em sua discussão sobre as unidades tópicas e não tópicas do discurso.

Se, em 1981, Courtine (1981) já se dedicava à rearticulação do conceito de FD de Foucault e de Pêcheux para a ADF com vistas a problematizar as formas de organização dos *corpora* e dos percursos de análise, veja-se que este tema não é distinto destas novas discussões

de Courtine (2010) sobre a necessidade de tratar de materiais históricos mais densos e complexos na descrição da formação dos discursos a partir de períodos de média e longa duração.

2.2.2 *Guilhaumou e sua narrativa da transvaliação imanente*

Guilhaumou (2007) situa um quadro de insistências metodológicas que seguiu seu curso entre as décadas de 1970 e 1980 e que se encontra parcialmente no interior do desenvolvimento do domínio da ADF. O escopo do texto é o de apresentar a narrativa de uma “transvaliação imanente” da “noção-conceito de formação discursiva”, principalmente no modo como essa transvaliação atravessa os trabalhos dele próprio, Jacques Guilhaumou⁴⁴, desde suas incursões no projeto da ADF até o momento de reflexão crítica sobre a formação deste saber. Guilhaumou explica a metáfora da “transvaliação imanente”:

Transvaliação no sentido em que valores de emancipação se transmitem no interior mesmo do deslocamento da noção de formação discursiva para seu esgotamento conceitual. Imanência na medida em que o gesto constitutivo da análise de discurso, sua inscrição na materialidade da língua, se faz sempre presente (2007, p. 106).

Malgrado o uso de uma noção de emancipação, que permite um deslizamento para a hipótese de interpretações teleológicas na história (emancipar no sentido de se libertar de alguma coisa?), é interessante essa narrativa de Guilhaumou, na medida em que ela apresenta as problemáticas da análise de discurso na década de 1970 e 1980 como um entrave para a leitura do enunciado no arquivo, como vinha fazendo Foucault, sob diversas reflexões autocríticas, desde *As palavras e as coisas* (1966). Guilhaumou narra, então, alguns acontecimentos que constituem um trajeto de interpretação histórica da “noção-conceito” de formação discursiva – trajeto que ele denomina, como já afirmei, “transvaliador imanente”. Ele trata essa transvaliação segundo suas especificidades nas décadas de 1970 e 1980, período no qual a noção de formação discursiva é articulada, se desloca e se esgota conceitualmente na ADF.

Primeiramente, na década de 1970, haveria a ausência de Foucault e um deslizamento, por parte do trabalho de Régine Robin, para uma noção de “formação retórica”, após a incorporação das noções de “efeito de conjuntura” e de “estratégias discursivas”. A

⁴⁴ Guilhaumou ainda traça, nessa narrativa da “transvaliação imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva, as especificidades das relações que estabeleceu com Michel Pêcheux, Régine Robin e Denise Maldidier e das abordagens de Jean-Marie Marandin (1979) e de Jean-Jacques Courtine (1981).

transvaliação, nesse primeiro período, diz respeito à reflexão sobre a situação contraditória em que o grupo em torno de Pêcheux se encontrava. A tentativa, segundo Guilhaumou (2007, 109), era a de “utilizar todo o aparelho conceitual da teoria do discurso”, elaborada em *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975). Contudo, “toda taxionomia se chocava com a complexidade dos agenciamentos discursivos” (GUILHAUMOU, 2007, p. 109), no sentido de que os historiadores, trabalhando no domínio da análise de discurso, foram instados a tratar “de estratégias discursivas, de enfrentamento, de alianças” ao serem “confrontados, em sua prática de historiadores, com a materialidade complexa dos textos” (PÊCHEUX, 1990 apud GUILHAUMOU, 2007, p. 109).

O gradativo desuso da noção de formação discursiva, pelo menos na produção desses historiadores do discurso – Guilhaumou e Robin –, teria a ver, portanto, com os entraves entre uma teoria do discurso recém-constituída e a complexidade material dos objetos dos quais tal teoria era instada a tratar. Dito de outro modo, havia um problema com a dimensão material dos *corpora* relativamente a um domínio de saber que se constituiu uma teoria na tentativa de eclodir como ferramenta política, mas que esbarrou naquilo que, reflexivamente, veio a ser designado como “narcisismo teórico” (PÊCHEUX, 1983a).

Além do caráter transvaliador, vale lembrar que Guilhaumou (2007) especifica seu traço *imane*nte. Esse traço do processo histórico de transvaliação da noção de formação discursiva, a imanência, é muito caro à posição de Guilhaumou (2007) sobre o desaparecimento do uso da noção de formação discursiva na França por parte dos historiadores. Retomando Guilhaumou sobre o que entende como “transvaliação imanente”, ressalto que a imanência diz respeito à presença do gesto constitutivo da análise de discurso, ou seja, sua inscrição na materialidade da língua. Uma rápida incursão em um dos anexos de *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975) oferece os dados para o tratamento dessa noção de “transvaliação imanente”.

Trata-se do segundo anexo, *Algumas repercussões possíveis nas pesquisas linguísticas*, citado por Guilhaumou (2007) na medida em que este último tenta explicitar o caráter “transvaliador imanente” da “noção-conceito” de formação discursiva. Pêcheux oferece o objetivo desse seu anexo em termos de retificação da teoria do discurso que elaborou em *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975). Reproduzo, a seguir, a citação que Guilhaumou faz de Pêcheux. Restituo, contudo, o início e o fim do parágrafo, que foram ambos suprimidos na citação direta de Guilhaumou:

As várias observações que se seguem visam indicar muito esquematicamente as *questões linguísticas* nas quais nos parece desembocar o presente estudo. Dizemos *questões linguísticas*, na medida em que pensamos que seria absurdo pretender fundar uma nova “disciplina” ou uma “teoria”, mesmo que fosse a “teoria materialista do discurso”. É certo que empregamos essa formulação várias vezes, mas, como dissemos, era menos para delimitar as fronteiras de uma nova “região” científica do que para designar *alguns elementos conceituais* (principalmente o de *formação discursiva*) os quais, até que venham a ser “retificados”, podem ser utilizados pelos linguistas materialistas preocupados em trabalhar *no interior do* materialismo histórico: trata-se, no fundo, de começar a formular as condições conceituais que permitam analisar cientificamente o suporte linguístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado (PÊCHEUX, 1975, p. 264, grifos do autor).

Segundo Guilhaumou, “esse fantasma da teoria do discurso existiu somente por um período muito curto” (2007, p. 107). De fato, os dois primeiros anexos de *Les vérités de la Palice* (PÊCHEUX, 1975) foram publicados já por ocasião da primeira e única edição do livro em sua versão original francesa, de modo que a “transvaliação imanente” da qual Guilhaumou (2007) trata já teria irrompido, portanto, antes mesmo da publicação dessa elaboração de teoria do discurso realizada por Pêcheux.

Colocando em pauta a questão “pode-se ter razão *com* Foucault *contra* Foucault?” (COURTINE, 2010, p. 25, grifos do autor), isso que Guilhaumou (2007) trata como imanência – o fato de que, entre o deslocamento e o esgotamento conceitual da noção de formação discursiva entre as décadas de 1970 e 1980, o gesto que constitui o modo de analisar discursos tem como marca a inscrição necessária na materialidade da língua – é um tema que aparece, na entrevista com Courtine, na problematização da caracterização do enunciado arqueologicamente. Para Courtine (2010), o enunciado precisa deixar de ser tomado como um objeto linguístico quando da “reconstrução histórica das formações históricas” (p. 26). Para Courtine, “o enunciado como átomo de discurso e o enunciado como fragmento de texto não poderiam ser tomados um pelo outro” (p. 26), uma vez que “o discurso não é um objeto linguístico” (p. 25):

O enunciado certamente pode ser dotado de propriedades linguísticas, sintáticas, semânticas, textuais, mas isso não faz dele uma unidade do discurso. O que se destaca é uma forma indefinidamente repetível e que pode dar lugar às enunciações mais dispersas. Para isso, é preciso manifestar outras propriedades, não linguísticas, discursivas no sentido próprio da palavra, pois não se poderia confundir o discurso e o texto (2010, p. 26).

O enfrentamento de uma noção não segmental de enunciado na caracterização do discurso com vistas à descrição do arquivo é uma das questões que Courtine (2010) coloca à análise de discurso. Se a análise de discurso pretendesse se tornar um ponto de interesse para os historiadores, deveria haver, segundo Courtine, uma experimentação “consistente e sistemática” da “realidade daquilo que se chama pré-construído, interdiscurso, memória e

formação discursiva no *corpus* e nas problemáticas históricas verdadeiras” (2010, p. 24). Dessa forma, seria preciso que se questionasse “o valor heurístico desses conceitos não os colocando à prova de três ou quatro panfletos políticos, enunciados publicitários ou recortes de imprensa, mas colocando à prova materiais históricos amplos, densos, complexos” (ibidem, p. 24).

Nesse sentido, a transvaliação imanente da noção de formação discursiva, que resultaria no eclipse da noção entre os analistas de discurso a partir do início da década de 1980, colocaria em xeque justamente uma tentativa de justificar historicamente uma unidade do discurso por meio de vias “puramente” linguísticas. *Grosso modo*, não pôde haver descrição de uma FD nesse domínio que era a análise de discurso na década de 1970 (e daí todo o problema em torno da definição da noção nesse domínio) porque a concepção de discurso que balizava a elaboração da teoria do discurso de Michel Pêcheux (1975) previa uma concepção de discurso como a materialidade específica da ideologia e porque essa materialidade, nesse momento da elaboração da teoria, tinha seus limites no domínio da língua.

Por isso mesmo, Guilhaumou localiza a transvaliação que figura no início da década de 1980 como uma “transvaliação no horizonte da materialidade dos textos” (2007, p. 109). Nesse período, surgem as críticas, por parte dos historiadores do discurso, ao metadiscorso que o uso de uma noção de formação discursiva podia imprimir ao tratamento histórico do enunciado no arquivo. A propósito desse último aspecto, segundo Guilhaumou,

[...] a crítica do historiador do discurso remete, então, essencialmente, sobre o peso do metadiscorso que tende a colar o analista de discurso em uma exterioridade ideológica. Duvidosa em veicular insidiosamente esse metadiscorso, portanto, em tornar inacessível a materialidade própria dos textos, a noção de formação discursiva cai em desuso (2007, p. 111).

Nesse momento, o tema da formação discursiva “desaparece do campo de reflexão dos analistas do discurso sempre tão preocupados com a materialidade discursiva” (ibidem, p. 111). Dessa forma, “[...] uma nova operação de leitura, *a leitura de arquivos*, retornando à concepção de arquivo de Foucault, é singularmente valorizada. Ela tem a vocação de validar, problematizando-o, o trabalho do arquivo dos historiadores do discurso” (ibidem, p. 111). Essa “nova operação de leitura” tem sua transvaliação afetada, segundo Guilhaumou, pela formação, em 1982, do grupo de pesquisa *Análise de discurso e leitura de arquivo*, sob a direção de Michel Pêcheux.

Sobre a articulação entre a arqueologia de Foucault e o desenvolvimento teórico da ADF, vê-se portanto que também Guilhaumou afirmará uma presença maior de Foucault na ADF a partir da década de 1980. Se, por um lado, Courtine (2010) entende que, esta insistência,

levará a novas aproximações com as problemáticas históricas das formações discursivas, Guilhaumou (2007), por sua vez, argumentará sobre a aproximação com o conceito de arquivo. De regular entre os dois textos, há a concordância de que o conceito de FD, quando foi aplicado a questões apreendidas linguisticamente, perdeu sua dimensão histórica e ganhou um caráter taxionômico e metadiscursivo. Além disso, os dois autores concordam que tanto a articulação quanto o desuso da noção de FD na ADF tem a ver com aproximações cada vez maiores entre este domínio de saber e a teoria arqueológica de Foucault.

Se o tema das FD desaparece, de certa forma, das discussões dos analistas de discurso e o emprego da noção entre em declínio, é interessante notar como este acontecimento tem a ver justamente com o predomínio de Foucault entre as referências da ADF: é a *presença* de Foucault, que coincidentemente incide na *ausência* do conceito de FD na ADF depois de meados da década de 1980.

2.2.3 Maingueneau, unidades tópicas e não tópicas: FD, percursos e posicionamentos

Gostaria de especificar e comentar um terceiro texto nessa minha rápida tentativa de discutir a atualidade da discussão sobre o conceito de FD na França. Trata-se, dessa vez, do texto *Unidades tópicas e não tópicas*, de Dominique Maingueneau (2008). Ao contrário de Courtine e Guilhaumou, que se autodeclaram historiadores, embora reservem predicções diferentes ao modo como se inscrevem nessa posição⁴⁵, Maingueneau é, na França e no Brasil, reconhecido como um analista de discurso. Falando do interior disso que ele entende como “um domínio de pesquisa extremamente ativo no mundo inteiro” (MAINGUENEAU, 2008, p. 11), Maingueneau preserva, no acontecimento de seu texto, a retificação de Pêcheux, no Anexo II abordado ainda há pouco, segundo a qual “seria absurdo pretender fundar uma nova ‘disciplina’ ou uma ‘teoria’” (1975, p. 264) no campo do discurso. De acordo com Maingueneau,

[a análise do discurso francófona] apresenta [...] a particularidade de não se referir a um gesto fundador: para ela, não há um Durkheim ou um Saussure, mas a reavaliação de práticas de análise textual mais antigas e a convergência progressiva, nos anos 1980 e 1990, de correntes europeias e anglo-saxãs que apareceram e se desenvolveram independentemente umas das outras. Essa “convergência” não vai, no entanto, no sentido de uma homogeneização; ela significa simplesmente que existe constituição de um verdadeiro campo (2008, p. 12).

⁴⁵ De um lado, Courtine afirma praticar uma “história cultural” (2010, p. 112); de um outro lugar (portanto, diferente), Guilhaumou diz se firmar no “horizonte” de uma “história linguística dos usos conceituais” (2007, p. 113); logo, se trata de dois *historiadores*.

Num deslizamento de “domínio de pesquisa” a “verdadeiro campo”, Maingueneau não trata a análise de discurso como uma *disciplina*⁴⁶ para a qual é imposto um quadro de especificações conceituais no modo de uma teoria, tal qual a tentativa empreendida e depois criticada por Pêcheux (1975) de formulação de uma “teoria de discurso”. Por isso mesmo, Maingueneau chega à conclusão de que, em um quadro mais amplo em que se descrevam as progressivas filiações das abordagens discursivas da linguagem às correntes anglo-saxãs (como aquela em torno do Círculo de Bakhtin, por exemplo), a análise de discurso é mais que o projeto da “escola francesa de análise do discurso”⁴⁷ (2008, p. 12). Desse modo, Maingueneau desestabiliza a evidência segundo a qual a *análise de discurso francesa*⁴⁸ seria só um desdobramento do projeto levado a cabo por Pêcheux e seu grupo quando da tentativa de oferecer condições de “analisar cientificamente o suporte linguístico do funcionamento dos aparelhos ideológicos de Estado” (PÊCHEUX, 1975, p. 264).

O primeiro tema que aparece no texto de Maingueneau (2008) é o da “dupla paternidade” da noção de formação discursiva. Tratar da dupla paternidade, para Maingueneau, não diz respeito à história da origem do conceito em sua materialidade significativa; ao contrário, parece haver uma tentativa, por parte de Maingueneau, apenas de especificar dois modos atuais de se referir à noção de formação discursiva: de um lado, uma noção arqueológica que é investida pelos historiadores do discurso e que, como mostrei há pouco, é abandonada pelo menos por dois desses historiadores, Courtine (2010) e Guilhaumou (2007); e, de outro lado, uma noção que serviu, por um tempo, como “unidade de base da chamada ‘escola francesa de análise do discurso’” (MAINGUENEAU, 2008, p. 12) e que “continua ainda bastante utilizada, mas com um estatuto que não é claro” (2007, p. 11). Esses dois modos de

⁴⁶ Ao final do texto, Maingueneau volta a reescrever uma especificação para “análise de discurso”: “Estabeleci há alguns anos uma distinção entre a abordagem ‘analítica’ e a abordagem ‘integradora’ [...]; tratava-se já de um modo de evidenciar – na conjuntura da Escola francesa dos anos 1960 e 1970 – essa fissura que impede a análise do discurso de fechar-se sobre si mesma. É necessário assumi-lo: estamos lidando com uma ‘disciplina’ que estava cindida por uma fissura constitutiva” (2008, p. 25, grifo meu). Chamo a atenção do leitor, então, para o aspeamento da palavra “disciplina”. Sem que se faça necessária uma grande incursão bibliográfica sobre o “aspeamento”, posso afirmar, citando Benites, que “aspear uma palavra é, simultaneamente, mencioná-la e fazer um comentário implícito, emitir um julgamento sobre o que ela representa e sobre a fonte que utiliza, seja como nota de ironia, discordância, seja de respeito, fidelidade, seja mesmo de desconfiança ou descomprometimento” (2002, p. 61). Interpreto que, em Maingueneau (2008), estas aspas em torno da palavra “disciplina” traduzem, pelo menos, uma “nota de desconfiança” relativamente ao que ele interpreta sobre o uso desta palavra na reescrita de “análise de discurso”.

⁴⁷ Maingueneau acrescenta ao texto uma nota de rodapé em que afirma haver uma “escola francesa de análise do discurso, em sentido estrito” que ele opõe ao que chama “tendências francesas de análise de discurso”. A primeira “ancora sua inspiração no marxismo althusseriano, na psicanálise laciana e na linguística estrutural” (2008, p. 12); já as “tendências” “convocam pressupostos teóricos muito diferentes” (ibidem, p. 12).

⁴⁸ Em uma publicação mais recente, no livro *Discurso e análise do discurso* (2015), Maingueneau opta por tratar, de um modo mais geral, de *estudos do discurso* para, então, procurar denotar alguns contornos destas instáveis práticas de análise de discurso que positivaram o domínio da ADF.

especificação da noção ainda estão relacionados às grandes diferenças entre os *corpora* de referência tratados por Foucault e por Pêcheux; conforme lembra Maingueneau: “Foucault busca seus exemplos na história das ciências; Pêcheux, na luta política [...]. O valor de ‘formação discursiva’ é então consideravelmente afetado” (2008, p. 14).

Ainda tratando da dupla paternidade da noção de formação discursiva, essa dupla referência da noção a quadros conceituais e a tipos específicos de *corpus*, Maingueneau (2008) discorre sobre as ambiguidades das formulações de Foucault e de Pêcheux a propósito da definição de “formação discursiva”. Disso decorre a análise de que, em Foucault, a noção obedece “a duas injunções contraditórias” (“definir o sistema e desfazer toda unidade”) (2008, p. 13) e de que, em Pêcheux, há “uma formulação muito mais clara” (2008, p. 13), muito embora esta formulação sofra a carência de uma questão mal resolvida sobre a relação entre posição (no espaço da luta de classes), posicionamento (no interior de um campo discursivo) e gênero de discurso (a partir de um suporte textual específico).

Na sequência do texto, Maingueneau (2008) trata de bem elucidar o emprego confuso da noção de formação discursiva; cita, primeiramente, um trabalho de Jean-Michel Adam, chamando a atenção para uma variação não justificada entre “formação discursiva” e “formação sociodiscursiva”; depois um trabalho de Annie Kuyumcuyan, em que se lança mão do termo “‘formação discursiva’ sem dúvida porque ele é vago e porque permite evitar noções mais bem especificadas, mas inadequadas [...], como ‘gênero’ ou ‘tipo de discurso’” (ibidem, p. 16). Esses dois exemplos levam Maingueneau à proposição da tarefa segundo a qual a noção de formação discursiva deveria ser especificada relativamente às noções de gênero, posição, posicionamento, tipos de discurso etc., ou seja, relativamente ao “conjunto de termos que designam as categorias sobre os quais a análise do discurso trabalha” (2008, p. 16). Na tentativa de responder a essa questão mal resolvida e de especificar o emprego da noção de formação discursiva no quadro seu contemporâneo de problemas de análise de discurso na França, Maingueneau propõe, então, uma distinção entre “dois grandes tipos de unidades: as unidades tópicas e as unidades não-tópicas” (2008, p. 16).

A partir da organização que Maingueneau (2008) faz, as unidades tópicas correspondem aos modos de organização do discurso que levam em conta os aspectos ligados ao funcionamento das práticas verbais. É o caso das unidades territoriais (gêneros de discurso e tipos de discurso) e das unidades transversas (registros linguísticos, funcionais e

comunicacionais)⁴⁹. Na discussão sobre as unidades territoriais, Maingueneau (2008) estabelece uma diferenciação entre tipos e gêneros de discurso – no sentido de que o tipo é um agrupamento de gêneros –, mas também problematiza as duas lógicas distintas às quais o tipo como agrupamento de gêneros responde: àquela segundo a qual os gêneros do mesmo tipo pertencem a um mesmo aparelho institucional (por exemplo, o “discurso hospitalar”) e uma segunda lógica que indica a dependência dos gêneros a uma mesma posição (o “discurso comunista”). Disso, Maingueneau conclui que, se no caso do “discurso hospitalar”, há uma “lógica de funcionamento do aparelho”, no caso do “discurso comunista” ou do “discurso do partido x” há uma ótica de luta ideológica na qual os gêneros se agrupam “em dois níveis: o nível do posicionamento e o do campo ao qual esse posicionamento concerne” (2008, p. 17).

Esse modo de justificar o agrupamento de gêneros de discurso em relação a “um território simbólico” “em uma ótica de luta ideológica” (2008, p. 17) firma filiações interessantes entre a atualidade da análise de discurso que Maingueneau pratica e a prática de análise de discursos políticos pretendida por Pêcheux (1975) em sua teoria do discurso. A teoria de Pêcheux é a que rearticulada por Maingueneau de modo que este último reconheça que Pêcheux tratava dos posicionamentos: os posicionamentos coincidem com as formações discursivas da teoria do discurso de Pêcheux (1975). Maingueneau (2008) especifica a problemática do posicionamento (como delimitação de um território simbólico) na sua relação com *os gêneros de discurso* (questão incontornável, embora sob modos diversificados, para as linguísticas, as linguísticas aplicadas e algumas análises de discurso): esses tais “dispositivos sócio-históricos de comunicação” (2008) que são os gêneros discursivos podem ser organizados segundo algum tipo de luta ideológica entre posicionamentos na delimitação de um território simbólico. Mais interessante ainda é o exemplo ser coincidentemente o do campo político.

⁴⁹ Muito recentemente, Maingueneau (2015) oferece, a respeito desta distinção entre unidades tópicas e não tópicas dos discursos, uma discussão bem mais especificada e também ampliada em seu livro *Discurso e análise do discurso*. A partir dessas novas articulações teóricas, Maingueneau entende que as unidades tópicas estão *mais* ligadas a um primeiro nível entre níveis complementares de categorização dos discursos: “Os analistas do discurso, por sua vez, têm de lidar com três níveis complementares de categorização. É-lhes necessário, em primeiro lugar, refletir sobre o sentido e os efeitos das categorizações efetuadas pelos diversos tipos de usuários. Eles também devem, para determinado domínio da vida social (as mídias, a educação, a política...), repertoriar e classificar as atividades discursivas, apoiando-se em critérios que pretendem rigorosos. Por fim, devem categorizar os tipos de unidades com as quais eles próprios trabalham, unidades construídas em função das restrições e dos objetivos da pesquisa sobre o discurso” (MAINGUENEAU, 2015, p. 65). Veja-se, de qualquer forma, que as formações discursivas ainda serão consideradas por Maingueneau como unidades primordialmente não tópicas, já que são construídas em função dos recortes e objetivos de uma pesquisa em AD. Em função do objetivo geral de meu texto e de meu recorte – ao pretender atualizar algumas abordagens sobre o conceito de FD que, publicadas no Brasil mais ou menos na mesma conjuntura, permitem averiguar os novos debates sobre esta *noção-conceito* – não tratarei de comentar aqui todas as novidades da atualidade do livro de Dominique Maingueneau (2015).

Diferenciando, desde já, a posição do Maingueneau (2008) analista de discurso daquelas, específicas em suas regularidades, dos historiadores Courtine (2010) e Guilhaumou (2007), convém comentar um pouco mais esse traço da especificidade do texto de Maingueneau. Antes, vale lembrar que os percursos reflexivos de Courtine (2010) e Guilhaumou (2007) sobre a noção de formação discursiva narram, como mostrei, uma crise da análise de discurso na relação com seu objeto, *o discurso*. Courtine insiste na herança de Foucault, reiterando sobremaneira que o enunciado não é um objeto somente linguístico; Guilhaumou autorreflete sobre a transvaliação imanente da noção de formação discursiva em seu trabalho e conclui que houve uma “evolução”, já que ele pôde chegar a um “procedimento de descoberta da historicidade mesma dos enunciados de arquivo sobre a base da noção do trajeto temático que abre um leque interpretativo na configuração dos recursos⁵⁰ vindos da materialidade própria dos enunciados” (2007, p. 113).

Passo à definição para as unidades não tópicas. Ao contrário das unidades tópicas, a abordagem de estudo e delimitação de unidades não tópicas não pode ser justificada por meio do recurso à organização de gêneros de discurso e de registros em suas diversas relações com campos e posicionamentos. Segundo Maingueneau,

as unidades não-tópicas são construídas pelos pesquisadores independentemente de fronteiras preestabelecidas (o que as distingue das unidades “territoriais”). Por outro lado, elas agrupam enunciados profundamente inscritos na história (o que as distingue das unidades “transversas”) (ibidem, p. 18).

As unidades não tópicas, para Maingueneau (ibidem), podem ser tratadas pelos pesquisadores sob duas vias: a de constituição de formações discursivas e a de investimento na descrição de percursos.

As formações discursivas são unidades que “não podem ser delimitadas por outras fronteiras senão aquelas estabelecidas pelo pesquisador; *e elas devem ser historicamente especificadas*” (2008, p. 18, grifo meu). Logo, “os *corpora* as quais elas correspondem podem conter um conjunto aberto de tipos e de gêneros do discurso, de campos e de aparelhos, de registros” (2008, p. 18). Dito de outro modo, a unidade que permite descrever uma formação discursiva não pode ser simplesmente *reconhecida* (no sentido de que a unidade está no *corpus*), mas, ao contrário, deve ser *especificada* historicamente (de modo que o analista especifique a incursão histórica que permitiu colocar os enunciados em relação). Portanto, a unidade passa a

⁵⁰ Guilhaumou (2007) não especifica, neste texto, o que são tais “recursos”.

ser um efeito de leitura dos enunciados no arquivo: a unidade não está ontologicamente no *corpus*, ela é antes constituída no modo como se problematiza o *corpus*.

O tema de “*construir* uma formação discursiva *em relação* ao tratamento das especificidades dos *corpora* na descrição de uma unidade historicamente justificável” reaparece em Maingueneau (2008). Tal tema, sob particularidades bastante diversas, pode também ser confirmado tanto no Courtine de 1981, em sua discussão sobre a relação inalienável entre descrever uma formação discursiva e constituir um *corpus*, quanto, mais recentemente, no Courtine de 2010 e sua insistência em que uma formação discursiva deve, em primeira instância, ser uma construção descritiva relativamente a um *corpus*⁵¹.

Um segundo modo não tópico de descrever unidades de discurso a partir de suas especificações históricas diz respeito a esta prática de constituição de “rede de unidades de diversas ordens (lexicais, proposicionais, fragmentos de textos) extraídas do interdiscurso, sem procurar construir espaços de coerências, constituir totalidades” (MAINGUENEAU, 2008, p. 23). Trata-se, para Maingueneau, da desestruturação das unidades instituídas, definindo “percursos não esperados” (2008, p. 23). Portanto, a construção de unidades não tópicas está relacionada a certa peculiaridade de organização de *corpora* que pode se dar de dois modos: por meio da especificação histórica de *formações discursivas* e por meio do recurso a *percursos interpretativos*. Tendo em vista que não são “estabilizadas por fronteiras pré-formatadas”, estas últimas unidades, as não tópicas, são as que, segundo Maingueneau, “despertam mais facilmente alguma suspeita” (2008, p. 24).

Na sequência do texto, Maingueneau (2008) não deixa de enfatizar que a diferença entre unidades tópicas e não tópicas não significa regimes distintos e apartados para a organização dos discursos:

É impossível fazer a síntese entre uma abordagem que se apoia sobre fronteiras e uma que se nutre dos limites pelos quais a primeira se institui. Entre as duas, há uma assimetria irredutível. Os partidários das fronteiras têm bons argumentos para sublinhar os riscos ligados ao uso das unidades não-tópicas; por outro lado, os partidários das unidades não tópicas podem também com facilidade mostrar que uma infinidade de relações interdiscursivas atravessa as unidades mais tópicas (2008, p. 25-6).

Portanto, lidar com essa diferença entre unidades tópicas e não tópicas seria um modo de encarar a “fissura constitutiva da análise do discurso” – “fissura que impede a análise

⁵¹ De acordo com Courtine, “uma formação discursiva não se encontra de maneira alguma em estado natural na superfície dos textos”, dado que “sua configuração de conjunto, a duração de seu desdobramento no tempo, as unidades que a compõem e que correspondem a tantos traços que ela deixa ao longo dos textos e das imagens, tudo isso deve ser construído” (2010, p. 27).

do discurso de fechar-se sobre si mesma” (2008, p. 25). A posição de Maingueneau é a de que “o sentido é fronteira e subversão da fronteira, negociação entre pontos de estabilização da fala e forças que excedem toda localidade” (2008, p. 26).

Como comentei anteriormente em nota, recentemente, no livro *Discurso e análise do discurso*, Dominique Maingueneau amplia e melhor especifica boa parte dessas categorias. Veja-se, por exemplo, seus novos desdobramentos para a noção de *percurso*, que vem se tornando bastante empregada na análise de discurso em geral:

As formações discursivas têm por função integrar textos de diversos gêneros em conjuntos mais vastos, reunidos em torno de um foco, às vezes, de vários. As unidades não tópicas não estão todas submetidas a essa restrição. É o caso do que chamamos de percursos, que reúnem materiais heterogêneos em torno de um significante de dimensão variável (unidades lexicais, grupos de palavras, frases, fragmentos de textos, quando não textos), não para constituir um conjunto unificado por uma temática, mas para analisar uma circulação, para dar a medida de uma dispersão. Não se trata de procurar o “verdadeiro” sentido de certa expressão, mas, antes de tudo, de explorar uma disseminação. Este tipo de pesquisa é hoje consideravelmente facilitado pelos recursos oferecidos pelos aplicativos de análise do discurso assistida por computador, que permitem explorar corpora vastos (MAINGUENEAU, 2015, p. 95).

Esta noção de *percurso*, que já está traduzida para o português desde 2007, foi de uma importância absolutamente relevante – e isto pode ser demonstrado pelas inúmeras vezes em que a empreguei – para a realização desta minha pesquisa sobre a *circulação* da noção de formação discursiva de Foucault na ADF e sobre as primeiras aproximações entre a teoria de Michel Pêcheux e a teoria de Michel Foucault. Trata-se de um percurso na medida em que o efeito de unidade que eu pude demonstrar a partir da circulação da noção de FD foi uma unidade não tópica constituída a partir de textos e enunciados dispersos. O que poderia ser, este trajeto não linear sobre este conceito, o de FD, que despertou interesses também tão ambíguos entre a prática teórica e a prática política, além de *um percurso*? Um percurso pode parecer, à primeira vista, um gesto bastante irresponsável e indomável de medir *as circulações* de uma palavra, de um conceito ou de uma pequena frase; portanto, por ser indomável (e talvez irresponsável, às vezes...), esteja mais sujeito a demonstrar *descontinuidades*, no plural. Deste ponto de vista, é muito positivo.

Se pude, durante este percurso, de algum modo, demonstrar a formação de um discurso, ou fazer reconhecer *uma formação discursiva*, tratou-se muito mais de uma unidade não tópica constituída a partir de *um percurso* dentre *circulações dispersas*: não se tratou nem da formação discursiva de Pêcheux; nem da formação discursiva de Foucault.

3 AS FORMAÇÕES DISCURSIVAS E AS PRÁTICAS (NÃO!) DISCURSIVAS: PROBLEMATIZAÇÕES, DE FOUCAULT PARA A ANÁLISE DE DISCURSO

E eis que, com o único fim de estabelecê-las, comecei a trabalhar toda uma série de noções (formações discursivas, positividade, arquivo), defini um domínio (os enunciados, o campo enunciativo, as práticas discursivas), tentei fazer com que surgisse a especificidade de um método que não seria nem formalizador, nem interpretativo; em suma, apelei para todo um aparelho, cujo peso e, sem dúvida, bizarra maquinaria são embaraçosos, pois já existem vários métodos capazes de descrever e analisar a linguagem, para que não seja presunção querer acrescentar-lhes outro
(Michel Foucault. *A arqueologia do saber*. 1969. p. 153)

Michel Foucault é atualmente reconhecido, tanto no contexto acadêmico francês quanto brasileiro, como um autor incontornável para as pesquisas em geral em Análise de Discurso Francesa. Apesar de Foucault ser um autor que suscita debates em vários campos de conhecimento, ele é bastante célebre na dimensão de sua contribuição para os estudos do discurso. É importante notar que ele suscita tais debates nos estudos de discurso em geral – em filosofia, história, estudos de gênero, estudos da linguagem, educação etc. Portanto, seria bastante raso querer historiar a entrada e a importância das pesquisas de Foucault para a ADF apenas rastreando a rearticulação e a importância de uma meia dúzia de conceitos: discurso, formação discursiva, prática discursiva, enunciado, domínio de memória, acontecimento etc.

O percurso que realizei sobre a rearticulação do conceito de formação discursiva de Foucault para a ADF teve muito menos o objetivo de mostrar a *recepção* de Foucault neste domínio a partir da presença material do conceito que o de rastrear os contornos de uma problemática sobre o conceito de discurso, que inclusive era enfrentada por Michel Pêcheux e pelo próprio Michel Foucault. É importante ressaltar que seria até *anti-foucaultiano* proceder a partir de tal gesto descritivo e inscrever a regularidade de um discurso sob a falsa unidade de um conceito (o de FD) ou do objeto do discurso que se imagina poder delimitar (o discurso). Uma prática discursiva, desde a teoria arqueológica (FOUCAULT, 1969a), vem definida como um “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa” (FOUCAULT,

1969a, p. 133). As regras de formação de um discurso, se o caso é tratar de suas descontinuidades e contradições, não podem ser descritas fora de um domínio de relações *inter*, *intra* e *extradiscursivas* (FOUCAULT, 1968a) a partir do qual tanto os objetos quanto os conceitos são postos em relação entre si e se multiplicam sob as experiências que os colocam em circulação – o que ao mesmo tempo não funciona, este conjunto de experiências, fora de um conjunto de regras: regras internas e externas de rarefação dos enunciados na formação de um discurso (FOUCAULT, 1970). Do ponto de vista arqueológico, é muito mais fértil, então, multiplicar os conceitos e tornar problemática a unidade dos objetos do discurso que estes colocam em relação.

Do mesmo modo, as práticas discursivas não são regidas por um sujeito. Há de se reconhecer e descrever a formação das modalidades enunciativas e, portanto, a regularidade na dispersão das práticas que definem as posições para os sujeitos nos discursos e suas múltiplas relações, também descontínuas e contraditórias. Logo, tanto seria ilusório avaliar a relação entre Pêcheux e Foucault e a circulação de um conceito em termos de pertencimento a um grupo (“o grupo de Pêcheux”, “o grupo de Althusser”, “o grupo de Dubois”) quanto também o seria se a título de preferência teórica (“na esteira do materialismo”, “combatendo a análise de conteúdo”, “rompendo com Saussure”). Pode ser detectado no primeiro capítulo que procedi dessa forma inúmeras vezes, mas também tomei o cuidado de advertir o leitor sobre a fragilidade dessas unidades. Além disso, fiz um percurso pela entrada do conceito de formação discursiva tratando de especificar a descontinuidade das rearticulações teóricas (junto com outros conceitos, arqueológicos ou não) e sua diversidade. De certa forma, foram unidades às quais me apeguei durante a argumentação a fim de *entrar no mar somente até a água alcançar as canelas*; depois disso, *já havia medo de me afogar* na dispersão dos enunciados. Na construção deste percurso sobre a articulação entre o conceito de FD e a ADF, me firmei, *para que as ondas não me levassem*, em uma unidade ainda mais evidente: a cronologia dos textos, ou os anos de publicação, para ser mais específico. Apenas pude, com isso, mostrar um trajeto de correlações diferentes, também regulares e rarefeitas, entre a abordagem arqueológica de Foucault e a formação do discurso da ADF.

Agarrar-se a estas unidades (“Foucault”, “Pêcheux”, “grupo de Pêcheux”, “o conceito de FD”) também incide, portanto, na necessidade de relacionar a prática discursiva a um domínio institucionalizado e organizado e de definir, a partir dele (o nome de um autor, que o seja), os limites da unidade de um discurso quando de sua formação.

É extremamente importante ressaltar e admitir que a concepção de história que Foucault assume e faz proliferar em *A arqueologia do Saber* não permite este tipo de aproximação aos discursos e à dispersão das práticas que os regulam, pois Foucault (1968b), como já adiantei, sublinha que sempre pretendeu dar conta *das descontinuidades*, no plural. Tais descontinuidades permitem colocar em dúvida as disciplinas, os autores, os textos, os conceitos etc. como centros organizadores das unidades dos discursos:

E, assim, o grande problema que se vai colocar – que se coloca – a tais análises históricas não é mais saber por que caminhos as continuidades se puderam estabelecer; de que maneira um único e mesmo projeto pôde-se manter e constituir, para tantos espíritos diferentes e sucessivos, um horizonte único; que modo de ação e que suporte implica o jogo das transmissões, das retomadas, dos esquecimentos e das repetições; como a origem pode estender seu reinado bem além de si própria e atingir aquele desfecho que jamais se deu - o problema não é mais a tradição e o rastro, mas o recorte e o limite; não é mais o fundamento que se perpetua, e sim as transformações que valem como fundação e renovação dos fundamentos. Vê-se, então, o espriamento de todo um campo de questões – algumas já familiares – pelas quais essa nova forma de história tenta elaborar sua própria teoria: como especificar os diferentes conceitos que permitem avaliar a descontinuidade (limiar, ruptura, corte, mutação, transformação)? Através de que critérios isolar as unidades com que nos relacionamos: O que é *uma* ciência? O que é *uma* obra? O que é *uma* teoria? O que é *um* conceito? O que é *um* texto? Como diversificar os níveis em que podemos colocar-nos, cada um deles compreendendo suas escansões e sua forma de análise? Qual é o nível legítimo da formalização? Qual é o da interpretação? Qual é o da análise estrutural? Qual é o das determinações de causalidade? (FOUCAULT, 1969a, p. 06)

Tal trecho de *A arqueologia* pode, por si só, colocar muitas dúvidas sobre o percurso que realizei, no primeiro capítulo, a respeito *da entrada do conceito de FD de Foucault na ADF*. Talvez eu tenha dado, assumo, muito destaque ao conceito (o conceito de FD), à disciplina (a ADF) ou ao autor (Pêcheux *ou* Foucault) e ressuscitado deles as unidades que ali estariam depositadas pela *História*. Sabendo, de antemão, que a abordagem arqueológica de Foucault me colocaria estas dúvidas e limites de descrição, tentei tomar o cuidado de, na argumentação, descrever estas relações entre Foucault e a ADF a partir de sua diversidade e pluralidade. Não sei ao certo se dei conta de, com isso, demonstrar alguma descontinuidade, tal qual estas – no plural – que Foucault afirma percorrer em suas pesquisas.

Em primeiro lugar, não recortei um período de longa duração e não pude descrever uma economia da constelação discursiva⁵² (FOUCAULT, 1969a, p. 74) a partir ainda de sua relação com um domínio de memória ou com a função que os discursos exercem para as práticas

⁵² Tratei anteriormente deste conceito de economia da constelação discursiva em minha dissertação de mestrado: “Esse ponto tem a ver com a relação entre certas práticas discursivas e um domínio maior de regras de formação que determinam seu funcionamento, podendo servir como modelo concreto num nível de abstração mais elevado ou um sistema formal que indica bases de aplicação para outros discursos” (VOSS, 2011a, p. 49).

não discursivas (p. 75). Logo, parece inviável poder endossar firmemente a hipótese da descrição de uma formação discursiva (FOUCAULT, 1969a, p. 43) durante este pequeno percurso que realizei.

Contudo, longe de querer avaliar, tão de perto ainda, esta aproximação que fiz sobre a articulação entre o conceito de FD, a abordagem arqueológica de Foucault e as teorias da ADF, também já realizada por Gregolin (2004), gostaria, a partir deste segundo capítulo, de comentar um pouco mais as especificidades dos temas arqueológicos na tentativa de discutir outro ponto de interesse que eles podem suscitar para a AD em geral: a possibilidade de refletir sobre a epistemologia das ciências da linguagem e, portanto, também sobre o conceito de discurso e sobre as problematizações que o inscreveram como objeto de preocupação (múltiplo e descontínuo) para os linguistas (ou para pesquisadores das ciências humanas em geral).

Se, durante o segundo capítulo, estive bastante apegado a estas unidades que Foucault (1968a, 1969a, 1969b, 1970) coloca em xeque e critica, nesta minha segunda argumentação, minha angústia tende a triplicar em relação a este ponto crítico da teoria arqueológica sobre a desconstrução das unidades mais evidentes de discurso: autor, obra, tradição, influência, disciplina, etc. E isso acontece porque, novamente, tomarei Foucault como um paradoxo na formação desse discurso: ao mesmo tempo que me aproximo de Foucault e de suas reflexões para corroborar uma discussão sobre *a positividade do discurso* da e na ADF, também fica manifesto o modo como Foucault insiste como esta unidade que eu mesmo admito e habito em meu texto: *um* autor, *uma* teoria arqueológica, *um* conceito de FD. Ora, não foi o mesmo gesto unificador e homogeneizante para Pêcheux: *um* autor (ou *um* grupo...), *uma* teoria do discurso e *um* conceito de FD?

Nesse sentido, este capítulo tem como ponto de partida a especificação para conceitos particulares de *A arqueologia do saber*: discurso, saberes, formação discursiva, positivities, arquivo etc. Este *novo percurso* visa dar relevo às problemáticas que Foucault procurava sublinhar com a discussão sobre a arqueologia dos saberes e, ao mesmo tempo, também visa explorar um breve trajeto de transformações na teoria arqueológica a partir de autocríticas de Foucault entre 1968 e 1971. Já o ponto de chegada do capítulo me leva a retomar *As palavras e as coisas*, de 1966, a fim de, aproveitando sua discussão específica sobre o *a priori* histórico da formação dos discursos das ciências humanas a partir da positividade da linguagem, poder discutir qual a relação entre as modalidades enunciativas que lá Foucault explora e estes contornos específicos que o conceito de discurso ganha via seu desenvolvimento pela ADF e as aproximações com a própria teoria arqueológica de Foucault.

Neste terceiro capítulo, procuro refletir, portanto, sobre o modo como os conceitos e as abordagens de Foucault também puderam problematizar os limites das condições de realidade para os enunciados destacados pela positividade da ADF e do conceito de discurso. Logo, ainda que eu parta de um novo percurso sobre algumas transformações e autocríticas na abordagem de Foucault relativamente a sua teoria sobre o discurso, também não posso negligenciar a própria reflexão de Foucault sobre as condições de possibilidade de alguns saberes sobre a linguagem que aparecem na modernidade. Para tanto, ao final do capítulo, dou destaque a alguns pontos de *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966), mais particularmente à discussão sobre a relação entre as condições sob as quais *o homem* pode ter sido tornado objeto de saber e os discursos sobre a linguagem.

3.1 Os limites do discurso em Foucault: práticas não discursivas?

No segundo capítulo, a fim de mostrar um trajeto de entrada e rearticulação de conceitos de Michel Foucault na ADF – com atenção especial ao conceito de formação discursiva, aquele que mais suscitou polêmicas e debates em certas vertentes da AD que se propõem desenvolver a teoria e análise de discursos tendo como referenciais teóricos Pêcheux e Foucault –, dei destaque ao fato de que a entrada do conceito de formação discursiva na ADF se deveu inicialmente, e também principalmente, ao trabalho teórico de Michel Pêcheux já a partir de 1970 (cf. CULIOLI et al., 1970; HAROCHE et al., 1971); mas que esta rearticulação do conceito estava bastante embasada na extensa e detalhada crítica de Dominique Lecourt a *A arqueologia do saber: Sur l'archéologie du savoir (à propos de Michel Foucault)* (LECOURT, 1970).

A crítica de Lecourt estava principalmente centrada em destacar aquilo que poderia ser aproveitado, a partir de todos os méritos da proposta arqueológica, para refletir, sobre o terreno do materialismo histórico, sobre as relações entre as formações que Foucault chama de discursivas e as formações ideológicas. Lecourt focaliza a distinção entre práticas discursivas e não discursivas e as confronta com a diferença que Althusser traçou entre ideologias práticas e teóricas e conclui que os limites impostos pelo quadro conceitual da *Arqueologia* fazem com que ela permaneça “uma ideologia teórica” (1970, p. 66).

Nesta primeira parte do Capítulo 03, faço um trajeto pela elaboração teórica de *A arqueologia do saber* (1969a) em relação a outros textos de Foucault que tanto a precedem

quanto posteriormente a comentam e desenvolvem. A partir destes comentários, procuro dar destaque à diferença entre práticas discursivas e práticas não discursivas a fim de enfatizar especificidades destes conceitos que, inclusive na esteira da argumentação de Lecourt (1970) mas também de Possenti (2009), garantem contornos específicos para outros conceitos da *Arqueologia*, como os de saberes, acontecimento discursivo e formação discursiva.

3.1.1 Os saberes, as positivities e as formações discursivas

Roberto Machado (2009) afirma que, nas arqueologias dos saberes, o gesto de descrição de *formações exclusivamente discursivas* somente foi totalmente inscrito nas pesquisas de Foucault a partir de *As palavras e as coisas* (1966). Ainda assim, o próprio Foucault admite (1969a) que suas pesquisas anteriores (1961, 1963) haviam também podido descrever a formação de discursos: discursos em torno da loucura, discursos em torno da clínica. Nas palavras de Machado (2009), contudo, trata-se antes de uma *arqueologia da percepção* (FOUCAULT, 1961) seguida de uma *arqueologia do olhar* (FOUCAULT, 1963). A diferença de *As palavras e as coisas* é a especificação e recorte de práticas exclusivamente discursivas, por isso a insistência ulterior (1969a) em descrever formações *discursivas* para tratar da regularidade dos saberes no desempenho da função enunciativa. Machado afirma que a sistematização destes conceitos em *A arqueologia dos saberes* (1969a) incide mais propriamente na novidade do conceito de saber, que desempenha um papel central nesta diferenciação entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Gostaria de, neste item, dar relevo a esta diferença com vistas a também problematizar, para a análise de discurso, conceitos de Foucault como os de discursos, formação discursiva e acontecimento discursivo.

Roberto Machado (2009), como comentei, concorda que a publicação de *As palavras e as coisas* (FOUCAULT, 1966) é marcada justamente pela assunção deste novo objeto: os saberes. O saber como objeto da arqueologia e regime privilegiado de produção de enunciados é tomado por Foucault para descrever e analisar as diversas formas de conhecimento e o modo como elas são reguladas por práticas descontínuas, porém específicas e rarefeitas, conduzidas pelos acontecimentos discursivos no liame da série enunciativa e a partir do sistema de positividade em que tais práticas se inscrevem.

A diferença que Foucault marca, a partir de *As palavras e as coisas* (1966), incide em recortar este regime específico de funcionamento dos discursos que não está diretamente implicado com o conceito de ciência, ou seja, este que recorta o regime dos saberes: os discursos

que não requerem se firmar em sistemas de positividade formais ou matematizáveis para produzir sistemas de veridicção. Segundo Machado (2009, p. 112), a arqueologia de Foucault tem o mérito de neutralizar a questão da cientificidade que um saber pode ou não garantir a si caso sua inscrição enunciativa lhe garanta tal grau de formalização entre os saberes institucionalizados.

Possenti (2009) chama a atenção, vale notar, para “leituras discutíveis de conceitos” (p. 169) de Foucault, Pêcheux e Bakhtin e, então, discute particularmente dois conceitos de Foucault – os de saber e de verdade – a fim de defender a tese de que “não se pode atribuir a Foucault uma leitura por demais estendida, fazê-lo dizer o que não disse, o que é coisa diferente de fazer um conceito render em domínios nos quais um autor originalmente não imaginou que pudesse ser produtivo” (p. 170). Ao especificar, em sua argumentação, o estatuto do conceito de saber de Foucault, Possenti ainda adverte que o conceito se refere justamente àquilo que Foucault particulariza como certas *práticas*: “Foucault estipula que o saber é correlato de práticas, é verdade, mas isso não basta. Para ele, é preciso que se trate de certas práticas, não de quaisquer práticas” (POSSENTI, 2009, p. 170). Na sequência, Possenti insiste na relação que Foucault deixa explícita entre os saberes e as ciências, lembrando inclusive que um saber não é, no entanto, um estágio ou uma fase pré-científica: “nem todos os saberes se tornam ciências, segundo Foucault. Isso é claro. Mas também é claro que os discursos que não sejam produzidos de forma organizada à moda dos das ciências não são saberes, para Foucault” (p. 170).

Os saberes, dessa forma, não devem ser especificados, a partir da arqueologia de Foucault, como um conjunto de quaisquer práticas: os saberes têm a ver com práticas discursivas; e essa afirmação incide também sobre o conceito de discurso de Foucault. Como já discuti em 2.1.3, a teoria do discurso de Foucault e seu conceito de formação discursiva entram no domínio de temas e teorias da formação do discurso da ADF entre 1970 e 1980 porque ambos implicaram questões e problematizações sérias para o conceito de discurso materialista que o grupo de Pêcheux desenvolve a partir do final da década de 1960. Essas questões haviam sido primeiramente levantadas por Dominique Lecourt (1970) na medida em que este destacava o marxismo paralelo praticado pelos embaixadores da “teoria materialista do discurso” “desenvolvida” por Foucault e, então, focalizava o conceito de formação discursiva e a distinção entre práticas discursivas e práticas não discursivas como o centro condensador deste embaraço.

Nesse sentido, não é pouco relevante destacar da mesma forma as relações que o conceito de saber, objeto da arqueologia dos saberes de Foucault (1966), mantêm com estes de formação discursiva e de práticas discursivas, mas também com aquele de *positividades* – este último também elencado por Possenti (2009) para a especificação dos conceitos de saber e verdade na *Arqueologia* de Foucault. Reitero um trecho mais alargado da citação que Possenti oferece, a partir da *Arqueologia*, a fim de destacar as imbricações entre saberes, positividades, práticas discursivas e o desempenho da função enunciativa:

A esse conjunto de elementos, formados de maneira regular por uma prática discursiva e indispensáveis à constituição de uma ciência, apesar de não se destinarem necessariamente a lhe dar lugar, pode-se chamar *saber*. Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico[...]; um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso[...]; um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam [...]; finalmente, um saber se define por possibilidades de utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (assim, o saber da economia política, na época clássica, não é a tese das diferentes teses sustentadas, mas o conjunto de seus pontos de articulação com outros discursos ou outras práticas que não são discursivas). Há saberes que são independentes das ciências (que não são nem seu esboço histórico, nem o avesso vivido); mas não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma (FOUCAULT, 1969a, p. 204).

Os saberes são, portanto especificados, a partir da descrição da função enunciativa e da restrição que faz as práticas discursivas incidirem na delimitação de uma *positividade*. Nesse sentido, Foucault somente *analisa discursos*, do ponto de vista de sua teoria e descrição arqueológica, na medida em que se trate de especificar o modo como os discursos são formados, a partir de um conjunto de práticas, no domínio de circulação dos saberes e na demarcação de uma positividade. O fato de a arqueologia de Foucault, pelo menos este terceiro ponto de sua trajetória em *As palavras e as coisas*, inscrever e delimitar os saberes como um objeto distinto para a descrição arqueológica; este fato incide drasticamente, portanto, na definição para os conceitos de discurso, formação discursiva, prática discursiva e acontecimento discurso, já que, excetuando-se o próprio conceito de discurso que se torna a própria predicação (*discursiva*), todos os outros três estão predicados por esta delimitação de uma *instância* ou *domínio discursivos*. Vale lembrar, finalmente, que o acesso a esta delimitação é realizado pela descrição do desempenho da função enunciativa:

Ora, o que se descreveu sob o nome formação discursiva constitui, em sentido estrito, grupos de enunciados, isto é, conjuntos de *performances* verbais que não estão ligadas entre si, no nível das *frases*, por laços gramaticais (sintáticos ou semânticos); que não

estão ligados entre si, no nível das *proposições*, por laços lógicos (de coerência formal ou encadeamentos conceituais); que tampouco estão ligados, no nível das *formulações*, por laços psicológicos (seja a identidade das formas de consciência, a constância das mentalidades, ou a repetição de um projeto); mas que estão ligados no nível dos *enunciados*. Isso supõe que se possa definir o regime geral a que obedecem seus objetos, a forma de dispersão que reparte regularmente aquilo de que falam, o sistema de seus referenciais; que se defina o regime geral ao qual obedecem os diferentes modos de enunciação, a distribuição possível das posições subjetivas e o sistema que os define e os prescreve; que se defina o regime comum a todos os seus domínios associados, as formas de sucessão, de simultaneidade, de repetição de que todos são suscetíveis, e o sistema que liga, entre si, todos esses campos de coexistência; que se possa, enfim, definir o regime geral a que está submetido o *status* desses enunciados, a maneira pela qual são institucionalizados, recebidos, empregados, reutilizados, combinados entre si, o modo segundo o qual se tornam objetos de apropriação, instrumentos para o desejo ou interesse, elementos para uma estratégia (FOUCAULT, 1969a, p. 130-131).

Logo, no limite em que a arqueologia define este seu objeto próprio de descrição e teorização arqueológica – os saberes –, também todos estes conceitos que o especificam e delimitam estão postos na relação com este objeto. A descrição de formações discursivas, nesta reta final de delimitação da teoria arqueológica (depois de *As palavras e as coisas*), está toda voltada à delimitação deste objeto particular. Não é por acaso inclusive que uma das últimas discussões empreendidas em *A arqueologia do saber* recai sobre a diferença entre ciência e saber, no sexto e último capítulo da quarta e última parte do livro, justamente intitulada *Ciência e saber*. Para Roberto Machado, é esta diferença entre ciência e saber que flagra a originalidade da abordagem arqueológica:

Habitualmente a discussão filosófica sobre as ciências humanas é feita no nível da questão da cientificidade, privilegiando a possibilidade de matematização. Seja pela tentativa de defini-las instituindo a formalização do discurso como critério de cientificidade e negando cientificidade ao que não é matematizável; seja pela tentativa de opor matematização e interpretação e definir as ciências humanas pelos métodos de compreensão.

Não é esse o caminho da análise arqueológica. Se é verdade que as ciências humanas têm relação com a matemática, no sentido de a utilizarem como elemento de formalização, o estudo dessa relação não é pertinente quando a análise histórica, neutralizando a questão da cientificidade, situa-se no nível arqueológico. Pois, diferentemente, por exemplo, do caso da física, que definiu suas posições a partir da matemática, a relação com a matemática não é constitutiva das ciências humanas como saberes. Daí *As palavras e as coisas* praticamente não estudar suas inter-relações e considerá-las as menos problemáticas (2009, p. 112).

Os trabalhos de Foucault, no geral, sempre focalizaram as formas históricas de subjetividade que são produzidas na relação entre subjetivação, poder e verdade. O curso *A hermenêutica do sujeito*, de 1981-1982, marca, na trajetória filosófica de Foucault, o passo fundamental a partir do qual suas reflexões sobre saber, verdade e poder passam a ser mais bem explicitadas na relação com os processos de subjetivação. Mesmo em seu último curso, *A*

coragem da verdade, oferecido entre 1983 e 1984, Foucault faz questão de ressaltar esse tema mais geral que é desenvolvido em boa parte de suas publicações:

Trata-se [...] da análise das relações complexas entre três elementos distintos, que não se reduzem uns aos outros, que não se absorvem uns aos outros, mas cujas relações são constitutivas umas das outras. Esses três elementos são: os saberes, estudados na especificidade da sua veridicção; as relações de poder, estudadas não como uma emanção de um poder substancial e invasivo, mas nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é governada; e enfim os modos de constituição do sujeito através das práticas de si. É realizando esse tríptico deslocamento teórico – do tema do conhecimento para o tema da veridicção, do tema da dominação para o tema da governamentalidade, do tema do indivíduo para o tema das práticas de si – que se pode, assim me parece, estudar as relações entre verdade, poder e sujeito, sem nunca reduzi-las umas às outras (1983-1984, p. 10).

Neste curso, *A Coragem da Verdade*, Foucault insiste que o estudo da noção de *parresía* é que torna possível, então, “colocar a questão do sujeito e da verdade do ponto de vista da prática do que se pode chamar de governo de si mesmo e dos outros” (1983-1984, p. 09). O interesse de Foucault está relacionado às técnicas que permitem determinadas produções de verdade a respeito da própria subjetividade e da subjetividade do outro: os modos de conhecer e de se reconhecer a si mesmo e aos outros no ocidente europeu.

Nos trabalhos iniciais de Foucault, por exemplo, as investigações recaem sobre os múltiplos relacionamentos entre a circulação da verdade e a produção de formas históricas de subjetividade no modo como estes constituem saberes. Esse tema aparece 1) em *A História da Loucura* (1961), em que Foucault descreve as práticas de segregação da não-razão (“o referencial, a gama enunciativa, a rede teórica, os pontos de escolha” (FOUCAULT, 1968a, p. 108)) que culminam no tema da doença mental e tornam possível, por exemplo, o saber sobre a psicopatologia, que passa a circular nos “enunciados médicos”, nos “regulamentos institucionais”, nas “medidas administrativas”, nos “textos jurídicos”, nas “expressões literárias”, nas “formulações filosóficas” (1968a, p. 108); 2) em *O Nascimento da Clínica* (1963), em que há um estudo sobre a “formação discursiva da clínica”, para além do discurso médico, a partir das várias instâncias que constituem a dispersão de sua unidade (“toda uma série de reflexões políticas, programas de reforma, medidas legislativas, regulamentos administrativos, considerações morais” (1968a, p. 110)); e, finalmente, 3) em *As Palavras e as Coisas* (1966): uma extensa análise da formação dos discursos que, da época clássica à moderna (entre o século XVII e início do XIX), oferecem condições de possibilidade aos conceitos em torno da história natural, da análise das riquezas e da gramática geral.

Inclusive, a reflexão teórica proposta posteriormente em *A Arqueologia do Saber* (1969a) vai ao encontro dessas três descrições arqueológicas: em *A História da Loucura*,

Foucault focaliza a formação dos objetos do discurso; em *O Nascimento da Clínica*, a formação das modalidades enunciativas; e, em *As Palavras e as Coisas*, a formação dos conceitos. Ao lado da formação das estratégias (dos temas e das teorias), estas são possibilidades de descrição do funcionamento enunciativo que, em sua regularidade, dá condições para as regras de formação dos discursos que Foucault pôde tratar nestas suas pesquisas⁵³.

É válido ressaltar que, deste ponto de vista *arqueológico* que Foucault retrospectivamente (1969a) assinala e assume, não se trata, na abordagem das formações discursivas, de constituir as pré-histórias das “ciências” no intuito de evidenciar suas falhas, seus preconceitos, suas crenças *não-científicas*; em suma, Foucault inquirir o funcionamento da função enunciativa sempre na tentativa de dar contorno à raridade dos enunciados a partir da temporalidade específica em que circulam e dos acontecimentos que instauram.

O campo aberto por Foucault, o da descrição das formações discursivas com vistas a historiar a manutenção e transformação dos saberes está, já em 1968, em *Réponse a une question*, portanto antes da publicação da *Arqueologia*, relacionado à descrição das positivities. Inclusive, nesta discussão sobre *As palavras e as coisas*, Foucault já problematiza a relação entre as práticas discursivas e outras não discursivas, como a prática política. Na esteira de sua argumentação sobre as amálgamas entre saber, verdade e poder nos processos de subjetivação que lhe são contemporâneos, Foucault visa destacar as implicações entre a prática política e a institucionalização dos discursos científicos.

Il existe actuellement un problème qui n'est pas sans importance pour la pratique politique : celui du statut, des conditions d'exercice, du fonctionnement, de l'institutionnalisation des discours scientifiques. Voilà ce dont j'ai entrepris l'analyse historique – en choisissant les discours qui ont, non pas la structure épistémologique la plus forte (mathématiques ou physique), mais le champ de positivité le plus dense et le plus complexe (médecine, économie, sciences humaines) (FOUCAULT, 1968a, p. 716).

Veja-se que Foucault toca exatamente na questão, problematizada pelos leitores da Revista *Esprit*, sobre a relação entre prática política e institucionalização dos discursos científicos. Este segundo domínio compreende o das práticas discursivas; o domínio político, na arqueologia, está relacionado às práticas não discursivas. Tal qual salienta Sérgio Possenti (2009), as práticas discursivas que recobrem a teoria arqueológica de Foucault não são

⁵³ Em *A Arqueologia do Saber* (1969), Foucault deixa muito evidente que cada uma destas direções de funcionamento de uma formação discursiva (suas regras de formação) foi específica e separadamente tratada nestas três pesquisas que antecedem tal publicação. Quanto à formação das estratégias, o filósofo a elenca como possibilidade de descrição para trabalhos ulteriores.

quaisquer práticas. Eu acrescentaria mais e arriscaria dizer que não é de quaisquer *discursos* que Foucault trata, desde *A arqueologia do saber* até *A ordem do discurso*. A diferença entre práticas discursivas e não discursivas é a que mais implica esta especificação teórica para o conceito de discurso.

O conceito de práticas discursivas, desde a publicação de *As palavras e as coisas*, vem especificado por esta região particular que Foucault recorta para a descrição das formações discursivas: a *positividade* dos discursos na formação de saberes e na circulação de formas de verdade. Na sequência deste texto de 1968, Foucault insiste em definir relações bastante específicas entre a descrição da *positividade* dos discursos (suas condições de existência e os sistemas que regem sua emergência, seu funcionamento e suas transformações) e os regimes não discursivos, que dizem respeito a outras práticas, aquelas não discursivas:

Cet exemple, si long, pour une chose seulement mais à laquelle je tiens : vous montrer en quoi ce que j'essaie de faire apparaître par mon analyse – la *positivité* des discours, leurs conditions d'existence, les systèmes qui régissent leur émergence, leur fonctionnement et leurs transformations – peut concerner la pratique politique. Vous montrer ce que cette pratique peut en faire. Vous convaincre qu'en esquisant cette théorie du discours scientifique, en le faisant apparaître comme un ensemble des pratiques réglées s'articulant d'une façon analysable sur d'autres pratiques, je ne m'amuse pas simplement à rendre le jeu plus compliqué pour certaines âmes un peu vives ; j'essaie de définir en quoi, dans quelle mesure, à quel niveau les discours, et singulièrement les discours scientifiques, peuvent être objets d'une pratique politique, et dans quel système de dépendance ils peuvent se trouver par rapport à elle (FOUCAULT, 1968b, p. 720).

Dessa forma, a diferença entre práticas discursivas e não discursivas diz respeito a uma particularidade para a descrição arqueológica dos saberes, a fim de mostrar a formação de discursos. O limite entre as práticas discursivas e não discursivas é estabelecido por Foucault, de alguma forma, pela noção de *positividade*, uma vez que as práticas discursivas são definidas por um *limiar de positividade*:

O momento a partir do qual uma prática discursiva se individualiza e assume sua autonomia, o momento, por conseguinte, em que se encontra em ação um único e mesmo sistema de formação dos enunciados, ou ainda o momento em que esse sistema se transforma, poderá ser chamado *limiar de positividade* (FOUCAULT, 1969a, 208-209).

Outro conceito arqueológico também recebe a predicação de *discursivo* e merece ser descrito sob a especificação que este adjetivo ganha na arqueologia de Foucault é o conceito de *acontecimento discursivo*. Como venho argumentando, essa predicação implica algumas restrições sérias para o campo de aplicação da teoria arqueológica. Assim, se as práticas

discursivas são diferenciadas e apartadas, de uma certa forma, das práticas não discursivas. Foucault também faz questão de distinguir regimes diferentes de acontecimentos, uns discursivos e outros não:

Uma formação discursiva não desempenha, pois, o papel de uma figura que pára o tempo e o congela por décadas ou séculos: ela determina uma regularidade própria de processos temporais; coloca o princípio de articulação entre uma série de acontecimentos discursivos e outras séries de acontecimentos, transformações, mutações e processos. Não se trata de uma forma intemporal, mas de um esquema de correspondência entre diversas séries temporais (1969a, p. 83).

Pautando-se nessa distinção e delimitação que Foucault traz para a especificidade dos acontecimentos discursivos, também o conceito de enunciado (e seus correlativos, como função enunciativa) está imbricado nesta distinção e carrega seriamente suas consequências, assim como os conceitos de formações discursivas, práticas discursivas e discurso.

No início de *A arqueologia do saber*, ao tratar da particularidade deste seu recorte, este que privilegia a descrição das formações discursivas, o termo *acontecimento enunciativo* também aparece para corroborar esta especificação segundo a qual se prevê que os acontecimentos, portanto *discursivos*, se relacionam com a formação particular dos saberes. O conceito de saberes, como já indiquei acima baseando-me em Possenti (2009), também é bastante particular; contudo, no limite, também a discussão sobre o desempenho da função enunciativa diz respeito à especificidade que a predicação *discursivo* adquire na *Arqueologia* de Foucault ao particularizar a região dos saberes:

Mas se isolamos, em relação à língua e ao pensamento, a instância do acontecimento enunciativo, não é para disseminar uma poeira de fatos e sim para estarmos seguros de não relacioná-la com operadores de síntese que sejam puramente psicológicos (a intenção do autor, a forma de seu espírito, o rigor de seu pensamento, os temas que o obcecaram, o projeto que atravessa sua existência e lhe dá significação) e podermos apreender outras formas de regularidade, outros tipos de relações. Relações entre os enunciados (mesmo que escapem à consciência do autor; mesmo que se trate de enunciados que não têm o mesmo autor; mesmo que os autores não se conheçam); relações entre grupos de enunciados assim estabelecidos (mesmo que esses grupos não remetam aos mesmos domínios nem a domínios vizinhos; mesmo que não tenham o mesmo nível formal; mesmo que não constituam o lugar de trocas que podem ser determinadas); relações entre enunciados ou grupos de enunciados e acontecimentos de uma ordem inteiramente diferente (técnica, econômica, social, política) (FOUCAULT, 1969a, p. 32).

A instância do acontecimento enunciativo deve ser isolada, para Foucault, em relação à língua e ao pensamento e, ao mesmo tempo que permite superar o limite destas últimas, veja-se que não pode ser apartada de relações entre os grupos de enunciados e

“acontecimentos de uma *ordem* inteiramente diferente” (grifo meu). Embora esteja relacionada a acontecimentos de ordem diferente, qual ordem é esta, então, a que melhor especifica a instância do *acontecimento enunciativo*? Nada mais óbvio: *a ordem do discurso*; por isso o interesse de Foucault pelo campo dos acontecimentos *discursivos*:

O campo dos acontecimentos discursivos, em compensação, é o conjunto sempre finito e efetivamente limitado das únicas sequências linguísticas que tenham sido formuladas: elas bem podem ser inumeráveis e podem, por sua massa, ultrapassar toda capacidade de registro, de memória, ou de leitura: elas constituem, entretanto, um conjunto finito. Eis a questão que a análise da língua coloca a propósito de qualquer fato de discurso: segundo que regras um enunciado foi construído e, conseqüentemente, segundo que regras outros enunciados semelhantes poderiam ser construídos? A descrição de acontecimentos do discurso coloca uma outra questão bem diferente: como apareceu um determinado enunciado, e não outro em seu lugar? (FOUCAULT, 1969a, p. 30)

Os acontecimentos discursivos e também os enunciativos são particularizados, assim, pelo domínio das *positividades das práticas discursivas*. Na arqueologia, portanto, a descrição das séries enunciativas e do desempenho da função enunciativa está restrita principalmente à arqueologia *dos saberes*. O conceito de discurso e seus correlatos estão também todos imbricados a favor da arqueologia dos saberes. Isso implica a necessidade de tornar preciso o conceito de discurso a partir da teoria arqueológica quando se assume a distinção entre domínios discursivos e domínios não discursivos, já que esta distinção isola o nível de descrição arqueológica e incide particularmente neste conceito de discurso, o de Foucault.

Um ponto bastante relevante convém ser destacado, sobre a arqueologia dos saberes: as formações discursivas, em todo caso, são percursos absolutamente restritos aos limites de uma pesquisa e de suas problematizações. É a análise do discurso que descobre, na descrição da função enunciativa e de sua regularidade, este conjunto de enunciados que se referem a uma mesma prática discursiva. Portanto, a diferença entre práticas discursivas e não discursivas incide neste recorte básico para a descrição arqueológica, este que diferencia as práticas referentes à manutenção e transformação dos saberes daquelas que se dão fora disso que Foucault chama de *domínios discursivos* (1969a, p. 72), ou seja, em *domínios não discursivos* (p. 182). Na segunda parte do segundo capítulo, chamei a atenção para os trabalhos desenvolvidos por Courtine (1981) e Maingueneau (1984) e destaquei a especificidades destas análises em relação à sua articulação com o conceito de formação discursiva. Veja-se, neste ponto, que ambas as pesquisas puderam sublinhar a implicação que o emprego de um conceito como o de formação discursiva tem para o trajeto da análise e o recorte do objeto e do corpus

para a pesquisa. Neste sentido, desde a *Arqueologia*, o conceito de formação discursiva já está atrelado, como mais tarde vai destacar Courtine (1981), às unidades que se isola e particulariza a partir do recorte de um corpus em análise de discurso.

Voltando à distinção entre domínios discursivos e não discursivos, Foucault, entretanto, e desde cedo tanto em suas análises (1966) quanto em suas reflexões e teorizações (1968a, 1968b, 1969a), não deixa de explicitar os múltiplos relacionamentos que devem ser especificados entre as práticas discursivas e as práticas não discursivas. Foucault afirma, por exemplo, que os domínios *discursivos*, os referentes às práticas *discursivas* e que permitem recortar as formações *discursivas*, não podem ser absolutamente isolados e apartados das práticas referentes aos domínios *não discursivos*. Por isso mesmo, ele insiste que não se pode omitir a relação entre as práticas discursivas e os domínios não discursivos:

A arqueologia faz também com que apareçam relações entre as formações discursivas e domínios não discursivos (instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos). Tais aproximações não têm por finalidade revelar grandes continuidades culturais ou isolar mecanismos de causalidade. Diante de um conjunto de fatos enunciativos, a arqueologia não se questiona o que pôde motivá-lo (esta é a pesquisa dos contextos de formulação); não busca, tampouco, encontrar o que neles se exprime (tarefa de uma hermenêutica); ela tenta determinar como as regras de formação de que depende – e que caracterizam a positividade a que pertence – podem estar ligadas a sistemas não discursivos; procura definir formas específicas de articulação (FOUCAULT, 1969a, p. 182-183).

As práticas não discursivas também são particularizadas e ganham seu espaço quando Foucault discute a formação das estratégias, temas e teorias: “A determinação das escolhas teóricas realmente efetuadas depende também de uma outra instância. Essa instância se caracteriza, de início, *pela função* que deve exercer o discurso estudado *em um campo de práticas não discursivas*” (1969a, p. 75). A especificação dada a domínios não discursivos distingue, portanto, as práticas discursivas, as que condicionam a manutenção dos saberes, das práticas institucionais, políticas, econômicas, pedagógicas etc. O acontecimento da ordem discursiva, para Foucault, está no limiar das práticas discursivas; o mesmo se pode dizer das séries enunciativas que Foucault isola em sua descrição arqueológica. O exemplo sobre a função do discurso no campo das práticas não discursivas é bastante exato a este respeito:

Assim, a gramática geral desempenhou um papel na prática pedagógica; de um modo muito mais manifesto e muito mais importante, a análise das riquezas desempenhou um papel não só nas decisões políticas e econômicas dos governos, mas nas práticas cotidianas, pouco conceitualizadas e pouco teorizadas, do capitalismo nascente e nas lutas sociais e políticas que caracterizaram a época clássica (FOUCAULT, 1969a, p. 75).

A instância que Foucault isola é, portanto, a da função das práticas discursivas para o campo das práticas não discursivas. Em nenhum momento Foucault propõe, dessa forma, que um estudo arqueológico possa focar apenas os domínios não discursivos, uma vez que os saberes perderiam o estatuto de objeto privilegiado pela descrição arqueológica. Como já destaquei, no limite de seu método arqueológico, está o campo aberto por Foucault da descrição das condições de exercício da função enunciativa, este que permite dar conta de definir as positivities de um saber. Estes conceitos ainda estão integrados, na descrição arqueológica, com aquele de *a priori* histórico:

As diferentes obras, os livros dispersos, toda a massa de textos que pertencem a uma mesma formação discursiva – e tantos autores que se conhecem e se ignoram, se criticam, se invalidam uns aos outros, se plágiam, se reencontram sem saber e entrecruzam obstinadamente seus discursos singulares em uma trama que não dominam, cujo todo não percebem e cuja amplitude medem mais – todas essas figuras e individualidades diversas não comunicam apenas pelo encadeamento lógico das proposições que eles apresentam, nem pela recorrência dos temas, nem pela pertinência de uma significação transmitida, esquecida, redescoberta; comunicam pela forma de positividade de seus discursos. Ou, mais exatamente, essa forma de positividade (e as condições de exercício da função enunciativa) define um campo em que, eventualmente, podem ser desenvolvidos identidades formais, continuidades temáticas, translações de conceitos, jogos polêmicos. Assim, a positividade desempenha o papel do que se poderia chamar um *a priori* histórico (FOUCAULT, 1969a, p. 144).

É a positividade, portanto, que desempenha o papel de um *a priori* histórico para o discurso. Além disso, um pouco antes deste trecho, Foucault afirma inclusive que “analisar uma formação discursiva é [...] definir o tipo de positividade de um discurso” (p. 142) e ainda destaca que a descrição de um conjunto de enunciados incide no estabelecimento de uma *positividade*. Foucault até brinca com o fato de poder ser considerado de bom grado um *positivista* por conta do emprego deste conceito de positividade:

Descrever um conjunto de enunciados, não como a totalidade fechada e pletórica de uma significação, mas como figura lacunar e retalhada; descrever um conjunto de enunciados, não em referência à interioridade de uma intenção, de um pensamento ou de um sujeito, mas segundo a dispersão de uma exterioridade; descrever um conjunto de enunciados para aí reencontrar não o momento ou a marca de origem, mas sim as formas específicas de um acúmulo, não é certamente revelar uma interpretação, descobrir um fundamento, liberar atos constituintes; não é, tampouco, decidir sobre uma racionalidade ou percorrer uma teleologia. É estabelecer o que eu chamaria, de bom grado, uma *positividade*. Analisar uma formação discursiva é, pois, tratar um conjunto de *performances* verbais, no nível dos enunciados e da forma de positividade que as caracteriza; ou, mais sucintamente, é definir o tipo de positividade de um discurso. Se substituir a busca das totalidades pela análise da raridade, o tema do fundamento transcendental pela descrição das relações de exterioridade, a busca da

origem pela análise dos acúmulos, é ser positivista, pois bem, eu sou um positivista feliz, concordo facilmente. E não estou desgostoso por ter, várias vezes (se bem que de maneira ainda um pouco cega), empregado o termo positividade para designar, de longe, a meada que tentava desenrolar (FOUCAULT, 1969a, p. 141-2).

Um pouco mais tarde em seu trajeto teórico, na conferência *A ordem do discurso*, o tema das positivities reaparece, uma única vez, enquanto o conceito de *a priori* histórico, tão caro à *Arqueologia* e a *As palavras e as coisas*, é, ao que parece, abandonado. Veja-se a retomada do conceito de positividade em 1970 por Foucault:

Assim, as descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e se completar. A parte crítica da análise liga-se aos sistemas de recobrimento do discurso; procura detectar, destacar esses princípios de ordenamento, de exclusão, de rarefação do discurso. Digamos, jogando com as palavras, que ela pratica uma desenvoltura aplicada. A parte genealógica da análise se detém, em contrapartida, nas séries da formação efetiva do discurso: procura apreendê-lo em seu poder de afirmação, e por aí entendo não um poder que se oporia ao poder de negar, mas o poder de constituir domínios de objetos, a propósito dos quais se poderia afirmar ou negar proposições verdadeiras ou falsas. Chamemos de positivities esses domínios de objetos; e, digamos, para jogar uma segunda vez com as palavras, que se o estilo crítico é o da desenvoltura estudiosa, o humor genealógico será o de um positivismo feliz (1970, p. 69-70).

O que há tão diferente, afinal, nesta retomada do conceito de positivities no projeto de 1970? Acertou quem arriscou a completa *falta da arqueologia* e a *assunção da genealogia*. Foucault destaca que as séries da formação efetiva do discurso serão descritas pela parte genealógica do trabalho, esta que é diferenciada da descrição crítica. Veja-se, portanto, que tão logo *A arqueologia* é publicada, mais rápido ainda ela desaparece do projeto de Foucault. E, como sempre lembra Sírio Possenti em suas aulas, esta aula inaugural de Foucault no *Collège de France*, *A ordem do discurso*, pode muito bem ser lida, quando publicada em livro a partir de 1971, como um pequeno projeto de pesquisa de Foucault, que ele inclusive não desenvolve tal qual o projetou.

Neste projeto de Foucault, portanto, se o regime de discussão privilegiado é *a ordem do discurso* – e note-se que não muda muito a natureza da concepção de discurso que aparece na conferência de 1970 –, este não passa a figurar no centro da discussão sem que novamente esteja relacionado ao conceito de saberes, ainda que, desta vez, *os poderes* sejam adicionados como ingredientes do discurso e atribuídos a uma descrição genealógica. Ainda assim, é interessante notar como persiste um mesmo conceito de discurso, ligado à descrição de sistemas de veridicção e seus trajetos descontínuos que podem ou não incidir em limiares de epistemologização.

Em *A ordem do discurso*, outro conceito muito importante que é abandonado ao lado daquele de *a priori* histórico é o de arquivo; enquanto os conceitos de saber e de acontecimento são novamente elencados e inclusive desdobrados por Foucault em novas reflexões, estes dois primeiros – o de *a priori histórico* e o de arquivo – não figuram na discussão sobre a ordem do discurso. Vale lembrar, muito embora eu não vá entrar em detalhes a respeito, que o conceito de arquivo também é um importante conceito que foi aproveitado pela ADF para várias rearticulações teóricas promovidas já no início da década de 1980, principalmente por Jacques Guilhaumou e Denise Maldidier. O próprio texto de Michel Pêcheux de 1981, *Ler o arquivo hoje*, é a prova mais fiel de que a ADF rearticulava este conceito ainda que Foucault já não mais o elencasse em suas preocupações. Em *A arqueologia do saber*, o conceito de arquivo diz respeito a um sistema que instaura o enunciado como acontecimento e como coisa.

O domínio dos enunciados assim articulado segundo *a priori* históricos, assim caracterizado por diferentes tipos de positividade e escandido por formações discursivas distintas, não tem mais o aspecto de planície monótona e indefinidamente prolongada que eu lhe dava no início, quando falava de "superfície do discurso"; deixa igualmente de aparecer como o elemento inerte, liso e neutro em que vêm aflorar, cada um segundo seu próprio movimento, ou estimulados por algum dinamismo obscuro, temas, idéias, conceitos, conhecimentos. Temos de tratar, agora, de um volume complexo, em que se diferenciam regiões heterogêneas, e em que se desenrolam, segundo regras específicas, práticas que não se podem superpor. Ao invés de vermos alinharem-se, no grande livro mítico da história, palavras que traduzem, em caracteres visíveis, pensamentos constituídos antes e em outro lugar, temos na densidade das práticas discursivas sistemas que instauram os enunciados como acontecimentos (tendo suas condições e seu domínio de aparecimento) e coisas (compreendendo sua possibilidade e seu campo de utilização). São todos esses sistemas de enunciados (acontecimentos de um lado, coisas de outro) que proponho chamar de *arquivo* (FOUCAULT, 1969a, p. 146).

O arquivo coincide, portanto, com o sistema que diferencia e especifica os discursos: “Longe de ser o que unifica tudo o que foi dito no grande murmúrio confuso de *um* discurso, longe de ser apenas o que nos assegura a existência no meio *do* discurso mantido, é o que diferencia *os* discursos em sua existência múltipla e os especifica em sua duração própria” (FOUCAULT, 1969a, p. 147). Foucault ressalta ainda que o arquivo não pode ser descrito em sua totalidade:

A revelação, jamais acabada, jamais integralmente alcançada do arquivo, forma o horizonte geral a que pertencem a descrição das formações discursivas, a análise das positivities, a demarcação do campo enunciativo. O direito das palavras – que não coincide com o dos filólogos – autoriza, pois, a dar a todas essas pesquisas o título de *arqueologia*. Esse termo não incita à busca de nenhum começo; não associa a análise a nenhuma exploração ou sondagem geológica. Ele designa o tema geral de uma

descrição que interroga o já dito no nível de sua existência; da função enunciativa que nele se exerce, da formação discursiva a que pertence, do sistema geral de arquivo de que faz parte. A arqueologia descreve os discursos como práticas especificadas no elemento do arquivo (FOUCAULT, 1969a, p. 149).

O arquivo é importante na teoria de Foucault em 1969 porque permite diferenciar os discursos e seus domínios de positivities. Contudo, como já disse acima, é um conceito que mais tarde não aparece em *A ordem do discurso*, assim como aquele de *a priori* histórico.

Outro conceito que, comentadores como Lecourt dão destaque, teria sido abandonado por Foucault é o de *episteme*. A este respeito, convém também uma especificação. Em *A arqueologia do saber*, Foucault (1969a) justamente define, como permite destacar Machado (2009), este regime específico que analisa os discursos do ponto de vista dos *saberes* que eles mantêm ou transformam. Logo, o conceito de *episteme* não é abandonado. Ao contrário, ele é particularizado como um limiar da formação dos discursos: o da epistemologização. É neste limiar que opera todo o quadro de conceitos elaborados e articulados em *A arqueologia do saber*. Por isso mesmo, quando vai comentar a possibilidade de outras arqueologias (que não sejam *dos saberes*), Foucault enfatiza justamente os limites desse recorte que ele administrou para dar foco aos domínios discursivos em relação àqueles não discursivos. É nesse sentido que também o conceito de formação discursiva, pelo menos na teoria arqueológica de Foucault, também só consegue dar conta de construir percursos em relação a este limiar de epistemologização. A arqueologia não recobre outros objetos que não estejam ou restritos, ou pelo menos relacionados aos saberes:

O que a arqueologia tenta descrever não é a ciência em sua estrutura específica, mas o domínio, bem diferente, do *saber*. Além disso, se ela se ocupa do saber em sua relação como as figuras epistemológicas e as ciências, pode, do mesmo modo, interrogar o saber em uma direção diferente e descrevê-lo em um outro feixe de relações. A orientação para a *episteme* foi a única explorada até aqui. A razão disso é que, por um gradiente que caracteriza, sem dúvida, nossas culturas, as formações discursivas não param de se epistemologizar. Foi interrogando as ciências, sua história, sua estranha unidade, sua dispersão e suas rupturas, que o domínio das positivities pôde aparecer; foi no interstício dos discursos científicos que se pôde apreender o jogo das formações discursivas (FOUCAULT, 1969a, p. 218-219, grifos do original).

Até aqui, neste item, fiz questão tanto de especificar alguns conceitos arqueológicos de Foucault quanto também de tratar do abandono de alguns deles. O mais importante a se reter deste percurso é a problematização que levantei sobre a especificidade do conceito de discurso na teoria arqueológica e também as implicações que estas problematizações sugerem para o conceito de formação discursiva de Foucault. Como afirmei até aqui, quando destacada a

diferença que Foucault assume – e que é inclusive o foco da crítica de Dominique Lecourt (1970) – entre práticas discursivas e não discursivas, o conceito de discurso também funciona a partir de restrições e particularidades, assim como aquelas que Possenti (2009) indicou sobre os conceitos de saber e de verdade de Foucault.

Outro ponto para o qual chamei a atenção é o fato de que, desde cedo, Foucault assume que as formações discursivas são unidades construídas pelo trajeto da própria pesquisa e a partir da especificidade das práticas que são descritas e analisadas como discurso. Dessa forma, vê-se que está muito correta a aproximação mais recente de Maingueneau (2008, 2015) ao conceito de formação discursiva, uma vez que, a partir do quadro de organização conceitual oferecido por este autor, as formações discursivas são unidades não tópicas que, na maior parte das vezes, são construídas como percursos e se apresentam apenas ao final da pesquisa, como resultado das unidades e tipologias que se pôde estabelecer.

Nesse sentido, não se pode também confundir as formações discursivas, na arqueologia de Foucault, com as disciplinas que ele elenca em suas análises, principalmente naquelas ilustradas por *As palavras e as coisas* (1966). As formações discursivas não são a biologia, a gramática ou a economia, como unidades constituídas por um percurso de análise. Se as formações discursivas não dizem respeito a pré-ciências, elas também não dizem respeito a saberes que constituem disciplinas ou campos de saberes. O conceito de formação discursiva é muito específico, na arqueologia, em incidir sobre uma construção conceitual realizada pelo próprio percurso sobre o objeto do discurso do qual se pretende historiar a formação. A formação discursiva não é um ponto de partida para Foucault; é muito mais um ponto de chegada. Em *A arqueologia do saber*, Foucault chega a especificar a diferença entre as formações discursivas e as disciplinas, enfatizando que as primeiras não são apenas o que se pode chamar de disciplinas na relação com ciências constituídas:

Estas, no máximo, em seu desdobramento manifesto, podem servir de isca para a descrição das positivities; mas não lhe fixam os limites: não lhe impõem recortes definitivos; não se encontram inalteradas no fim da análise; não se pode estabelecer relação biunívoca entre as disciplinas instituídas e as formações discursivas (1969a, p. 200).

O conceito de disciplina, no entanto, voltará a figurar na discussão de Foucault sobre *A ordem do discurso* (1970). Dessa vez, Foucault vai dar destaque às disciplinas como procedimentos internos de rarefação dos discursos, um modo próprio de particularizar as unidades do discurso. Foucault não deixa de criticar, contudo, a aplicação desta noção à análise de discurso e ao recorte de unidades. Junto com a disciplina, outros dois procedimentos internos

de rarefação do discurso são comentados: o autor e o comentário. A partir do item a seguir, discuto particularmente estes procedimentos que Foucault virá a resumir em *A ordem do discurso*. Além disso, faço questão de especificar estes conceitos na relação com as reflexões que Foucault empreende em *O que é um autor?* e *A arqueologia do saber*.

3.1.2 A rarefação dos discursos: função autor, disciplina, obra e comentário

Nesse percurso de experimentações e reflexões sobre as relações entre verdade e sujeito, e especificamente a partir da descrição histórica das formações discursivas de vários saberes (a “psicopatologia”, a “clínica”, as “ciências humanas”), Foucault, não fortuitamente, dedica algumas de suas discussões ao conceito de autor. Digo que isso não é fortuito porque é parte da própria autocrítica que Foucault faz a *As palavras e as coisas*; também é uma reflexão bastante relevante porque a discussão que Foucault empreende sobre os riscos, do ponto de vista da análise histórica, de se conceber o livro e a obra como unidades discursivas que incidem no tema da continuidade na história é fundamental para o próprio entendimento do método arqueológico que Foucault irá propor com a publicação de *A arqueologia do saber* em 1969, mesmo ano em que é pronunciada a conferência *O que é um autor?* (muito embora a conferência preceda a publicação do livro).

Dessa forma, gostaria de realizar uma aproximação, fazendo agora um trajeto entre *O que é um autor?* e *A ordem do discurso*, com outros conceitos elaborados a partir das discussões ditas arqueológicas de Foucault, como os de função autor, disciplina, obra e comentário. Além de serem conceitos férteis para a reflexão sobre o discurso, quero focalizar particularmente o conceito de discurso nos quais eles incidem, qual seja aquele que implica a diferença entre práticas discursivas e não discursivas, como discuti no item anterior.

Em *A Arqueologia do Saber* (1969a), a reflexão de Foucault apenas tangencia o conceito de autor. No capítulo *As unidades do discurso*, dado que seu objetivo é o de problematizar os procedimentos da história tradicional (história global, em sua terminologia) em função do que chama de uma história geral (a que “desdobra o espaço de uma dispersão” (1969a, p. 12)), Foucault critica uma gama de categorias que operam de modo a garantir uma continuidade entre os discursos na análise histórica. Dentre estas categorias, Foucault critica particularmente as de *livro* e *obra*, tomadas, então, sob a evidência de seu funcionamento e de seu fechamento. Na ocasião desta discussão, ele se limita a lembrar que as duas categorias pouco podem justificar um agrupamento discursivo e o modo como este último é regido por

práticas discursivas específicas e singulares, que aparecem no desempenho da função enunciativa.

Quanto à noção de livro, Foucault traz vários problemas à evidência de sua unidade material, já que

[...] as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frase: nó em uma rede (1969a, p. 26).

Já a noção de obra impõe, segundo Foucault, problemas ainda mais difíceis com os quais lidar. Para além da aparente obviedade segundo a qual se trataria de uma “soma de textos que podem ser denotados pelo signo de um nome próprio” (p. 26), Foucault defende que a unidade da obra é mantida por uma operação interpretativa que “decifra, no texto, a transcrição de alguma coisa que ele esconde e manifesta ao mesmo tempo” (p. 27).

A conferência *O que é um autor?*, por sua vez, ao contrário de *A arqueologia do saber*, que apenas esboça o problema do autor a partir da crítica à noção de obra, apresenta e explora alguns conceitos que Foucault considerava fundamentais para a descrição do que ele vem chamar desempenho da função autor. É interessante ressaltar ainda que a conferência apresenta inicialmente uma crítica de Foucault ao uso indiscriminado de “autores” em *As palavras e as coisas*. O filósofo insiste que esse deveria ser um ponto a ser examinado, mas que não foi problematizado pelos críticos do livro.

O objetivo que Foucault traça para essa sua conferência, apresentada em forma de projeto de pesquisa, é o de “examinar unicamente a relação do texto com o autor, a maneira com que o texto aponta para essa figura que lhe é exterior e anterior, pelo menos aparentemente” (1969b, p. 267). O autor, na sua relação com a circulação dos textos, é, para Foucault, um princípio ético fundamental da escrita contemporânea, na medida em que funciona como uma “espécie de regra imanente, retomada incessantemente, jamais efetivamente aplicada, um princípio que marca a escrita como resultado, mas a domina como prática” (1969b, p. 268). Foucault também comenta os traços que marcam o “apagamento” do autor no próprio desenvolvimento da crítica literária estruturalista – mas também na escrita literária contemporânea: “Na escrita, não se trata de manifestação ou da exaltação do gesto de escrever; não se trata da amarração de um sujeito em uma linguagem; trata-se da abertura de um espaço onde o sujeito que escreve não para de desaparecer” (1969b, p. 268).

Além disso, o autor, nessa condição de princípio ético que organiza a escrita e a circulação dos textos, é uma função que se exerce e que garante certos estatutos aos textos nas sociedades letradas:

[...] para um discurso, o fato de que se possa dizer ‘isso foi escrito por tal pessoa’, ou ‘tal pessoa é o autor disso’, indica que esse discurso não é uma palavra cotidiana, indiferente, uma palavra que se afasta, que flutua e passa, uma palavra imediatamente consumível, mas que se trata de uma palavra que deve ser recebida de uma certa maneira e que deve, em uma cultura dada, receber um certo *status* (ibidem, p. 274).

É nesse sentido que Foucault desenvolve o conceito de autor como o desempenho de uma função de autor:

Uma carta particular pode ter um signatário, ela não tem autor; um contrato pode ter um fiador ele não tem autor. Um texto anônimo que se lê na rua em uma parede terá um redator, não terá um autor. *A função autor é, portanto, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade* (p. 274, grifo meu).

Sobre a função autor, os exemplos de Foucault são bastante elucidativos. O filósofo lembra que, na literatura, a função autor passa a ser cada vez mais exigida – os textos precisam ser necessariamente remetidos a um autor (individualizado juridicamente) –, enquanto, na ciência, tal função se apaga gradativamente e desaparece, já que o nome do autor passa a ser menos importante que a “verdade” que esperava para ser descoberta, independentemente de quem a viria descobrir.

São quatro as características que Foucault define para o modo como se exerce a função autor:

a função autor está ligada ao sistema jurídico e institucional que contém, determina, articula o universo dos discursos; ela não se exerce uniformemente e da mesma maneira sobre todos os discursos, em todas as épocas e em todas as formas de civilização; ela não é definida pela atribuição espontânea de um discurso ao seu produtor, mas por uma série de operações específicas e complexas; ela não remete pura e simplesmente a um indivíduo real, ela pode dar lugar simultaneamente a vários egos, a várias posições-sujeitos que classes diferentes de indivíduos podem vir a ocupar (ibidem, p. 279-80).

É bastante evidente que Foucault está preocupado com a forma como conceitos (autor, autoria) podem se exercer, em sociedades como a nossa, de modo a organizar e controlar a circulação dos saberes e, por isso, a produzir modos de subjetivação específicos porque determinados por práticas também específicas. Não chega a tangenciar a discussão de Foucault a “habilidade” que um indivíduo pode ou não ter para ser autor; lhe interessam as condições históricas de produção da função de autor na diversidade de práticas discursivas em que esta pode se manifestar. Para o historiador, enquanto exercício de uma função, a autoria domina a

escrita (e não só a escrita⁵⁴) e pode produzir inclusive diversas posições de sujeito, até o ponto em que o próprio desaparecimento do autor está também intrinsecamente relacionado com o exercício da função autor. Justamente por isso que o conceito de autor se encontra, para Foucault, ligado ao de obra – e daí também os problemas que Foucault levanta sobre os movimentos de subjetivação que atravessam o exercício da autoria na delimitação do que vem a ser chamada a “obra” de um “autor”.

Mais tarde, na conferência *A ordem do discurso*, de 1970, Michel Foucault volta a retomar este tema sobre a relação entre as diferentes formas e estatutos do desempenho da função autor e as práticas discursivas que definem certos modos de veridicção nas especificidades de processos de subjetivação às relações entre verdade e saber. Na argumentação deste texto, o *autor* aparece, junto ao *comentário* e à *disciplina*, como um dos princípios internos de controle e de delimitação dos discursos. Até esta parte do texto, Foucault havia definido procedimentos que funcionavam como sistemas de exclusão dos discursos e que, por isso, se exerceriam, de certa forma, de modo exterior aos discursos. Esses procedimentos são a palavra proibida (a interdição do dizer – um procedimento que Foucault (1976) vem a refutar), a segregação da loucura (oposição entre razão e loucura) e a vontade de verdade (separação entre o verdadeiro e o falso). Foucault ainda acrescenta que estes princípios de exclusão de discursos, que lhes são exteriores, colocam em jogo o poder e o desejo. Por outro lado, há, então, estes outros procedimentos de rarefação do discurso e que lhe são internos, dentre os quais Foucault elenca a função do autor. Cabe ressaltar que trata-se de procedimentos internos na medida

[...] que são os discursos eles mesmos que exercem seu próprio controle; procedimentos que funcionam, sobretudo, a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, como se se tratasse desta vez de submeter outra dimensão do discurso: a do acontecimento e do acaso (1970, p. 21).

Portanto, veja-se que, desta vez, Foucault destaca o exercício da função autor como um dos princípios internos de rarefação dos discursos: “o autor como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência” (1970, p. 26). É interessante notar que, neste texto, Foucault inclusive liga o desempenho da função autor ao próprio gesto de escrita, relacionando, dessa forma, o gesto do indivíduo que se põe a

⁵⁴ Foucault (1969b) chega a mencionar, por exemplo, o caso da autoria nas artes plásticas, cuja existência material não se efetiva pela escrita muito embora a função autor se exerça de modo bastante correlato ao da literatura. Isso inclusive já problematiza a posição segundo a qual Foucault só consideraria a autoria na escrita.

escrever às restrições das práticas discursivas que determinam e regulam certos modos de se exercer a posição de autor em certos textos.

Além disso, Foucault oferece indicações sobre as relações entre o funcionamento da autoria e o do comentário⁵⁵, este que é um outro princípio de limitação e de controle da regularidade entre a repetição e o mesmo que forma um discurso: “O comentário limitava o acaso do discurso pelo jogo de uma *identidade* que teria a forma da *repetição* e do *mesmo*. O princípio do autor limita esse mesmo acaso pelo jogo de uma *identidade* que tem a forma da *individualidade* e do *eu*” (1970, p. 29). Ao lado do comentário e do autor, outro princípio de controle do discurso é a disciplina. Enquanto o princípio do autor é complementar ao do comentário, este da disciplina se opõe, segundo Foucault, a ambos, ao autor e ao comentário. Isso acontece porque a disciplina chega a ser um princípio de controle da produção dos discursos, a ponto de se sobrepor ao comentário e ao autor na medida em que se constitui como um sistema anônimo de regras (que ultrapassa o autor como centro de organização do discurso) e também porque estas regras implicam a possibilidade de formular indefinidamente novos enunciados. Junto aos princípios que determinam a rarefação do discurso pelo seu exterior, estes três princípios internos dessa vez são os que possuem a função restritiva de elidir o acontecimento do discurso ao mesmo tempo em que apagam a função enunciativa a partir da crença no cogito, na experiência originária ou na soberania do significante (a tal mediação universal das problemáticas filosóficas, tal qual comenta Foucault).

Tem-se o hábito de ver na fecundidade de um autor, na multiplicidade dos comentários, no desenvolvimento de uma disciplina, como que recursos infinitos para a criação dos discursos. Pode ser, mas não deixam de ser princípios de coerção; e é provável que não se possa explicar seu papel positivo e multiplicador, se não se levar em consideração sua função restritiva e coercitiva (1970, p. 36).

Finalizando esta discussão sobre os princípios de limitação e de controle da circulação dos discursos, Foucault ainda define um terceiro grupo de procedimentos que, desta vez, funcionam para a rarefação dos sujeitos que falam. Neste terceiro grupo, se encontram os

⁵⁵ A partir desta discussão sobre o princípio do comentário como um dos que controlam e determinam a rarefação dos discursos, há a seguinte afirmação, bastante importante, de Foucault: “o novo não está no que é dito, mas no acontecimento de sua volta” (1970, p. 26). Segundo o princípio do comentário, se pode “supor que há, muito regularmente nas sociedades, uma espécie de desnivelamento entre os discursos: os discursos que ‘se dizem’ no correr dos dias e das trocas, e que passam com o ato mesmo que os pronunciou; e os discursos que estão na origem de certo número de atos novos de fala que os retomam, os transformam ou falam deles, ou seja, os discursos que, indefinidamente, para além de sua formulação, são ditos, permanecem ditos e estão ainda por dizer” (p. 22). O comentário impõe o paradoxo de fundar uma possibilidade aberta de falar ao mesmo tempo em que restringe essa abertura ao que já havia sido dito, ou seja, de se “dizer pela primeira vez aquilo que, entretanto, já havia sido dito e repetir incansavelmente aquilo que, no entanto, não havia jamais sido dito” (p. 25).

rituais da palavra, as sociedades do discurso, as doutrinas e as apropriações sociais dos discursos. Este terceiro grupo tem em comum o fato de que agrupam procedimentos por meio dos quais se distribuem desigualmente as posições dos sujeitos que podem ocupar lugar de fala e também os saberes a serem ou não partilhados entre determinados membros de uma comunidade.

Muito embora os três grupos estejam muito bem divididos e organizados segundo especificidades entre o funcionamento dos procedimentos que Foucault enumera, também são muito bem comentadas as relações que todos estes procedimentos mantêm entre si, já que eles se imbricam e se transformam segundo as diferenças entre as práticas a partir das quais os discursos são enunciados.

A maior diferença que estes dois textos de Foucault, *O que é um autor?* e *A ordem do discurso*, colocam em relação à inscrição e circulação do conceito de autoria está marcada pelo desenvolvimento das relações entre a autoria e os demais princípios de rarefação, limitação e controle dos discursos. Na primeira conferência, Foucault igualmente caracteriza a função autor como um princípio de rarefação do discurso, já que ela seria uma das noções que circulariam para conter o acaso do acontecimento discursivo e da dispersão dos enunciados, funcionando, portanto, como um dos procedimentos pelo qual ao discurso é conferida uma unidade e certa evidência. Já na aula inaugural, há uma discussão sobre a relação entre o exercício da autoria, desta vez destacado exatamente como um princípio de rarefação interno aos discursos, e os demais procedimentos de sujeição dos discursos – aqueles ligados à vontade de verdade (portanto, na relação entre desejo e poder) e também às limitações dos sujeitos que podem acessar a verdade em rituais, sociedades, doutrinas ou apropriações sociais dos discursos.

Foucault ainda discute as implicações entre alguns temas da filosofia e estes procedimentos de rarefação dos enunciados; ele entende que alguns destes temas tanto vieram a tentar responder quanto a reforçar os jogos de exclusões dos discursos e dos sujeitos que podem enunciar tais discursos. Procurando responder à vontade de verdade (às interdições, à segregação da loucura e à separação verdadeiro e falso), tornam-se possíveis noções como as de verdade ideal e de racionalidade imanente, reconduzindo para uma “[...] ética do conhecimento que só promete a verdade ao próprio desejo da verdade e somente ao poder de pensá-la” (1970, p. 45). Já a fim de reforçar os procedimentos de exclusão da desordem do discurso, surgem temas como o do sujeito fundante, da experiência originária e da mediação universal.

Contudo, é interessante ainda notar que estes grupos de procedimentos de rarefação do discurso, que impõem aos discursos jogos de limitações e de exclusões, são confrontados por Foucault por meio de alguns princípios que visam ultrapassar isto que ele entende como um temor em relação ao regime de funcionamento dos discursos. Veja-se que Foucault está literalmente reclamando que nossa sociedade ocidental e ocidentalizada tende a temer a própria *ordem do discurso*, a ordem de suas coerções, de modo que aqueles temas da filosofia tenham se esquivado dessa ordem *ao colocar em jogo somente os signos* e, por isso, anularem *o discurso* para dar vez à *ordem do significante*.

Mesmo a filosofia se aplicou a se curvar ao discurso e a cultuar seus efeitos de verdade por meio de princípios que limitassem seu aparecimento e regulassem sua circulação. Já que se trata, *A ordem do discurso*, da aula que inaugura o curso de pesquisas de Foucault no *Collège de France*, a proposta do Foucault pesquisador é a de que possa confrontar e ultrapassar esses limites da filosofia em relação à ordem do discurso: o sujeito fundante, a experiência originária e a mediação universal. São quatro os princípios dos quais Foucault lança mão para cumprir com este objetivo: o da inversão, o da descontinuidade, o da especificidade e o da exterioridade. São princípios que dizem respeito, é bastante válido ressaltar, à prática do historiador das ideias – veja-se que Foucault já não se intitula um arqueólogo dos saberes.

Primeiramente, há o princípio da *inversão*, pois, no limite, se trata de entender como rarefação e limitação esses princípios que à primeira vista conduzem para a positividade dos discursos: os autores, as disciplinas, a vontade de verdade. Eles parecem guiar à fonte, ao princípio e à continuidade dos discursos: são, dessa forma, positivos; é necessário invertê-los e procurar definir seu trabalho negativo: o fato de que limitam e controlam os discursos, na medida em que excluem e definem regras para sua circulação. A rarefação, segundo Foucault, não deve fazer admitir que haja um sistema ininterrupto e silencioso pelo qual percorram os discursos: uma espécie de não-dito ou de impensado que o analista deveria fazer aparecer (tal como fazem os analistas de discurso...). É preciso que o discurso seja especificado como acontecimento. E especificar o acontecimento enunciativo que instaura o discurso exige que se considere, ao contrário, o princípio da *descontinuidade* dos discursos, o que significa que os discursos sejam regidos por práticas discursivas que podem tanto se cruzar, como se ignorar ou se excluir entre si. Haja vista que se faz necessário especificar o acontecimento discursivo, não se pode tomar o discurso como um jogo de significações prévias que são retomadas: trata-se do princípio da *especificidade*, segundo o qual o discurso é uma prática que impomos às coisas e que rege a regularidade dos acontecimentos discursivos. Por último, o princípio da

exterioridade, uma vez que o discurso não se explica a partir de algo que seria seu núcleo interior; ao contrário, suas regras lhe são exteriores: da aparição e da regularidade do discurso se pode passar às suas condições externas de possibilidade, “àquilo que dá lugar à série aleatória desses acontecimentos e fixa suas fronteiras” (FOUCAULT, 1970, p. 53).

O conceito de autor, neste percurso de autocrítica e de definição dos rumos de seus trabalhos, é inscrito nas temáticas de Michel Foucault como um princípio que, em sua época, camufla a raridade dos enunciados, já que procura conferir ao discurso uma unidade que estaria inscrita pelo nível da expressão, como se dá nos temas do sujeito fundante (o cogito) e da experiência originária. Mesmo na ocasião de *A arqueologia do saber* (1969a), na discussão sobre raridade, exterioridade e acúmulo, Foucault definia a raridade dos enunciados como “o princípio segundo o qual puderam aparecer os únicos conjuntos significantes que foram enunciados” (p. 135). O autor, ou a função autor tal qual ele a discute em *O que é um autor?*, é uma função que, de diferentes modos e segundo as especificidades das práticas que a regula, se exerce no sentido de controlar a dispersão dos enunciados e a descontinuidade dos acontecimentos discursivos – por isso mesmo é um princípio interno de rarefação dos discursos e deve ser abordado criticamente de modo a se desconstruir esta aparente garantia de unidade. Daí que o projeto arqueológico visa inverter esse princípio coercitivo de modo a “questionar nossa vontade de verdade; restituir ao discurso seu caráter de acontecimento; [e] suspender, enfim, a soberania do significante” (FOUCAULT, 1970, p. 51).

3.2 Sobre a positividade do conceito de discurso: a linguagem e seus duplos

Como argumentei até aqui a respeito do trajeto de autocríticas e transformações conceituais que sofre o projeto arqueológico de Foucault, o conceito de positividade, a partir de *A ordem do discurso*, já está mais timidamente elencado enquanto aquele de *a priori* histórico é abandonado. Nada mais normal, inclusive. Foucault não pretendeu elaborar ou indicar, a partir de *A arqueologia do saber*, uma nova teoria ou um novo método. Muito pelo contrário, ele apenas investe criticamente nas análises e descrições que havia realizado em suas pesquisas anteriores e tenta, a partir delas, definir uma organização comum de problemáticas e alguns conceitos que possam organizá-las. A citação que apresentei como epígrafe para este capítulo é muito evidente a este respeito: a arqueologia do saber não pretende ser um método para

descrever e analisar a linguagem e define apenas uma regularidade para as próprias pesquisas de Foucault – as justifica, se eu quiser ser mais preciso.

Dessa forma, todos os conceitos, desde aquele de discurso, até o de arquivo e de formações discursivas, passando inclusive por aquele de acontecimento discursivo, estão todos atrelados de modo a refletir sobre as pesquisas anteriores de Foucault. Não são as indicações de uma nova teoria sobre a qual é preciso se debruçar. No limite, *A arqueologia do saber* é um manual: um manual para entender o que se passou até ali nas pesquisas de Foucault e, como já afirmei, também justificar seu percurso. Portanto, se há algo em particular que Foucault pôde ter concluído sobre o *a priori* histórico que forma discursos sobre a linguagem, no sentido de refletir sobre as positivities da linguagem, ele o faz em sua primeira arqueologia (exclusivamente) dos saberes, em *As palavras e as coisas* (1966).

Nesta reta final do segundo capítulo, vou me ater, então, sobre a discussão particular que Foucault empreende, em *As palavras e as coisas*, sobre a relação entre a formação dos discursos das ciências humanas e a positividade particular da linguagem e do discurso na passagem epistemológica que Foucault particulariza entre a Idade Clássica e a Modernidade. Meu objetivo é o de destacar, a partir destas reflexões de Foucault, algumas indicações sobre o *a priori* histórico que condiciona as problematizações sobre o conceito de discurso na relação com a positividade da linguagem para as ciências humanas. No final deste item, argumento sobre a relação entre algumas modalidades enunciativas especificadas por Foucault e as problematizações que incidem na inflexão teórica realizada por Michel Pêcheux *Les vérités de La Palice* (1975). Pretendo, de alguma forma, comprovar regularidades enunciativas entre o *a priori* histórico particularizado pelas reflexões de Foucault e o trabalho teórico de Pêcheux.

Sobre o *a priori* histórico de um discurso, Foucault enfatiza que se trata do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história. Uma história de coisas ditas, escritas, materializadas – inclusive muito bem ritualizadas para que fossem materializadas e tomadas como verdades sob certas circunstâncias específicas, já que as práticas discursivas são específicas e podem ser apartadas, para fins de descrição dos domínios discursivos, das práticas não discursivas.

Quero designar um *a priori* que não seria condição de validade para juízos, mas condição de realidade para enunciados. Não se trata de reencontrar o que poderia tornar legítima uma assertiva, mas isolar as condições de emergência dos enunciados, a lei de sua coexistência com outros, a forma específica de seu modo de ser, os princípios segundo os quais subsistem, se transformam e desaparecem. *A priori*, não de verdades que poderiam nunca ser ditas, nem realmente apresentadas à experiência, mas de uma história determinada, já que é a das coisas efetivamente ditas. A razão para se usar esse termo um pouco impróprio é que esse *a priori* deve dar conta dos

enunciados em sua dispersão, em todas as falhas abertas por sua não-coerência, em sua superposição e substituição recíproca, em sua simultaneidade que não pode ser unificada e em sua sucessão que não é dedutível; em suma, tem de dar conta do fato de que o discurso não tem apenas um sentido ou uma verdade, mas uma história, e uma história específica que não o reconduz às leis de um devir estranho (FOUCAULT, 1969a, p. 144).

Em *As palavras e as coisas*, é por meio deste tipo de análise que Foucault chama de arqueológica que ele pode chegar a afirmar, remontando as condições de possibilidade das ciências humanas, que o homem surge sob um duplo transcendental que o inscreve como objeto nas sínteses empíricas modernas e como condição para o conhecimento na filosofia do final do século XVIII. É este ninho epistemológico que permite que a descoberta da finitude do homem (duplamente localizada pelas ciências empíricas e pelas filosofias transcendentais) ecloda num retorno à representação (à ordem em que o quadro de signos é a própria imagem das coisas) e condicione, portanto, o surgimento das ciências humanas.

O objetivo central de *As palavras e as coisas* (1966) é o de realizar uma arqueologia das ciências humanas, demarcar as fronteiras de uma formação discursiva, mais ou menos a partir das linhas gerais do que já havia sido historiado até ali por Michel Foucault: a história da loucura e a história da clínica. Como afirma Roberto Machado, em uma resenha sobre o livro na relação com o restante do projeto arqueológico de Foucault,

[...] para analisar o aparecimento das ciências humanas em determinado momento foi necessário continuar a descrever outras épocas, retomando inclusive a mesma periodização estabelecida pelas pesquisas anteriores, para mostrar por que antes da época moderna não houve, nem poderia ter havido, um saber sobre o homem, o das ciências humanas ou qualquer outro. Mas também foi preciso descrever outros saberes da modernidade sem os quais não poderia haver ciências humanas e, por esse motivo, devem ser considerados seus constituintes (2009, p. 111).

Ainda segundo Machado, tais saberes, descritos por Foucault em sua arqueologia dos saberes das ciências humanas, coincidem com a formação do domínio das ciências empíricas e da filosofia modernas numa passagem entre o que Foucault diferencia como épocas clássica e moderna. Dessa forma, Foucault descreve uma passagem e mudança de epistemes que especificam a formação dos saberes modernos das ciências empíricas que se desenvolvem a partir do século XIX (a economia, a biologia e a filologia) e os diferenciam dos saberes clássicos que anteriormente incidiram na formação de discursos sobre a análise das riquezas, a história natural e a gramática geral. O primeiro passo de Foucault é particularizar a formação desse domínio de problemáticas que garantem o acontecimento das ciências empíricas:

Só se pode falar de ciência empírica moderna quando os seres vivos, as riquezas e as palavras não são mais analisados a partir da representação, mas tornam-se coisas, objetos que têm uma profundidade específica como vida, produção e linguagem. Desaparece a análise em termos de identidade e diferenças responsável pela ordenação nas ciências do qualitativo. O saber penetra verticalmente no domínio das coisas, encontra um nível de profundidade onde aparecem objetos empíricos de conhecimento: as ciências empíricas são sínteses (MACHADO, 2009, p. 119).

Portanto, o que marca a passagem da época clássica para a moderna, em termos de formação e circulação de saberes e a fim de especificar o domínio das ciências humanas, é “o desaparecimento da representação do campo do conhecimento empírico e o aparecimento de novos objetos – vida, trabalho e linguagem – que tomam o lugar das representações que constituíam os seres vivos, as riquezas e as palavras” (MACHADO, 2009, p. 120). Durante este período, a representação havia sido deslocada pela dominação dos temas da *mathèsis* e da taxonomia, que marcam o ponto de possibilidade para as sínteses empíricas e também para as filosofias modernas. Como afirma Foucault, os objetos do discurso, na passagem da idade clássica para a moderna, são liberados da representação:

O fim do pensamento clássico — e dessa *epistémê* que tornou possíveis gramática geral, história natural e ciências das riquezas — coincidirá com o recuo da representação, ou, antes, com a liberação, relativamente à representação, da linguagem, do ser vivo e da necessidade. O espírito obscuro mas obstinado de um povo que fala, a violência e o esforço incessante da vida, a força surda das necessidades escaparão ao modo de ser da representação. E esta será duplicada, limitada, guarnecida, mistificada talvez, regida, em todo o caso, do exterior, pelo enorme impulso de uma liberdade, ou de um desejo, ou de uma vontade que se apresentarão como o reverso metafísico da consciência (FOUCAULT, 1966, p. 289).

Logo, são estes novos saberes empíricos (a economia, a biologia e a filologia) e a filosofia moderna, já formados a partir do século XIX, que explicam o aparecimento das ciências humanas. Isso acontece

[...] porque é com elas [as ciências empíricas e a filosofia moderna] que o homem passa a desempenhar duas funções complementares no âmbito do saber: por um lado, é parte das coisas empíricas, na medida em que vida, trabalho e linguagem são objetos – estudados pelas ciências empíricas – que manifestam uma atividade humana; por outro lado, o homem – na filosofia – aparece como fundamento, como aquilo que torna possível qualquer saber. O fato de o homem desempenhar duas funções no saber da modernidade, isto é, sua existência como coisa empírica e fundamento filosófico, é chamado por Foucault de *a priori* histórico para assinalar que ele explica o aparecimento das ciências humanas, isto é, do homem, considerado não mais como objeto ou sujeito, mas como representação (MACHADO, 2009, p. 112, grifo do original).

O homem como fundamento para o saber na filosofia e o homem como objeto empírico das ciências modernas recobrem as condições a partir das quais podem ser enunciadas as problemáticas das ciências humanas, em que o homem é então tornado conhecimento como representação. Trata-se do ponto histórico que marca o acontecimento das ciências humanas: as ciências humanas só são possíveis porque os saberes empíricos puderam pensar o homem como síntese empírica e a filosofia moderna instaurou o lugar do homem como a própria possibilidade do saber. Só assim o homem pode ter sido, depois de tornado objeto empírico, dobrado à ordem que o representa em sua linguagem. Isso não acontece, contudo, sem que estas práticas especifiquem e diferenciem novas regularidades enunciativas.

Inclusive, o que Foucault flagra é um retorno à representação já a partir deste *a priori* que condicionou o tema da finitude do homem para estes saberes modernos. A época clássica não conheceu o homem como a pode conhecer a experiência moderna. A finitude do homem, permitida pelos discursos das ciências e da filosofia moderna – um duplo transcendental em que o homem é objeto e condição para o conhecimento –, especifica as condições sob as quais se produzem as relações enunciativas nas ciências humanas, principalmente sob um retorno à ordem da representação, em que, assim como na época clássica, há um jogo que reduplica sobre si a linguagem, já que se efetua uma “análise em termos de identidades e diferenças, em que o quadro de signos é a própria imagem das coisas” (MACHADO, 2009, p. 128).

À diferença da idade clássica, contudo, o homem moderno já pôde, então, conhecer o conceito de homem afastado da representação e, então, reconhecer sua finitude. Só assim se pode voltar a ceder à representação como efeito de verdade e forma de produção de conhecimento:

Se é verdade, ao nível dos diferentes saberes, que a finitude é sempre designada a partir do homem concreto e das formas empíricas que se podem atribuir à sua existência, ao nível arqueológico, que descobre o *a priori* histórico e geral de cada um dos saberes, o homem moderno — esse homem determinável em sua existência corporal, laboriosa e falante — só é possível a título de figura da finitude. A cultura moderna pode pensar o homem porque ela pensa o finito a partir dele próprio. Compreende-se, nessas condições, que o pensamento clássico e todos os que o procederam tenham podido falar do espírito e do corpo, do ser humano, de seu lugar tão limitado no universo, de todos os limites que medem seu conhecimento ou sua liberdade, mas que nenhum dentre eles jamais conheceu o homem tal como é dado ao saber moderno (FOUCAULT, 1966, p. 438).

Na arqueologia das ciências humanas que realiza Foucault, este entende, portanto, que as ciências humanas só puderam produzir suas especificidades teóricas e conceituais e seus

modos próprios de modalizar seus enunciados para formar discursos porque, naquele ponto da história dos saberes ocidentais, o conceito de homem, duplamente inscrito como síntese empírica e fundamento do saber, pôde oferecer como tema a finitude do homem e, então, ceder possibilidades para o retorno à representação. Este é o *a priori* histórico das ciências humanas. O conceito de homem não poderia ser representado tal qual o desenvolvem as ciências humanas sem que, entre os séculos XVIII e XIX, a sociedade ocidental tivesse, em termos de produção de discursos, se libertado da representação, se deparado com sua finitude por meio do conceito de homem e, por fim, retornasse à representação já a partir da inscrição deste conceito pelo tema da finitude.

Se, de um lado, Foucault enfatiza o tempo todo que as condições de produção de conhecimento estão ligadas à especificidades e regularidades enunciativas no domínio da ordem do discurso, aquele que condiciona a experiência de veridicção e a produção das formas de conhecimento, por outro lado, estas regularidades estão desempenhadas justamente na relação do homem com sua experiência de linguagem e, portanto, este conceito (o de linguagem) passa a ser um dos que mais afeta a produção de conhecimento a partir do momento em que o homem descobre sua finitude e se volta para si próprio como uma representação.

Ora, se voltar para si como representação é justamente se questionar e se avaliar em relação à sua própria linguagem. Dessa forma, não é nada coincidente que, do ponto de vista da argumentação de Foucault em *As palavras e as coisas*, a linguagem tornada objeto de saber tenha sido uma encruzilhada fundamental na formação dos discursos das ciências humanas ocidentais. No limite, o homem tornado representação condiciona uma instigação à problematização de sua própria linguagem. Justamente por isso os saberes modernos são marcados por técnicas de exegese e de interpretação:

Compreende-se, assim, o re-florescimento muito acentuado, no século XIX, de todas as técnicas da exegese. Esse reaparecimento deve-se ao fato de que a linguagem retomou a densidade enigmática que tinha no Renascimento. Mas não se tratará agora de reencontrar uma fala primeira que aí estivesse enterrada, mas de inquietar as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, de dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia. O primeiro livro do *Capital* é uma exegese do “valor”; Nietzsche inteiro, uma exegese de alguns vocábulos gregos; Freud, a exegese de todas essas frases mudas que sustentam e escavam ao mesmo tempo nossos discursos aparentes, nossos fantasmas, nossos sonhos, nosso corpo. A filologia, como análise do que se diz na profundidade do discurso, tornou-se a forma moderna da crítica. Lá onde se tratava, no fim do século XVIII, de fixar os limites do conhecimento, buscar-se-á desarticular as sintaxes, romper as maneiras constringentes de falar, voltar as palavras para o lado de tudo o que se diz através delas e malgrado elas (FOUCAULT, 1966, p. 412-413).

Todas estas problematizações elencadas por Foucault, que servem como base de modalização enunciativa para as técnicas de exegese do século XIX, são muito férteis para que se reflita sobre as condições de possibilidade dos saberes da ADF e seu conceito, específico ainda que bastante múltiplo, de discurso. A partir desta citação de Foucault, é possível que eu recorte e organize exemplos de modalidade enunciativa que podem ser destacadas das práticas discursivas dos estudos do discurso de viés materialista: 1) *inquietar as palavras que falamos*, 2) *denunciar o vinco gramatical de nossas idéias*, 3) *dissipar os mitos que animam nossas palavras*, 4) *tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia*, 5) *desarticular as sintaxes*, 6) *romper as maneiras constringentes de falar*, 7) *voltar as palavras para tudo que se diz a partir delas e apesar delas (ou seja, ir além das próprias palavras)*.

Da parte desta reflexão de Foucault em *As palavras e as coisas*, não se pode, a partir deste ponto da história dos saberes, reconhecer uma relação direta entre linguagem e pensamento, o que condiciona, na ADF, sob o meu ponto de vista, a tese da não transparência da linguagem e da não evidência dos sentidos: “A passagem ontológica que o verbo ser assegurava entre falar e pensar acha-se rompida; a linguagem, desde logo, adquire um ser próprio. E é esse ser que detém as leis que o regem” (FOUCAULT, 1966, p. 409).

Poderia arriscar a hipótese, na esteira de Foucault (1966), de que a linguagem tornada discurso – este tipo de positividade que a ADF flagra no funcionamento constitutivo da linguagem, colocando-a em relação à história e ao sujeito – incide justamente numa tentativa de contornar este problema que se torna o estatuto adquirido pela linguagem no solo arqueológico que dá condições aos saberes específicos das ciências humanas:

Destacada da representação, a linguagem doravante não mais existe, e até hoje ainda, senão de um modo disperso: para os filólogos, as palavras são como tantos objetos constituídos e depositados pela história; para os que querem formalizar, a linguagem deve despojar-se de seu conteúdo concreto e só deixar aparecer as formas universalmente válidas do discurso; se se quer interpretar, então as palavras tornam-se texto a ser fraturado para que se possa ver emergir, em plena luz, esse outro sentido que ocultam; ocorre enfim à linguagem surgir por si mesma num ato de escrever que não designa nada mais que ele próprio. Essa dispersão impõe à linguagem, se não um privilégio, ao menos um destino que parece singular quando comparado ao do trabalho ou da vida (FOUCAULT, 1966, p. 419).

Vê-se, portanto, o porquê de os estudos da linguagem terem se debatido tanto nas últimas décadas, como mostra o projeto de Michel Pêcheux e sua inquietação sobre a indeterminação do sentido na língua, em torno de demonstrar que, no limite, a língua não é *a* língua – trata-se de um imaginário, uma representação. A finitude do homem o torna

representação e torna sua linguagem seu principal objeto para problematizações e para a experiência de conhecimento; a linguagem humana, já que estrutura a própria experiência, passa a ser o ponto que flagra a verdade do homem em sua relação com o mundo: ou pelo menos os efeitos de verdade; daí *a problematização intensa* da ADF em direção aos efeitos de sentido entre interlocutores, à instabilidade e variação dos sentidos, este problema que remonta Nietzsche e Freud, que vai parar nos comentários de Lévi-Strauss, de Althusser e mesmo de Lacan – todos exemplos de figuras que não puderam se apartar da linguagem: “O inconsciente é estruturado como uma linguagem” (LACAN, 1964, p. 25).

A linguagem tornada objeto é, portanto, a linguagem tornada um ponto de problematizações que inclusive pode ser remontado dessa regularidade que une Marx, Nietzsche, Freud e suas técnicas de interpretação. Toda esta exegese que passa a faiscar a partir do século XIX incide no acontecimento histórico (e discursivo) a partir do qual se começa a investir nos limites da representação da linguagem para se produzir conhecimento sobre o homem e sua finitude. A linguagem é um problema – e é tornada objeto de conhecimento – porque ela inquieta a própria experiência humana de conhecer; trata-se da *inquietação do discurso*:

Como pode ele [o homem] ser o sujeito de uma linguagem que, desde milênios, se formou sem ele, cujo sistema lhe escapa, cujo sentido dorme um sono quase invencível nas palavras que, por um instante, ele faz cintilar por seu discurso, e no interior da qual ele é, desde o início, obrigado a alojar sua fala e seu pensamento, como se estes nada mais fizessem senão animar por algum tempo um segmento nessa trama de possibilidades inumeráveis? (FOUCAULT, 1966, p. 446)

Muitos comentadores dos textos de Michel Foucault (DEULEUZE, 1986; ORTEGA, 1999; ROUDINESCO, 2007; MACHADO, 2009) afirmam que seu projeto teórico recobre justamente uma crítica ao seu tempo presente, aos saberes de sua própria atualidade e, por isso mesmo, se tornaram pesquisas tão ácidas e famosas do ponto de vista de quem e de como pretendiam atingir – e também por isso mesmo, criaram muita polêmica. A exemplo, veja-se o caso emblemático de *A história da loucura na Idade Clássica* (1961), que deu condições para a crise no sistema manicomial em alguns países da Europa (ROUDINESCO, 2007). *As palavras e as coisas* também possui este objetivo de reflexão genealógica sobre o presente contemporâneo de Foucault.

Em *As palavras e as coisas* (1966), Michel Foucault articula a existência das ciências humanas à descoberta da finitude do homem depois justamente da descoberta que as ciências empíricas fizeram do homem enquanto objeto para o conhecimento. As ciências

humanas se tornam possível no ponto em que encontrar as identidades que formam a representação que as palavras fazem das coisas volta a ser uma forma de produzir conhecimento, mas desta vez já completamente afetada pela descoberta que a filosofia transcendental e as ciências empíricas haviam feito sob a finitude do homem. Logo, o retorno é à representação, mas esta representação já é outra coisa, especificada pelo tema da finitude e pelo conceito de homem. Pêcheux já estava tomado por estas problemáticas e suas teorizações demonstram esta mesma inquietação sobre a linguagem e suas representações que é, por exemplo, o signo mais forte da exegese desempenhada por Nietzsche e por sua obstinação pela genealogia dos signos, esta que condiciona a aproximação entre o fazer filosófico e uma reflexão radical sobre a linguagem:

A linguagem só entrou diretamente e por si própria no campo do pensamento no fim do século XIX. Poder-se-ia mesmo dizer no século XX, se Nietzsche, o filólogo — e nisso também era ele tão erudito, a esse respeito sabia tanto e escrevia tão bons livros —, não tivesse sido o primeiro a aproximar a tarefa filosófica de uma reflexão radical sobre a linguagem (1966, p. 420).

A linguagem tornada objeto de representação, a partir do qual se podem enunciar novamente as identidades e diferenças, mas desta vez sob a condição de que estas não definem mais a ontologia dos seres, mas a finitude do homem, é o principal eixo de problematizações no qual, do meu ponto de vista, incide a formação do discurso da ADF, principalmente do lado da aventura teórica de Michel Pêcheux. Portanto, se é possível e inclusive um dever para o analista de discurso contemporâneo investir na inquietação do discurso — mostrar *os deslizamentos, as falhas, os sintomas, os silêncios, as polêmicas, as resistências* —, tal qual basicamente o indica Michel Pêcheux em boa parte de seus desenvolvimentos teóricos, não se trata simplesmente de um simples efeito de comentário dos textos de Pêcheux, ou de Foucault que o seja; trata-se muito mais de condições de possibilidade que estão totalmente disponíveis a partir das práticas que formam estes discursos recortando estas formas de saber no domínio da experiência.

Nesse sentido, não é pouco coincidente notar que se, por um lado, Foucault ressalta o nome de Nietzsche entre os instauradores de discursividade que impõem novas positivities para os saberes em torno da linguagem, não é pouco relevante, por outro lado, ressaltar que, segundo Malidier (1990) no final de seu percurso histórico sobre os textos de Michel Pêcheux, conclua

que este último iria *reler* Nietzsche⁵⁶. Reler, é importante anotar, pois Nietzsche já insistia e predominava nos saberes nos quais Pêcheux investia em sua aventura teórica do discurso.

⁵⁶ É importante notar aqui um equívoco de tradução executado por Eni Orlandi na edição brasileira deste texto que introduz o livro *L'inquiétude du discours*, este último que foi uma organização francesa de textos de Pêcheux realizada por Denise Maldidier e publicada em 1990. Este equívoco, inclusive, já foi evidenciado por Isadora Lima Machado (2015) em sua tese *Nietzsche e o destino singular da linguagem*; trata-se justamente do último trecho do texto de Maldidier em que "*relire Nietzsche*" é traduzido como "ler Nietzsche", e não como "reler".

4 DE NOSSAS HERANÇAS ÀS NOSSAS RELAÇÕES: UM AUTOR, UM CONCEITO, UMA POSITIVIDADE

“Nossas relações são antigas”, diz Jacques Lacan em 1963, numa carta a Louis Althusser. O mesmo se pode dizer das relações entre Análise de Discurso e Brasil (e de como esses dois nomes próprios atravessam as relações que Michel Pêcheux procurava estabelecer). E aqui a palavra a ser ressaltada é a palavra “relação” para não incorreremos na perspectiva da “recepção de um autor”, perspectiva essa que, ao reduzir os efeitos de um autor ao modo como ele é “recebido” numa dada conjuntura e localidade, produz o efeito de uma obra acabada que entra em contato com novas terras...

Discurso de colonização?

(Lauro Baldini & Mónica Zoppi-Fontana. **A análise do discurso no Brasil**. 2013)

Um destaque para a palavra *relação*. Neste trecho que introduzo como epígrafe, Lauro Baldini e Mónica Zoppi-Fontana (2013) ressaltam a palavra *relação* para dizer do contato entre a Análise de Discurso, dita *francesa*, e o Brasil. Isto evita, no início da argumentação que desenvolvem, tratar destas *relações* a título de *recepção*. Nada mais *foucaultiano*, inclusive; mas *foucaultiano*, assim? Não seria esta minha atribuição – *foucaultiano* – também um *discurso de colonização*, na medida em “produz o efeito de uma obra acabada”? Vale a pena repetir a pergunta certa de Baldini e Zoppi-Fontana, uma vez que o silêncio que pode vir como resposta, por ventura, também poderá vir a dizer muito sobre o que ainda está por vir: *l'avenir dure longtemps*. E ainda vale repetir a pergunta – mais uma vez – porque ao destacar, dessa reflexão de Baldini e Zoppi-Fontana, a fertilidade das *relações* conflitando as *recepções*, esta predicação que faço intervir para tratar desta reflexão como de natureza *foucaultiana* poderia ser, em contrapartida, um retorno a este velho dilema das *heranças* e das *recepções*: *ainda* um discurso de colonização?

Meu objetivo, neste texto que conclui este meu *percurso*, é o de indicar, a partir de algumas restrições e confrontações *arqueológicas* sobre os quais discuti no Capítulo 03 (disciplina, autor, comentário, obra, etc.), alguns paradoxos que insistem como *fantasmas* a partir destas minhas aproximações a algumas particularidades teóricas sobre as *relações* entre as teorias de Michel Pêcheux e as de Michel Foucault. Do lado do *conceito*, talvez eu tenha me arriscado demais em tornar central a *supremacia do significante* e não tenha podido, por isso, tratar da formação dos conceitos a partir de todo um domínio associado sob o qual os

enunciados se rarefazem. Quanto aos *autores*, note-se minha insistência em oferecê-los como uma predicação evidente: “o conceito de FD *de Pêcheux*”, “o conceito de *Foucault*”; eu muito mais pude definir o autor como uma unidade evidente e homogênea do que destacar as particularidades do desempenho de uma função autor. Por último a *disciplina* e, embora eu tenha tentado ao máximo tratar das práticas de *análises* de discurso (no plural), não foram poucas vezes que a escrita foi dominada pelo território que condiciona seus saberes: a ADF, *a Análise de Discurso francesa*; do ponto de vista em que se compreende a disciplina como um princípio interno de rarefação do discurso (FOUCAULT, 1970), também teria sido muito importante que, já do ponto de partida, eu tivesse colocado em suspenso essa pretensa garantia de uma unidade do discurso.

Ainda atualmente há um certo dissenso em afirmar que *a Análise de Discurso francesa seja uma disciplina*, pois é justamente esta predicação (encaixamento das relativas...) que abre a via da divisão do enunciado: que análise de discurso é esta *que é francesa* no Brasil? Diante deste paradoxo de um domínio de investigação que se reivindicou sempre *transdisciplinar* (GREGOLIN, 2005, p. 107), como dar conta da regularidade que simula a homogeneidade de suas práticas? Onde ainda podemos especificar rupturas e descontinuidades nos saberes da ADB em relação com sua memória francesa? Qual é, afinal, o estatuto de nossas relações? Mais particularmente, gostaria de focalizar e problematizar o quanto ainda pode estar *medindo nossas heranças* a partir de conceitos, autores e predicções disciplinares: problematizações oferecidas pela memória *francesa* de nossos saberes. Gostaria, dessa forma, de indicar alguns problemas sobre nossas relações com estes autores franceses – Michel Pêcheux e Michel Foucault –, questionando principalmente *as contradições* que podem, ou não, suceder dessas *relações*.

Um primeiro paradoxo é referente à unidade do conceito. Tal paradoxo, a partir de meu percurso, poderia ser indiciado pela distinção entre dois diferentes conceitos de formação discursiva: um *pecheuano* e um *foucaultiano*. No sentido daquilo que discuti, a partir da arqueologia de Foucault (1969a, 1969b), sobre as determinações entre certas práticas, como as discursivas, e a função de autor que nelas são especificadas, esta diferença entre um conceito *pecheuano* ou *foucaultiano* de formação discursiva é nada mais que *uma péssima entrada* para um *percurso histórico* pela formação de discursos, como estes da ADF. A restrição que o autor pode fazer incidir sobre um conceito rarefaz a dispersão das práticas e simula justamente essas unidades que só fariam se reivindicar como nossas *heranças* – justamente *os autores* determinando *os conceitos*. Não é por acaso que se trata de uma unidade que embaraça Foucault

e da qual ele procurou se desfazer (FOUCAULT, 1969b, 1970). O *retorno aos autores*, e a estas predicções que deles derivam uma especificação fundamental para a formação dos conceitos, é um tipo de aproximação que, no tratamento das práticas discursivas, muito mais deixa *opacos* estes objetos que se pretende predicar (conceitos, termos, noções...) do que garante suas unidades a partir destes gestos de autoria que eles colocam em evidência (pecheuanos, foucaultianos). Não só deixa opacos os objetos, mas também as posições de sujeito que se pode ocupar a partir deles.

O mais interessante é que este paradoxo sobre o conceito é particularizado pelo paradoxo da autoria. A tentativa de dissolver a dispersão dos conceitos na continuidade e unidade do autor já é um risco que pode ser denotado por estas simples predicções: *pecheuanos* e *foucaultianos*. Veja-se que não foi somente um risco que corri; é, mais propriamente, uma *falha grave* no meu percurso, pois, ainda que eu tenha podido mostrar algumas transformações conceituais, não pude deixar de buscar no *autor* a garantia para *uma certa unidade* do conceito de FD. Por isso, insisto que este tipo de história, a que determina o conceito pelo autor, também pode induzir à evidência do objeto do discurso e camuflar a diversidade das práticas dispersas que o regulam. Mas não é ainda menos interessante notar que esta determinação pela autoria, não só dos conceitos, mas também das posições de sujeito que se pode ocupar diante dos conceitos, incide também em certos *poderes secretos* que nos filiam⁵⁷ aos autores e nos fixam em suas relações. É um tipo de tipologia (*pecheuanos*, *foucaultianos*, etc.) que, a partir da unidade dos autores, regula posições de sujeito em práticas discursivas.

Por isso mesmo, não só me equivoquei ao partir de uma unidade conceitual restrita à unidade do autor (este que a teria concebido) como ainda houve esta grande confusão de restringir o conceito à *disciplina* e, principalmente, à disciplinarização. Esqueci-me, dirão os historiadores, que conceitos de FD circularam por vários domínios de saber e que minha pesquisa pôde muito timidamente isolar umas poucas estratégias teóricas a partir de um demasiado apego aos autores e à disciplinarização; desviei-me da dispersão. É uma crítica que aceito muito bem: meu trabalho todo se firmou sobre esta unidade mais evidente que seria a *ADF como disciplina*. Convém destacar que, de acordo com Maria do Rosário Gregolin, o problema da disciplinarização do domínio da ADF estava no cerne das preocupações de Pêcheux já no início da década de 1980:

⁵⁷ Trato especificamente do sentido de filiação e, no caso de *autores homens*, de *paternidade*: “dupla paternidade”? “paternidade partilhada”?

Situando-se em um momento de forte disciplinarização, na França, de um campo denominado “análise do discurso”, e definitivamente, não concordando com essa etiqueta, Pêcheux afirma que *se nos baseamos nas designações acadêmicas em uso no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) e na Universidade*, a análise de discurso na França é um trabalho de **linguistas** (Dubois e o distribucionalismo harrisiano), de **historiadores** e de **psicólogos** (da psicologia social, em ruptura crítica com essa disciplina). No entanto, diz ele, *para além das designações acadêmicas*, a análise de discurso deriva de problemáticas filosóficas e políticas, em curso nos anos 60, que formaram a base concreta, *transdisciplinar* de um encontro (confronto) sobre a questão da discursividade dos processos ideológicos (GREGOLIN, 2005, p. 107, grifos do original).

Dessa forma, o *lugar de entremeio* que a ADF de Pêcheux procurava ocupar já estava destacado em suas teorias do discurso; inclusive, mais adiante, volto a discutir este ponto para tratar de um último paradoxo: o desse *lugar de entremeio* que procura definir relações tênues entre os domínios discursivos e os domínios não discursivos. Do mesmo modo que Foucault insistiu, em *A ordem do discurso* (1970), em se desvencilhar das *disciplinas* como garantias de unidade e as discerniu, então, como procedimentos internos de rarefação dos discursos, também Pêcheux não acreditava nem na fundação de um continente disciplinar privilegiado, *a* análise do discurso francesa, muito menos numa posição enunciativa privilegiada de acesso à verdade a partir deste continente: *a* posição de analista de discurso. Eni Orlandi chama a atenção inclusive para o pouco consenso sobre a existência disto que seria uma *Escola Francesa* de Análise do Discurso:

Questiono o sentido que pode tomar “Escola”. Quem assim a nomeou na França foi Guespin, partidário de que a análise de discurso fosse parte da sociolinguística, o que gerou enorme polêmica. Mais tarde, depois da morte de Michel Pêcheux, este nome tem sido dado a trabalhos que são de muitas e diferentes ordens teóricas, metodológicas e que nada tem de articulado em seus procedimentos. São um pacote de estudos de diferentes disciplinas da linguagem como a própria análise de discurso mas sobretudo da pragmática, da linguística textual, da teoria da enunciação, da sociolinguística etc. Portanto este nome escola de análise de discurso francesa não recobre um conjunto de trabalhos que tenham uma consistência interna (teórica) e histórica (ORLANDI, 2005, p. 01).

Por isso mesmo, ainda soa como paradoxal e causa estranheza esta tentativa contraditória de, diante de todas as restrições das diversas predicções, ainda demarcar os limites de *uma disciplina*, seja ela *a análise de discurso francesa* seja *a análise de discurso brasileira*, ou *a análise crítica do discurso*, ou *a análise do discurso crítica*, ou *a análise automática do discurso*...

É importante destacar a ambiguidade na qual incide a própria palavra *disciplina*. Baldini e Zoppi-Fontana (2013), apesar de objetivarem um percurso sobre *as relações* entre a ADB e sua memória francesa dando destaque às relações com Jacques Lacan, abrem uma

primeira via para a problematização desta *ambiguidade disciplinar* – esta da qual a AD sempre quis se apartar mas que não cessa de restringir, de um certo modo, sua *descolonização epistemológica*.

Os dados e as questões sobre os quais Baldini e Zoppi-Fontana refletem “centram seu interesse no enfoque materialista dos estudos discursivos, que se reconhecem nos trabalhos iniciados por Michel Pêcheux e colaboradores, na França, entre os anos de 1966 e 1983” (2013, p. 02), e que, no Brasil, encontram sua figura mais representativa em Eni Puccinelli Orlandi. Veja-se este trecho em que comentam a importância da *disciplinarização* da ADB, já desde o início da década de 1980 por Eni Orlandi no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas:

Por iniciativa desta pesquisadora, a Análise de Discurso é disciplina obrigatória dos cursos de Graduação em Letras e Linguística da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) desde o início da década de 80, além de se colocar, na mesma época, como uma linha de pesquisa para a realização de dissertações de mestrado e teses de doutorado no curso de Pós-graduação em Linguística da mesma universidade, no qual se formaram várias gerações de pesquisadores que atuam hoje em diferentes instituições de ensino superior no Brasil e no exterior (BALDINI & ZOPPI-FONTANA, 2013, p. 02).

Disciplina obrigatória é um termo bem contraditório que não cessa de deixar ainda mais conflituoso e equivocado este paradoxo da diferença e da repetição que, ao destacar a especificidade da ADB, incide inevitavelmente na presença da ADF e, particularmente, no paradoxo de sua disciplinarização. Em 2008, o estudo de Amanda Scherer e Verli Petri, *Discours ou discourse: invention, configuration, transmission et disciplinarisation au Brésil*, publicado no Volume 18 e número 02 da Revista Letras, trata de adicionar ingredientes que tornam ainda mais problemático este tipo de enfoque disciplinar em direção aos estudos de discurso brasileiros.

O estudo das autoras pode ser definido como uma perspectiva que discute a recepção de conceitos *estrangeiros* (*estranhos?*), com destaque para a diferença entre *discours* e *discourse*. Elas destacam principalmente, a partir do que chamam de dois movimentos sócio-históricos, uma diferença entre a recepção da tradição inglesa e a da tradição francesa dos estudos sobre o discurso. Esta diferença viria principalmente marcada pelo *conceito* de discurso a partir do qual incidiria uma divisão disciplinar (a ADF e a ACD⁵⁸) garantida via a ambiguidade da tradução: *discourse* ou *discours*. Veja-se que a tradução destacaria e

⁵⁸ Análise Crítica do Discurso.

distinguiria a determinação de conceitos que, apesar de homônimos, seriam apartados por dois diferentes processos de *disciplinarização*.

Da parte do estudo de Scherer e Petri (2008), elas destacam, entre os quadros que distinguem de um primeiro para um segundo movimento sócio-histórico, a diferença entre uma *disciplina de interpretação* e uma *disciplina de descrição*. Esta diferença incide justamente na divisão disciplinar entre a Análise de Discurso francesa e a Análise Crítica do Discurso. Além de se multiplicarem as predicções que subdividem a *disciplina da Análise de Discurso*, veja-se que estas predicções não deixam de fazer entrever as tentativas de *disciplinarização*; não deixam de fazer entrever *a disciplina como uma unidade evidente: que disciplina ensinar?*

Veja-se que esta problemática incide sobre a especificidade do desempenho da função do autor na relação com a tradução e com a mudança de território – esta última que ainda é constitutivamente atravessada por uma *memória*, histórica, *de colonizações*: desde a colonização cultural racializada até a colonização epistemológica que, no limite, é sempre linguística (e também racializada e classista). Falar assim das colonizações é, obviamente, traçar um esboço bem rápido e cheio de simulacros para todas as relações tensas que ainda incidem em nossos domínios de memória – estes que, para Foucault, relacionam práticas discursivas com práticas não discursivas. Portanto, não se pode imaginar que serão poucos os desafios para tornar estas relações menos tensas: diferença ou repetição? quebrar os vínculos ou manter as *heranças*? Da parte de Eni Orlandi, ela tem apostado em procurar situar o saber linguístico:

[...] o que tenho proposto é que se articule sistematicamente a história do conhecimento metalingüístico com a história da constituição da própria língua, ligando-se a língua à sua exterioridade, a seus territórios, às populações, às nações e Estados com suas políticas. A ciência da língua que assim se considera não está apartada do território em que se produz. Tampouco a análise de discurso (ORLANDI, 2005, p. 02).

Não é nada fortuito rememorar que aquilo que Denise Maldidier (1990) dá o nome de uma *aventura teórica de Pêcheux* e que ainda é reescrita como uma *aventura do discurso* é também um tipo de gesto, teórico e político, levado a cabo por Pêcheux para enfrentar aquilo que, a partir de Foucault (1966), eu arriscaria afirmar como *o problema da linguagem e seus duplos*. É neste sentido que o conhecimento metalingüístico deve ser articulado com a história da constituição da própria língua.

Retomo um trecho que citei no capítulo anterior e no qual Foucault, em *As palavras e as coisas*, discute algumas modalidades enunciativas sobre a problemática da linguagem e

seus duplos – o fantasma de Nietzsche que perseguia a modernidade. Meu objetivo é o de, retornando a Foucault, ao menos lembrar que nossas heranças são muito mais velhas do que imaginamos e de que os autores são apenas a ponta de um iceberg na mediação de nossas problemáticas – específicas em cada época, talvez regulares no sentido de que se pode descrever a partir delas algumas regras de formação particulares. Antes da referência a Foucault, convém lembrar que, segundo Maldidier (1990) Pêcheux projetava *reler* Nietzsche:

Mas não se tratará agora de reencontrar uma fala primeira que aí estivesse enterrada, mas de inquietar as palavras que falamos, de denunciar o vinco gramatical de nossas idéias, de dissipar os mitos que animam nossas palavras, de tornar de novo ruidosa e audível a parte de silêncio que todo discurso arrasta consigo quando se enuncia. O primeiro livro do *Capital* é uma exegese do “valor”; Nietzsche inteiro, uma exegese de alguns vocábulos gregos; Freud, a exegese de todas essas frases mudas que sustentam e escavam ao mesmo tempo nossos discursos aparentes, nossos fantasmas, nossos sonhos, nosso corpo. A filologia, como análise do que se diz na profundidade do discurso, tornou-se a forma moderna da crítica. Lá onde se tratava, no fim do século XVIII, de fixar os limites do conhecimento, buscar-se-á desarticular as sintaxes, romper as maneiras constringentes de falar, voltar as palavras para o lado de tudo o que se diz através delas e malgrado elas.

Neste *arquivo* particular, a partir do qual assumimos nossa herança e na esteira do qual a ADB (pelos menos boa parte dela) atualmente especifica seu campo de enunciação (seus objetos, modalidades enunciativas, conceitos e estratégias), sobressaem e pululam Michel Pêcheux e Michel Foucault (eu poderia acrescentar ainda Mikhail Bakhtin⁵⁹); aparecem como autores incontornáveis, saberes que são positivados numa dinâmica paradoxal e contraditória de enunciados divididos e que compartilham essa estranha herança, essa estranha memória.

Veja-se, contudo, que o próprio problema que percorri durante minha tese toda depõe contra esta argumentação, já que os detalhes que averigui e expus deram destaque para a importância dos autores e a presença, mesmo que disforme e multifacetada, de suas *heranças*. Em relação a Pêcheux, especifiquei suas relações com Foucault; e, no que diz respeito a este último, isolei e particularizei seus conceitos. Não posso deixar de já trazer dessa forma, neste final do percurso, esta autocrítica, já que os destaques de minha argumentação incluem a rearticulação de conceitos, a presença incontornável de autores, o obstáculo quase intransponível da formação de um domínio disciplinar. Ao mesmo tempo, e o considero uma contribuição para os estudos em análise do discurso no Brasil, pude particularizar alguns traços

⁵⁹ Sírio Possenti, no início de seu texto *Sobre dois conceitos de Foucault*, em que especifica e problematiza o emprego e a circulação dos conceitos de verdade e saber de Foucault para o domínio da AD, inicia sua argumentação justamente remetendo a este “amplo guarda-chuva” (p. 169) sob o qual costumam se colocar os analistas de discurso: “Pêcheux, Bakhtin e Foucault” (p. 169).

dessa memória que especifica e condiciona, é importante ressaltar, a própria posição de sujeito que fui *determinado* a tomar nestas *práticas discursivas*.

Iniciei este percurso, por volta de 2006 eu imagino, já problematizando e tornando um desejo poder entender as relações entre *um autor, um conceito e uma positividade*: lá fui pego pela curiosidade por Michel Pêcheux, pelo conceito de formação discursiva e pelos limites bastante incertos da análise de discurso. No meio do caminho havia *um Outro*: Michel Foucault. Novamente um autor, outros conceitos de formação discursiva e vestígios de uma positividade que também tornavam central os desafios que este objeto paradoxal, *o discurso*, nos impõe. De um lado, uma aproximação materialista e uma aventura teórica dos discursos; de outro, um desafio para o materialismo e uma aventura teórica pelos saberes. Nunca soube ao certo, de onde estava partindo e onde poderia chegar.

Ainda não sei ao certo *me responder*: a mim e a esta linguagem que assumo para positivar minha experiência na descontinuidade destas práticas discursivas. E, então, me sobra a aventura teórica de Pêcheux. Dela ainda posso me reter no alento de que todas as evidências sob as quais fui pego tenham podido ao menos me garantir *boas questões*, já que também permitiram – nas *relações* com Foucault – indagar sobre a experiência de ser *na linguagem*. Se ao menos sobraram importantes desafios, talvez seu *a priori* histórico pulse nessas lembranças – que insistimos em tornar nossas enquanto as apagamos – de que é preciso tornar *políticas* nossas *práticas (discursivas) acadêmicas*: estas últimas dificilmente manterão laços firmes e férteis com as práticas não discursivas e com os regimes de apropriação dos discursos se não estiverem também firmes na escuta da não transparência se suas próprias linguagens. Trata-se de políticas linguísticas, estas que Pêcheux insiste em fazer pulsar, ainda que sem Pêcheux.

Foucault na formação discursiva da análise de discurso é um enunciado todo cheio de equívocos e que só persistirá como título desta tese porque o subtítulo que lhe precede – *um autor, um conceito, uma positividade* – está prenhe de um silêncio que faz atravessar este Outro autor. Este um que não pretendeu ser o autor; que tinha no conceito uma arma política; e que, muito positivado, não deixa de tornar ambígua nossa posição no discurso: Michel Pêcheux.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. [1970] **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**: notas para uma investigação. 3. Ed. Trad. Joaquim José de Moura Ramos. Lisboa/São Paulo: Editorial Presença/Martins Fontes, 1980.
- BARONAS, Roberto Leiser. Formação discursiva em Pêcheux e Foucault: uma estranha paternidade. In: NAVARRO, Pedro; SARGENTIN, Vanice de Oliveira. **Foucault e os domínios da linguagem**: discurso, poder, subjetividade. São Carlos: Claraluz, 2004. pp. 45-74.
- _____. Efeito de sentido de pertencimento à análise de discurso. In: **Anais do II SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2005a. Disponível em: <http://goo.gl/T8M2zI>. Acesso em 20 jun 2015.
- _____. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. In: **Revista Estudos Linguísticos**. Nº XXXIV. São Paulo: GEL, 2005b. pp. 732-737. Disponível em: <http://goo.gl/wtYtAy>. Acesso em 20 jun 2015.
- _____. Ainda sobre a noção-conceito de formação discursiva em Pêcheux e em Foucault. In: _____. (Org.) **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 169-181.
- _____. Discurso em Foucault e em Pêcheux: notas de leitura para discussão. In: **Anais do I CITEd**. Assis: UNESP, 2011a. Disponível em: <http://goo.gl/2hXfDK>. Acesso em: 20 jun 2015.
- _____. Formação discursiva e discurso em Michel Foucault e Michel Pêcheux: notas de leitura para discussão. In: **Anais do V SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2011b. Disponível em: <http://goo.gl/YsK42Y>. Acesso em 20 jun 2015.
- BENITES, Sonia Aparecida Lopes. **Contando e Fazendo a História**: a citação no discurso jornalístico. São Paulo: Arte e Ciência; Assis: Núcleo Editorial Proleitura, 2002.
- BEAUJOT, Jean-Pierre; MORTUREUX, Marie-Françoise. Genèse et fonctionnement du discours [Les « Pensées diverses sur la Comète », de Bayle et les « Entretiens sur la pluralité des Mondes », de Fontenelle]. In: **Langue Française**. Nº 15, 1972. pp. 56-78. Disponível em: <http://goo.gl/6LlgUS>. Acesso em 20 jun 2015.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2004.
- CHEVALIER, Jean-Claude. Langage et histoire. In: **Langue Française**. Nº 15, 1972. pp. 3-17. Disponível em: <http://goo.gl/O8ZJrd>. Acesso em 23 jun 2015.
- COURTINE, Jean-Jacques. [1981] **Análise do Discurso Político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EDUFSCar, 2009.
- _____. [1982] O professor e o militante: contribuição à história da análise de discurso na França. In: _____. **Metamorfoses do Discurso Político**: derivas da fala pública. (Trad. e Org. Calos Piovezani e Nilton Milanez). São Carlos: Claraluz, 2006. pp. 09-28.

- _____. [1987] Linguagem, discurso político e ideologia. In: In: _____.
Metamorfoses do Discurso Político: derivas da fala pública. (Trad. e Org. Calos Piovezani e Nilton Milanez). São Carlos: Claraluz, 2006. pp. 59-86.
- _____. Discurso, história e arqueologia (Entrevista concedida a Cleudemar Alves Fernandes). In: MILANEZ, Nilton; GASPAR, Nádea Regina. **A (Des)Ordem do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2010. pp. 17-30.
- COURTINE, J-J; HAROCHE, C. [1988] **Histoire du visage**: exprimer et taire ses émotions (XVIe-début XIXe siècle). Paris: Éditions Payot & Rivages, 1994.
- CULIOLI, Antoine. La formalisation en linguistique. In: **Cahiers pour l'Analyse**. N° 9. Paris: Le Seuil, 1968. pp. 106-117. Disponível em: <http://goo.gl/YSYcwY>. Acesso em 25 jun 2015.
- CULIOLI, Antoine; FUCHS, Catherine; PÊCHEUX, Michel. **Considérations théoriques à propos du traitement formel du langage**. [Documents de linguistique quantitative]. Paris : Dunod, 1970.
- DELJURIE, Jean-François. "René" à travers les manuels ou le discours d'escorte. In: **Littérature**. N° 7, out 1972. pp. 27-47. Disponível em: <http://goo.gl/xnrlB5>. Acesso em 25 jun 2015.
- DESIRAT, Claude; HORDE, Tristan. Formation des discours pédagogiques. In: **Langages**. N° 45, 1977. pp. 3-8. Disponível em: <http://goo.gl/0HW83S>. Acesso em 22 jun 2015.
- DOSSE, François. **História do Estruturalismo**: o campo do signo, 1945/1966 (Volume I). Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- _____. **História do Estruturalismo**: o canto do cisne, de 1967 a nossos dias (Volume II). Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1994.
- FOUCAULT, Michel. [1961] **História da Loucura**: na idade clássica. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 8. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.
- _____. [1963] **O Nascimento da Clínica**. Trad. Roberto Machado. 6. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. [1966] **As Palavras e as Coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tannus Muchail. 9. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- _____. [1967] Nietzsche, Freud, Marx. In: _____. **Ditos e Escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. Ed. Vol. II. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 40-55.
- _____. [1968a] Sobre a arqueologia das ciências. Resposta ao círculo epistemológico. In: _____. **Ditos e Escritos**: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento. 2. Ed. Vol. II. Trad. Elisa Monteiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. pp. 82-118.
- _____. [1968b] Réponse à une question. In: _____. **Dits et Écrits I (1954-1975)**. Paris: Éditions Gallimard, 2001. pp. 701-723.
- _____. [1969a] **A Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- _____. [1969b] O que é um autor? In: _____. **Ditos e Escritos**: estética, literatura e pintura, música e cinema. 2. Ed. Vol. III. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. pp. 82-118.

_____. [1970] **A Ordem do Discurso**. 16. Ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. [1971] Entretien avec Michel Foucault. In: _____. **Dits et écrits I (1954-1975)**. Paris: Gallimard, 2001. pp. 1025-1042.

_____. [1976] **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2012.

_____. [1983-1984] **A Coragem da Verdade: curso no Collège de France (1983-1984)**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. [1990] Apresentação da conjuntura em linguística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 39-58.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Pêcheux's linguistic references. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995a. pp. 49-56.

GADET, Françoise; LÉON, Jacqueline; MALDIDIER, Denise; PLON, Michel. Appendix: Pêcheux's approach to formalization. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995b. pp. 57-59.

GIACOMONI, Marcello Paniz; VARGAS, Anderson Zalewski. Foucault, a arqueologia do saber e a formação discursiva. In: **Veredas: Revista de Estudos Linguísticos**. Vol. 14. Nº 02. Juiz de Fora: UFJF, 2010. pp. 119-129. Disponível em: <http://goo.gl/zBSWXk>. Acesso em 23 jun 2015.

GRANJEIRO, Claudia Rejanne Pinheiro. Michel Pêcheux e Michel Foucault: diálogos transversos sobre formação discursiva. In: **Revista Letras & Letras**. Vol 22. Nº 02. Uberlândia: UFU, jul/dez 2006. pp. 133-141. Disponível em: <http://goo.gl/N5SSC2>. Acesso em 22 jun 2015.

_____. Foucault, Pêcheux e a formação discursiva. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 33-45.

GREGOLIN, Maria do Rosário. [2004] **Foucault e Pêcheux na Análise do Discurso: diálogos & duelos**. 2. Ed. São Carlos / SP: Claraluz, 2006.

_____. Michel Pêcheux e a história epistemológica da linguística. In: **Revista Estudos da Língua(gem)**. N. 01. UESB: Vitória da Conquista, jun 2005. pp. 99-111.

GUESPIN, Louis. Problématique des travaux sur le discours politique. In: **Langages**. Nº 23, 1971. pp. 3-24. Disponível em: <http://goo.gl/oN0UIG>. Acesso em 25 jun 2015.

GUILHAUMOU, Jacques. Os Historiadores do Discurso e a Noção-Conceito de Formação Discursiva: narrativa de uma transvaliação imanente. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 105-117.

HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995.

- HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971] A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 13-32 [In: **Langages**, Nº 24, 1971. pp. 93-106. Disponível em: <http://goo.gl/5AhSn5>. Acesso em 20 jun 2015].
- HARRIS, Zellig S. Analyse du discours. In: **Langages**. Nº 13, 1969. pp. 8-45. Disponível em: <http://goo.gl/zQStwC>. Acesso em 25 jun 2015.
- HELSLOOT, Niels; HAK, Tony. Pêcheux's contribution to discourse analysis. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995. pp. 3-20.
- HENRY, Paul; MOSCOVICI, Serge. Problèmes de l'analyse de contenu. In: **Langages**, 3e année, Nº 11, 1968. pp. 36-60. Disponível em: <http://goo.gl/AOFN6y>. Acesso em 25 jun 2015.
- HENRY, Paul. Constructions relatives et articulations discursives. In: **Langages**. Nº 37, 1975. pp. 81-98. Disponível em: <http://goo.gl/Jv1JJU>. Acesso em 25 jun 2015.
- _____. Os fundamentos teóricos da “análise automática do discurso” de Michel Pêcheux (1969). [1990] In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 11-38.
- _____. Theoretical issues in Pêcheux's Automatic discourse analysis (1969). In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995. pp. 21-40.
- HERBERT, Thomas [PÊCHEUX, Michel]. [1968] Observações para uma teoria geral das ideologias. Trad. Carolina Zuccolillo, Eni Orlandi e José Horta Nunes. In: **Revista Rua**. Nº 1. Campinas: LABEURB, 1995. pp. 63-89.
- KRISTEVA, Julia. Les épistémologies de la linguistique. In: **Langages**, Nº 24, 1971. pp. 3-13. Disponível em: <http://goo.gl/0mN270>. Acesso em 23 jun 2015.
- KUENTZ, Pierre. Parole/discours. In: **Langue Française**. Nº 15, 1972. pp. 18-28. Disponível em: <http://goo.gl/mZNIZP>. Acesso em 23 jun 2015.
- LÉON, Jacqueline. AAD69: archéologie d'une étrange machine. In: **SEMEN: Revue de Sémiotique Linguistique des textes et discours**. n. 29, 2010. pp. 89-90. Disponível em: <http://goo.gl/kYNXLK>. Acesso em 22 jun 2015.
- MACHADO, Isadora Lima. **Nietzsche e o destino singular da linguagem**. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Campinas: IEL/Unicamp, 2015.
- MACHADO, Roberto. **Foucault, a Ciência e o Saber**. 4. Ed. (ampliada e revisada). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. [1984] **Gênese dos Discursos**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. Formações discursivas, unidades tópicas e não tópicas. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 63-74.
- _____. Unidades Tópicas e Não Tópicas. In: _____. **Cenas da Enunciação**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

_____. **Discurso e Análise do Discurso**. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MALDIDIER, Denise. Lecture des discours de De Gaulle par six quotidiens parisiens: 13 mai 1958. In: **Langue Française**. N° 9, 1971a. pp. 34-46. Disponível em: <http://goo.gl/HDzCEh>. Acesso em 23 jun 2015.

MALDIDIER, Denise. Le discours politique de la guerre d'Algérie: approche synchronique et diachronique. In: **Langages**. N° 23, 1971b. pp. 57-86. Disponível em: <http://goo.gl/EqjVHL>. Acesso em 23 jun 2015.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2003.

MARANDIN, Jean-Marie. Problèmes d'analyse du discours. Essai de description du discours français sur la Chine. In: **Langages**. N°. 55, 1979. pp. 17-88. Disponível em: <http://goo.gl/FC0F4k>. Acesso em 23 jun 2015.

MARCELLESI, Jean-Baptiste. Éléments pour une analyse contrastive du discours politique. In: **Langages**. N° 23, 1971. pp. 25-56. Disponível em: <http://goo.gl/cr19sQ>. Acesso em 23 jun 2015.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. **O Pensamento Inatingível: discurso, cognição e metáforas emergentes distribuídas**. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Belo Horizonte: UFMG, 2015. 249 p.

MORTUREUX, Marie-Françoise. Les Entretiens sur la pluralité des mondes de Fontenelle: discours scientifique, discours littéraire. In: **Littérature**, N° 4, 1971. Littérature. Décembre 1971. pp. 44-52. Disponível em: <http://goo.gl/hYWwBu>. Acesso em: 23 jun 2015.

NARZETTI, Claudiana. **O Projeto Teórico de Michel Pêcheux: de uma teoria geral das ideologias à análise do discurso**. São Paulo: Annablume; Manaus: Fapeam, 2012a.

_____. **O Percorso das Ideias do Círculo de Bakhtin na Análise do Discurso Francesa**. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa). Araraquara: UNESP, 2012b. 261 p.

NORMAND, Claudine. De quelques notions fondamentales (sur un enseignement d'initiation à la linguistique). In: **Langue française**. N° 14, 1972. pp. 32-44. Disponível em: <http://goo.gl/RDwbRm>. Acesso em 17 jun 2015.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **A Linguagem e seu Funcionamento**. Campinas: Pontes Editores, 1987 [1ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1983].

_____. [1992] **As Formas do Silêncio: no movimento dos sentidos**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. São Paulo: Editora Vozes, 1996.

_____. (Org.) **Gestos de Leitura: da história no discurso**. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 5. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2003.

_____. A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil?. In: **Anais do I SEAD**. Porto Alegre: UFRGS, 2005. 18 p. Disponível em: <http://goo.gl/RWVn6d>. Acesso em 18 jul 2015.

PÊCHEUX, Angélique. Bibliographie des travaux de Michel Pêcheux. In: **Mots**. N° 13, out 1986. pp. 195-200. Disponível em: <http://goo.gl/zsGbRr>. Acesso em 24 jun 2015.

PÊCHEUX, Michel. [1969] Análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 59-158.

_____. **Les Vérités de la Palice: linguistique, sémantique, philosophie**. Collection Théorie (dirigida por Louis Althusser). Paris: François Maspero, 1975. [**Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997].

_____. [1977] Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação. In: _____. **Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni Puccinelli Orlandi et al. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1997. pp. 293-304.

_____. [1978] Remontemos de Foucault à Spinoza. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. 2 Ed. (Revisada e ampliada). São Carlos: Pedro e João Editores, 2011. pp. 177-192.

_____. [1981] L'étrange miroir de l'analyse du discours. In: **Langages**. N° 62, 1981. pp. 05-08.

_____. [1983a] **O Discurso: estrutura ou acontecimento?** Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas / SP: Pontes Editores, 2006.

_____. [1983b] A Análise de Discurso: três épocas (1983). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs) **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993. pp. 311-18.

_____. Automatic discourse analysis. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995a. pp. 63-122.

_____. Overview and prospects. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995b. pp. 123-186.

_____. Three stages of discourse analysis. In: HAK, Tony; HELSLOOT, Niels. (Orgs.) **Michel Pêcheux: automatic discourse analysis**. Amsterdã: Editions Rodopi, 1995c. pp. 235-241.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Katherine. [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 159-250 [In: **Langages**. N° 37, 1975. pp. 7-80. Disponível em: <http://goo.gl/rKNQjr>. Acesso em 24 jun 2015].

PÊCHEUX, Michel; LÉON, Jacqueline; BONNAFOUS, Simone; MARANDIN, Jean-Marie. [1982] Apresentação da análise automática do discurso. In: GADET, Françoise; HAK, T. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux**. Campinas: Editora da Unicamp, 2010. pp. 251-279 [Présentation de l'analyse automatique du discours (AAD69): théories, procédures, résultats, perspectives. In: **Mots**. N° 4, mar 1982. pp. 95-123. Disponível em: <http://goo.gl/ujsTmi>. Acesso em 24 jun 2015].

POSSENTI, Sírio. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. Tese de Doutorado (Doutorado em Linguística). Campinas: IEL/Unicamp, 1986. 310 p.

_____. [2004] Teoria do discurso: um caso de múltiplas rupturas. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2009. pp. 353-392.

PROVOST-CHAUVEAU, Geneviève. Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. In: **Langue Française**. N° 9, 1971. pp. 6-21. Disponível em: <http://goo.gl/ojaoPU>. Acesso em 24 jun 2015.

RASTIER, François. Situation du récit dans une typologie des discours. In: **L'Homme**, Vol. 11, N° 01, 1971. pp. 68-82. Disponível em: <http://goo.gl/LjtgkS>. Acesso em 24 jun 2015.

REY, Alain. Remarques sémantiques. In: **Langue Française**. N°4, 1969. pp. 5-29. Disponível em: <http://goo.gl/KH89oj>. Acesso em 23 jun 2015.

ROBIN, R. [1973] **História e lingüística**. São Paulo: Cultrix, 1977.

ROUDINESCO, Elisabeth. **Filósofos na Tormenta**: Canguilhem, Sartre, Foucault, Althusser, Deleuze e Derrida. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

SARGENTINI, Vanice Maria de Oliveira. A noção de formação discursiva: uma relação estreita com o *corpus* na análise do discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser. (Org.) **Análise do Discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. São Carlos: Pedro e João Editores, 2007. pp. 215-222.

SCHERER, Amanda; PETRI, Verli. Discours ou discourse: invention, configuration, transmission et disciplinarisation au Brésil. In: **Revista Letras**, V. 18, N. 02, pp. 9-18. Disponível em: <http://goo.gl/77s8Z0>. Acesso em: 22 jun 2015.

SERRANI, Silvana Mabel. **A Paráfrase como Ressonância Interdiscursiva na Construção do Imaginário de Língua**: o caso do espanhol Riopratense. Tese (Doutorado em Linguística). Campinas: IEL/Unicamp, 1991. 327 p.

SLAKTA, Denis. Esquisse d'une théorie lexico-sémantique: pour une analyse d'un texte politique (Cahiers de doléances). In: **Langages**. N° 23, 1971. pp. 87-134. Disponível em: <http://goo.gl/CshDK7>. Acesso em 22 jun 2015.

SUMPF, Joseph. A quoi peut servir l'analyse de discours? In: **Langages**. N° 55, 1979. pp. 5-16. Disponível em: <http://goo.gl/OfItS4>. Acesso em 24 jun 2015.

SUMPF, Joseph; DUBOIS, Jean. Problèmes de l'analyse du discours. In: **Langages**. N° 13, 1969. pp. 3-7. Disponível em: <http://goo.gl/8n8x4S>. Acesso em 24 jun 2015.

VIGNAUX, Georges. Le discours argumenté écrit. In: **Communications**, N° 20, 1973. Le sociologique et le linguistique. pp. 101-159. Disponível em: <http://goo.gl/PWpkGd>. Acesso em: 20 jun 2015.

VOSS, Jefferson. **O Conceito de Formação Discursiva de Foucault e o Tratamento de Objetos da Mídia**: sobre a responsabilidade social na publicidade impressa brasileira. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Letras). Maringá/PR: UEM, 2011a. 140 p.